

Sumário dêste número

EDITORIAL: Bibliografia Brasileira na "Library of Congress", de Washington — CARLOS PEDROSA (pág. 121).

COMENTARIO: O Homem Branco e o Meio Tropical — PIERRE MONBEIG (pág. 123).

TRANSCRIÇÕES: As Estruturas Antigas do Brasil — LUIS FLORES DE MORAIS REGO (pág. 126). — Os Indivíduos — Tipos do Brasil — PIERRE DEFFONTAINES (pág. 140).

RESENHA E OPINIÕES: A estância e o espírito militar na formação do Rio Grande do Sul (pág. 147). — O levantamento direto e aerofotogramétrico de cartas geomorfológicas e seu interesse teórico e prático (pág. 151). — Vale do São Francisco: um império a conquistar (pág. 154). — Lambari (pág. 155). — A batalha da borracha (pág. 158).

CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO: Fronteira com o Peru — Cel. RENATO BARBOSA RODRIGUES PEREIRA (pág. 161). — A Geologia Histórica e seus Fins — JOSÉ LACERDA DE ARAÚJO FEIO (pág. 166).

SEMINARIOS DE ESTUDOS GEOGRAFICOS: Quinto Seminário, realizado a 28 de janeiro de 1947, na sede do C.N.G. ("A mudança da nova capital do Brasil") (pág. 169).

NOTICIARIO: CAPITAL FEDERAL — Câmara dos Deputados (pág. 175) — Presidência da República — Conselho de Imigração e Colonização (pág. 175). — Conselho Nacional do Petróleo (pág. 175). — Fundação Brasil Central (pág. 176). — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (pág. 176). — Conselho Nacional de Geografia (pág. 177). — Ministério da Agricultura (pág. 179). — Ministério da Educação e Saúde (pág. 179). — Ministério da Guerra (pág. 179). — Ministério das Relações Exteriores (pág. 179). — INSTITUIÇÕES PARTICULARES: Instituto de Colonização Nacional (pág. 180). — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (pág. 180). — Seção Regional do Rio de Janeiro da Associação dos Geógrafos Brasileiros (pág. 180). — Sociedade Brasileira de Geografia (pág. 180). — Sociedade Brasileira das Nações Unidas (pág. 180). — Sociedade Brasileira de Estatística (pág. 181). — CERTAMES — Conferência Internacional de Meteorologia (pág. 181). — Conferência Internacional sobre as Florestas e Produtos Florestais (pág. 181) — Congresso Sul-Americano do Petróleo (pág. 182). — VI Congresso Pan-Americano de Arquitetos (pág. 182). — UNIDADES FEDERADAS — Alagoas (pág. 183). — Minas Gerais (pág. 183). — Rio de Janeiro (pág. 183). — São Paulo (pág. 183). — EXTERIOR — Estados Unidos (pág. 184). — México (pág. 184). — Portugal (pág. 188).

RELATÓRIOS DE INSTITUIÇÕES DE GEOGRAFIA E CIÊNCIAS AFINS: Relatório do Presidente do I.B.G.E. — Conselho Nacional de Geografia — 1944 (pág. 189). — Relatório dos Representantes Estaduais Apresentados à VII Reunião Ordinária da Assembléia Geral do C.N.G. (pág. 200).

BIBLIOGRAFIA: REGISTOS E COMENTARIOS BIBLIOGRAFICOS — Livros (pág. 202). — Periódicos (pág. 205). — CONTRIBUIÇÃO BIBLIOGRAFICA ESPECIALIZADA — Annals of the Association of American Geographers (pág. 206). — RETROSPECTO GEOGRAFICO E CARTOGRAFICO — Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Índice, por autor, dos trabalhos publicados nos volumes 90 a 138 (pág. 212).

LEIS E RESOLUÇÕES: LEGISLAÇÃO FEDERAL — Ementário das leis e decretos publicados no período de 25 de janeiro a 10 de fevereiro de 1947 (pág. 220). — Integra da legislação de interesse geográfico — Leis (pág. 224). — Decretos (pág. 224). — LEGISLAÇÃO ESTADUAL — Integra dos decretos, leis e demais atos de interesse geográfico — Paraná (pág. 225). — Santa Catarina (pág. 225). — RESOLUÇÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Conselho Nacional de Geografia — Diretório Central — Integra das Resoluções ns. 264 a 267 (pág. 227). — Diretórios Regionais — São Paulo — Integra das Resoluções ns. 55, 59, 63, 64 e 65 (pág. 229).

Boletim Geográfico

Ano V

MAIO DE 1947

N.º 50

Editorial

Bibliografia Brasileira na "Library of Congress", de Washington

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia vem de aprovar uma Resolução instituindo ampla campanha em favor do desenvolvimento da Secção Brasileira da "Library of Congress", de Washington. Dando cumprimento a tão expressivo pronunciamento do seu órgão deliberativo, o C. N. G. está se dirigindo a todos os órgãos técnicos e culturais do país e mesmo aos intelectuais brasileiros, já tendo recolhido os primeiros e auspiciosos resultados da campanha, cujo término, pelo espírito de compreensão com que foi recebida, possibilitará preciosa contribuição bibliográfica especializada do Brasil à famosa biblioteca pública de Washington, o mais notável centro cultural do continente.

Fundada nos idos de 1800 no Capitólio, sede do próprio Congresso, a "Library" através da sua atividade como centro de cultura, a princípio do seu próprio país e depois mercê do aumento do rico e numeroso acervo de que se fez guardiã, veio a se tornar centro de interesse geral do mundo, notadamente da cultura das Américas.

Destruída por um incêndio logo depois de 12 anos de atividade, em 1812 e, posteriormente, em 1851, perdendo ainda pela ação destruidora do fogo, em outro acidente, preciosas coleções bibliográficas, inclusive dois terços dos livros de Thomas Jefferson, a "Library", mesmo arrostando tão dramáticas vicissitudes conseguiu o prestígio e o renome de que atualmente goza, ostentando-se ao mundo como uma das mais notáveis, senão a mais notável fonte de cultura do continente americano.

Apesar de pertencer ao Congresso, como seu órgão bibliográfico, a "Library", por decisão do governo norte-americano constitui patrimônio cultural comum a todo povo, que dela se serve sem nenhuma restrição recolhendo

conhecimentos acérca da cultura em todos os seus aspectos. Atualmente instalada em edifício próprio e adequado em frente ao Capitólio, visando transformar o seu vasto tesouro cultural em uma grande escola ativa para o povo, a "Library" conseguiu colimar os propósitos dos seus diretores, tendo à frente a admirável figura do Prof. Lewis Hanke, renomado bibliófilo americanista, que ali colocou sua cultura a serviço da América.

Visando dotar a "Library" da mais completa possível coleção de livros e mapas do Brasil, deseja o Conselho Nacional de Geografia contribuir dêsse modo para que a nossa cultura geográfica esteja adequadamente representada naquele monumental centro de cultura, onde, de certo, a documentação brasileira tornará a nossa terra e a nossa gente amplamente conhecidas através das obras dos cientistas brasileiros.

CARLOS PEDROSA

Chefe da Secção de Publicações do C. N. G.

I B G E

- BIBLIOTECA CENTRAL

N.º de Reg. 918

Data 08-10-79



O Homem Branco e o Meio Tropical

PIERRE MONBEIG

(Da Universidade de São Paulo)

Não é de hoje que existe a questão das relações entre o clima e o homem. Quando M. Sorre gracejando escreveu que, no velho estilo, o título de seu trabalho deveria ser “Discurso das relações entre o homem e o meio que o cerca considerados sob o ângulo da Geografia”, êle evoca justamente todos aqueles que o precederam nesse terreno; terreno perigoso, pois são tentadoras as afirmativas simplistas e as conclusões *a priori*.¹ Contra tal perigo, a prudência da investigação científica é a arma mais segura; arma sãbiamente manejada pelo professor Sorre, cuja exposição mantém-se sempre matizada, nada dogmática.

O clima e o homem. Mas que sentido se deve atribuir a esta palavra “clima”? Se a pesquisa se baseia nas relações com o organismo humano, a concepção do clima não poderá ser aquela adotada pelos climatologistas e meteorologistas. Como são as influências locais as que agem sobre o organismo vivo, também o clima local poderá servir de ponto de partida, e não mais o tipo de clima que cobre grandes superfícies, reduzindo ao mínimo os fácies locais. Criamos microclimas no interior dos quais vivemos: são nossas cidades, nossas casas, nossos indumentos, as árvores que nos dão sombra da mesma maneira que às plantas rasteiras. No local onde vive um grupo humano, o estado da atmosfera modifica-se sem cessar, o “tempo” está sempre em processo de evolução, mas numa ordem que se repete de ano em ano, de estação em estação e dentro de cada estação. O ritmo dos gêneros de vida rurais é calcado no ritmo dos estados de tempo. Em resumo, a concepção do clima que deve animar os estudos de Geografia Humana, bem longe de repousar unicamente na Física, deve ligar-se à Biologia. É possível encontrar uma fórmula, segundo os termos de Sorre: “o clima é o ambiente atmosférico constituído pela série de estados da atmosfera acima dum lugar, em sua sucessão habitual”. Ou ainda, podemos dizer que o “clima dum lugar é a sucessão de tempos. Estudo da marcha dos elementos (do clima) através do ano, estudo das combinações características; êstes dois processos se completam e permitem chegar-se a uma realidade complexa”.

Definido o critério, faz-se mister passar à prática. Levantam-se então inúmeras dificuldades demasiado técnicas para serem relatadas aqui. Limitemo-nos a indicar o obstáculo da escolha dos índices críticos, por exemplo o dos índices térmicos. Os climatologistas utilizam o zero, ponto de congelação da água; mas esta noção não tem sentido ao procurarem-se as relações entre a temperatura e o corpo humano. Deve-se, pois, encontrar outros índices críticos, como os que põem em ação as funções fisiológicas conhecidas. Depois de discutir e de recapitular o problema, Sorre concluiu por admitir o valor duma zona que vai de 16° a 23° de média anual térmica atmosférica; acima de 23°, os mecanismos termolíticos do homem são excitados; abaixo de 16°, o jogo dos mecanismos termogenéticos entra em funcionamento. Entre essas duas temperaturas críticas, o jogo dos mecanismos é atenuado. Poder-se-ia, além disso, conservar o valor 0 físico para estabelecer uma classificação mais precisa para as baixas temperaturas. Tais considerações permitem traçar um planisfério no qual são marcados os isoterms correspondentes, levando-se em conta a duração mais ou menos prolongada durante a qual predomina uma ou outra das temperaturas críticas.

¹ M. Sorre: *Les fondements biologiques de la géographie humaine* — Paris, 1943.

É natural, depois destas considerações iniciais, procurar-se saber o que se conhece presentemente quanto à ação dos diferentes elementos do clima sobre o organismo. Por exemplo, o comportamento fisiológico em altitude, isto é, com o abaixamento da pressão atmosférica, e qual o mecanismo deste comportamento. No continente americano, nos elevados planaltos asiáticos, importante parte do estoque humano vive permanentemente em grandes altitudes. Resultam daí perturbações características? Vê-se o aparecimento duma acomodação? e acarreta ela anomalias fisiológicas com reflexos sobre a atividade e a mente? Os inquéritos são da mesma natureza ao tratar-se da luminosidade, com tôdas as suas conseqüências (inclusive a pigmentação), eletricidade atmosférica, ventos. Observações curiosas sobre as perturbações trazidas pelo vento Norte, foram realizadas no Rio e em Montevideu; o professor Mouriquand comparou-as com as que registrou em Lião, quando sopra o mistral ou o siroco, e chegou a afirmar a existência de complexos meteoropatológicos. Os paulistas conhecem bem os efeitos do vento Noroeste. Não me parece que M. Sorre tenha assinalado os efeitos da sêca prolongada e do seu cortejo de poeira; nos países onde se alternam a estação chuvosa e a estação sêca, quando esta se prolonga um pouco mais, pode-se notar um recrudescimento de certas afecções, como, dentre outras, as dos asmáticos? Estudos pacientes nesse sentido permitiriam a fixação das condições ótima e a perceber o quanto os mais leves desequilíbrios relativos às situações climáticas normais podem produzir perturbações fisiológicas. Existiriam, portanto, espécies de moléstias latentes e estados de perturbações que diminuam a resistência dos agentes patógenos e "prepararam no interior dos seres as condições propícias à eclosão das mutações".

Medicina e Fisiologia; nada de Geografia nisso. A objeção surge imediatamente ao espírito. Desaparece, todavia, ao pensar-se que a formação do ecúmeno pode ser reflexo da influência dos elementos climáticos sobre o organismo.

Os limites do povoamento nas zonas polares e nas grandes altitudes são muito evidentemente condicionados pelo jogo dos mecanismos fisiológicos. Ou mais evidentemente ainda, as condições de temperatura e de pressão determinam o estabelecimento dos gêneros de vida típicos. Pode-se estabelecer um certo equilíbrio entre o homem e o clima de altitude; assim é que, tanto no México como no Peru, na Bolívia ou no Tibete, grupos humanos compactos conseguiram instalar-se e mesmo desenvolver-se aí ricas e originais civilizações. Entretanto, estas são provavelmente mais instáveis, mais sujeitas à decadência do que em altitudes menos elevadas.

Depara-se-nos, pois, este problema do ecúmeno, com suas descontinuidades, suas diferenças de raças (ver a obra de Lester e Millot — *As Raças Humanas*) e contrastes de qualidades. Vê-se ao mesmo tempo, reaparecer, e em forma mais nítida, o famoso problema do povoamento das regiões tropicais, a questão da aclimação do homem branco aos climas quentes.

Teses das mais contraditórias podem defrontar-se aqui. Os autores holandeses tendem a considerar o problema, afinal, como não existente e a aclimação perfeitamente possível sem medidas especiais; negam toda e qualquer alteração nas atividades funcionais do branco em clima verdadeiramente tropical. O sucesso da colonização holandesa na Insulíndia justifica plenamente o seu otimismo. Funcionários, plantadores ou comerciantes holandeses passam impunemente anos de trabalho constante em Java ou Sumatra: voltam incólumes, com suas mulheres e filhos perfeitamente sãos e ativos.

A posição dos britânicos, australianos e americanos é, ao contrário muito pessimista. Verifica-se isso no excelente trabalho de Grenfell Price (*White Settlers in the Tropics*, publicado pela American Geographical Society) e nos trabalhos do geógrafo inglês Fleure. Este resume por alto tal ponto de vista quando escreve: "Mesmo o otimista mais ferrenho tem dúvidas quanto à extensão da conquista, ao ouvir falar em desequilíbrios nervosos e ao saber que as crianças européias devem ser geralmente levadas para a Europa para tratamento de saúde".

As sugestões do professor Sorre, ainda a este respeito, são sempre ditadas pelo espírito mais sabiamente científico e pelo senso profundo das realidades. Isto é, como geógrafo, ele leva em linha de conta as diferenças regionais: os trópicos não são rigorosamente idênticos, como já se disse; e nem todos os colonizadores são

os mesmos em toda parte. Não se poderia extrair daí um princípio aplicável a todas as experiências coloniais, baseado apenas nas colônias holandesas da Insulíndia ou exclusivamente nos colonos ingleses das Antilhas, ou nos grupos alemães de certos pontos já pouco tropicais da África do Sul ou ainda em povoaamentos luso-hispânicos do Novo Mundo. As duas principais fontes de documentação utilizadas por Sorre são uma britânica, da Índia, a outra americana, das Filipinas, mas estão longe de serem eles os únicos casos trazidos à luz. Foi provavelmente a preocupação de só considerar casos geograficamente perfeitos que afastaram os exemplos brasileiros. Encontram-se algumas referências à instalação portuguesa no litoral, ao problema amazônico, mas nada, salvo omissão de nossa parte, sobre os alemães do Espírito Santo, nem sobre o variegado povoamento de São Paulo.

E entretanto, as grandes culturas paulistas, café, cana, algodão, não são representativas de climas temperados. É certo, sem dúvida, que a altitude, em boa parte da zona cafeeira tradicional, e os avanços irregulares das massas atmosféricas que provêm da frente polar modificam localmente, o rigor dos climas. Mas as zonas pioneiras, aquelas cujo povoamento teve início nas vésperas da primeira guerra mundial, como a Noroeste, e as que começaram as derrubadas mais ou menos a partir de 1925, gozam de clima tipicamente tropical. Receberam os mais heteróclitos elementos, brasileiros legítimos, descendentes de italianos, espanhóis, portugueses, alemães, recém-chegados, húngaros, letões, japoneses, sem contar os ingleses administradores das grandes propriedades. Conheço bem demais que a documentação é reduzidíssima... mas o fato poderia, ao menos, ter sido mencionado.

As Estruturas Antigas do Brasil

Anais da Escola de Minas
de Ouro Preto — N.º 22 - 1931.
Ouro Preto.

LUÍS FLORES DE MORAIS RÊGO

INTRODUÇÃO — PRINCÍPIOS GERAIS

A região do globo onde se localiza o Brasil, sob o ponto de vista geológico, distingue-se por ter sido refratária, desde os fins da era paleozóica, aos fenômenos orogênicos. É uma massa continental, verdadeiro broquel, que tem recebido a denominação de *Brasilíia*, formada de núcleos arqueanos aos quais se agregaram estruturas antigas, os pré-brasilídes e os brasilídes, depois do que, sobre ela, o mar só transgrediu de maneira incipiente.

Iniciada por Eschewege,¹ o fundador da geologia brasileira, na feliz expressão de Derby,² a discriminação geral das formações constituintes dessas estruturas ficou estabelecida, salvo ligeiras modificações, com os trabalhos dêsse último autor.³

A escassez de fósseis, ausentes na maioria dessas formações, tem dificultado sobremaneira a correlação dos fenômenos geológicos antigos do Brasil com aqueles do resto do continente e do mundo. E essa exigüidade de documentos paleontológicos tem criado uma tendência, aliás muito natural, para deslocar os fenômenos para o passado.

Hartt⁴ e Derby⁵ já tentavam estabelecer vistas de conjunto, detidos pela exigüidade de dados valiosos; do que se ressentem, na parte relativa ao Brasil, os golpes de vista mundiais de Suess⁶ e de Frech.⁷

De então a esta parte, farta messe tem realizado a ciência geológica. Destacaremos apenas a vasta contribuição do Serviço Geológico, dirigido ultimamente pelo Dr. Eusébio de Oliveira a quem, aliás, são devidos muitos resultados importantes. Já se nos afiguram possíveis tentativas de correlação, como vêm sendo feitas. Citaremos aquela do Dr. Branner,⁸ baseada principalmente na extensão da transgressão permiana, e a do Dr. Pais Leme,⁹ notável pela amplitude de suas vistas. E não seria justo esquecer o Dr. Gonzaga de Campos que, conquanto nada haja publicado especialmente sobre a matéria, em muitas passagens de seus trabalhos e em comunicações verbais, manifestou idéias profundas sobre o conjunto dos fenômenos geológicos do Brasil.

Poderá parecer a alguns uma tentativa de correlação, da natureza da que passamos a expor, prematura e temerária. Não se nos poderá negar, porém, que partimos de fatos de observação cujas autoridades citamos, e que, nas nossas

¹ Eschewege (Guilherme, Barão de) — Op. divi. princip. — *Beitrag zur Gebigskunde Brasilíens*.

² Derby (O. A.) — *The Serra do Espinhaço* — Journ. of Geol. XV.

³ Derby (Orville A.) — Op. div. princ. *Ref. acerca dos estudos geológicos praticados nos vales do rio das Velhas e alto São Francisco*.

⁴ Hartt (Carlos Frederico) — *The geology and physical geography of Brasil*.

⁵ Derby (O. A.) — *The Serra do Espinhaço, etc.*

⁶ Suess (Ed.) — *La face de la terre*, trad. de R. de la Margerie.

⁷ Frech (F.) — *Lethea Paleozoica*.

⁸ Branner (J. G.) — *Resumo da Geologia do Brasil*.

⁹ Pais Leme (Alberto Betim) — *Evolução da estrutura da terra e geologia do Brasil*.

deduções, procuramos empregar doutrinas aceitas pelo consenso científico moderno. E, quando, sem apoio imediato de fatos justificamo-nos pela contribuição de consequências das hipóteses recusadas a resultados da observação.

A propósito de cada um dos conceitos, não deixamos de indicar os autores que já os tenham emitido, e, além das provas dedutivas, procuramos outras, a *posteriori*, e bom assim verossimilhanças e comparações.

Não temos absolutamente a pretensão de ser a nossa sinopse definitiva. Pelo contrário, é muito possível que melhor exegese, de lavra de competentes, conduza a conclusões mais valiosas. E é certo que novos fatos virão modificá-la, se não reformar completamente. Todavia, nem por isso julgamos a nossa tentativa, pôsto que modesta, completamente inútil. Parece-nos uma correlação de grande número de fatos adquiridos, sempre útil, pelo menos para, à vista de outros fatos, indicar as hipóteses a excluir.

O assunto vem sendo de há muito objeto de nossas cogitações. Em um relatório, sobre os nossos trabalhos no Estado da Bahia, apresentado em 1927 ao Serviço Geológico, tivemos oportunidade de expor as nossas idéias na época sobre a matéria, as quais já têm evoluído sensivelmente.

Procuramos levar em conta tôdas as observações e dados que podemos encontrar, cujos autores citamos.¹⁰ Sempre que fôr possível apoiarmo-nos em observações alheias, mesmo em questões onde os nossos modestos trabalhos, cujos resultados em sua maior parte não têm sido publicados, tenham a precedência.

Data venia, faremos preliminarmente uma ligeira resenha das idéias modernamente aceitas sobre a orogenia.

Não precisamos dizer que, em tôdas as teorias modernas, os esforços responsáveis pela deformação e movimentação das camadas produziram-se em regiões onde os sedimentos tomam espessuras consideráveis, os geossinclinais. É este um ponto estabelecido para a ciência, desde os trabalhos de Hall e Dana.¹¹

Os geossinclinais são áreas deformáveis da crosta da terra, em antinomia com as áreas continentais que os limitam, elementos rígidos dessa crosta. Como evidenciou Suess,¹² as camadas de geossinclinal, compreendidas nas fossas (*graben*), são sujeitas a esforços horizontais que as projetam sobre a área continental contígua do *ante-país*.

Tais idéias vinham evoluindo desde René de Saussure para substituírem definitivamente as doutrinas da ação de forças verticais, das crateras de sobrelevação, compendiadas por Leopold de Buch e que Elie de Beaumont aceitava em parte, não desconhecendo o valor do empuxo horizontal.¹³

Nas idéias de Suess é predominante a assimetria dos dobramentos, correlativa ao sentido do empuxo, da fossa para a área continental denominada o *ante-país*. As camadas deformáveis são submetidas a esforços, no sentido dos quais as posições do *ante-país* e da região que se segue à fossa, o *ariso-país*, desempenhavam papéis essencialmente diferentes. E como, no *ariso-país*, são sempre encontradas camadas marinhas, da mesma idade que as da fossa, porém não perturbadas, este acidente foi considerado, por muitos autores, peculiar às bordas dos oceanos.

Atualmente, considera-se o geossinclinal limitado por duas áreas continentais que desempenham papéis homólogos.¹⁴ São os países fronteiros, sobre os quais nas bordas, dentro de certa largura, as camadas de geossinclinal são empurradas, produzindo-se dobramentos, mais ou menos simétricos em relação ao eixo do geossinclinal, porém assimétricos considerados isoladamente. Suess¹⁵ já notava a posição simétrica das cadeias de montanhas em relação aos eixos dos mares, *verbe gratia*, os Alpes e os Dinarides.

¹⁰ Nas citações procuramos apenas indicar as obras consultadas; quanto a outros dados bibliográficos, reportamo-nos à *Bibliografia da Geologia, Mineralogia e Paleontologia do Brasil* (Bol. do S. G. M. G., n.º 27) excelente trabalho da lavra do Dr. Alfeu Diniz Gonçalves.

¹¹ Cf. Haug (Emile). — *Traité de Géologie*.

¹² Suess (Ed.). — *Op. cit.*

¹³ De Lapparent — *Traité de Géologie*.

¹⁴ Cf. Haug (Emile). — *Op. cit.* — Kobel — *Der Bau der Erde*.

¹⁵ Suess (Ed.). — *Op. cit.*

O empuxo das camadas da fossa sobre as áreas continentais explica-se perfeitamente por esforços de compressão exercidos por essas áreas. As experiências de Bailey Willis são concludentes,¹⁸ considerada a questão de maneira geral. Aliás, no abaixamento da crosta, para dar lugar à formação da fossa, não deixaram de intervir, de certo ponto, em diante, causas análogas, ao par do peso dos sedimentos, que certos autores americanos encaram de preferência.

A simetria de ação das massas continentais confinantes do geossinclinal conduz a uma compressão, simultânea e bilateral, exercida pelos dois bordos sobre a massa do geossinclinal. É um dispositivo análogo ao de um torno paralelo, os países fronteiros desempenhando as funções de maxilas.¹⁷

Devido a essa compressão, a zona mediana deprime-se, tomando a fossa a forma de uma cunha, dispositivo que permite explicar, de maneira compreensível, a sucessão dos fenômenos,¹⁸ na qual Haug¹⁹ quer ver, em primeiro lugar, a formação em profundidade de um anticlinal mediano, o *geanticlinal*. De qualquer maneira, depois, os dobramentos intensivos se pronunciam nas zonas marginais. Os eixos das dobras, a princípio verticais, inclinam-se por sobre os países fronteiros e, aí, em certos casos, progridem horizontalmente. Na zona mediana, ocorrem dobramentos, menos intensivos que nos bordos,²⁰ reflexos do anticlinal profundo, enquanto que, entre essa zona e os dobramentos marginais, as perturbações são pouco pronunciadas. Conforme a intensidade dos esforços, os dobramentos nos bordos oferecem diversos aspectos, desde os de caráter enérgico, em que as dobras progridem horizontalmente de centenas de quilômetros, até aqueles em que os eixos são apenas inclinados.

O dobramento processa-se em profundidade e é possível que,²¹ na superfície, não haja sobrelevação, senão muito ligeira. As estruturas só se fazem notar fisiograficamente depois de fases gliptogênicas e ao dobramento não se segue obrigatoriamente a exondação do geossinclinal.

A direção das estruturas é sempre sub-paralela aos bordos da fossa. A progressão do seu movimento depende expressamente da configuração desse bordo, ponto sobre o qual Suess já insistia.²²

A esses fenômenos sucede uma fase de abaixamento. Então as camadas do geossinclinal já tinham certa rigidez, encorporadas às áreas continentais, o que explica realizar-se tal movimento preferencialmente por falhas, conquanto as dobras não sejam excluídas de maneira absoluta. Tais movimentos, que têm a mesma direção dos primeiros, Haug²³ denominou *orogênicos póstumos*.

Ao par dos movimentos apontados, que se chamam *orogênicos* nos geossinclinais e abaixamentos póstumos com a mesma direção, devemos considerar duas classes de movimentos peculiares às áreas continentais, que também sofrem os abaixamentos póstumos. São os movimentos lentos de conjunto, *saculares*,²⁴ e os abaixamentos por falhas de direção perpendicular à dos movimentos *orogênicos*.

Os movimentos *saculares*, cuja importância na história da crosta da terra é capital, podem oferecer os dois sentidos, *descensional* e *ascensional*. Lapparent²⁵ já o notava. A maneira *peremptória*, pela qual Suess excluía os movimentos *ascensionais*, não pode ser aceita, à vista da insuficiência dos movimentos *eustáticos* para explicar modalidades dos fenômenos.

A essas duas classes de fenômenos essencialmente diferentes daqueles originados nos geossinclinais, Haug²⁶ chama *movimentos epirogênicos*, opondo-os aos *orogênicos*.

¹⁸ Willis (Bailey) — *The mechanics of appalachians structures* publ. do U. S. Geological Survey.

¹⁷ Collet (L. W.) — *The structures of Alpes*.

¹⁸ Chamberlain — *The wedge theory of mountain building*. Journal of Geology, tomo XXXIII.

¹⁹ Kobel — *Op. cit.*

²⁰ Kobel — *Op. cit.*

²¹ Haug (Em.) — *Op. cit.*

²² Suess (Ed.) — *Op. cit.*

²³ Haug (Em.) — *Op. cit.*

²⁴ Kobel — *Op. cit.*

²⁵ Lapparent — *Op. cit.*

²⁶ Haug — *Op. cit.*

Kobel,²⁷ tendo em vista a deformabilidade relativa das camadas do geossinclinal, em contraste com a rigidez das massas continentais e dessas camadas depois de sobrelevadas, chama de orogênicos apenas os diastrofismos das fossas e de cratogênicos os restantes, dividindo-os em saculares e falhas.

A correlação dos fenômenos epirogênicos e orogênicos só há uma dezena de anos vem sendo esclarecida. Podemos resumir-la nos princípios enunciados por Haug,²⁸ baseados na observação dos fenômenos:

1.º — Os sentidos das duas classes de movimentos são contrários.

2.º — As direções dos movimentos epirogênicos e orogênicos são ortogonais.

Do que expusemos resulta uma distinção nítida entre as áreas continentais e os geossinclinais, pelo menos em cada época. A invariabilidade das áreas pertencentes a cada uma dessas classes, ou, melhor, o fato de não se estabelecer, um geossinclinal em uma área precedentemente continental constitui a teoria da permanência. Grande número de fatos milita contra esse ponto de vista, não aceito modernamente por muitos autores, como Haug.²⁹

As épocas de diastrofismo orogênico compreendem-se nos períodos ecumênicos de movimento epirogênico descensional, sem que, todavia, sejam perfeitamente isócronas. É devido a esse fato que tem sido possível agrupar os paroxismos orogênicos em épocas bem conhecidas.

As causas dos esforços que se desenvolvem nos geossinclinais são, é bem de ver, um problema particularmente difícil e delicado. Não as discutiremos aqui. Apenas diremos que duas têm sido focalizadas principalmente — a contração da crosta terrestre e a isostasia. Na segunda entende-se a tendência à igualização do peso unitário de crosta terrestre, tendência explicável, supondo essa crosta, mais ou menos rígida, repousar sobre uma massa fluida. A primeira causa, focalizada por Suess³⁰ resulta do abaixamento da temperatura do núcleo do planeta e correspondente diminuição do raio médio do geóide; a crosta deixa então de encontrar apoio, estabelecendo-se um esforço de compressão que atua sobre os geossinclinais.

Não colidem essas duas causas e Bailey Willis³¹ aventa adicionarem as duas os seus efeitos.

Muitas outras causas têm sido apontadas para os fenômenos orogênicos e até alguns autores tentam, de certa maneira, reviver as antigas idéias sobre as erupções.³²

A teoria moderna da translação dos continentes apresenta aspectos novos, quer sob o ponto de vista orogênico, quer, e principalmente, sob o ponto de vista paleográfico. Não podemos no presente trabalho encarar-los com o cuidado que merecem, reservando-nos fazê-lo em outro que pretendemos publicar. As nossas considerações serão feitas aqui segundo as teorias clássicas.

As formações anteriores ao mesocambriano e seus movimentos — Sob tôdas as formações encontradas no Brasil aparece sempre um complexo de rochas, perturbadas e granitizadas, de maneira geral a que tem sido conferida, por unanimidade, a idade arqueana. Os caracteres supracitados e a sua semelhança com formações consideradas arqueanas e em outros países justificam sobejamente esse conceito. É composto o complexo arqueano principalmente de gnaisses que, na parte superior, têm uma tendência leptinitica, circunstância em que se baseia a divisão estabelecida por Pissis,³³ em andares concordantes.

A movimentação geral das formações arqueanas constitui um dos seus caracteres distintivos. As estruturas arqueanas são extensivas a todo o Brasil, aflorando, ou sob as outras formações, num embasamento geral.

²⁷ Kobel — *Op. cit.*

²⁸ Haug — *Op. cit.*

²⁹ Haug — *Op. cit.*

³⁰ Suess — *Op. cit.*

³¹ Willis (Bailey) — *Op. cit.*

³² Leith in Chamberlain — *Op. cit.*

³³ Pissis (A.) — *Mémoire sur la position géologique des terrains de la partie australe du Brésil et sur les soulèvements que à diverses époques ont changé le relief de cette contrée.*

A generalidade das estruturas arqueanas é conseqüente a uma compressão geral da crosta, igualmente distribuída, fato correlativo à ausência de maciços rígidos.³⁴

As estruturas que incluem as camadas superiores do arqueano devem ser tidas como formadas ao mesmo tempo que aquelas onde só aparecem os termos inferiores. Essas camadas foram, eventualmente, destruídas pela erosão ou, como veremos mais tarde, perderam o seu fácies característico.

Eschewege já separava do arqueano as rochas metamórficas do centro de Minas.³⁵ Derby³⁶ distinguiu com clareza a entidade estratigráfica a que depois deu o nome de série de Minas.³⁷

Separa-se essa formação do arqueano de maneira bastante nítida, pela ausência de uma granitização geral³⁸ e pelo caráter blasto granítico das rochas arqueanas. O conjunto litológico dessa série é bastante diferente daquele do arqueano: ³⁹ filitos, quartzitos e itabiritos, com calcáreos subordinados. O gnaíse aparece apenas de maneira incipiente e bem assim os micaxistos com micas pobres em água.

Pôsto que as direções das camadas da série de Minas e da arqueano sejam aproximadamente iguais, há diferenças sensíveis nas inclinações, como temos observado em Minas, e o Dr. Luciano de Moraes, no nordeste do Brasil.⁴⁰

As diferenças de inclinações, sempre pequenas, podem provir de uma variação do dobramento em profundidade. Todavia, outras razões conduzem a admitir um movimento, anterior à série de Minas, atuando somente sobre o complexo arqueano e que, portanto, deve ser considerado anterior ao período algonquiano.

As camadas da série de Minas oferecem, na sua parte superior pelo menos um fácies nítido de geossinclinal. As variações verticais de fácies indicam um aumento gradual da profundidade das águas onde se processou a sedimentação: na parte inferior dominam quartzitos, talvez terrigenos; na parte média, a sedimentação dos itabiritos e dos calcáreos, indicando águas médias; e, em cima, os filitos, originariamente sedimentos formados à custa da vaza profunda.

A série de Minas, com os seus aspectos peculiares, desenvolve-se ao norte do paralelo da cidade de Barbacena, ao longo de duas faixas principais: a serra do Espinhaço⁴¹ que, de sul para norte, vai penetrar no Estado da Bahia; e a serra da Canastra, sub-paralela à primeira, que se prolonga pelo Estado de Goiás.

A estrutura da serra do Espinhaço divide-se por virgulação, emitindo ramificações, que procuram a costa, muito desnudadas e, com frequência, denotadas apenas pelas cicatrizes pegmatíticas. Assim, aquela que, partindo perto de Barbacena, aparece no vale do Cuieté,⁴² atravessa o rio Doce e, ramificando-se, vai até próximo a Cantagalo e ao Espírito Santo, onde certas considerações levam a supor a presença de uma estrutura paralela à costa. Um ramo parte de Ma-

³⁴ Suess — *Op. cit.*

³⁵ Eschewege (G.) — *Op. cit.*

³⁶ Derby (O. A.) — *Contribuições para o estudo da geologia do São Francisco* — Arq. Museu Nacional, vol. IV.

Observações sobre algumas rochas diamantíferas de Minas Gerais. Arq. Museu Nacional, vol. IV.

Reconhecimento geológico do vale do rio São Francisco. Anexo ao relatório de W. Milner Roberts.

Modes of occurrence of diamond in Brazil. Am. Journ. of Sc., XXIV.

Relatório acerca dos estudos geológicos, etc.

³⁷ Derby (O. A.) — *The Serra do Espinhaço, etc.*

³⁸ Derby (O. A.) — *Relatório acerca dos estudos, etc.*

³⁹ Derby (O. A.) — *Relatório acerca dos estudos, etc.*

Harder (E. C.) e Chamberlain (R. T.) — *The Geology of Central Minas Gerais, Brazil.* Journ. of Geol., vol. 23.

Albuquerque (O. Rodrigues) — *A Constituição geológica de Minas Gerais* — N. do "O Jornal" dedicado a Minas Gerais.

⁴⁰ Moraes (L. Jacques) — *Serras e Montanhas do Nordeste*, pub. Insp. Obras contra as Secas.

⁴¹ Cf. Derby (O. A.) — *The Serra do Espinhaço.*

⁴² Moraes Régio (L. Flores) — *Reconhecimento geológico na bacia do rio Doce*, Bol. S. G. M. B. n.º 19.

Guimarães (Djalma) — *A jazida de ouro de Cuieté*, Bol. S. G. M. B. n.º 13.

riana, entre os rios Piracicaba e Doce, atravessando o primeiro antes de Antônio Dias.⁴³ Outro corre ao sul do Jequitinhonha,⁴⁴ e finalmente outro, no divisor entre esse rio e o Pardo. É possível que todos esses ramos se concordem a uma estrutura paralela à costa, hoje destruída pela erosão.

A estrutura da serra da Canastra,⁴⁵ que se liga à do Espinhaço pelas elevações que dividem a bacia do São Francisco da do rio Paraná, em Goiás, remifica-se, antes da capital;⁴⁶ um dos ramos dirige-se para o norte, ao passo que o outro continua para oeste e atravessa o Araguaia. Entre os dois está a área arqueana denominada Mato Grosso.

A serra do Espinhaço penetra na Bahia, formando o embasamento da Serra Geral; atravessa o São Francisco e vai aparecer no rio Preto, enquanto uma outra estrutura possivelmente ramificada da primeira ainda em Minas, prossegue, sub-paralela, emitindo ramos que se dirigem para a costa, principalmente pelo vale do rio Pardo. Esta estrutura, particularmente notável na serra de Jacobina, onde a formação que a constitui foi chamada, por Branner⁴⁷ série Jacobina, continua no nordeste da Bahia, muito desgastada pela erosão, dirigida normalmente à costa. Perto de Cabrobó, atravessa o rio São Francisco para não muito longe, se encurvar⁴⁸ e continuar, subindo o rio onde Derby já a comparava à série de Minas.⁴⁹

No nordeste do Brasil, camadas comparáveis às da série de Minas formam testemunhos no meio da planície gnáissica; são as formações conhecidas com o nome de série do Ceará.⁵⁰ Na parte norte deste Estado⁵¹ ocupam uma larga faixa e bem assim no Rio Grande do Norte e na Paraíba, no planalto de Borborema.⁵²

Em Minas, em continuidade manifesta com as estruturas que formam a serra do Espinhaço, ao sul de Barbacena, e, na serra da Canastra, a partir de certa latitude para o sul, as camadas da série de Minas passam gradualmente a outras que, pouco adiante, oferecem aspectos litológicos um tanto diferentes. Com efeito, os calcários, subordinados nessa série, tornam-se conspícuos, apenas entremeados de alguns filitos. Assim os Drs. A. I. Erichsen e Aníbal Alves Bastos⁵³ observaram no vale do rio das Mortes, Minas Gerais. É um fato não ser possível aí a separação da série de Minas das camadas com o fácies calcáreo. Foi verificado, não só pelos supracitados profissionais como por outros.

As estruturas, observadas no vale do rio das Mortes, continuam para sudoeste e ligam-se a outras análogas, na continuação da serra da Canastra, com o mesmo aspecto: o fácies típico da série de Minas, e, em zonas menos perturbadas, o fácies calcáreo apontado. Assim em Lavras, Dolores da Boa Esperança etc.⁵⁴

⁴³ Moraes Rêgo (L. Flores) — *Reconhecimento geológico na bacia do rio Doce*, Bol. S. G. M. B. n.º 19.

⁴⁴ Hartt (C. F.) — *Op. cit.*

Costa Sena (Joaquim Cândido).

⁴⁵ Carvalho (Paulino Franco de) Notas in Oliveira (Eusébio Paulo) — *Relatório do Serviço Geológico*, ano de 1927.

Rimann (Esb.) — *A Quimberlita no Brasil*. An. Esc. Minas, Ouro Preto, n.º 15.

Boa Nova (Francisco) — Comunicações.

⁴⁶ Carvalho (Paulino Franco) Notas in Oliveira (Eusébio Paulo) — *Relatório do Serviço Geológico* — Ano 1927.

Hussak (Eugênio) Geologia anexa a Cruls (Luís) — Rel. Com. Exp. Planalto Central.

Oliveira (Francisco Paulo) — *Geologia*, anexo a Cruls (Luís) — Rel. Com., etc.

⁴⁷ Branner (J. G.) — *The Geology and Topography of the Serra de Jacobina. State of Bahia, Brazil*. Amer. Journ. of Science. Vol. XXX.

⁴⁸ Williams (Horace) — *Notas geológicas e econômicas sobre o vale do São Francisco*. Bol. S. G. M. B. n.º 12.

⁴⁹ Derby (O. A.) — *Contrib. para o estudo da geologia do vale do São Francisco*. Arq. Museu Nacional — Vol. IV.

⁵⁰ Small (Horatio L.) — *Geologia e suprimento de água subterrânea no Ceará e parte do Piauí*. Public. Insp. Obr. c. as Sêcas.

⁵¹ Williams (Horace) — *Notas sobre a geologia e recursos minerais do norte do Ceará*, Bol. S. G. M. B. n.º 18.

⁵² Moraes (Luciano Jacques) — *Serras e Montanhas do Nordeste*. Oliveira (Eusébio Paulo) — *Nota preliminar sobre as jazidas de cobre da Pedra Branca, Estado da Paraíba e do Rio Grande do Norte*. Bol. do M. da Agricultura.

⁵³ Erichsen (Alberto I.) e Bastos (Aníbal Alves) — *Geologia da fôlha de São João del Rei*, Bol. S. G. M. B. n.º 36.

⁵⁴ Lamego (Alberto) — Comunicação verbal.

A formação com calcáreos do rio Grande e do rio das Mortes não se liga absolutamente àquela de aspecto litológico análogo que se encontra ao norte, a qual não é contínua a camadas da série de Minas.

Separamos as formações com calcáreos do centro do Brasil em duas séries, ao sul e ao norte das localidades citadas, chamando provisoriamente as primeiras — camadas do rio das Mortes, e reservando a denominação Bambuí, já consagrada, para as segundas. Tal separação já era entrevista por Derby⁵⁵ que, em tratando dos calcáreos que afloram em Carandaí, punha em dúvida se poderiam ser considerados entre os do vale do São Francisco. Na mesma ordem de idéias, Gorceix⁵⁶ já dizia que o maior desenvolvimento dos calcáreos, observado em Carandaí e alhures, podia não ser mais que uma mutação do fácies da série de Minas.

Voltaremos sobre a distinção entre as duas formações. Por ora diremos que é possível encontrar diferenças litológicas e que a escassa evidência paleontológica autoriza a separação.

Em todo o sul do Brasil, a partir de São Paulo, ocorrem, entre a área arqueana da costa e a orla das formações devonianas e post-devonianas, rochas movimentadas que oferecem um aspecto completamente idêntico ao do conjunto que apontamos em Minas, na bacia do rio das Mortes. Em São Paulo⁵⁷ recebem tais rochas o nome de série São Roque, devido ao Dr. Gonzaga de Campos; no Paraná, série Açungui;⁵⁸ e, em Santa Catarina, série de Brusque.⁵⁹ São também conhecidas no Rio Grande do Sul.⁶⁰

Pôsto que não sejam contínuos, os seus blocos são separados, segundo a direção por massas de granitos posteriores, cicatrizes dessas estruturas, localmente destruídas pelas erosões ou mesmo pelos fenômenos diastróficos.

Chamaremos genericamente a êsse conjunto série Açungui.

A semelhança de aspecto litológico entre as camadas da série Açungui e as formações do vale do rio das Mortes é bastante sensível em Minas. Em ambos os casos encontram-se, ao par de filitos e arenitos, êstes escassos calcáreos, sem pederneiras, localmente muito desenvolvidos. Entre os afloramentos das duas formações, dá-se o mesmo que mais ao sul; não há continuidade de afloramentos das camadas, mas observa-se, segundo a direção, a cicatriz denotada pelo granito que lhe é posterior. Essa cicatriz passa entre Bragança e Campinas, em São Paulo, e penetra no Estado de Minas.

Tais razões tornam plausíveis comparar as camadas do rio das Mortes à série Açungui.

No vale do Amazonas encontra-se uma série de filitos muito perturbados, sempre associados a eruptivas e entremeados de calcáreos alterados e arenitos.

Afloram essas formações no Tocantins,⁶¹ Xingu⁶² e no Tapajós. Katzer⁶³ observou-as em vários afluentes da margem esquerda e as representou, no seu mapa, cobrindo uma faixa contínua. É pouco dubitável que não sejam as mesmas que no rio Trombetas⁶⁴ se encontram feldspatizadas e em discordância sob camadas eogotlandianas fossilíferas. A sua perturbação, a abundância de eruptivas, o aspecto litológico, a posição estratigráfica e ainda o fato de suas estruturas disporem-se, mais ou menos, norte-sul, no prolongamento de Goiás e Mato

⁵⁵ Derby (O. A.) — *Relatório acerca dos estudos geológicos praticados nos vales do rio das Velhas e do São Francisco*.

⁵⁶ Gorceix (H.) — *Estudo químico e mineralógico das rochas do centro da provincia de Minas*. An. Escola Minas Ouro Preto n.º 1.

⁵⁷ Derby (O. A.), Campos (L. F. Gonzaga) e Oliveira (F. de Paula) — *Relatório Com. Geográfica e Geológica de São Paulo*, ano 1897.

⁵⁸ Oliveira (Eusébio Paulo) — *Geologia de recursos minerais do Paraná*.

⁵⁹ Bastos (Aníbal Alves) in Oliveira (Eusébio Paulo) — *Relatório do Serviço Geológico*, ano 1928.

⁶⁰ Carvalho (Paulino Franco de) — *Notas em Oliveira (Eusébio Paulo) — Relatório do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil*, ano 1928.

⁶¹ Derby (O. A.), *Contribuição para a geologia do baixo Amazonas*, Arq. Museu Nacional, vol. II.

⁶² Oliveira (Avelino Inácio) — *Reconhecimento geológico do rio Xingu*, Bol. S. G. M. B.

⁶³ Katzer (F.) — *Grundrüge der Geologie der untere Amazone gebiete*.

⁶⁴ Derby (O. A.) — *Contribuição para a geologia do baixo Amazonas*.

Grosso, autorizam a equiparar essa formação às séries Açungui e de Minas. A direção das estruturas dessa formação, que chamaremos série do Tocantins é, ao sul, segundo o meridiano, para tornar-se, depois, oeste-leste.

No Amapá e nas Guianas,⁶⁶ corre uma faixa estrutural com filitos e eruptivas, que forma o limite ao norte da bacia do Amazonas; a princípio tem a direção sul-norte, e depois oeste-leste, para continuar, conspicua, pelo departamento venezuelano de Bolívar. Conquanto no Pará se interponha uma trato arqueano, é possível que essas estruturas se concordem, a oeste, às da série Tocantins.

Em Mato Grosso, observa-se desde a parte sul do Estado, nas vizinhanças de Aquidauana⁶⁷ até muito ao norte, no Guaporé,⁶⁸ passando pelo alto rio Paraguai e Cuiabá⁶⁹ uma formação bastante perturbada. É um conjunto de filitos e sericita, arenitos e calcários, dominando os primeiros, a que damos a denominação de série de Cuiabá. As suas semelhanças com a série Açungui são muito flagrantes. O Dr. Pais Leme,⁷⁰ interpretando as notas do Dr. Cícero de Campos, admite duas formações no trajeto de Cáceres a Cuiabá. Julgamos tratar-se apenas dessa série, mais ou menos perturbadas, fato correspondente a uma variação do seu fácies. A semelhança apontada, a colocação sob uma série, a de Bodoquena, à qual atribuiremos uma idade ordovicianiana e, também a presumível ligação, ao norte, com a série do Tocantins, conduzem a comparar a série de Cuiabá à série Açungui.

Todos os fatos que vimos expondo, justificam admitir a ligação das bacias onde se depositaram a série Açungui, as camadas do rio das Mortes, a série de Cuiabá e a série Tocantins ao geossinclinal da série de Minas. Apenas nesse geossinclinal os fenômenos de sedimentação começaram antes e, no fim, revestiram caráter mais profundo, indicado pela predominância dos filitos sedosos com exclusão dos calcários.

No Ceará, observa-se claramente o fácies calcáreo em estruturas de série de Minas. Aí, na parte setentrional, há um calcáreo,⁷¹ sem pederneira, bastante desenvolvido, conquanto agora desgastado pela erosão, acompanhando mais ou menos as dobras dos filitos. Esse calcáreo é claramente anterior ao movimento, sendo a pseudo-discordância devida ao amortecimento superior das dobras. Um calcáreo idêntico é encontrado no sudoeste do Piauí.⁷²

De outro lado, trechos da série Açungui ofereceram um fácies completamente idêntico ao da série de Minas. Assim, na formação de Santa Catarina, que o Dr. Alves Bastos⁷³ denominou série de Brusque.

A semelhança das estruturas do sul do Brasil com a série de Minas já era notada por Derby,⁷⁴ que, entretanto, mais tarde, baseado em fácies de metamorfismo que, modernamente, devem ser considerados locais, opinou por uma idade mais moderna para a série Açungui.

As diferenças de fácies entre a série de Minas e a série Açungui derivam da maior profundidade em que foram depositadas as primeiras, devido a um maior e anterior abaixamento da fossa do geossinclinal. Ao mesmo fenômeno deve-se atribuir a maior intensidade do diastrofismo no caso de série de Minas.

A hipótese da série Açungui corresponder às formações arenosas, conhecidas genericamente sob a denominação de série das Lavras, sobre as quais voltaremos, é sugestiva. Adotamo-la em um primeiro ensaio de correlação que inserimos

⁶⁶ Vieira (Antônio Rodrigues) — *Ouro no Amapá*, Bol. S. G. M. B. n.º 8 — Levat (D) — *L'or dans la Guyanne*.

⁶⁸ Lisboa (M. A. R.) — *Oeste de São Paulo e sul de Mato Grosso*.

⁶⁷ Oliveira (Eusébio Paulo) — *Com. Roosevelt-Rondon. Geologia*. Castelnau (F.) — *Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud*.

⁶⁸ Oliveira (Eusébio Paulo) — *Com. Roosevelt-Rondon*, etc.

⁶⁹ Pais Leme (Alberto Betim) — *Rel. Com. Linh. Tel. Estrat.* anexo. 5 — *Geologia*.

⁷⁰ Pais Leme (Alberto Betim) — *Rel. Com.* etc.

⁷¹ Williams (Horace) — *Geologia e Recursos Minerais do Norte do Ceará*.

⁷² Small (Horatio L.) — *Geologia e abastecimento de água subterrânea do Piauí e parte do Ceará*, Publ. Insp. Obr. contra as Secas.

⁷³ Bastos (Aníbal Alves) in Oliveira (Eusébio Paulo) — *Relatório do Serviço Geológico* — Ano 1928.

⁷⁴ Derby (O. A.) — *Geologia da região diamantífera do Paraná no Brasil*, Arq. Museu Nacional, III.

em um relatório apresentado ao Serviço Geológico. Entretanto, a continuidade, já apontada, no vale do Rio Grande, de camadas com o fácies Açungui com outras que, para o norte, na serra de Ouro Preto, discordam das supracitadas formações e, bem assim, a presença dessas, em discordância, sobre as primeiras, mesmo no vale do rio das Mortes,⁷⁵ são argumentos cabais contra tal ponto de vista.

As estruturas da série de Minas ocupam — já o vimos — uma vasta área entremeadada de exposições do arqueano. É difícil discernir, devido à complicação da tectônica e à erosão, desses tratos mais antigos os que são núcleos de estruturas daqueles que constituíram os países fronteiros. Da mesma maneira para as séries Açungui, de Cuiabá e do Tocantins.

Talvez um dos caracteres distintivos das áreas continentais seja a presença dos andares superiores do complexo arqueano, distinguidos por Pissis.⁷⁶ Com efeito, as massas arqueanas submetidas aos movimentos, constituindo os núcleos das dobras, foram sujeitas a fenômenos que lhes modificaram a textura, granitizando-as uma segunda vez. É o que se dá com os gnaisses arqueanos encontrados junto à série de Minas, que sob o ponto de vista genético podem ser ditos graníticos, caráter, aliás, extensivo a toda a base do complexo arqueano. Os gnaisses aí situados, já formados em condições muito severas, constituíam um conjunto estável nessas condições, de sorte que a sua alteração consistiu principalmente em fenômenos mecânicos com a milotinizacão, observada com frequência⁷⁷ nos núcleos arqueanos das estruturas da série de Minas. Essas considerações indicam a existência do movimento prévio, arqueano.

Outro critério seria a ausência, nos *horsts*, de certas eruptivas peculiares às falhas de caráter orogênico com a direção do segundo movimento. O estudo dessas eruptivas, de maneira elevada, não tem sido tentado. Apenas é possível sugerir que pegmatitos, com uma certa paragénesis de minerais, sejam característicos dessas falhas, assim como os vieiros auríferos.

Verifica-se a coincidência dos dois critérios, pois, quando ocorrem os fenômenos eruptivos citados, faltam sempre os termos superiores do arqueano.

Convém lembrar que é indispensável separar os gnaisses incluídos na série de Minas do arqueano superior. É o que já encarecia Derby,⁷⁸ que notava serem os primeiros denominados por alguns autores "metalíferos".

A distinção feita em os horizontes arqueanos é puramente morfológica, pois um mesmo horizonte, com o aspecto da parte superior do arqueano no *horst* no fundo do geossinclinal, deve ter sido metamorfoseado, adquirindo o caráter granítico, o que anteriormente, havia acontecido com a parte inferior do complexo, por ocasião dos movimentos arqueanos. Presumivelmente, no fundo do geossinclinal achavam-se os andares superiores do arqueano como também, originariamente, nas áreas continentais, não trabalhadas pela erosão.

Nestas, o andar superior em grande parte desapareceu, mercê da erosão, ao passo que, na fossa, tomou, da maneira explicada, o caráter de inferior.

A tectônica do arqueano naturalmente influenciou na distribuição dos núcleos continentais; assim mostra a coincidência da direção das estruturas com a gnaissificação arqueana.

Baseados na distribuição das estruturas, nos critérios supracitados e no último fato, procuramos distinguir os núcleos continentais.

A região do vale do Paraíba, incluindo as serras do Mar e da Mantiqueira, é a área clássica de ocorrência da parte superior do arqueano.⁷⁹ Também aí não se encontram pegmatitos com certos minerais, e nem vestígios de estruturas da série de Minas. Limitamos essa área pela costa, ao sul, antes da barra do Ribeira de Iguape, e ao norte, próximo à barra do Paraíba.

É possível que, na Bahia, ao sul da cidade do Salvador, se encontre uma área análoga, em forma de cunha, dirigida para noroeste.

⁷⁵ Erichsen (A. J.) — *Geologia da fôlha de São João del Rei*.

⁷⁶ Pissis — *Op. cit.*

⁷⁷ Guimarães (Djalma) in Moraes (Luciano Jacques de) — *Serras e Montanhas*, etc.

⁷⁸ Derby (O. A.) — *The age of Brazilian gneiss series*, Am. Journ. of Sc., XIX.

⁷⁹ Pissis — *Op. cit.*

As ocorrências dos gnaisses leptiniticos e de micaxistos⁸⁰ no Estado de Pernambuco conduzem a admitir aí outro núcleo antigo. Limitamo-lo ao sul pelas estruturas encontradas em Sergipe, pouco acima de Propriá,⁸¹ continuadas por aquelas do nordeste da Bahia,⁸² que seguem até Cabrobó, onde atravessam o São Francisco e voltam ao rio acima, apresentando uma cicatriz em Juazeiro.⁸³ A serra dos Dois Irmãos é parte integrante desse núcleo, pois existe aí o andar superior do arqueano perfeitamente caracterizado.⁸⁴ Mais ao sul, num dos bordos dessa extremidade do núcleo, estão as estruturas da série de Minas, no Rio Preto,⁸⁵ às quais provavelmente se ligam, sob os arenitos mesozóicos, as estruturas com calcários que encontramos no sul do Piauí.⁸⁶ Essa formação é a mesma da parte do norte do Ceará,⁸⁷ como já ponderamos, correlativas às estruturas da série do Ceará, esparsas por todo o Nordeste,⁸⁸ até o alinhamento da serra de Borborema, de modo a limitar ao norte o núcleo de que tratamos.

Para o sul, podemos considerar como fazendo parte de núcleos antigos, apenas alguns gnaisses dos arredores de Pôrto Alegre e talvez algumas rochas da costa de Santa Catarina.

Ligando os contornos dos núcleos, teríamos a costa ocidental de um continente estendendo-se para leste.

O afastamento da costa ocidental desse continente da atual, entre a barra do Paraíba e a do rio Pardo, é apoiado pela presença da monazita, que forma os bem conhecidos depósitos, só encontrados neste trecho da costa.⁸⁹ A monazita é, possivelmente, junto com outros minerais radioativos, um dos característicos da paragênese dos pegmatitos posteriores à série de Minas.⁹⁰ Não é encontrada nos gnaisses do Rio de Janeiro.⁹¹

A disposição dos mares e terras pré-cambrianas no Espírito Santo e no norte do Rio de Janeiro é complicada. Algumas formações aí podem ser do arqueano superior, pósto que, mais provavelmente, se filiem à série de Minas. Assim os calcários de Cachoeiro de Itapemirim e certos quartzitos encontrados pela E. F. Leopoldina. Do outro lado, a presença de monazita, no rio Paraíba,⁹² e de ouro, perto de Cantagalo,⁹³ autorizam ver aí uma penetração do mar antigo; e as deformações íntimas das rochas da serra dos Aimorés, vê-las sujeitas a movimentos posteriores à sua granitização.⁹⁴

⁸⁰ Morais (Luciano Jacques) — *Estudos geológicos no Estado de Pernambuco*, Bol. S. G. M. B., n.º 32.

⁸¹ Faria Alvim (Gerson de) in Oliveira (Eusébio Paulo) — *Rochas petrolíferas do Brasil*. Sopper (R.) — *Op. cit.*

⁸² Andrade Júnior (José Ferreira de) — *Águas minerais do vale do Itapecuril*, Bol. S. G. M. B., n.º 17.

Sopper (Ralph) — *Geologia de Sergipe e do Nordeste da Bahia* — Pub. Insp. Obr. contra as Secas.

⁸³ Derby (O. A.) — *Contribuição para o estudo da geologia do vale do São Francisco*.

⁸⁴ Morais Rêgo (Luís Flores) in Morais (Luciano Jacques) — *Est. Geol. no Est. de Pernambuco*, etc.

⁸⁵ Morais Rêgo (Luís Flores) — *Geologia da parte ocidental do Estado da Bahia*.

⁸⁶ Small (H.) — *Op. cit.*

⁸⁷ Williams (Horace) — *Geologia e recursos minerais do norte do Ceará*.

⁸⁸ Small (H.) — *Geologia e abastecimento de água subterrânea no Ceará e parte do Piauí* — Pub. Insp. Obr. contra as Secas.

Morais (Luciano Jacques) — *Serras e montanhas*, etc.

Sopper — *Op. cit.*

Oliveira (E. Paulo) — *Nota preliminar sobre a jazida de cobre*, etc.

⁸⁹ Lisboa (Miguel Arrojado R.) — *As areias monazíticas*, An. E. M. O. P., n.º 6.

⁹⁰ Gorceix — *Estudo sobre a monazita e o xenotímio no Brasil*, An. E. M. O. P., n.º 4.

Hussak (Eug.) — *Uma nova jazida de fenaquito no Brasil*, An. E. M. O. P., n.º 15.

Guimarães (Djalma) — *Breve notícia sobre uma jazida de samarsquita, columbita e monazita*, B. S. G. M. B., n.º 15.

⁹¹ Ferraz (Jorge Belmiro de Araújo) — *Os minerais do Rio de Janeiro in Ferraz (Luís Ferraz) — Compêndio dos Minerais do Brasil*.

⁹² Moravia Júnior — *Monazita, depósitos, extração e tratamento* — An. E. M. O. P., n.º 11.

⁹³ Mawe (John) — *Travels in the interior of Brazil*.

⁹⁴ Dutra (Eugênio Bourdot) — *Reconhecimentos geológicos nos municípios de Carangola e Manhuaçu. Estado de Minas Gerais*, Bol. S. G. M. B., n.º 18.

Ao sul do Estado de Goiás, tem sido assinalada uma área de rochas arqueanas, incluindo micaxistos,⁹⁵ que sugere a existência de um núcleo continental, limitado a oeste pela estrutura da série Cuiabá e a leste pelas da série Açungui e da série de Minas, na serra da Canastra e nas serras de Goiás. Essa terra se prolongaria para o norte, limitada orientalmente pelas estruturas pregotlandianas da Amazônia, indo ligar-se pelo rio Negro,⁹⁶ às áreas arqueanas da Venezuela e da Colômbia. Ocidentalmente, terminaria aí nos prolongamentos das estruturas da série de Cuiabá representadas no Guaporé,⁹⁷ com cicatrizes nas cataratas do Madeira.⁹⁸

Ao norte das estruturas das serras limites setentrionais do vale do Amazonas, aparecem, nas Guianas, formações arqueanas, incluindo, na parte superior, micaxistos, correspondentes a um terceiro núcleo continental.

A série de Minas tem sido referida ao sistema algonquiano, referência sugerida por Derby,⁹⁹ e baseada na ausência de fósseis e nas semelhanças litológicas de camadas que se encontram no centro de Minas Gerais com o andar huroniano da América do Norte.

A continuidade dos filitos do rio das Mortes com aqueles de Burnier, pela lagoa Dourada, e a ausência de discordância entre os filitos do centro de Minas, autorizam a negar que se tenha passado um movimento anterior de um intervalo de tempo apreciável a deposição da série Açungui. É possível, porém, que a movimentação se tenha dado ao norte ao tempo da sedimentação da série Açungui, progredindo gradualmente para o sul de sorte a atingir as camadas da série Açungui, há pouco sedimentadas.

Também não é impossível que um movimento preliminar se tenha processado sem que o geossinclinal se exondasse ao sul, continuando a sedimentação, já da série Açungui, movimentada. A discordância nessas condições não se evidenciaria senão mercê do amortecimento das dobras.

A presença do cambriano transgressivo na América do Sul obriga a admitir, nas áreas continentais, um movimento epirogênico descendente, desde o início da era paleozóica. E, pela lei de Haug, o início do movimento orogênico deve ser colocado antes do eo-cambriano, sendo, portanto, *tacônico*. É esta uma razão que apóia a colaboração da série de Minas no algonquiano.

Salvo êsse ponto, a referência da série de Minas ao eo-paleozóico não importaria de maneira alguma em um absurdo. Derby e Gorceix já a encaravam e Lapparent chama a atenção para a semelhança entre essa formação e o eo-paleozóico europeu,¹⁰⁰ conquanto a ausência de fauna primordial torne essa referência mui problemática.

De qualquer maneira, as razões orogênicas acima apontadas só acordariam com uma idade cambriana inferior.

Ultimamente, tem sido verificado, nos Estados Unidos, abaixo da discordância que marcava a separação entre o sistema algonquiano e o cambriano, ocorrerem fósseis cambrianos, nomeadamente trilobitas, achados pelo professor Stauffer. Demais, Ulrich já considera cambriano o Keweenawano.¹⁰¹

⁹⁵ Oliveira (Francisco de Paula) — *Geologia in Cruls* (Luís) — *Relatório da Com. do Planalto Central*.

Hussak (Eugênio) — *Geologia in Cruls* (Luís), etc.

Milward (Guilherme Bastos) — *Comunicação*.

Lamego (Alberto) — *Idem*.

Pedreira (Aurélio Bulhões) — *Idem*.

⁹⁶ Oliveira (A. Inácio) — *Reconhecimento geológico do rio Branco* — Bol. S. G. M. B. n.º 29.

Paiva (Glycon de) in Oliveira (E. Paulo) — *Rel. S. G. M. B.*, 1928.

⁹⁷ Oliveira (Eusébio Paulo) — *Com. Roosevelt-Rondon*, etc.

⁹⁸ Oliveira (Eusébio Paulo) — *Com. Roosevelt-Rondon*, etc.

Evans F. M. — *The cataracts of the river Madeira* — *Quarterly Journ. of Geol. Society*, 1894.

⁹⁹ Derby (O. A.) — *The Serra do Espinhaço*, etc.

Harder and Chamberlain — *Op. cit.*

¹⁰⁰ Lapparent — *Op. cit.*

¹⁰¹ *Geophysical prospecting*, Am. Inst. of Mining engineers — (nota inframarginal).

O diastrofismo consistiu na formação de dobras muito fechadas, isoclinaís, às vèzes acompanhadas de falhas de escorregamento, cujos eixos verticais inicialmente se inclinaram para o ante-país. Essas dobras moveram-se por sôbre o *substractum* arqueano, galgando as elevações encontradas.

O Dr. Derby,¹⁰² como já havia feito Eschewege,¹⁰³ nota, em Minas, na estrutura principal, que segue a direção aproximada sul-norte, da linha da costa do ante-país, ser a inclinação das camadas sempre para leste. E, com muita razão, pondera êsse fenômeno indicar o sentido do empuxo ter sido de oeste para leste. É que as dobras, no início verticais, caíram para o oriente. As estruturas que, ramificando-se da principal, seguem para leste, correspondem às inflexões da costa antiga, sôbre a qual são dirigidas, como no baixo rio Pardo.¹⁰⁴

As estruturas isoclinaís da série de Minas, observadas, quer na Bahia, quer em Minas, são as extremidades de longos mantos dobrados, que caminharam do oeste para leste e de norte para sul, sôbre a superfície do arqueano desnudada por dobras anteriores. Nessas extremidades os estratos tomaram as disposições, os aspectos hoje observados, pacotes isoclinaís falhados, sinclinaís isoclinaís, ou em leque. Os mantos foram detidos por elevações do arqueano ou caíram em depressões aí existentes, onde, por sua vez, foram comprimidos.

As dobras hoje observadas da série de Minas, a nosso entender, raramente são autóctones. A região onde nasceram, e bem assim as ligações, localizadas em pontos mais altos, foram destruídas pela erosão ou, o que não é descabido, houve um deslocamento total. A zona de dobras autóctones, cuja posição não podemos precisar, deve caracterizar-se pela presença dos fenômenos eruptivos.

A serra de Jacobina, na Bahia, oferece o exemplo da terminação de um manto em anticlinal fechado de eixo inclinado.¹⁰⁵

Outras estruturas, que observamos na Bahia, onde a série de Minas oferece o aspecto de pacotes verticais com grande espessura, são, com certeza, determinações de mantos em isoclinaís falhados.

Em Diamantina temos uma terminação em leque¹⁰⁶ que, ao contrário de Derby, consideramos como um adelgaçamento da dobra na extremidade.

Entre Belo Horizonte e Ouro Preto os fenômenos são mais complicados, porque o dobramento e o deslizamento dos mantos obedeceu a duas direções ortogonais, correspondentes a uma inflexão brusca da costa do ante-país.¹⁰⁷ Na serra de Ouro Preto temos o caso da extremidade de um manto, terminado em sinclinal, caindo numa depressão do arqueano, que aparece, adiante, no rio, Piranga. A constituição da série de Minas aí, conforme numerosas secções,¹⁰⁸ indica, apenas, a presença de um mesmo manto.

Notamos expressamente que a consideração de Derby sôbre o sentido da inclinação não é, nem poderia ser, absoluta, pois mesmo na extremidade dos mantos, em certos trechos, *verbi-gratia* no fundo do sinclinal que os termina, são possíveis inclinações em sentido contrário. É o que se dá em estruturas da serra do Espinhaço, como, aliás, Derby já havia figurado na sua secção da serra da Tocaia.¹⁰⁹

Os fenômenos diastróficos não foram tão enérgicos, de São Paulo, para o sul, na longa faixa da série Açungui, e, também, como já se fazia sentir, no vale do rio Grande. As dobras parecem ser autóctones, sempre relacionadas com eruptivas. A princípio verticais, tiveram os seus eixos inclinados para leste sem atin-

¹⁰² Derby (O. A.) — *Observações sôbre algumas rochas diamantíferas de Minas Gerais*. Arq. Museu Nacional, IV.

¹⁰³ Eschewege — *Op. cit.*

¹⁰⁴ Hartt — *Op. cit.*

¹⁰⁵ Branner (J. Casper) — *The geology and topography of the serra de Jacobina*, etc.

¹⁰⁶ Derby (O. A.) — *Modes of occurrence at diamonds in Brazil*, etc.

¹⁰⁷ Cf. Harder e Chamberlain — *Op. cit.*

Gonzaga de Campos (Luís Filipe) — *Mapa das jazidas de ferro do centro de Minas Gerais*.

¹⁰⁸ Cf. Derby (O. A.) — *Relatório acêrca dos trabalhos geológicos*, etc.

Harder e Chamberlain — *Op. cit.*

¹⁰⁹ Derby (O. A.) — *Modes of occurrence of diamonds*, etc.

gir à horizontal, de sorte que as camadas se inclinam para oeste, como na serra de Paranapiacaba.¹¹⁰ A menor intensidade dos fenômenos é consequência do mar, denotada pelo fácies da série Açungui.

No Paraná, parece que o núcleo continental se afasta bastante para o oriente; assim o sugerem os vieiros com galena, em Morretes.¹¹¹

No Nordeste do Brasil, é possível ver, na borda da área continental, uma faixa de dobramentos idênticos aos da série de Minas,¹¹² ao passo que, no norte do Ceará, as dobras descritas pelo Dr. Williams¹¹³ assemelham-se àquelas da série Açungui.

Na serra da Canastra, em Minas, os filitos e quartzitos, representantes da série de Minas, aparentam¹¹⁴ monoclinais inclinados para oeste. São também mantos isoclinais, falhados nas extremidades talvez, dirigidos sobre o ante-país, simétrico daquele das estruturas da serra do Espinhaço.

As disposições estruturais das serras de Goiás são ainda pouco conhecidas. É possível dizer que se apresentam, com frequência, análogas às da serra da Canastra.¹¹⁵

Na série Cuiabá os fenômenos diastróficos se nos afiguram comparáveis aos da série Açungui.¹¹⁶

Ao mesmo tempo que se operavam os dobramentos, emergiam nas raízes das dobras, pelo favor do levantamento das camadas, magmas que emitiam apófises e que se foram consolidando, lenta e profundamente, em grandes batolitos. São os granitos da série de Minas e da série Açungui, distinto daqueles do arqueano, como de há muito está estabelecido.¹¹⁷

Aos esforços diastróficos e aos agentes pneumatolíticos ligados aos magmas é devido o metamorfismo inicial das rochas da série de Minas, fenômeno que pode ser chamado de pressão e contacto, e que ofereceu os caracteres da catazona, alterados em fases posteriores.

Com os fenômenos orogênicos, os geossinclinais, pôsto que não se elevassem consideravelmente de maneira brusca, foram exondados. A erosão começou a trabalhar as rochas movimentadas, atacando de maneira enérgica as mais alteráveis, de sorte que os quartzitos resistiram melhor. Desenhou-se assim uma fisiografia antiga, antecessora das atuais serras.

Não é impossível que, para peneplanização de áreas arqueanas, tenha contribuído, além de alteração e da erosão, o desgaste devido ao deslizamento dos mantos, que teriam agido como *trenós*, na expressão de Termier,¹¹⁸ cabendo aos agentes externos o transporte dos fragmentos.

Têm recebido a denominação genérica de série das Lavras as camadas, arenosas principalmente, que se superpõem às estruturas da série de Minas, no Estado dêsse nome e no da Bahia. Já Gorceix e Derby distinguiam claramente essas assentadas,¹¹⁹ entre as quais se encontra uma discordância,¹²⁰ devido à qual é conveniente distinguir duas formações: a superior, especialmente desenvolvida na Bahia; e a inferior, que Derby¹²¹ incluía talvez na série de Minas, ao referir aí camadas conglomeráticas.

¹¹⁰ Paiva (Glycon de) — *As jazidas de chumbo de São Paulo*, Bol. S. G. M. B.

¹¹¹ Oliveira (Eusébio Paulo) — *Geologia e recursos minerais do Paraná*, etc.

¹¹² Moraes (Luciano Jacques) — *Serras e montanhas*, etc.

¹¹³ Williams (Horace) — *Geologia e recursos minerais do norte do Ceará*, etc.

¹¹⁴ Rimann (Esberrarhd) — *A Quimberlita no Brasil*.

Boa Nova (Francisco) — Comunicação.

¹¹⁵ Oliveira (F. de Paula) — *Geol. anex. a Cruls (L.) — Relat. Com. Exp.*, etc.

Hussak (Eug.) — *Geol. anex. a Cruls (L.) — Idem*.

Carvalho (Paulino Franco) — *Notas in Oliveira (Eusébio Paulo) — Relatório dos trabalhos do Serv. Geol. no ano de 1927*.

¹¹⁶ Lisboa (Miguel Arrojado Ribeiro) — *Oeste de São Paulo*, etc.

Fais Leme (Alberto Betim) — *Rel. Com. Linh. Tel.*, etc.

¹¹⁷ Derby — *Rel. acêrca dos trabalhos geol.* etc. Gorceix (Henri) — *Op. cit.*

¹¹⁸ Lapparent — *Op. cit.*

¹¹⁹ Gorceix (Henri) — *Estudo químico e mineralógico*, etc. Derby — *Rel. acêrca dos trab. geológicos*, etc.

¹²⁰ Gorceix — *Estudo químico e mineralógico*, etc.

¹²¹ Derby (O. A.) — *Rel. acêrca dos trab. geológicos*, etc.

Nos nossos trabalhos sobre a geologia do Estado da Bahia, separamos os arenitos com conglomerados mais antigos, colocados abaixo da discordância citada, a que denominamos *série do Espinhaço*, e que cobrem uma extensa faixa na denominada *serra Geral*.

Trataremos aqui da série inferior, a série do Espinhaço, e mais tarde da superior, a série de Lavras.

A superposição dessa série à de Minas e a discordância são demonstradas por numerosas secções em Minas e na Bahia e, sobretudo, pela presença, na primeira, de detritos de rochas da segunda.

Em Minas, a série de que tratamos se encontra, sem dúvida, na serra da Tocaia, sob as camadas conglomeráticas superiores, tendo sido aí incluída por Derby na série de Minas.¹²²

É possível que as camadas do alto do Itacolomi a ela sejam referíveis,¹²³ embora Derby as coloque na série superior.¹²⁴

Esse autor, conquanto não especifique, parece admitir a concordância entre as camadas conglomeráticas de que tratamos e a série de Minas, as quais temos como separadas por uma discordância, cronológica e angular. A ausência da discordância angular em certas secções é explicável pelo dobramento intenso ou pelo amortecimento das dobras.

Na bacia do rio das Mortes são encontradas camadas arenosas, descritas pelo Dr. A. J. Erichsen,¹²⁵ que incluímos na série do Espinhaço. São os quartzitos das serras do Lenheiro e de Tiradentes, que se colocam em discordância sobre as camadas do rio das Mortes, os contactos sendo mascarados por falhas.

As inclinações, por vèzes muito fortes, da série do Espinhaço mostram que ela foi interessada em movimentos intensos. Em algumas secções a sua posição horizontal pode ser aparente, devido a corrimentos. Assim, na serra Geral, Bahia, na altura de Caetité, onde as camadas da série do Espinhaço parecem ser parte de uma dobra cujo eixo se tornou horizontal, estando a raiz entre a base dessa serra e a de Monte Alto.

A esse movimento é ligada a ação eruptiva e o metamorfismo sofridos pela série do Espinhaço.

A série do Espinhaço não produziu, até agora, fósseis.

A sua referência cronológica não tem sido feita, porquanto a maioria dos autores não a separa das camadas superiores, que chamamos série das Lavras. Julgamos mais plausível considerá-la algonquiana superior, notando-se que no sistema algonquiano da América do Norte são incluídas várias discordâncias. Por outro lado, alguns autores,¹²⁶ ao considerarem a série Lavras cambriana, possivelmente se referem àquela de que tratamos agora; sendo esta formação posterior a uma fase orogênica huroniana, nada impediria tal cronologia, a não ser a falta de prova paleontológica, no caso capital. A ausência de hiato de sedimentação na América do Sul, desde o cambriano médio até o fim do ordoviciano, obriga essa época eventual de sedimentação cambriana ser colocada na base do sistema que incluiria, como encaramos atrás, uma discordância.

¹²² Derby (O. A.) — *Mode of occurrence of diamonds, etc.*

¹²³ Gorceix — *Op. cit.*

Harder — *Op. cit.*

¹²⁴ Derby (O. A.) — *Reconhecimento geológico dos vales do alto São Francisco e do rio das Velhas.*

¹²⁵ Erichsen (A. I.) — *Geol. da fôlha de São João del Rei, Estado de Minas Gerais*, Bol. S. G. M. B., n.º 36.

¹²⁶ Derby (O. A.) — *Estudios Geológicos en el Brasil*, publ. do 4.º Congr. Científico Latino-Americano.

Oliveira (Eusébio Paulo) — *Geognose do território brasileiro*, Geografia Comemorativa do Centenário da Independência.

Os Indivíduos - Tipos do Brasil

Revue des Deux Mondes — CVI^{ème}
Année — Huitième Période — Tome
Trente et Unième — Bureau de la Revue
des Deux Mondes — Paris, 1936

PIERRE DEFFONTAINES
Prof. da Antiga Universidade
do Distrito Federal

A definição humana de uma região dada, cifra-se menos pelo arranjo do povoamento ou distribuições étnicas, do que pela escolha de gêneros de vida, cuja associação íntima assegura a entreter a exploração do terreno. Tais gêneros de vida encontram sua expressão nos indivíduos-tipos, cuja seriação ocupa o primeiro plano na caracterização de cada país. Não raro, há um tipo dominante que marcou profundamente toda a gama das ocupações e o regime de trabalho: seus hábitos, suas exigências se inscreveram profundamente na paisagem; os outros tipos gravitam-lhe em torno, alguns mesmo vivem como parasitas.

As transformações econômicas fazem algumas vezes repontar novos tipos que se podem libertar da dependência do tipo dominante e, por essa forma, transformar a hierarquia social anteriormente constituída. Os tipos de um país não tiveram surgimento simultâneo, uns são mais antigos, outros mais recentes. Pertencem a ciclos econômicos distintos e importa investigar-lhes a idade.

O tipo principal: o fazendeiro — No Brasil, o tipo dominante, ao mesmo tempo que o mais antigo, é o *fazendeiro*, ou seja o proprietário de uma fazenda, ou grande propriedade. Sem dúvida, havia antes da vinda dos brancos, populações indígenas autóctones, mas estas eram muito pouco abundantes, no máximo com um habitante por cada três quilômetros quadrados. Outrossim foram reagrupadas, transformadas e mesmo dizimadas pelos primitivos colonos. Ao contrário do que se passou na América andina, os antigos povoados indígenas não serviram de endereços aos estabelecimentos dos brancos. Houve brechas, rupturas na história do povoamento.

Os índios foram concentrados nas plantações da costa atlântica. Habitados a uma economia de simples colheita, sem dispensar verdadeiro esforço, não puderam suportar o regime de trabalho que se lhes impunha nas plantações. Praticaram o que se chamou clinicamente de "a greve da morte"; com efeito, foi, na verdade, a densidade do trabalho que os europeus têm o hábito de suportar e de impor que provocou uma imensa hecatombe nas populações indígenas. O fato é que não existe no Brasil mais do que um milhão e meio de índios para uma população de mais de quarenta e sete milhões de habitantes, os quais com o nome de bugres, refugiavam-se nas regiões mais inacessíveis, notadamente ao sul da bacia amazônica. Aqui, portanto, não se depara a questão indígena tal como existe, algumas vezes de modo grave, nos países da América espanhola.¹

O primeiro esforço do fazendeiro consistiu no apossamento da terra; é de estranhar-se a importância desta apropriação, num país tão vasto, tão pouco povoado (um pouco mais de cinco habitantes por quilômetro quadrado, após o grande incremento humano, ainda recente, que marcou o século XX). Era de esperar-se encontrar imensas extensões sem dono, recaindo sob o domínio público do Estado. Até mesmo as zonas de florestas amazônicas têm proprietários e lá se encontram fazendas unicamente florestais. O domínio público é insignificante e isto explica a pequena importância da colonização oficial. Seria interessante retrair a história desta imensa imobilização da terra pelos primeiros a pisá-la. Seu direito de propriedade deriva seja de concessões outorgadas pelo soberano, sob o nome de sesmarias, seja de simples apossamento de fato, facilmente reconhecido por decretos e leis.

N.R. — A tradução para o vernáculo foi feita pelo Sr. João Milanez da Cunha Lima, da Secção de Publicações do C. N. G.

¹ Vide sobre o Brasil: Euclides da Cunha, *Os Sertões*. — Raimundo Lopes, *O Torráo Maranhense*. — Pierre Defois — *Le Brésil du XX^e siècle*. — Saint-Hilaire, *Voyage au Brésil*. — Delgado de Carvalho, *Geografia do Brasil*.

Logo a designação uniforme de fazenda se aplicou a tôdas essas propriedades iniciais. O fazendeiro é sempre, portanto, um grande proprietário, mas não é aquele que possui domínio maior o mais influente; a importância do fazendeiro depende do modo de utilização da fazenda.

Podem distinguir-se dois tipos principais: o primeiro apareceu ao longo da costa, na zona florestal, quente e úmida e aplicou-se à lavoura das plantas exóticas de há muito só cultivadas nas antigas colônias: cana de açúcar, café, cacau, algodão, atendendo aos terrenos e às épocas — é a fazenda de plantações. O segundo tipo, afeto à produção do gado instala-se nos altos planaltos mais secos, mais salubres do interior. É um dos fenômenos mais importantes e de mais graves conseqüências esta separação radical da cultura e da criação que vamos encontrar, ao contrário, estreitamente associadas, na vida agrícola da Europa ocidental.

A antiga fazenda de plantações compunha-se de três elementos: sôbre uma elevação, a casa do dono, casa grande ou sede, espécie de solar quadrado de um andar apenas e simplesmente sobreposta a um sobsolo, chamado porão. A luta contra o sol e o calor não é conduzida aqui pelo dispositivo da área interior, o pátio espanhol, porém a casa se acha cercada de largo alpendre decorativo formando arcadas numerosas onde se armam as rédes para a sesta. O alojamento do fazendeiro é, não raro, muito luxuoso, embora de um luxo familiar; a peça típica é a imensa sala de refeições. A família é numerosa e a hospitalidade praticada largamente. Há sempre uma boa biblioteca onde o livro francês tem lugar de honra. No jardim de traçado francês, com vistosos grupos de begônias e buganvílias está colocada uma piscina de mosaico, por que o fazendeiro manifesta um orgulho particular.

Mais abaixo se alinham as construções para se trabalhar e secar os produtos: grande terraço com largos desníveis para secar o café, chamados "terreiros", secadouros de cacau, engenho de açúcar. Ainda mais abaixo fica o alojamento da mão de obra agrícola, outrora composta de escravos, que eram abrigados, por facilitar a vigilância, em habitações concentradas em torno de um pátio fechado, a senzala.

A fazenda de gado é de todo diferente. O dono nem sempre tem nela sua residência e sua morada tem uma aparência mais modesta. O pessoal longe de agrupar-se, habita em cabanas muito afastadas umas das outras e colocadas perto duma espécie de reduto de tronços de árvores formando uma cerca: é o curral, onde se recolhe periodicamente o gado para ser arrolado, tratado e para a escolha dos animais destinados a exportação. Tais habitações denominam-se "curralinho" ou "retiro" e abrigam os campeiros, homens dos campos. O campo não designa no Brasil a cultura, senão a zona de pasto.

Os dois tipos de propriedade mencionados diferem ainda pelo sítio: nas fazendas de plantação escolhe-se, para a construção das habitações, um aclave bem exposto. A maior parte dos produtos requer operações de secagem, necessita de terraços de insolação. Sem dúvida, o sol nestas latitudes é quase perpendicular, porém as colheitas se fazem freqüentemente nas invernações, notadamente o café e a obliquidade dos raios solares é, então, bastante sensível para que se deva procurar ladeira bem exposta, isto é voltada para o norte, pois se trata do hemisfério sul. A ladeira permite, outrossim, ao fazendeiro, inspecionar da sua casa, instalada em um terraço o trabalho das suas colheitas, que são sempre produtos de exportação de alto valor. A utilização duma encosta facilita também o emprêgo das águas, não para regar mas para a lavagem e mesmo os transportes de grãos para secagem.

A fazenda de gado deve atender a condições totalmente diversas: o problema capital para ela não é a exposição e sim a delimitação. Cumpre evitar que os imensos rebanhos se dispersem pelo sertão afora (o *bled* brasileiro). Por isso se intentava apoiar a propriedade aos cursos d'água. Os sítios privilegiados eram os promontórios, na confluência de dois rios: os "pontais". As explorações de gado mais antigas foram "fazendas de pontais". A apropriação do solo começara a se fazer pelas confluências. Ainda hoje essas propriedades têm a seu favor a circunstância de dispensarem gastos com cercas de arame exceto por um lado.

Em muitos casos, além disso, as fazendas de gado não possuem limites precisos, pastando o gado em liberdade nos campos, chamados gerais. O fazendeiro mesmo não é o proprietário da terra e sim duma certa marca aplicada aos animais com o ferrete em brasa ou por incisão na orelha.

A supressão da escravidão não transformou o regime da fazenda e não lhe trouxe senão modificações secundárias. Em vez de alojarem-se os trabalhadores em senzalas, agrupadas em redor de pátios fechados, construíram-se verdadeiros núcleos proletários rurais com casas separadas, alinhadas, tôdas do mesmo feitio. É a colônia, que assumiu o lugar da senzala.

O *colono* — O colono é um tipo que gravita em tôrno do fazendeiro. Não é, porém, como seu nome indica, um homem que vem instalar-se em terra livre. Trata-se de um operário contratado pelo agricultor que o vai aliciar até mesmo nos mercados europeus, notadamente na Itália meridional.

O fazendeiro confia-lhe o cuidado dum certo número de pés de café, recebendo êle em paga a metade das colheitas. O número dos cafeeiros que recebe é tanto maior quanto mais numerosos forem os seus filhos. Aliás o colono quase sempre tem uma família numerosa. Concedem-se-lhe igualmente terras para as suas culturas e rebanho pessoal. Todavia permanece freqüentemente nômade, errando de fazenda em fazenda e constitui um proletariado rural ao invés de campesinato.

Essa instabilidade do colono testemunha seu desejo de adquirir terra, de fixar-se num lote, tornar-se lotista. Todavia o monopólio da terra pelos fazendeiros torna muito difícil êste acesso à propriedade. A maioria dos fazendeiros, entretanto, não exploram mais que uma parte de sua propriedade. Florestas e campos ocupam, muitas vêzes, mais da metade do domínio. Há assim muita terra inexplorada ou, antes, conservada como reserva pelos primeiros detentores que não pensam em desfazer-se delas, dado o rápido desgaste da fertilidade e a necessidade freqüente de deslocarem-se as zonas cultivadas. De sorte que a sêde de terra é grande entre a gente pobre e difícil de resolver, a despeito da imensidade do Brasil. Afim de encontrar terra livre os colonos buscam aproximar-se da faixa pioneira onde se podem adquirir lotes ainda virgens oferecidos a baixo preço pelas companhias de colonização. É em verdadeiras levas que êsses colonos pobres vão ter à faixa pioneira. A densidade de população se eleva aí por saltos bruscos, constituindo uma espécie de saliência demográfica, que se atenua apenas a região deixa de estar à vanguarda da colonização. A faixa pioneira atrai a si o proletariado das antigas fazendas.

Fazendeiros e colonos vivem nas propriedades uma existência essencialmente rural. Entretanto, as necessidades de transações e relações provocaram a criação de curiosos tipos de aglomerações. Se o Brasil desconhece a forma de aldeia, possui entretanto, numerosos vilarejos que se encontram no interior, separados por uns quinze ou vinte quilômetros em média. A maioria dêsses vilarejos são obra dos fazendeiros. A necessidade de vida social os compeliu a tornarem-se fundadores de cidade. O método observado era quase sempre o mesmo.

Para constituir um núcleo urbano, o proprietário oferecia em dom ou legado uma porção de terreno à Igreja católica, na pessoa do bispo mais próximo ou de um santo venerado no calendário brasileiro que, em virtude dêste fato, se tornava o proprietário desta doação piedosa, chamada patrimônio. O terreno era dividido em lotes de habitações ao redor de uma grande praça, ao fundo da qual se projetava uma capela ou igreja, conforme fôsse servida ou não por um padre. Os fazendeiros das redondezas alugavam ou compravam êsses lotes para nêles construir residências ou palacetes. Aí vinham passar os domingos e feriados para assistir aos officios religiosos e entreter uma vida de ostentação e relações. Com os benefícios das vendas, a igreja se construía e dava-se-lhe um officiante mais ou menos regular.

Sendo a praça ou largo o essencial do aglomerado, algumas vêzes a cidade se resumia numa praça e era por êsse nome designada em vez de o ser pelo de cidade. Dizia-se ir à praça e não ir à cidade. Os fazendeiros possuíam duas residências: a casa da fazenda e a casa da praça. Essas cidades não apresentavam movimento nem mesmo habitantes a não ser aos domingos. Eram, pelo menos nos seus princípios, simples cidades dominicais.

Em breve, artesãos, representantes das profissões liberais, instalavam-se em ruas adjacentes, sempre dispostas em forma de xadrez. O patrimônio dado originariamente pelo proprietário tornava-se insuficiente. Novos lotes urbanos deveriam ser subtraídos à propriedade vizinha que, em virtude disto, se valorizava. O legado piedoso do proprietário transformava-se num negócio vantajoso. Algumas destas fundações deram lugar a grandes cidades como Campinas, Ribeirão Preto ou Sorocaba. Todavia muitos dêsses vilarejos de patrimônio caíram em estagnação. A maior facilidade dos meios de comunicação contribuiu para

deslocar e concentrar os núcleos de vida social. Os “palacetes” dos fazendeiros foram construídos nos grandes aglomerados, em São Paulo, Rio de Janeiro, Ribeirão Preto... Há bairros de palacetes, como Higienópolis, em São Paulo. As grandes cidades cresceram imensuravelmente com prejuízo das pequenas cujos palacetes ficaram entregues, não poucas vezes, a um abandono quase completo.

Tal colonização urbana, múltipla e difusa, dotada de fundamento religioso, faz lembrar singularmente os *sauvétés* da Idade Média na nossa Europa. A igreja emprestava seu poder de atração para opulentar o país de cidades. No Brasil, o templo católico, em lugar de aldeias e paróquias, agrupou pequenas cidades. A igreja é urbana e não rural.

Tais cidades, sem embargo da sua dilatação, não asseguravam mais do que uma parte da vida de intercâmbio, difícil de organizar nesse Brasil de povoamento rural totalmente disperso. O pequeno comércio a varejo, não encontrando uma “nodosidade” em que se fixar, força-lhe foi adotar uma vida instável e ir à procura da população difusa.

Encontram-se hoje as formas mais variadas e as mais modernas de negócio nômade. Há cinemas nômades, dentistas ou cirurgiões que circulam a cavalo e mesmo tabeliães viajam com suas máquinas de escrever presas à sela. Esse negócio ambulante parece ser uma antiquíssima adaptação à forma dispersa de população.

Os vendedores ambulantes — Os vendedores ambulantes são, após os fazendeiros e colonos, as figuras mais típicas do *hinterland* brasileiro. Há um velho nome que serve para designá-los: chamam-nos mascates, donde vem a palavra mascatear, que exprime a ação de mercadejar. Haverá motivo de pensar-se que esta palavra deriva da cidade de Mascate na Arábia? Com efeito era ela uma cidade de mercadores que traficavam nas Índias na época em que este país emergia como o Brasil da coroa portuguesa.

Foram os habitantes da Bahia, a cidade mais povoada, sobretudo por pessoas de condição precária, desde muito devotadas à procura de todos os expedientes, que descobriram o horizonte de trabalho que representava a ausência de negócio em todo o interior do Brasil. Os baianos improvisaram-se os primeiros mascates durante a época colonial.

Na segunda metade do século XIX, sobretudo a partir de 1880, quando se organizou a colonização do Estado de São Paulo mediante a fazenda do café com suas numerosas cidades rurais povoadas de trabalhadores italianos, o campo de ação dos mascates alargou-se consideravelmente, pôsto o colono procurasse descartar-se das compras nos armazéns do fazendeiro, que o tornavam menos livre. Os mascates representavam uma feliz concorrência à venda pelo patrão, e muitas vezes mesmo uma verdadeira libertação. Foram os próprios italianos que asseguraram para si este serviço, sobretudo os calabreses, que já exerciam tal função em sua pátria.

Uma terceira onda de mascates ocorreu um pouco mais tarde; os sírios, sobretudo maronitas, negociantes inveterados, eram perseguidos pelo regime turco por causa da sua religião cristã. Estes expatriavam-se na Europa, como vendedores ambulantes, já desde algum tempo. Por volta de 1885-1890 descobriram o Brasil e sua predisposição toda especial para o comércio ambulante. Multidões deles derramaram-se ali e, graças às suas qualidades hereditárias, em breve monopolizaram todo o pequeno comércio. Entre si praticavam uma solidariedade estreita que triunfou de todas as concorrências.

Os mascates sírios viajam habitualmente em grupos de dois, um pouco por causa da insegurança de certos trechos, mas sobretudo afim de facilitarem as suas operações que quase sempre reclamavam um sócio. Beneficiavam-se da proverbial hospitalidade dos brasileiros, albergando-se e até mesmo partilhando da mesa do habitante, prescindindo-se o convite simplesmente porque reza a tradição que o rancho e a comida sejam franqueados aos viandantes. Seguiam a pé, conduzindo sua mala — o baú do mascate — atestada de miudezas. Serviam-se de uma espécie de matraca para atrair os fregueses. Assistiam às festas religiosas, onde expunham suas mercadorias.

Possuidores de prática do comércio, serviram não só como vendedores de todos os produtos e notadamente do sal, tecidos de algodão, artigos de vestiário, mas ainda tornaram-se em breve compradores, praticando mesmo freqüentemente

uma espécie de troca, dada a rareza da moeda no sertão, obtendo contra alguns objetos, gado, arroz, aguardente de cana e até mesmo metais preciosos e borraça. Os mascates não temiam, na verdade, demandar os recantos mais recuados onde a exploração ainda estava incipiente, zonas da cata do ouro (garimpos) ou do diamante de Goiás, região dos seringueiros da borracha do alto Amazonas. Nestas regiões, já não viajam a pé, senão que em barcas e mesmo emjangadas, curioso comércio ambulante fluvial, que fez penetrar até às mais longínquas explorações, às cabeceiras das fontes, uma certa vida de negócio. Eram mesmo, às vezes, os únicos a se beneficiarem das riquezas recém-descobertas: garimpeiros e seringueiros esbanjavam quase instantaneamente suas economias em futilidades e dissipações; a venda de jóias, às mais das vezes falsas, era um dos mais rendosos negócios.

A profissão tinha os seus riscos, riscos de assassinato ou de doenças, porém levava o que a seguia a uma rápida prosperidade. Logo que os lucros apareciam, o mascate deixava de andar a pé e comprava um burro; em pouco dispunha de uma caravana de asininos para seu serviço. Hoje, no Estado de São Paulo, onde, desde 1920, as estradas se multiplicam, começam a usar uma camioneta apropriada, com maiores efeitos comerciais.

Todavia, a maior ambição do mascate é abandonar a vida nômade e fixar-se, abrir uma loja, onde se vendem conjuntamente especiarias, artigos de armarinho, café, etc. e que recebe o nome de venda ou armazém de secos e molhados. É a segunda etapa da vida do mascate, instalado, em geral, fora dos aglomerados, em pleno campo, entre as fazendas, num lugar de passagem.

Por vezes a venda se torna um ponto de negócios. O proprietário faz vir outros compatriotas seus que se iniciam no mesmo mister, encarregando-os de vender a pé, com os seus baús, pelas redondezas, de modo a ampliar-lhes o raio de ação. O patrão enriquecido representa, na região, o papel de transacionista e de banqueiro, efetuando empréstimos usurários. A venda é um verdadeiro centro de atividade, mas mesmo assim continua isolada, sem criar povoação em seus arredores. A região parece fundamentalmente hostil aos aglomerados.

Se os negócios prosperam, o mascate passa a uma terceira fase, vindo a uma das grandes cidades para nela montar uma loja ou mesmo para fundar uma manufatura. Em São Paulo a recentíssima indústria têxtil foi, no que tem de mais importante, criada pelos sírios. Há inclusive bairros da burguesia mais recente, constante de casas extravagantes que são habitadas por êsses privilegiados, como a avenida Paulista, em São Paulo.

Tal população, tantas vezes criticada severamente, tem prestado contudo ao Brasil verdadeiros serviços. Foi através dela que a vida de trocas difundiu-se por toda parte, mesmo nos sertões mais inacessíveis. O comércio dos mascates representa sensível progresso a uma economia puramente fechada e rotineira. Pelo seu tino dos negócios criaram iniciativas de vulto e estão em vias de participar ativamente no nascimento da grande indústria. A despeito do seu recente ingresso no Brasil, já constituem uma peça importante no mecanismo econômico do país.

Encarado do ponto de vista francês, o fato de serem aqueles emigrantes sírios e maronitas, indica que a sua maioria foi instruída em estabelecimentos religiosos do Líbano e fala francês. Não deixa de ser surpreendente travar conversação em francês com o dono duma venda perdida em pleno sertão. Desde que foi instituído o mandato francês sobre o território sírio, muitos houve que reclamaram a nacionalidade francesa e se puseram em relação com o consulado francês, resultado inesperado da velha proteção da França sobre os cristãos do Oriente-Próximo.

Os mestiços — O fazendeiro, o colono, o mascate, constituem o que poderia denominar-se a população organizada dos campos; contudo há outros elementos que vivem à margem, além das regiões pioneiras, em pleno sertão: são os chamados caboclos ou caipiras. Trata-se de mestiços em quem os sangues branco, indígena e negro se acham mesclados em proporções variadas. O caboclo recua ante o avanço da faixa pioneira. Muitos, entretanto, permaneceram no interior da zona civilizada, nos rincões que o avanço colonizador deixou intactos ou nos que a exploração européia abandonou após a degradação do solo e a decadência das fazendas. Isto significa que são numerosos na zona do litoral, a de colonização mais antiga, e hoje em via de abandono. Trata-se, às vezes, de antigos

fazendeiros dessa zona que, segundo uma expressão local, se "caboclizaram". Encontramos, no pequeno pôrto de Ubatuba, um descendente de antigo agricultor francês do século XVIII que usava o nome de René Vignéron de la Juslandière. Vestia-se como um caboclo, pés descalços, pantalonas curtas, terminando pouco abaixo dos joelhos, com uma jaqueta de mangas curtas, descendo um pouco abaixo do cotovelo. Cobria-lhe a cabeça o invariável chapéu mole, proveniente, como as outras partes do seu indumento, dos mais sórdidos resíduos das velharias da Europa.

O caboclo leva uma vida livre, quase sem nenhuma necessidade, sem dinheiro, praticando uma agricultura primitiva, quase florestal, em que o campo e a floresta se entrosam. E' sobretudo um colhedor que apanha os frutos da floresta e o mel silvestre. Caça a pio, vale dizer, imitando o cantar de pássaros para os atrair. Sua casa não passa de uma cabana feita de varas ou de palmeiras, coberta de fôlhas, ramos ou palha. Bastam-lhe algumas horas de trabalho por semana para ter assegurada a subsistência. Sua simplicidade não sinonimiza com miséria. É um meditativo, um músico, um folgazão e sobretudo contista. Seu espirito de bonomia é proverbial e há nêle, sem dúvida, o germe de toda uma literatura camponesa onde um Molière brasileiro encontraria delicioso cabedal. Já o curioso teatrinho do Rio, a Casa de Caboclo, utiliza êste rico filão humorístico.

Ao longo do litoral atlântico, o caboclo passa a ser pescador, embora permaneça no mato: é o *caiçara*. Tira a sua subsistência do mar e da floresta que aqui entram em contacto direto. Frutas, bananas, mandioca, peixes, constituem o conjunto da sua alimentação. Já não habita em casas isoladas, desgarradas no mato e distanciado de outros seres humanos, como o caboclo, ao invés disso agrupa-se em pequenos aldeamentos, alinhados ao longo das praias, sobretudo das que contornam golfos profundos, ou enseadas, ao abrigo do vento de oeste e dos vagalhões atlânticos. A unidade do agrupamento é a rede de pesca que requer para o seu manejo o concurso de quatro barcos a que correspondem oito ou dez famílias, oito ou dez lares. É o normal dos aldeamentos de caiçaras. No momento da passagem dos cardumes de peixes, sobretudo das tainhas, no inverno, um daqueles observa ao largo a entrada do cardume na enseada. Êste imediatamente previne aos companheiros fazendo arder uns garranchos sobre o barco. Sem demora, toda a equipe põe-se ao mar, conduzindo a rede que envolverá o cardume e o levará à praia, aonde é arrastado à força muscular. O peixe é então fustigado a cacetadas. São maravilhosos marinheiros em seus belos barcos talhados com diligência num tronco de árvore. A costa é tão piscosa, que não lhes são precisas mais do que algumas pescarias por ano, para dar-lhes a provisão necessária de peixes, que se deixam secar ao sol, afim de serem conservados. Outrossim, mais ainda do que o caboclo do interior, o caiçara pode viver ocioso, com um volume de trabalho insignificante de nenhum modo comparável com o esforço médio de um europeu.

Contrastando com êstes gêneros de vida desenvolve-se uma vida industrial incipiente que tem, se muito, algumas dezenas de anos de existência. A guerra européia, a crise atual, acompanhada da queda do câmbio permitiram às fábricas brasileiras reservar para si todo o vasto mercado local e mesmo encetar uma exportação para outros países da América do Sul.

As fábricas multiplicaram-se, sobretudo no ramo têxtil e com elas o Brasil viu surgir um novo elemento social: o operário. Cidades tais como São Paulo, Sorocaba, têm uma população operária que constitui já mais de metade dos seus habitantes. Bairros importantes como o Brás em São Paulo são unicamente operários. O referido proletariado industrial oferece uma fisionomia particularíssima: compõe-se, em sua maioria, de estrangeiros: italianos, húngaros, poloneses. Habitam ordinariamente pequenas casas com jardins, geralmente construídas pelo morador que é também o seu proprietário. Há pouquíssimas residências baratas construídas pelas fábricas ou pelas municipalidades. As cidades, próximas das fazendas, são essencialmente rurais.

A casa do operário é de fácil edificação, pois o clima não requer nem chaminés nem paredes espessas. Ao redor das cidades, espalham-se indefinidamente inumeráveis casinholas térreas, construídas nos lotes menos caros da periferia e constituindo grupos de construções, separadas da cidade por vastos espaços vagos. Daí o território urbano prolongar-se indefinidamente: o município de São Paulo mede trinta e quatro quilômetros de comprimento.

Os salários são baixíssimos, em média 5 a 7 francos por dia, porém o custo da vida ali é barato. As despesas com calefação e com o vestuário são reduzidas dado o fato da temperatura ser sempre clemente. A alimentação popular é igualmente barata. A dúzia de banana custa alguns centavos e uma galinha três ou quatro cruzeiros. Portanto, com salários que se poderia qualificar de miseráveis, o operário leva uma vida relativamente fácil e salubre. A consciência de classe operária é menos acentuada do que na nossa Europa. O operário associa-se, entretanto, se bem que menos em sindicatos profissionais do que em clubes, amiúde dotados de elegantes sedes. Há um verdadeiro espírito de clube com emulação entre os diferentes bairros. Reúnem-se aí sobretudo para as distrações, o esporte e mesmo a instrução. Cada qual possui seus grêmios esportivos, seus conjuntos de músicos. Aí se realizam sessões recreativas e há, às vezes, também, uma biblioteca e cursos noturnos. Tais clubes são bastante numerosos. Só em São Paulo, contam-se mais de cem e em regra muito poderosos, possuindo milhares de associados. Constituem uma das formas particulares da vida operária brasileira.

Os operários formam uma espécie de nova e jovem aristocracia em meio à população das cidades. Abaixo deles se agita uma multidão de indivíduos menos aquinhoados, mais ou menos mestiçados de negro com indígena, espécie de caboclo das cidades que vive de inumeráveis misteres parasitas: engraxates, carregadores, vendedor de bilhete de loteria, jornaleiro... Não mendigam, pois a mendicância é rara no Brasil, embora seu sistema de vida prime em não se dar muito trabalho. Andam descalços e andrajosos. Moram em casebres construídos por suas próprias mãos dos materiais mais heterogêneos e instalam-se por direito de ocupação nos terrenos sem dono. No Rio ocupam o alto dos morros graníticos que pontilham a cidade e que lhes permitem gozar as mais belas paisagens da admirável baía. Em Vitória fixaram-se na orla da floresta que cerca a cidade. Vivem quase de nada, banana, arroz, mandioca. Exibem pela cidade afora uma jovial e fácil ociosidade: a rua deve-lhe algazarra esfusante e vívida. Não constituem uma escória desprezada, pois a vida brasileira não sublinha as distâncias sociais. Ao contrário disto, as atenua e o jornaleiro é um senhor, não menos do que o fazendeiro que reside nos luxuosos palacetes da Guanabara, no Rio ou da avenida Angélica em São Paulo.

Singular associação de tipos que constituem esta população brasileira, em que os mais primitivos confinam com os mais evoluídos, onde se descobre o mais moderno pioneiro ao lado do proprietário quase senhorial. As cidades de mais de um milhão de habitantes, como o Rio de Janeiro e São Paulo, abroham de uma natureza quase virgem em que a floresta e a montanha ainda ocupam porções do território urbano.

Em determinadas paisagens, o Brasil parece um velho país com antigas cidades quase mortas como Ouro Preto, mas, em outras, apresenta-se como uma seção surpreendentemente jovem desse Novo Mundo: ser a um tempo o mais novo e o mais velho país da América, tal é um dos paradoxos que apresenta o Brasil quando se observam os seus personagens típicos. A uma vida de tradição, bebida nas civilizações latinas, associa-se sem dificuldade um americanismo pujante e as formas de vida, alhures opostas, coexistem aí em perfeita harmonia, contribuindo para fazer do país uma preciosa reserva da latinidade.

Resenha e Opiniões

A estância e o espírito militar na formação do Rio Grande do Sul

Entre os elementos fundamentais que contribuíram para a formação da sociedade sulriograndense, destacam-se a estância e o espírito militar.

Aquela nasce como necessidade econômica e este se forma pelo imperativo da defesa.

A campeiragem é embora arriscada, labor pacífico, intenso, que seduz e apaixona.

A defesa se fez necessária, quase sem tréguas, desde os primeiros dias da ocupação até 1828, e, pôsto que luta áspera, de vida e morte, desperta entusiasmo e bravura.

Ambas a lides empolgam e fascinam e, pelo risco que acarretam, dão realce e personalidade aos lidadores.

O campeiro ostenta uma galhardia flamante, que lhe dá o ar dominador de monarca das coxilhas.

Este título, na *aristocracia estancieira*, aumentava de valor, quando o conquistava o senhor da estância, como em regra acontecia.

Foram campeiros famosos os maiores vultos da história pátria em nosso extremo meridional, desde o nascimento das estâncias até o período áureo destas no século passado.

O campeiro e cavalarião têm desde logo, um representante magnífico na personalidade empolgante e telúrica de Rafael Pinto Bandeira.

Foram campeiros renomados Bento Gonçalves da Silva e Antônio de Sousa Neto, aos quais, José Garibaldi, tomado de justa admiração, assim se refere: "Bento Gonçalves verdadeiro cavaleiro andante do século de Carlos Magno, irmão pelo coração dos Olivérios e dos Roldões, vigoroso, ágil e leal como eles, verdadeiro centauro, manejando um cavalo como ainda não vi manejar, senão pelo general Neto, modelo completo de um cavaleiro".

Também campeiros de nomeada foram: Andrada Neves, barão de Triunfo,

o bravo dos bravos, no conceito de Caixias; João Nunes da Silva Tavares, barão de Itaqui, chefe impertérito da cavalaria riograndense; Joaquim da Silva Tavares, barão de Santa Tecla, o qual, sôzinho, "laçava e castrava um touro nos campos de Camaquã"; Osório, o imortal marquês de Erval, que aos 14 anos de idade montava em pêlo qualquer cavalo bravo, campeiro famoso também o foi e, ao mesmo tempo cavalarião inexcédível.

O estanceiro era, em regra, um chefe natural e, desse modo, se impunha e dominava pela ascendência moral, que é a mais poderosa das forças dos condutores de homens.

Ser ginete, laçar de tirão — era ser campeiro e, como tal, alvo de admiração e de respeito.

Saint-Hilaire, o mais arguto dos observadores do povo riograndense, no século passado, depois de se referir ao preço em que os sulinos tinham o conde de Figueira, por ser amigo do povo, acrescentou: Aos olhos dos seus jurisdicionados ele possui outro mérito de alta valia — é que sabe atirar o laço e cavalgar tão bem quanto os naturais desta região, locomovendo-se com a rapidez de um relâmpago de um ponto a outro da Capitania".

As lidas campeiras, que eram praticadas com o prazer de um esporte, enrijaram os homens, dando-lhes vigor e resistência excepcionais, fazendo-os assim aptos para suportarem a vida dos acampamentos com a facilidade com que viviam, ao relento nas pousadas e pastorejos das tropas ao sol causticante do verão; tirando lichiguana no período das invernias; castigados pelas saraivas, em campo aberto.

O cavalarião afronta com o seu panache de bravura, que não conhece perigos — é um centauro.

Todos os grandes generais de origem sulriograndense ou formados nos Regimentos da terra gaúcha, foram intrépidos e fascinantes soldados de cavalaria.

José de Abreu, o destruíssimo e presante barão de Sêro Largo, é um dos expoentes desses lidadores, no início do

N. da R. — Trabalho póstumo do general Sousa Doca, antigo consultor-técnico do Conselho Nacional de Geografia.

século passado, como o fôra no anterior, Rafael Pinto Bandeira, o duende dos platinos.

A lança foi um símbolo da bravura e da honra do soldado riograndense.

Bento Manuel Ribeiro, paulista de nascimento, mas criado no Rio Grande do Sul, desde os cinco anos de idade, ao som do clarim e ao nitrir dos baguais, foi cavalariano famoso e lanceiro temível.

Quando derrotado no Sarandi, indagou ansioso: "Vem salvo o alferes Osório"?

Deu, em seguida, o motivo dessa interrogação: Se aí vem hei de deixá-lhe minha lança quando eu morrer; porque êle a levará onde eu a levo".

O futuro marquês de Erval tinha então apenas 7 anos de idade.

Quarenta e um anos depois Osório, general em chefe do Exército brasileiro, ganha a batalha de Tuiuti, para os aliados, de lança em punho em toda a extensão da linha de combate, não aristando-a contra o inimigo, mas erguendo-a, como um símbolo, como voz de comando para a luta, na conquista da vitória.

Quando em 1839 foi o general Manuel Jorge Rodrigues nomeado comandante em chefe do exército em operações contra os farroupilhas, noticiando a partida desse general disse o futuro duque de Caxias ao então major Manuel Marques de Sousa, depois conde de Porto Alegre: "Não se deu atenção ao que eu expus sobre o estado dessa Província e aí vai o pobre velho Manuel Jorge que, se bem que honrado, não é capaz de *trotear* mela légua".

Caxias, como sempre, tinha razão, fôra, entretanto, desouvido. Julgava que só seria capaz de pacificar o Rio Grande um general genuinamente brasileiro, vigoroso e dinâmico e, daí, sua referência com tristeza e sem esperança, da nomeação e partida do futuro barão de Taquari, que havia de retornar à Côte, como muitos outros, sem vencer ou pacificar os farroupilhas.

Manuel Jorge nascera em Portugal e estava alquebrado pelos anos e além disso não era, como aquêle outro bravo lusitano — o conde da Figueira — um cavalariano — faltava-lhe essa qualidade essencial, para lutar e vencer naquela terra de centauros.

O marechal Vitorino José Carneiro Monteiro, barão de São Borja, era pernambucano e foi cavalariano perfeito: intrépido e galhardo.

Fêz toda sua carreira, de soldado a coronel, na cavalaria riograndense.

Fazendo o elogio de sua notável personalidade militar disse Dionísio Cerqueira: "Nenhum *guasca* lhe levava vantagem à frente de um regimento, dando uma carga de espada alta".

Foi dos trabalhos da estância que saíram dentre agregados, peões, posseiros, capatazes e estancieiros, os bizarros soldados da cavalaria riograndense — dessa cavalaria que Caxias, tão parco em louvores, consagrou neste elogio, ao retirar-se do Paraguai, em 1869: "É com a maior satisfação que eu julgo dever aproveitar o ensejo para dirigir as minhas sinceras e entusiásticas felicitações às bravas, corajosas e destemidas cavalarias riograndenses.

Seus serviços importantíssimos na presente guerra, a maneira eficaz com que sempre me ajudaram, concorrendo para todas as vitórias que temos alcançado, e a resignação com que têm suportado as mais duras provanças, constituem um verdadeiro título de glória para soldados tão distintos.

Nada disso é novo para mim porque em épocas anteriores havia eu já experimentado o quanto valia o cavalariano riograndense.

O escocês James Jorge Semple Lisle, no fim do século 18.^o e, portanto, na segunda geração da gente riograndense, proclamou, como fruto da sua observação, que os cavalarianos da Capitania do Rio Grande eram "intrépidos, robustos e acostumados à sela desde a infância, suportando a fadiga com assombrosa resistência" e acrescentou que eram homens de grande elegância, até quando se tratava de simples praças de pret; que usavam enormes esporas e espadas cujos copos eram de prata maciça.

Tratava-se, pois, dos primeiros soldados daquela Cavalaria a que, sessenta anos depois, assim se havia de referir José Garibaldi da Europa: "Eu vi corpos de tropas mais numerosos, batalhas mais disputadas; mas nunca vi em nenhuma parte homens mais valentes, nem cavaleiros mais brilhantes que os da bela cavalaria riograndense, em cujas filas principiei a desprezar o perigo e combater dignamente pela causa sagrada das nações.

Oh! quantas vezes tenho desejado nestes campos italianos um só esquadrão de vossos centauros, avezados a carregar uma massa de infantaria com o mesmo desembaraço como se fôra uma ponta de gado!..."

Ao expansionismo bandeirante está sendo erigido um monumento em São Paulo, digno dos heróis da epopéia das bandeiras.

A bravura e a constância da cavalaria que defendeu e fixou as raíais do nosso exército meridional, o Brasil está devendo, em terra riograndense, uma obra consagradora dessa outra epopéia de heroísmo.

É tempo de, em nobre gesto de reconhecimento e justiça, saldar essa dívida.

☆

A estância congregou, arregimentou, disciplinou e solidarizou os primeiros grupos humanos civilizados que se localizaram no território e atraiu em seguida, para essa agremiação e nela integrou os filhos da terra, que facilmente se adaptaram, visto que as lidas campeiras tinham um pouco de seu andarengismo e tudo de sua paixão pelo cavalo.

A estância muito contribuiu para a formação do gaúcho brasileiro, estabelecendo meio termo entre dois antagonismos: o sedentarismo dos açorianos e o nomadismo dos aborígenes.

Dai procede o peão e algumas vezes o próprio estancieiro, que nem sempre é de alta patente militar, mas simples cabo miliciano, como o aventureiro e intrépido Manuel dos Santos Pedroso, um dos grandes heróis na conquista das missões Orientais.

Da conveniência em comum nos trabalhos campeiros e da reunião em torno do fogão que ardia em cada estância, à semelhança do *focus* dos tempos antigos da Grécia, da Itália e do Oriente — nasceu a estima, se formou a família e se constituiu a sociedade, que havia de ser o elemento estrutural da gente riograndense, uma das colunas mestras da nação brasileira, pelos influxos da unidade psíquica, em comunhão de sentimentos, de ideais e de crenças em coexistência com os interesses de ordem material, formando assim as bases mais sólidas da vida e da fidelidade dos povos.

Sobre esses elementos excepcionalmente unificadores, assenta com firmeza a unidade brasileira, que não é, por isso, nenhum milagre, como há quem pense.

Não há milagres na vida dos povos e, sim, fatores reais, positivos, que influem na evolução, que orientam a marcha e ditam o destino de cada um.

Somos novos na América como povo, mas como nação, somos com o predomínio dos elementos estatísticos do meio ambiente e das imposições nativistas e patrióticas, o desdobramento da nobre e forte nação lusitana, através da sua índole e dos seus usos e costumes, das suas tradições de seu culto, de seu sangue e de sua língua.

Esses elementos profundamente unificadores e que são as bases sólidas das nacionalidades, encontraram no Brasil clima propício, favorecido pela unidade de território e pela comunhão de interesses humanos, sob o amparo das forças armadas que sempre souberam honrar o nobre e bravo sabre português.

O chamado milagre da unidade brasileira reside na existência precoce, mas vigorosa, da unidade portuguesa, esboçada nos primeiros anos do século XIV e que chegou ao apogeu na centúria seguinte.

Sob o patrocínio e o calor dessa unidade foram pela gente lusa levadas a efeito as grandes navegações, as conquistas na África, a descoberta, a posse e o povoamento do Brasil.

Dez anos antes da ocupação oficial de São Pedro do Rio Grande do Sul foram em seu território fundadas as primeiras estâncias, ao longo do litoral e no interior.

Em 1797, somente no sul da Capitania, existiam 539 estancieiros localizados.

A civilização e progresso sulriograndense foram eminentemente rurais e ainda predomina esse caráter.

Não obstante o desenvolvimento do comércio e das indústrias que muito têm contribuído para o aumento das populações urbanas, dois terços dos atuais municípios sulinos têm sua maior população na zona rural.

É fraco, quase nulo no Rio Grande do Sul, o pauperismo urbano.

A estância, ao mesmo tempo que criou a aristocracia *sui generis* dos fazendeiros, fez nascer o sentimento democrático entre os peões, agregados e posteiros sob a égide daqueles que, pela natureza das lides campeiras, com os assalariados se mesclavam, sem aviltamentos, nem supremacias além das que vinham do fulgor conquistado naqueles trabalhos, onde todos partilhavam dos mesmos riscos, das mesmas alegrias e entusiasmos, disputando, nos mesmos lances, as mesmas prêsas.

O peão sentia, assim, subir até o patrão e compartilhar das exaltações e da fama dêste.

Assim acontecia porque o herói do dia, nas fainas de marcação, de aparte ou de rodeio, era o que melhor pealava de colher, a rês mais arisca e bravia ou o que a subjugava, em corrida desenfreada, num pealo de costilhar ou com ela se emparelhava, em desfilada estrepitosa, lançante abaixo ou coxilha acima.

O trabalho em comum evitou a separação, que incompatibiliza e faz nascer antagonismos entre aristocratas e pebleus e, além disso, imprimiu no homem sulriograndense a alegria de viver.

A estância sulriograndense tem sido comparada a um pequeno feudo pelos que a julgam pela aparência. Só assim se explica êsse juízo errado, visto que a estância nunca teve as características essenciais daquela propriedade. O estancieiro não recebia sesmarias em troca de obrigações ou homenagens especiais ao rei mas para com o trabalho aumentar a grandeza nacional. Além disso quase tôdas as grandes estâncias foram adquiridas pela bolsa de seus proprietários.

O estancieiro mesclando-se com os seus jurisdicionados na lida pastoril, dava a êsse labor alto sentimento de dignidade.

Assim não era nas fainas agrícolas dos latifúndios cafeeiro e açucareiro, onde só trabalhava o braço servil.

Houve predomínio do estancieiro sobre seus jurisdicionados — nasceu daí o individualismo do grande proprietário, mas uma observação acurada em exame atento e profundo, de quem investiga para conhecer, dá a certeza de que êsse individualismo foi favorável à ordem social, criando uma elite sem isolamento.

O isolamento entre os senhores e os escravos, nos engenhos de açúcar e nas fazendas de café, foi bem acentuado, predominou enquanto existiu o braço servil e produziu a tristeza que ainda hoje se reflete nas cantigas lamuriasas do folclore regional, enquanto o sulriograndense canta bravatas, se proclama herói e sublima em seus versos o cavalo e a mulher, com entono de grão senhor.

Os estancieiros, desde os primeiros tempos, se congregaram contra os ataques dos inimigos externos.

Essa atitude impediu que se isolassem e os levou a prestarem obediência e auxílio à autoridade provincial.

A unidade da estância representa na coletividade sulriograndense o que a unidade das Províncias representa na coletividade brasileira.

A existência do espírito provincial jamais prejudicou no Rio Grande do Sul o amor à pátria.

Ofendidos os brios do Rio Grande, todos se uniam para defendê-lo.

Atacado o Brasil, por inimigos de qualquer ordem, eram esquecidas as rivalidades internas, punha-se de lado o espírito partidário e todos se lançavam na defesa da pátria, com ardor, bravura e desprendimento.

A estância formou o patriciado sulriograndense, a elite, a classe dos dirigentes. Êstes, sem a arrogância dos nobres, conviviam com os dirigidos, impondo-se pela ascendência moral — a maior e a mais sugestiva nobreza, porque não humilha e tem a virtude de estabelecer a admiração natural e a obediência consciente.

☆

O espírito militar foi outro fator notável de sociabilidade no Rio Grande do Sul e contribuiu poderosamente para a formação da mentalidade brasileira da gente sulriograndense.

Os nossos vizinhos do Prata influíram em nossa formação, não como elemento cooperador, segundo há quem afirme — mas como um perigo que exigia de nós congregações, para o combater e afastá-lo.

Com êsses objetivos os nossos maiores se arregimentaram e, dêsse modo, se fizeram soldados desde a primeira geração, sob o comando dos estancieiros e não raro por êstes alimentados e armados, constituindo assim, verdadeiras mesnadas de lanças fornidas, à semelhança dos contingentes dos barões feudais, com a diferença, porém, que a contribuição dêste era obrigatória e a dos nossos espontânea e patriótica.

Dêsse modo o fator político teve mais influência na formação social do povo riograndense, que o geográfico e muito contribuiu para dar-lhe um cunho forte e acentuado de brasilidade.

Da proximidade geográfica dos dois povos — o brasílico e o platino — no período da formação de ambos, nasceu uma linha forte de separação, racial e ideológica, que só o tempo abran-

dou e os novos ideais de paz e trabalho no continente apagaram, em favor de amizade recíproca.

Da vida em comum para a defesa contra a inimigo externo que, no conceito de Spencer, é dos maiores agentes da sociabilidade, nasceu o espírito militar dos sulriograndenses, sem as características do militarismo e com todas as virtudes associativas daquele espírito, que é gerador, em alto grau, da solidariedade social, da estima, da confiança e da admiração humanas.

A defesa da terra mobilizou todos os homens, os submeteu à disciplina militar fê-los cruzar o território em todas as direções e, assim ampliou-lhes os horizontes, deu-lhes uma visão panorâmica da Capitania e da Província, incutiu-lhes noção clara dos interesses comuns e dos benefícios da solidariedade, despertou-lhes, intenso, o amor da pátria, demonstrou-lhes a vantagem do poder público, criou a unidade de pensamento e formou a sociedade sulriograndense, coesa e homogênea.

☆

NOTA SOBRE OS REGIONALISMOS EMPREGADOS NESTE ESTUDO:

— *Aparte, campeiragem, campeiro, cavalariano, estancieiro, guasca, pastoreio, rodeio* — são brasileirismos do Sul. Cândido de Figueiredo os registra em seu *Dicionário da Língua Portuguesa*.

Agregado — Pessoa que, sem ser posteiro, mora gratuitamente na estância, com obrigação de ajudar nos trabalhos.

Capataz — O chefe dos trabalhadores da estância.

Peão — Vide sua verdadeira acepção neste caso no *Vocabulário Sul Rio-grandense*, de Luís Carlos de Moraes.

Posteiro — Pessoa que mora em certos pontos da estância e auxilia nos trabalhos desta, sem ser propriamente peão. Em paga de seus serviços, tem moradia gratuita.

Laçar de tirão — É a maneira de lançar sem rebolear o laço acima da cabeça. É o tiro mais difícil e, por isso, a pedra de toque do laçador.

Monarca das corilhas — Homem orgulhoso, alegre, bravo e amante da liberdade.

Pealo de costilhar — É o tiro de laço dado sobre as costelas do animal, de trás para diante.

Pealo de colher — É o feito somente com a armada do laço, sem rodilhas. Prende o animal pelas patas dianteiras. É também chamado de tirão.

Tirar lichiguana — Sentir muito frio.

★

O levantamento direto e aerofotográfico de cartas geomorfológicas e seu interesse teórico e prático *

As cartas geomorfológicas merecem hoje um lugar ao lado dos mapas topográficos e geológicos, não somente nos trabalhos especializados mas também nas obras gerais e, mesmo, em certos atlas como o de Bartholomew. Todavia essas cartas exprimem apenas interpretações baseadas nos levantamentos topográficos e geológicos e, quando muito, em algumas observações pessoais do autor. Parece-nos que, por esse motivo, essas cartas geomorfológicas possuem um caráter um pouco frágil e subjetivo o que impede, muitas vezes, que lhe seja dado o mesmo valor que às outras cartas topográficas ou geológicas, levantadas diretamente no campo. Há um outro inconveniente nas cartas geomorfológicas assim desenhadas com cartas topográficas e geológicas: é o fato de que tanto umas quanto outras foram feitas com outra finalidade, visando um objetivo topográfico ou geológico que não é o do geomorfólogo. Apresentam, por isso, grandes lacunas quando se trata, por exemplo, de determinar a localização e a extensão de superfícies de erosão ou de terraços, a posição e a altitude exatas das rupturas de declive, a altitude precisa dos contactos e dos depósitos, o traçado das falhas em relação com a topografia, a natureza dos aluviões fluviais, os perfis longitudinais e transversais detalhados etc.

As cartas em curvas de nível, embora representem um grande progresso quando comparadas às hachuras, não fornecem indicações bastante precisas quando a escala é de 1:50 000 ou ainda menor, principalmente, se a equidistân-

* Comunicação do Prof. Francis Ruellan à Academia Brasileira de Ciências, em dezembro de 1946.

cia fôr igual ou superior a 20 metros. Por outro lado, as curvas de nível representam uma generalização do relevo que muitas vèzes não indica o modelado exato dos espigões ou dos terraços, tão importantes em geomorfologia. As cartas geológicas, por sua vez, não fornecem dados sôbre a altitude precisa dos contactos ou das mudanças de fácies, medidas essenciais, sem as quais não se pode compreender as relações do fácies com as formas do terreno. Também a natureza dos depósitos superficiais, que às vèzes o geólogo acha de pouca importância, é de um interesse capital para a geomorfologia. Do mesmo modo, para bem compreender o valor e a evolução dos solos é preciso conhecer sua origem aluvial, coluvial ou aluvial, em suas relações não só com o subsolo mas também com as formas do terreno.

As cartas geomorfológicas afastam-se, pois, dos fins visados pelos levantamentos topográficos ou geológicos. Não bastam, para preparar uma boa carta geomorfológica as formas gerais do relevo indicadas pela carta topográfica, e a natureza do subsolo, sua história (estratigrafia e paleontologia) e dinamismo passado (carta tectônica), representados pelos mapas geológicos. A carta geomorfológica procura apresentar as formas do terreno em suas relações com a natureza do subsolo e do solo, a história estratigráfica, a tectônica, a erosão, seja ela elementar, fluvial, cárstica, eólica, nival, glacial ou marinha e também os efeitos da ação do homem sôbre essas formas. Uma tal carta possui, portanto, um caráter dinâmico, e deve permitir a compreensão da evolução presente e mesmo futura das formas do relevo.

Para alcançar êsses objetivos, há pois necessidade de um levantamento da carta geomorfológica no terreno, apoiado como na topografia, sôbre os talwegues e diretrizes das vertentes dos vales. Os instrumentos empregados nesse levantamento são os mesmos dos levantamentos geodésicos, topográficos, hidrográficos e também geológicos e pedológicos. Não cabe, no entanto ao geomorfólogo, como foi assinalado, fazer um levantamento topográfico, geológico etc..., êle deve ter sempre em vista a compreensão das formas e por isso os acidentes do terreno, como as rupturas de declive, de importância capital num trabalho geomorfológico. Além do levantamento, prôpriamente dito, o trabalho deve ser acompanhado

por "croquis" panorâmicos a mão livre ou a câmara clara, com as indicações dos azimutes e dos ângulos verticais.

O levantamento do perfil longitudinal de um rio exige medidas topográficas precisas e um estudo dos aluviões transportados e sucessivamente depositados, há também necessidade de uma carta da estrutura em função do relevo, de modo a se saber em que terreno está se processando e se processará no futuro o escavamento vertical se êle continuar com uma evolução normal ou se houver uma retomada da erosão devida a trabalhos de regularização. Deve-se pois, indicar a natureza do leito do rio, a altitude e o perfil do leito menor, o caráter das confluências, as rupturas de declive, cíclicas ou estruturais, e o caráter das soleiras e dos terraços aluviais ou coluviais. Merecem atenção também as relações do rio com a vegetação e com a ocupação humana (campos de cultura ou criação).

O perfil transversal pode revelar terraços aluviais e também "epaulement" e "replato" rochosos. Seu interesse teórico é considerável, pois revela as diferentes etapas do modelado do vale, do aprofundamento do rio ou do aluvionamento e também do ponto de vista prático, pois a utilização do solo não depende da topografia ou da geologia consideradas separadamente mas de sua atuação simultânea. Com uma carta geomorfológica poder-se-á localizar inteligentemente as habitações, fazer um plano racional de culturas irrigadas, traçar as estradas e as vias férreas, levando em conta, ao mesmo tempo, as formas do terreno, a natureza dos solos superficiais, do subsolo e do regime das águas.

Os perfis transversais minuciosamente levantados podem ser dispostos em perspectiva sôbre um perfil longitudinal também perspectivo. Pode-se assim estudar os perfis nas três dimensões e reconstituir os antigos talwegues.

As sondagens são de grande auxílio no levantamento das cartas geomorfológicas pois fornecem indicações preciosas sôbre a natureza dos solos nos terraços e espigões como, também, sôbre os fundos dos vales aluvionais. Podem servir ainda à reconstrução da topografia de antigas superfícies de erosão, fossilizadas sob os aluviões recentes.

Tôdas as indicações assim obtidas sôbre a natureza do terreno, na superfície e em profundidade, podem ser

lançadas em diagramas perspectivos de rédes de cortes retangulares, nos quais pode-se ver, em três dimensões, as relações da estrutura e das formas. Servem, portanto, êsses diagramas para completar a carta geomorfológica.

Pesquisando as relações entre o relevo de uma região e sua estrutura dobrada, é preciso distinguir bem quais as formas devidas à influência das dobras e quais as que revelam a ação preponderante dos diversos tipos de erosão. Também quanto às falhas, deve-se procurar qual a sua influência no modelado atual. Assim, muitas vezes, falhas conhecidas pela observação direta das camadas já foram niveladas e não têm nenhuma influência na topografia local; todavia, a alguma distância da linha de falha, um escarpamento indica o recuo, por influência da erosão, de uma frente de bloco falhado. É o que foi por nós designado "frente dissecada de bloco falhado", acidente muito mais interessante para o relevo, o clima, a vegetação e a ocupação humana do solo que a linha da falha propriamente dita. Uma frente dissecada de bloco falhado, por outro lado, não respeita somente o alinhamento das falhas, mas se adapta a outras linhas estruturais como dobras, filões e batolitos e diáclases, segundo a ação da erosão diferencial.

Depois de tôdas essas considerações, não se pode deixar de reconhecer a necessidade de um levantamento no terreno, quando se pretende fazer uma carta geomorfológica. Não se deve, no entanto, desprezar outras fontes de conhecimento da região como por exemplo, as fotografias aéreas, de grande utilidade para a confecção de uma carta geomorfológica. De fato, pode-se conseguir pela observação e exame das fotografias aéreas: 1) Os grandes traços do relevo que se poderá lançar imediatamente em cartas de escala média, entre 1:50 000 e 1:250 000; 2) Certos detalhes das relações das formas com a estrutura e a erosão, que poderão figurar nas cartas de grande escala.

A reconstituição aero-fotogramétrica permite ao geomorfólogo precisar, nas três dimensões, as formas observadas. Não se pode negar, pois, que, se a fotografia aérea não elimina a necessidade de um levantamento no terreno, ela é um precioso auxiliar dêsse levantamento. De fato, há uma grande economia de tempo pois ela fornece uma base topográfica aceitável,

permite completar a carta em curvas de nível pelos acidentes de interesse geomorfológico, como as rupturas de declive, e, além disso, orienta na pesquisa dos fatos geomorfológicos essenciais.

Uma carta geomorfológica levantada cuidadosamente no terreno e apoiada em uma base aero-fotogramétrica é, portanto, um documento de grande valor científico e de grande utilidade prática.

Assim, por indicar a natureza e a espessura dos solos eluviais, coluviais ou aluviais, em função das formas e em relação com os tipos de vegetação, por esclarecer sua composição, e seus movimentos, a carta geomorfológica é de grande valor para a agricultura, a exploração mineral, os trabalhos de engenharia civil, estradas, vias férreas, barragens etc...

Certas rochas, em um meio determinado, originam certas formas do terreno pelas quais se pode, muitas vezes, reconhecer seus afloramentos. Baseia-se nesse fato o grande interesse de uma carta geomorfológica para a mineração. Uma relação estreita entre a topografia e a estrutura, fornecida pela carta geomorfológica, indica com precisão o lugar onde as camadas mineralizadas se aproximam da superfície. As formas devidas aos filões, em relevo ou escavados pela erosão conduzem à descoberta do traçado de filões metalíferos ou de outros minerais que só poderiam ser encontrados por meio de custosas sondagens. Além disso, pela determinação das altitudes relativas dos terraços aluviais, pode-se acompanhar, sem dificuldades os depósitos aluvionares; por outro lado a observação minuciosa das formas, revela a extensão de certos depósitos sedimentares e permite encontrar a continuação da camada ou de sedimentos superficiais localmente interrompidos. Enfim, o estudo dos vales e de sua concordância revela muitas vezes a possível extensão das jazidas aluviais como observamos, ainda recentemente, em São João del Rei onde os depósitos de cassiterita se encontram em pequenos vales em U aluvial, suspensos em relação ao vale principal onde recomeçou o escavamento vertical.

Por outro lado, para construir um guia de corrente, um dique ou para conhecer as reações de um rio a cada modificação feita em seus perfis longitudinais e transversais, não basta um estudo de hidráulica, sendo tam-

bém preciso uma análise das formas de erosão e acumulação devidas à ação do rio nas grandes cheias ou no período de estiagem, os sulcos escavados nos espigões ou nos terraços por ela mesma construídos.

Mesmo do ponto de vista militar, uma carta geomorfológica permite uma utilização mais racional do terreno pois tôdas as rupturas de declive, tão importantes para o conhecimento dos ângulos mortos, aí são cuidadosamente indicadas ao mesmo tempo que a natureza do solo e do subsolo que pode indicar as possibilidades de instalação de trabalhos.

Relendo a história da colônia agrícola de Petrópolis, pode-se ver as grandes dificuldades que surgem quando não se realiza inicialmente um cuidadoso inquérito.

Atualmente, os planos estão em moda e quem inicia um plano de exploração deve conhecer os traços fundamentais da região que vai procurar valorizar. Ora, é pela geomorfologia que se pode identificar os traços essenciais da paisagem, e as relações das formas com o clima, e hidrografia, a vida biológica e finalmente, o homem. Para alcançar bons resultados nesses trabalhos são necessários equipes bem treinadas.

O levantamento geomorfológico constitui a base de todo estudo regional, e por seu intermédio é que se percebe o encadeamento dos fatos que permite a compreensão da paisagem. Ao lado dos engenheiros topógrafos ou geólogos, há, pois, um lugar para os engenheiros ou técnicos geomorfológicos que asseguram a coordenação necessária.

Francis Ruellan

★

Vale do São Francisco: um império a conquistar

Desdobrem um mapa altimétrico do Brasil, o mapa do Conselho Nacional de Geografia, por exemplo, que é o melhor dêles, e examinem demoradamente a bacia do rio São Francisco, o Nilo brasileiro, o rio da unidade nacional, o acidente geográfico que tão vincadamente liga o centro ao nordeste do país.

Comprida e relativamente estreita acomoda-se entre dois maciços mon-

tanhosos. Alta de entre 500 e 1 000 metros, na maior parte de sua área, a altitude significa clima mais fresco, pois a temperatura média decresce de um grau por cerca de 150 metros de elevação. Conforme Serebrenick, clima úmido nas terras altas que envolvem a bacia, das proximidades do paralelo 17, a leste, às do paralelo 11, a oeste, mostrando bem que as encostas ocidentais, pertencentes ao Maciço Central, são mais chuvosas que as orientais, que fazem parte do Maciço Atlântico. Semi-áridas no nordeste, entre Xique-xique e Marechal Floriano. Sub-úmidas no restante, isto é, talvez em dois terços da bacia. Solos férteis em grande quantidade. Aluviões feracíssimos. Muita energia hidráulica no rio principal e em todos os afluentes que degingolam planalto a baixo, em quedas sucessivas. Uns sete mil quilômetros navegáveis, quando sistemática e racionalmente aproveitados. Minérios variadíssimos, e em abundância. Amplos campos de pecuária. Imensas possibilidades agrícolas. Burton, Richard Burton, em *Exploration of the Highlands of Brazil*, entusiasma-se com as riquezas estáticas sanfranciscanas. Esquece um pouco a algidez das opiniões científicas. Torna-se lírico, exuberante, tropical, um Castro Alves da Geografia. Há, no vale, afirma, elementos para a construção de um império. "O terreno é admiravelmente apropriado para o bicho da seda e para o cultivo do algodão que algum dia rivalizarão com suas imensas pescarias. O lúpulo e a vinha florescerão admiravelmente. Entre os cereais são importantes riquezas, o milho e o arroz. A cevada, o centeio e o trigo, provavelmente darão bem nos campos gerais. A maior parte dos frutos e vegetais pertencentes às regiões subtropicais e temperada poderá ser introduzida".

Segundo o engenheiro Adosindo Magalhães de Oliveira, escrupuloso em suas opiniões, a irrigação permitiria à bacia sanfranciscana manter bem mais de cem milhões de habitantes, ela que hoje sustenta pèssimamente menos de dois milhões.

Vale tão capaz, com 670 mil quilômetros quadrados, duas vezes maior do que a Itália, sete vezes maior do que Portugal é, em nossos dias, a desolação. Populações atrasadas e pobres, impotentes ante o gigantismo dos problemas. Impaludismo. Escassez extrema de transportes.

— E a navegação do São Francisco?

— O São Francisco está morrendo... Ganha em largura e perde em profundidade. Aterra o seu leito. E o mesmo acontece com alguns de seus afluentes, como o das Velhas, que já não é mais freqüentado pelos vapores. Urge salvá-lo. E transformar um pólo repulsivo num dos trechos mais vitais do Brasil e do mundo. E é o que se principia a fazer.

* * *

O senador Apolônio Sales, quando ministro, focalizou o São Francisco. Chamou-o a si. Apropriou-se dele. Infelizmente não pôde terminar a sua obra. Deixou-a, porém, em tal ponto que era quase impossível não a continuar. O Sr. Neto Campelo, quando ministro, levou um pouco além os trabalhos preliminares. A Constituição pôs à disposição do governo federal os recursos indispensáveis. O presidente Dutra e o ministro Daniel de Carvalho estão começando a executar o amplo plano de total aproveitamento da bacia sanfranciscana, preparado pelos técnicos.

É amplo e complexo. Há o aproveitamento da cachoeira de Paulo Afonso, que poderá fornecer, de início, uns 700 mil cavalos de força. Regularizado o módulo do rio, provavelmente esta quantidade, que já é tão grande, poderá ser mais que duplicada. As despesas orçarão por uns 600 milhões de cruzeiros, levando em consideração apenas o aproveitamento parcial da queda. Tal permitirá fornecer ao Recife Kw a Cr\$ 0,20 e à vontade, em vez de Kw, a Cr\$ 0,90 e Cr\$ 1,10, e em quantidades restritas, como sucede presentemente. Recife, a industriosa Recife, a terceira cidade do país em consumo de energia elétrica, será o nosso São Paulo do Nordeste, pois para tal ao seu povo não falta dinamismo. O clima? Não impediu até agora, embora lutando com falta de energia, a sua contínua industrialização. A Fábrica Nacional de Motores mostra o que é possível conseguir praticamente para minorar muito sensivelmente o calor. Ademais não cumpre esquecer que desde que se suba o planalto próximo da queda, encontrar-se-ão temperaturas médias de 20 graus e inferiores, idênticas à de Porto Alegre. Toda a área que se situa a um pouco mais de 400 quilômetros de Paulo Afonso será beneficiada pelas obras em curso. O Fecho do Funil, no Paraopeba, atenuará a fome de energia hidráulica

que está amenizando Minas Gerais. Sempre serão uns 160 mil cavalos a vapor a mais...

A regularização da descarga far-se-á pelas barragens a construir em alguns afluentes, e pelo reforestamento intenso das bacias do Paracatu e do Urucuia — os principais responsáveis pelas cheias do São Francisco — e de outros. O Grande e o Correntes originados nos Campos da Ribeira e no Planalto do Jalapão — altos, frescos, pluviosos, riquíssimos de fontes abundantes — têm descargas anormalmente regulares. Um modelo de regularidade. Estudar-se-á, porém, uma barragem na bacia do Grande, uma bacia monstro que se julga capaz de armazenar dez bilhões de metros cúbicos d'água — cinco vezes a capacidade da baía de Guanabara.

O regime melhorado e a consolidação das margens côncavas com pedra seca — uma proposta do engenheiro Adosindo Oliveira — aprofundarão o rio de 1,50 metros a 2,30 ou 2,50 metros. Acrescentem-se eclusas em Pirapora, e ter-se-á navegação fluvial econômica em sete mil quilômetros de cursos d'água. E há as estradas de ferro e de rodagem a construir. Depois, a irrigação de uma área maior que a irrigada no Egito, a lavoura seca nos amplos trechos não regados, uma pecuária moderna, a imigração européia, a mineração, a industrialização intensiva — o sonho de Richard Burton realizado.

Pimentel Gomes.

★

Lambari

Sombranceira ao núcleo urbano, a ferrovia incorporada à Rede Mineira de Viação deixa os passageiros destinados a Lambari na "Parada Melo", para cuja plataforma se abre uma das portas do hotel de que tomou o nome, hoje designado por Imperial.

A entrada principal, todavia, flanqueia, em baixo, a rua em declive, pela qual descem os viajantes, por algum raro automóvel, quando apareça, ou uma das numerosas *charretes* existentes ou mas freqüentemente a pé, se o tempo não os contraria.

Os hotéis concentram-se em torno do Parque das Fontes, em distância que não excederá, para os mais afastados, duas a três centenas de metros, de sorte que será até apetecida a ca-

minhada para quem permaneceu detido em carro sacolejante pelo menos doze horas, conforme indica o horário oficial não raro excedido pelos atrasos. A estação principal todavia alarga-se adiante, coisa de dois quilômetros, onde o terreno permitiu maior pátio para manobras e desvios, onde se desliga da composição o carro já vazio.

E ali aguarda, na manhã seguinte, o afluxo dos retirantes, que tranqüilamente se acomodam em seus lugares, enquanto não o toma de novo a miniguada composição procedente de São Gonçalo, e crescente à medida que avança, por Cambuquira, Freitas, Ibatuba, São Lourenço, pontos frequentados por veranistas, ou de cruzamentos de linhas.

Em Lambari ocorre a singularidade, imposta pelo hábito, ou conveniências pessoais, da dupla estação, uma utilizada para os que chegam e outra à hora da partida, pois que, em descida, o trem apenas permanece três segundos na "Parada Melo", quando não continua a marcha com a velocidade reduzida, mal dando tempo de embarque aos viajantes escoteiros.

Aos que pela primeira vez a visitam, a estância hidro-mineral, cuja origem se tece entre tendas românticas, a ponto de causar-lhe a denominação de "Águas Virtuosas", mantida por mais de um século, desde quando lhe descobriu, por volta de 1780, as virtudes curativas, o seu proprietário, Antônio de Araújo Dantas, consoante averiguou o ministro Alfredo Valadão, ao pesquisar os fatos de sua evocativa "Campanha da Princesa", afigura-se diferente das suas concorrentes mais próximas.

Não se desdobra pela suave lombada da colina, acima das nascentes oferecidas ao uso dos doentes de vária espécie, a exemplo do que sucede em Cambuquira.

Nem se alonga pela encosta fronteira do morro, que lembrou ao professor Alvaro da Silveira a existência de vulcão, há muito extinto, como ocorre em Caxambu.

Adensam-se-lhe as habitações ao redor das fontes, captadas ao nível da depressão, por maneira tal que o transbordamento do Mombuca, ribeirão para o qual fluem as sobras, embora não alague o Parque, manifesta-se pelo refluxo das águas represadas.

O pavilhão, em que se reuniram as fontes de piso inferior ao terreno circunjacente, após os aguaceiros conti-

nuados costuma inundar-se pelo ralo, cujas águas poluídas não se misturam, todavia, com as que jorram abundantemente das torneiras, mais ou menos a três palmos acima do fundo da cava.

Apesar de agrupar-se principalmente na área assinalada pelos seus medicinais olhos d'água, a cidade não se enxarca, ainda quando sejam prolongadas as chuvas.

As ruas próximas revestem-se de paralelepípedo, facilitando o escoamento das enxurradas que descem dos morrotes.

Não as molesta as alagações, que tanto desgostam os veranistas de São Lourenço; quando o rio Verde entumescce, além de suas bordas e esparrama-se pela baixada urbana.

O Mombuca, menos volumoso, não causa malefícios equiparáveis, embora se alongue por apreciável extensão para montante, pois contraverte com o Santa Quitéria.

Desenvolve-se de oeste para leste, paralelamente à serra das Águas, cuja linha de cumiada corre pelas alturas de 1 200 a 1 350 metros, imprimindo à paisagem feições características.

De formação gnáissica, a rocha viva aflora a espaços, fornecendo material para o calçamento e obras de construção. As mais das vezes, porém, desaparece, oculta pelas capas modificadas, em que viça a vegetação, ora herbácea, nas manchas do campo, ora em conjunto arbóreo, agradável à vista.

Ao sopé, e também pela direita do ribeirão, a decomposição patenteia-se mais profunda, a ponto de facilitar o desmonte hidráulico, empreendido com resultado, para o aterro do brejal vizinho. Escalavrou-se o morrote, que exhibe, em níveis diferentes, o material proveniente da alteração da rocha primitiva, transformada pelos agentes naturais em barro avermelhado, cuja coloração contrasta com o verde, que o envolve. Cortes para estradas, em várias direções, assim como as ruas mais afastadas, em ladeira, indicam análogo fenômeno, que arredonda as colmas, suavizando-lhes os perfis. A mais alta delas, entre o vale do Mombuca e de Pinheiro Roxo, foi escolhida para coroar-se com o cruzeiro, à semelhança do que assinala o morro de Caxambu, também dotado de iluminação elétrica. Domina a circunjacência, não obstante os contrafortes, que se erguem para todos os lados, assim nas proximidades da serra das Águas, como em

rumo de Mandembo e de elevações que se prendem às serras de Santa Catarina, das Furnas, do Criminoso.

Descortina-se à vista do observador impressionante panorama, que abrange a cidade, em baixo, com algumas ruas ensaiando a subida pelas encostas mais próximas ao morro da "Caixa d'Água, o parque Venceslau Brás onde se exercitam os ciclistas estreantes, nas alamedas sombreadas de eucaliptus, até a piscina, de fundo cimentado, que facilita a limpeza do depósito argiloso carregado pelas águas de que se alimenta de continuo.

Abre-se, em área maior, o lago artificial, obtido pelo represamento do Pinheiro Roxo e Lambarizinho, contornado por estrada, que proporciona atraente passeio aos veranistas.

Aqui e ali, rompem-lhe do seio tranqüilo algumas ilhas, ora simples tufo de bambus, ora de maiores dimensões, como a dos Amores, de nome expressivo, que os visitantes não se cansam de gabar.

Fronteiro à represa frondeja o bosque mantido pela municipalidade, através do qual se arqueia rodovia de quatro quilômetros, apropriada ao trânsito de *charretes*, quando não chove copiosamente, encharcando os trechos mais ensombrados e aproximadamente horizontais.

O conjunto da mata municipal e do lago próximo bastaria só por si para deleite dos veranistas, caso não os distraíssem outros aspectos, alguns dos quais exigiriam assistência mais cuidadosa das autoridades competentes.

Assim é que o próprio lago, formado por esforços do engenheiro Américo Werneck, adquiriria melhor aparência por mais zelosa conservação, como figuraria certamente no projeto inicial, a julgar pela imponente construção do Cassino, que se ergue à sua margem.

Ninguém saberá justificar sensatamente o triste fadário que aniquilou os planos grandiosos do ousado prefeito na primeira década do século.

Ansioso de apressar o engrandecimento de Lambari, aumentou-lhe as atrações naturais, com vários empreendimentos, entre os quais sobrelevou o palacete, entre a cidade e o lago. Esmerou-se na edificação e no acabamento, confiado a profissionais de apurado gosto.

Salão japonês ao tempo em que o Japão maravilhava os contemporâneos, com a improvisação que lhe permitiu

derrotar o colosso moscovita, ignoradas ainda as suas malignidades, recebeu decoração apropriada, como também o chinês, em cujas paredes até hoje ainda brilha o ouro aplicado aos motivos alegóricos, em torno dos dragões fabulosos.

Mobiliário de harmonia mostra o esmero que norteava a ação do empreendedor, de cujos despojos se valeu o governo do Estado, quando lhe coube hospedar a comitiva do rei Alberto em Belo Horizonte.

Acomodação, havia, sem dúvida, mas desprovida de objetos de arte, a que se acostumaram os monarcas europeus, ou as pessoas de haveres e bom gosto. Lembraram-se do Cassino, cujas portas a adversidade fechava e de lá retiraram os jarrões que foram adornar a casa hospitaleira, ufana de acolher o heróico visitante real. E nunca mais voltaram a completar o ambiente silencioso, ao lado dos quadros assinados por artistas japoneses.

Na atualidade, afigura-se lamentavelmente simbólico o estado em que se desmantela o inoperante edifício.

Pomposo em suas linhas arquitetônicas, ainda se conserva relativamente indene às intempéries na parte central, poupada a maiores estragos. Os terraços cobertos, porém, donde o observador abrangeria, de um lado, o açude enorme, e do outro, a cidade, já exibem aspectos de tapperas, com o ma-deiramento apodrecido, calhas deslocadas, e mais graves sinais de ruína.

As águas pluviais descem pelas escadas, cuja degradação já se depara adiantada.

Ainda servem de acesso a quem pretenda subir aos terraços, mas em breve será perigosa aventura pisar-lhes certos degraus.

Aliás, só lhes experimentam a resistência os veranistas curiosos, pois que há três décadas, senão por maior prazo, o prédio se acha fechado ao uso público.

Surgiu, em local apropriado, quando promissores projetos alagavam de radiosas esperanças a fantasia do seu empreendedor.

Não tardou, porém, apenas inaugurado festivamente, em deixar-se envolver por interminável demanda, que lhe cerrou as portas.

Paralelamente, Lambari acompanhou-lhe a desdita.

Aflorou, entre as estações hidro-minerais, com o decidido apoio dos governantes mineiros, que auxiliaram a ação construtiva de A. Werneck, concretizada na represa, no Cassino, como também, mais longe, no Hôrto de Nova-Baden, onde suas mãos plantaram pinheiros, amplamente desenvolvidos na atualidade. Contentou-se com êsses empreendimentos, e desde então como que se restringiu a viver das glórias passadas, esquecida até de si mesma.

"Princesa Adormecida", aguarda o aparecimento de quem a desencante para a elevar à merecida posição de relêvo entre as demais cidades possuidoras de fontes de águas minerais, nada melhores, se é que igualam, em propriedades medicinais, as suas de abundante descarga.

Virgílio Corrêa Filho

★

A batalha da borracha

Este é o título de uma interessante e oportuna série de artigos da lavra do engenheiro agrônomo Orlando Baroni, publicada no jornal *O Estado de São Paulo* sobre a "Campanha da Borracha". Tratando nesse artigo inicial de suas origens expende o autor as seguintes considerações:

Com a queda das plantações de borracha em mãos dos japoneses, viu-se o governo dos Estados Unidos privado da maior fonte de borracha natural. A produção mundial de borracha no ano de 1941 foi de 1 266 342 de toneladas e a brasileira, de 16 440. O consumo total atingiu 1 006 000 de toneladas, tendo os Estados Unidos gasto até outubro dêsse ano 683 249 toneladas. Cesadas as importações do Oriente e aumentado consideravelmente o consumo, devido à produção de material bélico, viram-se os Estados Unidos obrigados a se abastecerem nas velhas fontes de produção natural, os países da América Latina e notadamente o Brasil.

Fizeram-se diversos acordos entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, visando o incremento da produção. Foi desencorajada e sustada mesmo a produção de outros artigos que não fôsse borracha, para forçar os trabalhadores a extrair o látex. Em virtude dêsses acordos, instituíram-se as entidades SAVA e SEMTA, com o fim de transportar trabalhadores do Nordeste para a Amazônia.

A "Rubber Reserve", organização do governo norte-americano, ligada a essa campanha, passou por modificações que resultaram na organização da RDC. Houve também modificação na estrutura das nossas organizações, sendo então criada a CAETA, que passou a ser a única entidade responsável pela colocação da mão de obra nordestina na Amazônia. Um total de cem milhões de cruzeiros foram postos à disposição das organizações encarregadas de transportar os trabalhadores do Nordeste para o Norte. Cerca de 35 000 pessoas foram transportadas para lá, sendo 24 300 sob o regime da CAETA e o restante sob a vigência da SEMTA e SAVA. Além dessa importância, a RDC contribuiu com navios, obras de engenharia sanitária e mercadorias, mantimentos e utensílios a preços especiais.

A RDC, através do seu "Rubber Technical Department", percorria os seringais de todo o vale amazônico, procurando saber das necessidades particulares de cada caso, orientar os seringalistas e seringueiros e, em casos especiais, fazer transporte de mercadorias e pessoal. Todos os técnicos norte-americanos dêsse Departamento eram agrônomos ou engenheiros e quase todos tinham trabalhado nos seringais da África ou do Oriente. Eram assistidos e depois foram substituídos por rapazes brasileiros, na maioria de São Paulo, que embora não conhecessem a Amazônia nem a borracha, quando para lá foram, conseguiram desincumbir-se satisfatoriamente da missão, a ponto de receberem elogiosas referências da direção da RDC, em Washington. Em conjunto, os relatórios das viagens dêsse técnicos constituem perfeito levantamento das possibilidades de produção dos seringais existentes no vale amazônico.

Uma secção dêsse Departamento ocupou-se da exploração de caucho, borracha proveniente não da Hévea, mas da Castilloa, que é uma Morácea. A exploração dessa árvore, quando nativa, exige o seu corte, o que provocou o protesto de muita gente. Entretanto, o sacrifício dessas árvores era perfeitamente justificado, porque resultava num real aumento de produção de borracha, produto indispensável para a guerra em que estávamos empenhados. O mesmo não se pode dizer, infelizmente, de muitos brasileiros que foram criminosamente sacrificados no interior do vale amazônico, por desleixo ou in-

capacidade de vários seringalistas, quando não por desmedida ambição destes — prossegue o Sr. Orlando Baroni.

A exploração de caucho foi considerada importante porque:

1 — Um caucheiro produz em média 2 000 quilos de caucho por ano, enquanto o seringueiro produz 400 quilos de borracha, proveniente da Hévea;

2 — O trabalho do caucho não exige nenhum adiestramento especial, por ser mais grosseiro que o da sangria da Hévea;

3 — Proporciona um rendimento muito maior ao trabalhador, apesar do preço pouco inferior ao da borracha de Hévea, por unidade;

4 — Não exige dispêndio de tempo e dinheiro em abertura de estradas e construção de barracas;

5 — Requer apenas um machado e dois terçados, como utensílios, ao contrário da exploração de seringa, que exige tigelinhas (cêrca de mil), bacia, balde, faca, raspadeira, etc.

6 — Não precisa ser defumado, permitindo ao caucheiro empregar o seu tempo em extrair a borracha, ou procurar seu alimento na mata.

Exatamente em virtude dessas vantagens, todo o caucho existente nas regiões acessíveis havia sido explorado em épocas diversas. Devíamos, pois, procurar o remanescente nas regiões de acesso mais difícil. Essa foi a razão porque percorremos de preferência essas regiões chamadas dos altos rios. O que se segue é, pois, um relato de minhas observações, e se relaciona principalmente com essas regiões.

A área em que trabalhamos compreende as partes altas dos afluentes da margem sul do rio Madeira, desde o Guaporé até o Tapajós. Naturalmente, os outros rios foram percorridos por outros técnicos.

De modo geral, o clima nessas regiões é bem melhor que o do vale, pois elas já abrangem o planalto de Mato Grosso, que se estende ainda pelo Guaporé. A região é também mais salubre, por não ser alagadiça, como é o caso da grande planície. A terra melhora muito, em certos pontos, havendo regiões no Guaporé com terra semelhante à nossa roxa. A cobertura florestal é de muito melhor aspecto que a das partes baixas dos rios. O grande receio de febres e outras doenças, que os na-

turais têm nessas regiões, deve em parte, constituir pretexto para não se localizarem em área completamente desprovida de recursos.

É a absoluta falta de transporte regular que torna tão difícil a vida nessas regiões. Sempre que se depara com a primeira cachoeira desses afluentes do Madeira, cessa a atividade da SNAPP, organização que faz o transporte no vale. Muitas vezes os navios dessa organização não chegam nem a esses pontos, passando ao largo, na embocadura desses rios. As dificuldades de transporte pelas cachoeiras são muito grandes. Os batelões sobrecarregados devem ser aliviados parcial ou totalmente da carga e são forçados por meio de motor, varejão, cordas ou estivas, através das inumeráveis corredoiras, pequenos tombos, sobre pedras ou atalhos que contornam os lugares de passagem impossível. A carga é carregada nos ombros pelos atalhos, às vezes de alguns metros, outras vezes de centenas de metros. Em algumas dessas passagens o caminho é dificilmente percorrido, sem carga nenhuma e com os pés calçados, porque são eles formados de pedras ponteadas. E os barqueiros fazem a passagem descalços. Mulheres com crianças ficam à espera da passagem que por vezes se demora por 5 dias em uma cachoeira. A única proteção existente é a fornecida pelos ramos das árvores, em cujos galhos são atadas as rédes. Os passageiros de algum recurso possuem uma tolda com que cobrem a rede, mas isso é completamente ineficiente no caso de uma chuva pesada. Quando esta sobrevém, o que acontece diariamente no período das chuvas, desatam-se as rédes para que não se molhem e recolhem-se todos debaixo dos toldos existentes, mais para ter a impressão de que estão cobertos do que para realmente se protegerem. Pode-se avaliar a quantidade de mantimentos consumidos durante uma viagem em que, de 10 a 15 barqueiros são necessários para a passagem desses lugares difíceis, e chegam a viajar de 20 a 30 passageiros. Muitas vezes o batelão, tão ansiosamente esperado pelas famílias moradoras dos altos rios, chega com a carga reduzida em mais da metade, pelo consumo no trajeto. Leva-se, por vezes, mais de mês para se fazer um percurso de algumas centenas de quilômetros. Quando as águas baixam, são necessárias três, quatro e mais descargas para se passar uma cachoeira. Fizemos uma

viagem de cerca de 200 milhas no rio Roosevelt, que nos tomou todo um mês. Essa mesma viagem, feita rio abaixo em uma pequena canoa, na época da cheia, nos tomou três dias. No rio Machado, presenciamos a chegada de uma mercadoria em junho de 1945. Havia sido encomendada em março de 1944. Os sacos de açúcar estavam quase vazios, a farinha estragada, o arroz empelotado e imprestável e até mesmo a carne em conserva, adulterada.

* * *

Um seringal é constituído por um certo número de estradas, cortadas pela mata e geralmente ao longo dos rios ou pouco distante de suas margens.

O barracão é a sede do seringal, e nele mora o dono do seringal ou seu representante e aí há a loja que vende mercadorias ao seringueiro. A barraca, apesar do nome, é a casa do seringueiro, coberta de palha, às vezes assoalhada, em geral constituída de alguns estelos, tendo por cobertura e paredes fôlhas de palmeiras superpostas. É uma construção muito rústica, mas suficiente

para lhe dar abrigo por algum tempo. A estrada é uma picada aberta na mata, ligando as árvores de borracha. É um caminho tortuoso com atalhos e voltas nem sempre bem visíveis para os não iniciados.

Os seringais chamados de centro são localizados em terra firme ou não alagada; são distantes das margens dos grandes rios e o transporte entre o barracão e as barracas é feito em costas de burro. Estes seringais são em geral mais produtores, mas o transporte é sempre difícil por falta de animais e pela reduzida carga que estes podem levar, devido à alimentação deficiente que recebem.

A casa de um caucheiro, ou explorador de caucho, não chega a ser nem uma barraca; chama-se tapiri; é pouca coisa mais que uma cobertura de palha, às vezes com casca de palmeira substituindo o soalho; como é provisória, corresponde às necessidades.

As barracas são dispersas por áreas enormes de modo que nunca se tem a vista de uma seringal, em conjunto. Tudo o que se consegue ver é o mato.

Fronteira com o Peru *

Cel. RENATO BARBOSA RODRIGUES PEREIRA

Membro do Diretório Central do C. N. G.

— I —

Os nossos limites com o Peru acham-se regulados pela Convenção Especial de Comércio, Navegação e Limites assinada em Lima, a 23 de outubro de 1851, e pelo Tratado assinado no Rio de Janeiro a 8 de setembro de 1909, que completou a determinação das fronteiras entre os dois países e estabeleceu princípios gerais sobre o seu comércio e navegação na bacia do Amazonas.

A Convenção de 1851 foi negociada por parte do Brasil, pelo enviado extraordinário e ministro plenipotenciário, junto ao governo peruano, Duarte da Ponte Ribeiro e, por parte do Peru, pelo seu ministro interino das Relações Exteriores, Bartolomé Herrera. O Tratado de 1907 foi negociado por parte do Peru, pelo enviado do extraordinário e ministro plenipotenciário, junto ao governo brasileiro, Hernan Velarde, e por parte do Brasil pelo seu ministro das Relações Exteriores José Maria da Silva Paranhos, barão do Rio Branco.

Anteriormente, em 1841, Duarte da Ponte Ribeiro, nosso encarregado de negócios em Lima e Manuel Ferreyros, ministro das Relações Exteriores do Peru, haviam assinado um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, que não foi aprovado pelo governo do Império, e cujo artigo 14 procurou encaminhar a solução da pendência de limites. Não foi, porém, este o objetivo principal do Comércio, como o seu próprio título indica. A parte referente a limites é aí apenas accessória e trata do assunto de maneira muito geral. O que teve em vista principalmente o negociador brasileiro com a inserção daquele artigo, foi conseguir do Peru, empenhado em resolver o problema da navegação na bacia do Amazonas, a aceitação da doutrina brasileira do *uti-possidetis* efetivo e o abandono da sustentada pelas repúblicas de origem espanhola do chamado *uti-possidetis* de direito, decorrente dos Tratados coloniais e das cédulas reais de Espanha. Dizia o seu artigo 14:

"Conhecendo as Altas Partes Contratantes o muito que lhes interessa proceder quanto antes à demarcação dos limites fixos e precisos que hão de dividir o Território do Império do Brasil do da República Peruana, comprometem-se ambos a levá-la a efeito o mais pronto que fôr possível pelos meios mais conciliatórios, pacíficos e amigáveis e conforme ao *uti-possidetis* de 1821, em que começou a existir a República Peruana, procedendo de comum acôrdo, em caso de convir-lhes, à troca de alguns terrenos, ou outras indenizações, para fixar a linha divisória da maneira mais exata, mais natural, e mais conforme aos interesses de ambos os povos".

Não foi este artigo a causa da rejeição do Tratado, pelo Governo Imperial, mas as concessões relativas à navegação, que poderiam servir de ponto de partida para a abertura do Amazonas ao tráfego internacional, julgada então prematura e só vinte e cinco anos mais tarde realizada.

Coube ainda ao conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro iniciar novas negociações, em 1851, como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário junto ao governo peruano. Por parte deste atuaram, nas primeiras conferências, o seu ministro das Relações Exteriores Joaquim de Osma e nas últimas Bartolomé

* Aula dada no Curso sobre Geografia das Fronteiras, no Palácio Itamarati em 1944.

Herrera, que passou a exercer interinamente aquêlê cargo e foi quem assinou a Convenção Especial de Comércio, Navegação e Limites, a 23 de outubro do mesmo ano.

Desnecessário é dizer que nas sete conferências realizadas os representantes do Peru voltaram a malhar na tecla do *uti-possidetis* de direito, em virtude do qual pretendiam a posse da margem setentrional do Amazonas desde Tabatinga até o Avati-Paraná e que a linha Apapóris-Tabatinga fôsse prolongada para o sul, de modo a ficar pertencendo ao Peru todo o rio Javari e parte do território adjacente à sua margem direita.

O plenipotenciário brasileiro recusou estas propostas e conseguiu que prevalecesse o princípio da posse real segundo o qual foi redigido o artigo 7.º único da convenção, que tratava propriamente de limites. Este artigo assim estipula:

"Para prevenir dúvidas a respeito da fronteira aludida nas estipulações da presente Convenção, concordam as Altas Partes Contratantes em que os limites do Império do Brasil com a República do Peru sejam regulados em conformidade ao princípio do *uti-possidetis*; por conseguinte reconhecem, respectivamente, como fronteira a povoação de Tabatinga; e daí para o norte em linha reta, a encontrar o rio Japurá (Yapurá), defronte da foz do Apapóris, e de Tabatinga para o sul, rio Javari, desde a sua confluência com o Amazonas.

"Uma Comissão Mista nomeada por ambos os governos reconhecerá, conforme o princípio *uti-possidetis* a fronteira e proporá a troca dos territórios que julgar a propósito para fixar os limites que sejam mais naturais e convenientes a uma e outra nação".

Mais adiante ao tratarmos da demarcação veremos que esta Comissão só logrou constituir-se 14 anos depois, em 1865.

Os antecedentes do Tratado de 1908 são dados com grande clareza na Exposição apresentada pelo barão do Rio Branco ao presidente da República, ao enviar-lhe a cópia autêntica do mesmo. Vamos, aqui, resumi-la.

Nas discussões relativas ao Tratado de 1851, os dois ministros peruanos que nelas tomaram parte, nenhuma proposta fizeram relativamente ao território situado entre o rio Madeira e o Javari; donde se conclui que o Peru reconhecia naquela época nada possuir nessa região. Só em 1863, depois da publicação da *Geografia do Peru* por Páz Soldan, começou esta República a considerar incompleta a sua fronteira com o Brasil e a reclamar a linha Javari-Madeira do Tratado de 1777. Conforme consta do *Relatório* do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1864, foi o comissário de limites peruano Inácio Muriategui, quem primeiro formulou essa pretensão, na proposta que fez ao seu colega brasileiro, Costa Azevedo, para fechar a divisa entre os dois países por uma linha leste-oeste, que partindo da margem esquerda do Madeira fôsse terminar na direita do Javari, e que todo o terreno "compreendido entre o sul e a indicada paralela" ficasse pertencendo ao Peru.

O comissário brasileiro tendo concordado com essa proposta, foi a mesma desaprovada pelo governo brasileiro, pois que o dito comissário só tinha poderes para a demarcação da fronteira estipulada pelo Tratado de 1851, o qual nada estabelecera sobre a divisória a leste do Javari.

Logo que soube do Tratado de Limites assinado com a Bolívia em 1867, o governo peruano protestou contra êle, porque aquela República cedera ao Brasil territórios, que podiam ser de propriedade do Peru.

Por várias vèzes, nomeadamente em 1868, 1870 e 1874, êste país tentou obter dos governos brasileiro e boliviano uma conferência triplíce para resolver as suas questões de limites. Finalmente em 1903, por ocasião das negociações de que resultou o Tratado de Petrópolis renovou a mesma tentativa que não obteve o apoio do governo brasileiro, como já havia acontecido no tempo do Império com as três outras.

O negociador do Tratado de Petrópolis, o barão do Rio Branco, tendo em vista a experiência do próprio Peru, em outra ocasião, julgava que uma negociação triplíce acabaria por se romper, sem resultado prático, com agravação das relações entre os três países. A sua experiência o conduziu a separar a questão bolívia-peruana da brasilíio-peruana e a tratar primeiramente com a Bolívia, ressaltando os direitos do Peru, e em seguida com êste. Pôs assim em prática a regra cartesiana de dividir toda questão complexa e difícil em outras mais

simples e mais fáceis de resolver. Para êste fim o artigo 8.º do Tratado de Petrópolis consignou a seguinte declaração: "A República dos Estados Unidos do Brasil declara que ventilará diretamente com a do Peru a questão de fronteiras relativa ao território compreendido entre a nascente do Javari e o paralelo de onze graus, procurando chegar a uma resolução amigável do litígio sem responsabilidade para a Bolívia em caso algum".

Assinado o Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903, tornou-se oportuna a abertura de negociações com o Peru. Aliás estas se tornavam urgentes em virtude das lutas em que se achavam empenhados brasileiros e peruanos desde 1897 no Juruá-Mirim, na boca do Amônia, na confluência do Chandless com o Purus, etc. Elas foram iniciadas a 8 de maio de 1904 e conduziram à assinatura de dois ajustes em 12 de julho do mesmo ano.

O primeiro, provisório, tinha por fim prevenir novos conflitos entre brasileiros e peruanos no Alto Juruá e no Alto Purus, e dar tempo aos dois governos para concluir com calma e amigavelmente um tratado definitivo sobre a sua questão de limites. O segundo criava no Rio de Janeiro um tribunal-arbitral para julgar as reclamações de brasileiros e peruanos por prejuízos ou violências que tivessem ou pretendessem ter sofrido naquelas regiões.

O Acôrdo Provisório (*Modus Vivendi*) estipulou o seguinte:

1.º — A discussão diplomática para um acôrdo direto sobre a fixação dos limites entre o Brasil e o Peru, desde a nascente do Javari até a linha de onze graus de latitude sul, começará no primeiro dia de agosto e deverá ficar encerrada no dia trinta e um de dezembro dêste ano de 1904.

2.º — Os dois governos, desejosos de manter e estreitar cada vez mais as suas relações de boa vizinhança, declaram desde já o seu sincero propósito de recorrer a algum dos outros meios de resolver amigavelmente litígios internacionais, isto é, aos bons officios ou à mediação de algum governo amigo, ou à decisão de um árbitro, se dentro do indicado prazo, ou no das prorrogações em que possam convir, não conseguirem um acôrdo direto e satisfatório.

3.º — Durante a discussão ficarão neutralizados os seguintes territórios em litígio:

a) O da bacia do Alto Juruá desde as cabeceiras dêsse rio e dos seus afluentes superiores até a bôca e margem esquerda do rio Breu e daí para oeste pelo paralelo da confluência do mesmo Breu até o limite ocidental da bacia do Juruá.

b) O da bacia do Alto Purus desde o paralelo de onze graus até o lugar denominado Cataí, inclusive.

O artigo 4.º estabelecia duas Comissões Mistas para o policiamento dos territórios neutralizados. O artigo 9.º estipulava:

"Além das duas Comissões Mistas de administração, cada governo nomeará um comissário especial para o Alto Purus e outro para o Alto Juruá, com os auxiliares e escolta que sejam necessários, formando assim duas outras Comissões Mistas, que serão incumbidas de fazer um reconhecimento rápido dêsses dois rios nos territórios neutralizados".

Estas Comissões, conforme as instruções firmadas pelos dois governos deviam reunir a respeito das regiões percorridas informações de caráter geográfico e estatístico que facilitassem aos dois governos interessados dar ao seu antigo litígio uma solução transaccional igualmente satisfatória para ambos.

A Comissão Mista do Alto Purus teve, por parte do Brasil, o engenheiro Euclides da Cunha, como comissário, e por parte do Peru, o capitão de corveta Pedro Buenaño. A do Alto Juruá, o general Belarmino de Mendonça, por parte do Brasil, e o capitão de mar e guerra Filipe Espinar, a quem sucedeu pouco depois o 1.º tenente Numa León, por parte do Peru.

Os comissários dos dois países puderam verificar que, no Juruá, ao norte do rio Breu, e no Purus, ao norte do Santa Rosa, quase toda a população era brasileira e possuidora da maior parte dos estabelecimentos. Sômente ao sul dêsses limites é que foram encontrados peruanos em agrupamentos de palhoças, denominadas "caserios".

Com a terminação destes trabalhos ficaram os dois governos habilitados a entrar em negociações, pois que ficou suficientemente conhecida a região litigiosa. Mas o governo brasileiro julgou conveniente aguardar que o árbitro eleito pelo Peru e pela Bolívia desse o seu laudo sobre a questão de fronteiras que lhe fôra submetido.

De acôrdo com o compromisso bolívio-peruano o árbitro devia atribuir à Bolívia todo o território que em 1810 pertencia à Audiência de Charcas, dentro dos limites do Vice-Reinado de Buenos Aires, por atos do antigo soberano espanhol e ao Peru todo o território que na mesma data e por atos de igual procedência, pertencia ao vice-Reinado de Lima.

Segundo a sentença arbitral, baseada em tais atos, o vice-reinado de Lima nada possuía a leste de 69°30' de longitude ocidental de Greenwich, do rio Tauamanu para o norte, e portanto naquela direção nada podia pretender. Assim mais de metade do território que o Peru nos reclamava ficou fora da questão, isto é, ficou incontestavelmente brasileira toda a extensão compreendida: ao norte pela linha Javari-Madeira, do Tratado de 1777; ao oeste pelo meridiano de 69° graus; a leste pelo Madeira; ao sul pelas fronteiras que o Tratado de 1903 estabelecera entre o Brasil e a Bolívia.

Depois de lavrada a sentença arbitral pelo presidente da República Argentina em 9 de julho de 1909, puderam prosseguir as negociações entre o Brasil e o Peru. Nessas negociações como em 1851, os dois governos tomaram por base o *uti-possidetis* atual, de acôrdo com as verificações feitas no terreno pelos comissários técnicos de 1905.

Todos os territórios de que o Brasil estava efetivamente de posse, povoados quase que exclusivamente por brasileiros, ficaram definitivamente reconhecidos pelo Peru como pertencentes ao Brasil; e ao Peru ficaram pertencendo com um pequeno acréscimo entre o paralelo do Cataí e o rio Santa Rosa, os territórios do Alto Purus e do Juruá que haviam sido neutralizados em 1904, e onde só havia estabelecimentos e habitantes peruanos.

O litígio com o Peru estendia-se sobre uma área de 442 000 quilômetros quadrados, destes ficaram pertencendo ao Brasil 403 000 quilômetros quadrados e os restantes ao Peru.

"O confronto da enorme vastidão em litígio, diz o barão do Rio Branco, com a pequena superfície dos únicos trechos que passarão a ficar por nós reconhecidos como peruanos — sem levar em conta a parte que poderíamos pretender na bacia do Ucaiale — pode deixar a impressão de que pelo presente Tratado, o governo brasileiro se reservou a parte do leão.

"Nada seria menos verdadeiro ou mais injusto

"A grande desigualdade que se nota nas renúncias que cada uma das duas partes fez implicitamente, pela demarcação em que acabam de concordar, é mais aparente do que real, e devida tão somente ao excessivo exagêro da pretensão levantada em 1863, e mantida com afincio pelo governo peruano até pouco tempo.

"De fato, a amigável composição a que chegaram os dois governos em 8 de setembro é igualmente vantajosa para ambos os países. O Brasil e o Peru encerraram assim definitivamente, de modo pacífico e honroso, um litígio que já tinha a duração de quase meio século e por vêzes fôra causa de incidentes desagradáveis".

O Tratado de 8 de setembro de 1909 foi, pois, o feliz remate de prolongadas negociações. O seu artigo primeiro assim estipula:

Estando já demarcadas em execução do artigo sétimo do Tratado de 23 de outubro de 1851, as fronteiras do Peru e do Brasil, na direção do norte, desde a nascente do Javari até ao rio Japurá ou Caquetá, as duas Altas Partes Contratantes concordaram em que, da referida nascente do Javari para o sul e para leste, os confins dos dois países fiquem assim estabelecidos:

§ 1.º — Da nascente do Javari seguirá a fronteira, na direção do sul, pela linha divisória das águas que vão para o Ucaiale das que correm para o Juruá até encontrar o paralelo de nove graus, vinte e quatro minutos e trinta e seis segundos, que é o da boca do Breu, afluente da margem direita do Juruá.

§ 2.º — Continuará, na direção de leste, pelo indicado paralelo, até à confluência do Breu e subirá pelo álveo dêste rio até à sua cabeceira principal.

§ 3.º — Da cabeceira principal do Breu prosseguirá, no rumo do sul, pela linha que divide as águas que vão para o Alto Juruá, a oeste, das que vão para o mesmo rio ao norte, e, passando entre as cabeceiras do Tarauacá e do Embira, do lado do Brasil, e as do Piqueyaco e Torolhuc, do lado do Peru, irá pelo *divortium aquarum* entre o Embira e o afluente da margem esquerda do Purus chamado Curanja, ou Curumaá, cuja bacia pertencerá ao Peru, encontrar a nascente do rio de Santa Rosa, ou Curinaá, também afluente da margem esquerda do Purus.

Se as cabeceiras do Tarauacá e do Embira estiverem ao sul do paralelo de dez graus, a linha cortará êsses rios acompanhando o citado paralelo de dez graus, e continuará pelo *divortium aquarum* entre o Embira e o Curanja, ou Curumaá, até encontrar a nascente do rio de Santa Rosa.

§ 4.º — Da nascente do rio de Santa Rosa descera pelo álveo dêsse rio até à sua confluência na margem esquerda do Purus.

§ 5.º — Em frente à boca do rio de Santa Rosa, a fronteira cortará o rio Purus até o meio do canal mais fundo, e daí continuará, na direção do sul, subindo pelo talvegue do Purus até chegar à confluência do Chambuiaco, seu afluente da margem direita, entre o Cataí e o Santa Rosa.

§ 6.º — Da boca do Chambuiaco subirá pelo álveo dêsse curso d'água à sua nascente.

§ 7.º — Da nascente do Chambuiaco continuará, para o sul, ajustada ao meridiano dessa nascente até encontrar a margem esquerda do rio Acre ou Aquiri, ou, se a nascente dêsse rio estiver mais ao oriente, até encontrar o paralelo de onze graus.

§ 8.º — Se o citado meridiano da nascente do Chambuiaco atravessar o rio Acre, continuará a fronteira, desde o ponto de encontro, pelo álveo do mesmo rio Acre, descendo-o até o ponto em que comece a fronteira peru-boliviana na margem direita do Alto Acre.

§ 9.º — Se o meridiano da nascente do Chambuiaco não atravessar o rio Acre, isto é, se a nascente do Acre estiver ao oriente dêsse meridiano, a fronteira, desde o ponto de intersecção daquele meridiano com o paralelo de onze graus, prosseguirá pelos mais pronunciados acidentes do terreno, ou por uma linha reta, como aos comissários demarcadores dos dois países parecer mais conveniente, até encontrar a nascente do rio Acre e depois pelo álveo do mesmo rio Acre, até o ponto em que comece a fronteira peru-boliviana, na margem direita do Alto Acre.

A Geologia Histórica e seus Fins *

JOSÉ LACERDA DE ARAÚJO FEIO

Naturalista do Museu Nacional

A geologia, ciência que tem por fim o estudo da terra, é relativamente recente, por depender, em grande parte, de outras ciências. Até alguns anos atrás, era puramente especulativa, mas nos fins do século XIX começa a criar foros de ciência. Muito embora tenha evoluído, é tida ainda entre as ciências de critério.

É indispensável colaboradora na atualidade, quer sob o ponto de vista prático quer teórico; neste, satisfaz-nos a curiosidade, leva-nos através do passado para além de milhares de séculos, mostrando-nos espetáculos muito anteriores ao aparecimento da humanidade. Praticamente, facilita ao engenheiro os conhecimentos para viação, ensinando a natureza e grau de consistência dos terrenos; guia os trabalhos de mineração e quase adivinha a situação e riqueza das jazidas, mostra outras vezes a distribuição natural das águas e os pontos onde devem existir fontes. É portanto a ciência imprescindível junto ao progresso atual.

A Geologia Histórica nada mais é que um de seus capítulos, que se propõe narrar os acontecimentos ou a história da terra desde os tempos em que vagava pelos espaços siderais até os nossos dias. Para o estudo de tão extenso período, serve-se a Geologia Histórica de dois ramos: a Geogenia (estudando a gênese terráquea) e a Geognosia que nos ensina, através da Estratigrafia e Paleontologia, a conhecer as camadas de rochas e os seres que viveram em tempos idos.

De um modo muito geral, entre outros fins da Geologia Histórica, podem ser citados: o reconhecimento dos efeitos alteradores de algum modo da superfície da terra e a pesquisa das causas que os produziram, mas, no momento atual, mesmo em linhas muito gerais, é impossível o reconhecimento do primitivo aspecto da terra.

A Paleontologia possui apenas uma parte mínima da exuberante vida que houve outrora.

Dêste modo, para chegar a tais fins, necessários se fazem os conhecimentos, ou disposições gerais de critérios unindo êstes dois ramos: Estratigrafia e Paleontologia.

O método estratigráfico — Não é bastante ao geólogo ter definido a natureza de uma formação, cumpre ainda precisar a idade da mesma, não a idade absoluta, em anos, o que seria impossível mas a idade relativa, isto é, o lugar ocupado por aquela camada em relação às outras que compõem a crosta terrestre. Esta determinação que se baseia em leis ou princípios é justamente o objeto da Estratigrafia, cujo fim é o estabelecimento de um verdadeiro calendário de extensão mundial: a coluna geológica.

Com a verificação de fósseis em determinadas camadas e diferentes uns dos de outras, veio a idéia de faunas diferentes, segundo a época de cada camada. Com Darwin, interpretando a evolução das espécies em 1859, é que tomam vulto as descobertas dêstes "indicadores" de épocas. É, pois, com auxilio mais ou menos seguro da Biologia, que a Geologia caminha e, com as interpretações embriológicas, com a lei da recapitulação, consegue-se formar uma série vital cheia de falhas. A Paleontologia dá seu testemunho objetivo e vem mostrando formas que se aperfeiçoam cada vez mais, mas a série é incompleta e por vezes torna-se de tal modo complicada, assumindo tais proporções que as incógnitas continuam, por falta de elos que façam seqüência.

Pela observação, entretanto, da disposição e pelo seguimento ou arrumação das camadas que contêm êstes índices, vários princípios se estabelecem:

* Extraído da Revista do Museu Nacional — N.º 5 — Dezembro de 1945 — Ano II.

I) Lei da superposição das camadas — Quando há uma formação geológica não perturbada, as camadas inferiores são as mais antigas.

II) Lei da sucessão das faunas — A medida que se vem do interior para a superfície da terra, as faunas que se encontram nas camadas sedimentares, são tão mais recentes quanto mais superficiais sejam esses depósitos.

III) Lei da correlação dos fragmentos de registro geológico — Toda vez que existir uma rocha com fósseis, esta constitui o registro que deve ser comparado com outras formações idênticas, mas deslocadas.

É com estes dados argumentos que se vem constituindo uma coluna de cerca de 150 quilômetros de espessura com representação dos terrenos desde o primeiro solidificado (pura quimera, pois alterações já o mascararam) até os que ainda se acham em formação.

Naturalmente, há, também, princípios que estabelecem a divisão da coluna em períodos que constituirão os tempos geológicos. Entre estes princípios estão: a mudança de fauna e principalmente as convulsões que sofreram os antigos continentes por parte de movimentos orogênicos ou melhor, o diastrofismo é o índice primo para tal divisão. E os planos de estratificação entram, em seguida, indicando subdivisões, sendo os fósseis os indicadores de horizontes menores.

Nisto tudo há a considerar o espaço de tempo decorrido desde a solidificação até nossos dias, sendo sua determinação feita por vários processos.

Entre outros modos de determinar a idade da terra temos:

1) Lord Kelvin — que tomou como ponto de partida para seus cálculos o resfriamento terrestre, baseando-se no estado térmico atual e, na provável rapidez com que irradiou o calor, chegou à conclusão de que já teriam decorrido 100 000 000 de anos. Posteriormente, corrigiu seu trabalho para 40 milhões de anos.

2) Outros geólogos, baseando-se na condutibilidade, chegam, apenas, a 25 milhões de anos.

3) Pela espessura dos sedimentos, o que é muito simples e evidente, Heródoto (450 A.C.) pensou em avaliar a idade da terra por este método, mas só em 1854, com as escavações de Mênfis e sondagens no delta do Nilo, é que concluíram ter decorrido, desde a deposição do primeiro sedimento, mais ou menos 13 500 anos. Isto é uma indicação mínima e para um lugar. No sul do Brasil, a própria natureza se encarregou, pelas glaciações, de pôr à mostra uma coluna de sedimentos rítmicos (Varvitos). Nos Estados Unidos, com uma espessura de 780 metros há uma região em idênticas condições (a descoberto), em que a contagem de estrias leva à conclusão de 6 500 000 anos.

4) Pela medida de salinidade dos mares, baseada na fórmula:

$$\frac{\text{Na dos mares}}{\text{contribuição anual}} = \text{idade}$$

por este processo, imaginado em 1899 computaram 112 600 000 anos.

Estes processos não dão senão uma idade muito relativa e sujeita a erros muito grandes.

5) Um dos processos recentes é o da transformação de Urânio ou Tório em Chumbo isótopo, isto é, rádio-desintegração; calculando-se a idade por este processo, chega-se a 2 000 000 000 de anos. Outros autores discordam do valor de tal método por razões técnicas que dizem respeito à própria radioatividade.

Isto faz crer, baseado em outros dados, que os primeiros períodos foram muito mais extensos, isto é, que 3/4 do tempo já haviam decorrido quando, abruptamente, começam a aparecer os primeiros sinais de vida.

O método paleontológico é o auxiliar principal no estabelecimento da coluna geológica, pelas indicações que fornece, mas, dadas as condições necessárias para fossilização, é natural que muitas vezes tenham completamente desaparecido estes indicadores e, deste modo, a vida não teria começado tão abruptamente. Outras vezes, acham-se ausentes em uma determinada camada sem que uma explicação muito satisfatória seja dada. No entanto, quando presentes em determinado horizonte e sempre representados em horizontes correspondentes, são chamados de "fósseis índices".

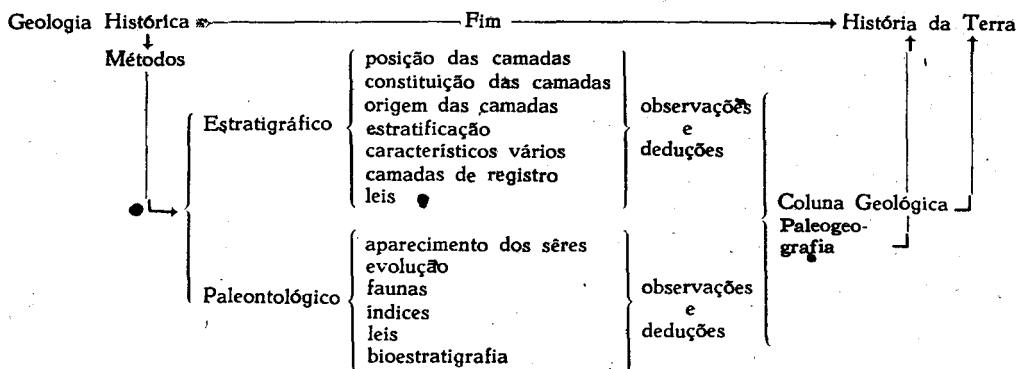
Por outro lado, o estudo dos séres do passado, ensina-nos que a população do globo não cessou de renovar-se na superfície da terra como no fundo dos mares e que a cada época correspondem tipos especiais, tanto mais diferentes dos atuais quanto mais afastada está a sua camada. Como os sedimentos marinhos são muito mais extensos que os de origem continental, é às faunas marinhas que deve ser aplicado o critério de reconhecimento e integração em *habitat*, pois que este meio é muito menos sujeito a variações acidentais que podem influir sobre os terrestres. Há, sem dúvida, fora os caracteres de sedimento, animais e vegetais próprios de cada sedimento e, confrontando *habitats* atuais e antigos, reproduzindo os mesmos embora com receio de adaptação, podemos ter uma noção mais exata dos caracteres climáticos anteriores das zonas pelágicas e continentais e ainda das perturbações morfológicas que causaram.

O método paleontológico permite a solução de quase todas as dificuldades causadas pelas revoluções de camadas e de muitos outros enigmas cujas chaves foram procuradas em vão.

A Paleontologia teve seus períodos fantasiosos ou mesmo fantásticos (E. Teutzel — 1696, Beringer — 1726, Scheuchzer — 1726 etc.), todavia, com Cuvier, Brongniart, William Smith etc., um novo período apareceu, cheio de promessas, em que esta ciência renasce, tendo como objeto a genealogia dos séres, fundada nas espécies fósseis e tornada possível pela seleção descrita por Darwin. E, então, com o método morfológico ou anátomo-comparativo, cria-se novo corpo de doutrina auxiliar na explicação da gênese — a Paleobiologia que demonstra os fenômenos de adaptação, não se limitando à resolução de seus problemas particulares, invade o campo da Estratigrafia, mostra o caráter das faunas e floras desaparecidas, podendo bem ser o elo entre a Paleontologia pura e a Estratigrafia.

Assim, a ciência especulativa dos primeiros tempos torna-se auxiliar preciosa, não pela satisfação das curiosidades nem pelas narrações fantásticas, mas guiando muitas vezes as necessidades da vida prática. O conhecimento da crosta da terra é um problema de vital interesse e capital importância, pois é nas entranhas da terra que, geralmente, o homem vai buscar os minérios de que precisa; é ali que ele vai se prover das rochas para as suas grandes construções e obras de engenharia, e donde, enfim, retira quase tudo quanto há de essencial à vida. Pois bem, estas informações, orientadas pela Geologia Histórica ou por um de seus ramos, segundo os recursos minerais e biológicos de cada era, tornam-se não só mais profícuas, mas, também, mais precisas pela economia de tempo na exploração e segurança dos informes. E, se tal é possível a este ramo científico é porque, antes, ele já reconstituiu história e paleograficamente a região, atendendo, portanto, a seu fim principal — História da Terra.

O quadro que se segue simplifica e sintetiza o estudo:



Seminários de Estudos Geográficos

5.º SEMINÁRIO, REALIZADO A 28 DE JANEIRO DE 1947, NA SEDE DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

"A MUDANÇA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL"

As 15,30 horas do dia 28 de janeiro de 1947 com o objetivo de trocar idéias sobre a mudança da nova capital do Brasil reuniram-se na sede do C. N. G. os senhores: Antônio Batista Soares, João Alberto Lins de Barros, Lucas Lopes, E. Guidão da Cruz, Roberto S. Platt, Odorico Rodrigues Albuquerque, J. B. Silvado, S. de Queirós Couto, Edgar de Carvalho Neves, Tito Lívio de Santana, Maria Pôrto Samico, Adalberto Serra, Salomão Serebrenick, Aloísio Fialho Gomes, Luís Paulistano, Conceição V. de Carvalho, Lafayette P. Guimarães, Godofredo de Sousa Aguiar Júnior, José Carlos Junqueira Schmidt, Leo Walbel, Fábio de Macedo Soares Guimarães, Marcelo Silva Júnior, Lindalvo B. Santos, Antônio J. de Musso, Lúcio Castro Soares, Orlando Valverde, Nélson da Silva, Hilgard O'Reilly Sternberg, Luís Gonzaga de Faria, Élsio Fonseca Dolabela, Bueno de Azevedo Filho, Laura de Moraes Sarmento, Léa Quintiere, Magnólia de Lima e Cacilda Fernandes.

Iniciando os trabalhos, disse o Eng.º Leite de Castro: Como é sabido de todos, o governo determinou a mudança da nova capital, sendo para isto organizada uma Comissão encarregada dos estudos dos diferentes aspectos do problema. O Conselho Nacional de Geografia foi solicitado a colaborar nestes estudos, por se revestir o problema de aspectos geográficos bem importantes. A direção desta autarquia convidou geógrafos e outras pessoas de reconhecido valor para discutir o em mesa redonda, tendo anteriormente distribuído pequeno *dossier* sobre o assunto. Destina-se, pois, esta reunião a uma conversação despretenhosa e espontânea em torno do problema. É este o nosso objetivo e porisso precisamos fixar um programa dos temas que deverão aqui ser considerados.

Ocorre-me, como questão preliminar, a seguinte discussão: seria de conveniência ou não a mudança da capital? porém, esta pergunta já perdeu a sua oportunidade uma vez que a Constituição, ora em vigor assim o determina. Como bons cidadãos cumparamos as decisões estabelecidas. Portanto esta preliminar é um fato consumado e nela não nos deteremos.

Surge agora, em meu espírito, uma outra preliminar que, a meu ver, se enquadra perfeitamente numa conversação geográfica. Lanço-a tendo em vista estudos e excursões já realizadas. Nela chocam-se duas correntes de opinião, às quais se filiaram técnicos de subido valor. Para que a nossa reunião tenha um sentido prático, desejo-lhes apresentar esta preliminar: Qual a função que deve exercer a futura capital do Brasil?

Em outras palavras: se examinarmos qualquer mapa que evidencie a vida nacional, como por exemplo, o da densidade demográfica do Brasil, executado pelo C. N. G., tomando como critério as curvas isorrítmicas, vemos que existe uma faixa, a leste, cujo índice de ocupação é de 1 ou pouco mais de habitantes por quilômetro quadrado. Esta é a realidade brasileira que representa, talvez, maior responsabilidade das gerações futuras. Temos a considerar no território nacional duas porções: uma a leste, a faixa litorânea, mais ou menos larga, e cuja largura tende a aumentar cada vez mais. Aí se processa, quase que na sua totalidade, a vida nacional enquanto que um grande vazio, expressão quase nula, existe no interior. Assim sendo, pergunta-se — onde localizar a nova capital? Há uma corrente que procura localizá-la no vazio, porque aí se constituirá um pólo de atração que irá exercer uma função benéfica sobre o mencionado alargamento. A segunda, entretanto, pensa que deve ser interiorizada, continentalizada mesmo, mas sem perder o contacto com o cenário em que desenvolve atualmente a vida nacional. São dois pontos de vista respeitáveis e que devem

ser considerados não só teórica como praticamente porque representam um ponto de partida. A nova capital deve ter função colonizadora; deve estar devidamente pronta a se abastecer a si mesma?

Interrompendo, o ministro João Alberto apoiou as palavras do Eng.^o Leite de Castro e sugeriu que não deveriam predominar pontos de vista já estabelecidos.

Prosseguindo, o Eng.^o Leite de Castro lançou a seguinte questão: Na localização da nova capital qual deve prevalecer — o critério demográfico ou o critério geográfico?

Perguntou o Eng.^o Lucas Lopes se havia possibilidade de coincidir o centro geográfico com o demográfico — ao que acrescentou o Dr. J. C. Junqueira Schmidt não conhecer nenhum país onde haja esta coincidência perfeita.

Tomando a palavra, o ministro João Alberto disse que a tendência de aproximação dos dois centros é meramente conciliatória.

Retomando a palavra, o Eng.^o Leite de Castro solicitou a atenção para um ponto muito importante: o problema da mudança da capital está sendo tratado no Brasil há mais de um século, mesmo antes da Constituição de 1891, porém, pela primeira vez existe a oportunidade única de um presidente da República efetivamente interessado nesta mudança. É uma oportunidade excepcional, que dá muita importância ao caso. Não devemos perder de vista que procuramos uma solução para a atualidade. Pensar em como será o Brasil do futuro é deveras muito interessante, mas, do ponto de vista prático, devemos estudá-lo na atualidade. Quero pedir a contribuição da Geografia, da Meteorologia e das demais ciências para a solução do problema. Quem nos indica a Geografia como mais recomendável para a localização da nova capital? Dentro ou fora da faixa econômica demográfica? Até hoje o Brasil viveu o ciclo do passado ou por outra, o ciclo litorâneo — cuja vida girava em torno da cidade do Rio de Janeiro. É preciso que a mudança da nova capital marque o início de um novo ciclo. Pergunta-se então — qual a função da nova capital; colonizadora ou civilizadora?

Com a palavra, o Dr. Schmidt disse que, atendendo ao fator econômico, creê que se deve começar localizando-a próximo ao litoral e depois passar mais adiante, não só porque não se teriam atualmente grandes possibilidades tendo em vista as despesas como, também, não daria o resultado esperado.

Aparteando, o ministro João Alberto pediu que o Dr. Schmidt precisasse melhor o que chamou de "mais adiante", isto é, expressando-se em quilômetros. Respondendo-lhe, o Dr. Schmidt citou o caso da Universidade Rural, que, localizada em terreno próximo a um grande centro urbano, teve rápida valorização de terras.

Esta intensa valorização se explica — continuou o Sr. João Alberto — devido à atração exercida pela capital. Sucederia o mesmo se a Universidade Rural fôsse localizada além da região de Uberaba? Assim sendo, eu considero regiões afastadas aquelas que distam além de 1 000 quilômetros.

Concordando, o Dr. Schmidt disse que seria interessante aproveitar uma capital econômica como Uberaba, que apresenta muitas vantagens, inexistentes mais para o interior.

Aparteando o Dr. Odorico de Albuquerque disse que pensar em localizar a nova capital no "vazio" falado pelo Eng.^o Leite de Castro seria logicamente impossível. Respondeu-lhe este que o "vazio" considerado é muito próximo; pelo mapa demográfico vê-se que o limite da zona de densidade de população superior a 0,5 hab/km² está bem próximo ao litoral.

O Sr. João Alberto opinou que, para chegar-se a uma conclusão prática podia-se delimitar a palestra dentro do espírito geográfico, pois é o único que encara em conjunto todos os aspectos do problema. Tome-se pois um dêles: o *clima*, fator indispensável na formação de núcleos de povoamento. Pode-se considerar como eliminada de qualquer cogitação toda a zona impaludada. Ficariam assim no interior do Brasil zonas isoladas, quase que ilhas, como o vale do Tocantins, Xingu, etc.

Em resposta, o Sr. Adalberto Serra lembrou que a Constituição atual declara textualmente dever-se localizar a capital no Planalto Central.

Em resposta, o Sr. João Alberto afirmou que nem todo o Planalto Central é favorável à localização. O vale do Paranã, por exemplo, região de floresta tropical não é recomendável, pois a maleita aí grassa intensamente. O planalto

geograficamente é muito vasto, embora seja topograficamente restrito. O saneamento é consequência do povoamento mas, já que existem zonas boas, devemos aproveitá-las para economizar esforços. Temos que considerar também, na localização de uma cidade, o coeficiente de riqueza agrícola. Há regiões que são absolutamente pobres, como as grandes alturas do chapadão central, região de cerrados, com uma ou outra grande mancha de mata. Esta região não se presta para agricultura. Tomemos o exemplo atual dos Estados Unidos, que já passaram da fase de colônia, com grandes áreas desérticas, à fase colonizadora, pensando já em povoar outros países. Sua população atual está centralizada na rica região dos lagos, onde a exploração mineral é intensa. Lá não se observa a marcha para oeste em direção ao Texas. Nós também não fizemos a nossa marcha para oeste, não por falta de patriotismo; mas pela lei do menor esforço. Já houve, em outras épocas, um povoamento do sertão brasileiro, mas depois o homem voltou novamente para o litoral, por ser aí a vida mais fácil em todos os sentidos. A população disseminada no interior acarretou o fracasso de várias iniciativas particulares. Devemos encarar também outros aspectos da questão. O argumento estratégico, como defesa militar, já calu de moda com o advento da aviação e da bomba atômica. Hoje a questão é mais política como se observou na localização da capital do Estado de Illinois.

Não devemos pensar em localizar a nossa capital numa região onde haja grande densidade de população. É evidente que tal critério não se aplica na localização de todas as cidades. Volta Redonda, por exemplo, foi planejada numa zona entre dois grandes focos de população centros de consumo e de transporte.

Seguindo-se esse raciocínio devemos ficar dentro da faixa que, partindo de Uberaba, segue pelo Triângulo Mineiro até Formosa.

O Dr. Schmidt declarou estar de pleno acôrdo, propondo em seguida outra preliminar — Dentro desta zona deve-se aproveitar uma cidade já construída ou fundar-se uma nova?

Sugeriu então o Eng.^o Leite de Castro que, por questão de ordem de trabalho, dever-se-ia ficar ainda na primeira preliminar, ouvindo-se opiniões sobre a localização da nova capital, aquém ou além da faixa pioneira e fazendo-se em seguida distinção entre o que é sítio e região.

Respondendo à pergunta feita pelo Sr. Odorico de Albuquerque sobre o que se entende por "faixa pioneira", disse o ministro João Alberto que os geógrafos tinham opiniões variadas, porém, pessoalmente, ele a definia como sendo a região que dista 500 quilômetros do litoral, a partir do Rio Grande, tomando-se como limite de leste o paralelo de Araxá. Ali o limite prossegue até onde as condições de clima permitem e que coincide com a região onde os afluentes do Tocantins o engrossam; pode-se dizer que é até a região do Tocantinsinho (maior afluente do Tocantins); daí em diante, cai-se no cerrado e não há mais nada. Esta faixa poderá ter uma extensão de 200 quilômetros.

Tomando a palavra, o Eng.^o Lucas Lopes assim se expressou: Sem entrar em foros de decisão, apenas para concretizar as idéias, tomemos duas cidades como ponto de referência: Goiânia mais afastada e de contacto menor com a vida nacional e Uberaba interiorizada, porém com grande contacto. Aparteando-o o Dr. Fábio M. S. Guimarães afirmou que tal concretização não resolvia o caso em questão, porque ambas as cidades estão aquém da zona pioneira. Esclarecendo o seu ponto de vista, disse o Dr. L. Lopes que, como técnico ferroviário, considera zona pioneira a fronteira de penetração das linhas ferroviárias. Respondendo-lhe, disse o Dr. Fábio M. S. Guimarães não ser essa a opinião dos geógrafos sobre o assunto.

Com a palavra, o ministro João Alberto aprovou a proposta do Eng.^o L. Lopes. De fato, as duas cidades são bem expressivas: pensa que na região de Uberaba existe um mínimo de possibilidades que não se podem deixar de lado, em se cogitando de construir uma capital. Partindo do nada, uma construção urbana levaria mais de quarenta anos a ser realizada. Fala com a prática que tem de desbravamento do sertão.

Tomando-se outros fatores tais como a água, alimentos, etc., qual seria a localização indicada para a nova capital, indagou um universitário presente? Como o Dr. L. Lopes sugerisse deixar-se de lado provisoriamente as questões de urbanismo, considerando-se apenas os aspectos político e administrativo da

questão o universitário retorquiu dizendo que a questão fundamental é o aproveitamento da região pelo homem. Como fazer funcionar uma capital sem as condições básicas da vida: água, alimentos? Frisou então o Dr. L. Lopes que os nomes de Uberaba e Goiânia surgiram apenas como ponto de referência e a localização deveria recair na proximidade de um destes dois centros.

O ministro João Alberto julga que o Triângulo Mineiro é a região aconselhável, possuidora de condições naturais excelentes para o presente e para o futuro, pois dispõe de grande potencial de energia elétrica a poucos quilômetros. O Dr. Odorico de Albuquerque disse que, sob o ponto de vista político, Goiânia seria mais recomendável.

Tomando a palavra o Eng.^o L. Lopes esclareceu que a Comissão de Estudos já chegara, anteriormente, à conclusão da necessidade de dividir-se os estudos em: problema de urbanismo (água, energia, etc.) e problemas de origem geográfica. Existem quaisquer fatores geográficos que impossibilitem a fundação da capital no Norte, ou deverá ser localizada no centro de gravidade de população? É possível à Geografia prever qual a tendência do centro de gravidade da população do Brasil? Decidido isto, decidir-se-á se deve a capital ser localizada no interior ou não. O fim político será atendido se estiver no centro de gravidade do Brasil ou no centro demográfico, que caminha, como se sabe, na direção de SO.

Apartando, o Dr. Odorico disse que a nova capital deve ter objetivo principalmente político. Em sua localização não se devem seguir as tendências econômicas. Concordando com ele, reafirmou ainda o Eng.^o L. Lopes ser necessário também atender à direção do centro de gravidade. Como o Dr. Odorico de Albuquerque lembrasse que o centro de gravidade varia de época para época, perguntou então o Dr. L. Lopes se, em virtude de atualmente estar este centro deslocando-se para o sul, não seria aconselhável contrariar-se esta tendência, caminhando-se em sentido contrário, em direção à bacia amazônica? Baseado num estudo elementar realizado por Glycon de Paiva sobre a localização no terreno do centro de gravidade da população do país, pergunta-se o que os geógrafos, com o seu saber, acrescentam ou contrariam a este trabalho? Volta então o Dr. L. Lopes à pergunta inicial: a nova capital terá função civilizadora ou colonizadora?

Em resposta o Dr. Fábio M. S. Guimarães declarou que a parte física vem sempre reunida ao elemento humano, pois ambos formam a Geografia. Porém, não há uma coincidência perfeita entre o centro geométrico e o centro de gravidade como se verificou na mudança da capital da Austrália que, nesse caso, iria cair no deserto. As áreas têm valores desiguais e portanto a capital não deve ser localizada no centro geométrico, a não ser num país ideal em que as áreas tenham o mesmo valor. Respondendo também à preliminar sobre a localização da nova capital aquém ou além da faixa pioneira, afirmou que deve ser aquém. As questões da definição do que é e onde está atualmente a faixa pioneira são assuntos a serem debatidos.

O argumento político na zona do vazio deve ser também considerado, disse o Eng.^o Christovam Leite de Castro. Os argumentos políticos que prevalecerão no Brasil daqui a 100 anos são francamente duvidosos. A mudança da capital é problema da atualidade, de encerramento de um ciclo econômico. No futuro, se por ventura surgirem outros problemas políticos, razão alguma impedirá nova mudança.

Voltando ao aspecto geral, prosseguiu o ministro João Alberto, aceitando o conceito de zona pioneira ferroviária no Brasil para a localização da nova capital. Tratando-se da fundação de cidade alargaria o conceito para as estradas carroçáveis no inverno e no verão. Porém, neste caso despende-se-lam quatro a cinco anos só em trabalhos preliminares. Em segundo lugar, não se deve esquecer o problema demográfico. Não se deve nem se pode comparar o Amazonas com São Paulo, se por ventura se quiser ser realista. Construir uma cidade com a população de 100 a 200 mil pessoas, conforme estimativa de Adalberto Serra, não é tão fácil como se pensa. Não se pode, assim, ir além da fronteira ferroviária e nem se deve afastar do fator demográfico. O norte do Brasil é colônia do sul do país.

Colocar-se a capital no Triângulo Mineiro, disse um dos presentes, será desperdiçar esforços, porquanto este centro já está sendo explorado, enquanto que localizá-la em outra região seria mais aconselhável pois com sua função complexa, a capital levaria o progresso para uma zona nova.

Perguntou então o Dr. L. Lopes: — Se idealizarmos a frente ferroviária pioneira coincidindo com o centro geométrico devemos localizar a nova capital antes ou além da mesma?

Não se deve encarar o problema por este prisma, porque é irreal, prosseguiu o aparteante. Deve-se aproveitar a função colonizadora, embora forçada, da nova capital. Seu ponto de vista é de biólogo que diz que uma célula sem núcleo é célula morta. E, mais ainda, o núcleo deve estar no centro da célula. Mas em Geografia tal conceito tem valor limitado, aparteu o Dr. L. Lopes. No Brasil o centro é uma região que nos mapas mundiais se acha classificada como de savana. Esta região central de savana terá poder de sustentação e condições de povoamento iguais ou melhores do que o litoral? Oitenta por cento desta área, disse o ministro João Alberto, é considerada como Planalto Central. É uma região de terras fracas, de infertilidade generalizada, apenas com manchas isoladas de terra boa, como a encontrada próximo ao rio Verde. Nestas terras é difícil a plantação do milho e da alfaça. Nem mesmo o arroz dá, a não ser nos cerrados de barro vermelho. Se compararmos as pequenas manchas com as terras de São Paulo, onde se planta intensamente e cujo alqueire de pasto alimenta várias dezenas de cabeças de gado, vemos que a diferença é espantosa.

O mesmo aparteante indagou da recente plantação de trigo no Planalto e, como o ministro lhe negasse a existência em escala comercial, continuou lembrando Anápolis, zona produtora por excelência de arroz. Explicando seu ponto de vista, disse o ministro João Alberto que esta produção se explicava por se encontrar aí uma das manchas de terra boa mas que, no mapa pedológico, ocupa pequena área.

O mesmo fenômeno se repete quanto aos campos de pastagem. Não se exagera ao afirmar-se, mesmo sem dados estatísticos presentes, que a relação de produtividade é de 1:10. Fêz entretanto uma ressalva, pois não pretende subordinar a escolha da localização a terras ricas. Acha preferível mesmo localizar uma cidade em terras pobres, porém junto de ricas, que ao ampliar-se, a cidade tende a abranger.

Se examinarmos o mapa de relevo, disse o Sr. L. Lopes, vemos que após a queda do planalto brasileiro existe ao norte, a região amazônica, de grandes possibilidades de sustento de população. Sobre isto surgem, entretanto, muitas divergências.

Modernamente, afirma o Dr. Fábio Macedo Soares Guimarães, estudos realizados mostram a pobreza do solo da Amazônia, com exceção do solo aluvionar. Pode ser, contudo, que estudos posteriores mais apurados concluam por melhor perspectiva. Como alguém lembrasse a densidade florestal, esclareceu o Dr. Fábio Macedo Soares Guimarães a distinção entre floresta e cultura.

Apoiando-o o ministro João Alberto disse que, em geral, considera-se o solo coberto de mato como rico, mas os estudos têm mostrado que ele perde esta fertilidade quando a mata é devastada. São solos geralmente porosos e a água lava-os, enquanto o sol queima-lhes a riqueza de húmus que por ventura possuem. Confirmando esta opinião, o Prof. Lúcio de Castro Soares continuou dizendo que o solo da Amazônia sofre uma lavagem muito grande pelas águas. A abundância das chuvas faz com que haja lixiviação, que carrega todos os compostos orgânicos e sais minerais. Se fôr cortada a floresta, o solo se empobrece com rapidez. Na Amazônia, no tabuleiro terciário, está havendo podzolização. Só numa pequena faixa há rejuvenescimento constante do solo: as margens dos rios, periodicamente inundáveis. Aí o caboclo faz suas plantações. O Eng.^o L. Lopes voltou à pergunta formulada: "Enfim, o solo da Amazônia é fraco e, portanto, não tem poder de sustentação para uma grande densidade de população? Se assim é, pergunta-se se a localização da capital seria mais conveniente no sul?

Como o Dr. Adalberto Serra aparteasse julgando o assunto fora de interesse direto do seminário, esclareceu o Eng.^o Leite de Castro ser necessário fazer-se a diferença entre sítio e região. Um dos presentes, manifestando a sua opinião, pediu para retomar-se a questão preliminar proposta pelo presidente sugerindo que a capital tivesse a função colonizadora e, como tal, viesse desbravar uma

zona nova. A região amazonense, pelas suas próprias condições, é uma área de fome. Os poucos frutos usados na alimentação são avitaminados. Se a floresta fôr destruída resultará o empobrecimento do solo. Assim devemos afastar dela a idéia de grande concentração de populações e de ser esta região o celeiro do mundo.

O fato de se localizar a capital em determinada região não implica em melhoria dessa mesma região, disse o Dr. A. Serra. Se realmente deve a capital sair do Rio de Janeiro, para melhor se poder administrar o país, creio que, como medida de economia, deve-se aproveitar uma cidade já traçada, já construída, como Goiânia.

O Eng.^o Leite de Castro afirmou que os debates estavam-lhe sendo úteis, pois, no seu decorrer consolidavam-se em seu espírito duas idéias: a primeira, a do conceito histórico, julgado antiquado mas, no caso, muito útil. A mudança da capital representa o fim do ciclo histórico do povoamento do país. Ciclo este de mais ou menos 400 anos, e cujo centro foi a cidade do Rio de Janeiro. Assim devemos considerar a atualidade. A Amazônia, o Nordeste, o Planalto Central serão bem interessantes, porém daqui a um século.

A segunda idéia que se consolida no seu espírito é a dúvida quanto ao poder de sucção de uma capital numa região nova, isto é, um centro isolado. Para subsistir deveria ter um poder de atração muito grande e difícil de prever-se. Não devemos esquecer o lado ruim, a possibilidade de fracasso da nova localização. Do mesmo modo não devemos esquecer que a mudança da capital resultará em nova estrutura administrativa. Estará a faixa litorânea atual preparada para ser entregue a si mesma?

Pedindo a palavra, o Prof. Orlando Valverde indagou: Colocar-se a capital muito no interior não será muito dispendioso?

Respondeu-lhe o Eng.^o L. Lopes que se este problema fôr considerado como operação imobiliária, em 50 anos estarão pagas as despesas.

As mudanças das capitais da Austrália, dos Estados Unidos, da Espanha perguntou ainda o Prof. Valverde — trouxeram alguma mudança de vulto para os seus respectivos países? Novamente com a palavra o Dr. Lopes esclareceu que a localização de Belo Horizonte feita contra a opinião dos técnicos foi, no entanto, muito feliz. O estudo da mudança da capital, feito pela Comissão Cruls, demarcou no Planalto Central três ou quatro localidades escolhendo a região do Distrito Federal numa zona de contacto entre as bacias hidrográficas. Escolheu, porém não debateu, as vantagens da escolha. Empregou o argumento constitucional — Planalto Central — e Cruls achou que dentro dela se encontra o ponto mais próximo do centro geométrico do Brasil.

A respeito da área demarcada há um equívoco, disse o Dr. Fábio de Macedo Soares Guimarães. Por ter a Comissão demarcado aquela região de Goiás, no Planalto Central, ficou sempre a idéia popular de que só ali deverá ser a capital. Além disto, entra em jogo outro ponto a ser debatido, o conceito de Planalto Central. Esta região deverá ser sempre considerada a oeste do rio São Francisco e ao norte do rio Grande.

Voltando a um dos problemas mais importantes indagou o Prof. Lindalvo Bezerra: qual deverá ser a função da nova capital? A capital é antes de tudo centro político e deve ter capacidade para exercer esta função. Isto entretanto não exclui que tenha outras funções. Localizada numa região qualquer irá permitir uma visão melhor para resolver os seus problemas.

É o caso de Goiânia, acrescentou o Eng.^o L. Lopes, que em vez de sua influência exercer-se para o norte, encaminhou para o sul, onde há possibilidades econômicas mais imediatas. O exame de mapas do povoamento feito pelo Dr. Fábio Macedo Soares Guimarães, despertou vários comentários, não só a respeito da população, como da localização da capital em cidade tranqüilla, fora do eixo político Minas-São Paulo.

Em virtude do adiantado da hora, resolveu o Eng.^o Christovam Leite de Castro encerrar os trabalhos, agradecendo a todos os presentes e dizendo da sua satisfação por ter sido a reunião de grande aproveitamento, pois, mesmo sem chegar a uma decisão, constituiu um depoimento valioso.

Noticiário

Capital Federal

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI SOBRE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO — ATRIBUIÇÃO DO I.B. G.E. EM FACE DO IMPORTANTE PROBLEMA — No dia 1.º de abril próximo passado foi apresentado à Câmara dos Deputados um projeto de lei dispondo sobre o problema da imigração e colonização. Além de medidas gerais, prevê o projeto em apêço a entrada no país de cientistas e professores, determinando, em um dos seus artigos, que caberá ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o encargo de colaborar com os órgãos interessados no que se referir à criação e sistematização dos serviços oficiais de colocação de imigrantes nas sedes de todos os municípios, a fim de examinar e atender as necessidades de mão de obra por meio da imigração interna e a introdução de trabalhadores estrangeiros.

★

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Conselho de Imigração e Colonização

DESIGNAÇÃO DE MEMBRO E PRESIDENTE INTERINO — O presidente da República assinou decreto, a 21 de março do corrente ano, nomeando o diplomata Jorge Latour para exercer a função de membro do Conselho de Imigração e Colonização, e designando-o para presidente interino do mesmo Conselho.

☆

Conselho Nacional do Petróleo

PETRÓLEO PARA EMANCIPAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL — De regresso do Estado da Bahia, onde visitou demoradamente as regiões petrolíferas ali localizadas, o general João Carlos Barreto, presidente do Conselho Nacional do Petróleo, em entrevista à imprensa desta capital, transmitiu as suas impressões de viagem, informando sobre as observações que teve ocasião de efetivar nos campos de petróleo de Candeias e outras zonas adjacentes.

O presidente do C.N.P. iniciou da seguinte maneira as suas importantes e autorizadas declarações: "A impressão que trago de minha viagem aos poços petrolíferos de Bahia é muito boa. E, dentre esses poços, cumpre destacar o de Candeias, o mais promissor. A esse respeito, devo salientar que, já em dezembro do ano passado, a capacidade potencial da produção baiana de petróleo era de cerca de 5 000 barris por dia, dos quais 4 400 podem provir de Candeias. Quero observar que essa é a capacidade potencial e não a capacidade que se chama efetiva e que representa a produção que permanentemente pode ser obtida. Essa última capacidade é de 30 por cento da anterior".

Proseguindo informou o general João Carlos Barreto que está sendo projetada uma refinaria naquele Estado com a capacidade produtiva de 2 500 barris diários.

"No momento — disse — a produção de petróleo é baixa, visto existir apenas uma refinaria rudimentar e em caráter experimental no campo de Aratu".

Uma comissão estuda a construção da refinaria — A seguir, esclarece o general João Carlos Barreto: "O Conselho Nacional de Petróleo, desde algum tempo, vem realizando estudos para a instalação de uma refinaria, à qual já nos referimos, havendo sido organizada uma comissão para tal fim, em consequência de um decreto-lei do governo federal baixado em setembro de 1946.

Essa comissão já deu o primeiro grande passo, procedendo aos estudos de várias propostas enviadas por firmas americanas de reputação reconhecida".

Petróleo para Bahia, Sergipe e Alagoas — Esse empreendimento — salienta o presidente do C.N.P. — "que marcará o início da verdadeira indústria petrolífera entre nós irá atender a uma fração de nossas necessidades, estando previsto que proporcionará um montante capaz de cobrir o consumo dos Estados de Bahia, Sergipe e Alagoas.

Convém observar que não só o petróleo de Candeias será usado nessa refinaria, mas também o da ilha de Itaparica, se bem que em fração menor.

O campo de Candeias está sendo ativamente preparado, e dele trago magnífica impressão, achando-se em prosseguimento, ali, os trabalhos de perfuração que, como se sabe, exigem boas estradas para o deslocamento de sondas e outros equipamentos correlativos.

Em Itaparica, não está programada, no momento, a continuação das perfurações, porque, ali, as reservas de óleos são muito limitadas. Mas, é interessante dizer que dos poços mais recentemente feitos resultou o conhecimento de um volume de gás bem grande e que os nossos técnicos estimam ser comparável provavelmente ao grande campo de gás de Aratu. Pode-se dizer que essa é uma das revelações do momento. Quanto ao campo de Aratu já se tem repetido, muitas vezes, que a sua riqueza é o gás, que é de grande potencial calorífero e de alta pressão. Conforme salientei em entrevista à imprensa baiana, o Conselho Nacional do Petróleo, paralelamente ao estudo de nosso óleo, vem cogitando de emprego industrial do gás. Novamente declaro, de acordo com as afirmativas dos técnicos, que supervisionam o nosso trabalho neste órgão, que essa tarefa de industrialização do gás, tão desejada por todos, tem de ser cuidada em ligação com o aproveitamento do petróleo. Sem entrarmos em minúcias é preciso conduzir a questão de forma a que o caso do gás não prejudique a extração do óleo. Parte do gás será empregada na própria refinaria e, uma vez estabelecido o regime econômico de sua produção, é claro que satisfeita aquela necessidade, o resto, que é a maior fração, terá de ser aproveitado como melhor convier à coletividade.

Seria longo enumerar as várias proposições que nos têm sido apresentadas relativamente ao assunto. Quando fôr oportuno, isto é, quando os estudos da Comissão já citada estiverem mais avançados nesse particular, poderemos com mais precisão acentuar as linhas daquele aproveitamento. Quanto ao gás de Itaparica, depois de realmente determinado o seu volume, deverá ser provavelmente empregado no local, posto que o transporte na sua forma natural, através de oleodutos até o continente, talvez não seja a solução adequada."

Os Trabalhos Geológicos — Focalizando os trabalhos de pesquisas que se realizam no Estado da Bahia, esclarece o general João Carlos Barreto: "Quanto aos trabalhos geológicos, esses prosseguem com bastante eficiência. Também fotografias têm sido feitas, embora o tempo nem sempre se apresente favorável a tais operações. As fotografias, devo salientar, constituem grande auxílio nas investigações sobre petróleo e, de fato, no Estado da Bahia, têm sido elas de grande proveito.

A firma incumbida desses trabalhos é o Serviço Aéreo Cruzeiro do Sul que, normalmente, mantém junto ao Conselho um avião especializado.

Outro grande auxiliar das pesquisas e que também tem sido empregado, consiste no traçado de perfis elétricos pelos processos Schlumberger, que proporcionam o conhecimento da chamada correlação dos campos petrolíferos.

O estudo conjugado de todos esses meios de indagação vem permitindo a melhor definição da geologia do Recôncavo.

Por intermédio deles está se conhecendo a existência de novas áreas interessantes e com possibilidades de acúmulo de óleo. É claro que só a perfuração poderá em definitivo dizer da presença do óleo cru.

Trabalham nessa investigação algumas turmas de geólogos, de modo geral sob a chefia de especialistas americanos. Quanto aos trabalhos de administração propriamente ditos, estão correndo normalmente, sendo grande a harmonia reinante entre brasileiros e ianques.

Concluindo disse o general João Carlos Barreto:

"Entendi conveniente precisar, talvez com alguma minúcia esses vários elementos de pesquisa em demanda do petróleo para mostrar o vulto das operações, que exigem, de modo geral e permanentemente, grandes despesas. Daí as verbas elevadas que se impõem para trabalhos dessa natureza e que bem se justificam posto que convergem para a descoberta e desenvolvimento de um elemento, o petróleo nacional, que é dos fatores mais decisivos da emancipação econômica do Brasil".

★

DESCOBERTA DE NOVO LENÇOL PETROLIFERO NO RECONCAVO BAIANO — Novo campo de petróleo vem de ser descoberto no recôncavo baiano. Esse novo sucesso dos técnicos do Conselho Nacional do Petróleo é resultado de eficientes pesquisas realizadas preliminarmente e que determinaram a perfuração de um poço no local onde está situada a usina de açúcar Dom João, nas proximidades da vila de São Francisco do Conde.

Os trabalhos de perfuração desse novo poço, cujo nível de óleo está a duzentos e sessenta metros de profundidade, foram iniciados em 19 de março, sendo ultimados a 31 do mesmo mês.

Efetuada os testes de produção pelo sistema de pistoneamento foram ótimos os resulta-

dos auferidos pois que se revelou excelente manancial, produzindo em média, cerca de trezentos barris diários.

A propósito do petróleo do poço de Dom João, o engenheiro Pedro de Moura, técnico do C.N.P., fez as seguintes declarações: "O óleo é leve com bom teor em gasolina e se encontra a pequena profundidade, circunstância que torna sua exploração altamente econômica".

★

FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL

Conselho Diretor

EXONERAÇÃO DE VÁRIOS MEMBROS —

A 25 de março o presidente da República assinou decretos exonerando da função de membros do Conselho Diretor da Fundação Brasil Central, os coronéis Américo Marinho Lutz, Edmundo de Macedo Soares e Silva, Filinto Müller; comandante Brás Dias de Aguiar, e Srs. José Maria de Paula e Wolff Klabin.

★

PONTO DE APOIO DA EXPEDIÇÃO RONCADOR-XINGU — Notícias divulgadas recentemente nos jornais desta capital, informam que a Expedição Roncador-Xingu vem de vencer mais uma das suas arrojadas etapas na tarefa de explorações que lhe foi dado efetuar nas regiões do centro-oeste. Trata-se da sua chegada ao local das margens do Xingu onde será construído um novo campo de aviação que servirá de ponto de apoio ao prosseguimento da empresa que lhe foi distribuída.

Estas notícias foram transmitidas pelo jornalista Orlando Vilas Boas, correspondente da Agência Nacional, que comentou assim o acontecimento:

"Atingimos na tarde de ontem, segunda-feira, uma ligeira elevação à margem do Xingu, onde será construído novo campo de aviação, para ponto de apoio da expedição Roncador-Xingu. Aqui, onde estamos existia a grande aldeia dos índios Trumais, que foram expulsos destas terras por indígenas de numerosa nação, ainda desconhecidos, de civilização diferente da das demais tribos. São conhecidos como Xucarramaen e os índios Trumais os descrevem como bárbaros e violentos. Não usam arcos ou flechas, sua arma principal é a comprida lança que manejam com destreza. Vindos do baixo Kuluene chegam com os Trumais os índios Camaiular, atraídos pela curiosidade, sem esconder seu espanto. Constantemente estes visitantes nos advertem que estamos nos domínios dos impiedosos Suias ao alcance também dos violentos Xucarramaen e nos aconselham a deixar imediatamente o local. Ignoramos até que ponto são dignos de crédito os conselhos destes índios amigos, mas o fato é que já encontramos diversos machados de pedras e massas guerreiras dos índios Suias. De qualquer sorte, aproveitando a estadia, já foram iniciados pelos vinte homens da expedição os trabalhos de demarcação da nova pista aérea do Xingu, virtualmente no ponto mais central do Brasil."

★

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA

COLABORAÇÃO DO I.B.G.E. A CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS — O Sr. Heitor Bracet, presidente em exercício do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dirigiu recentemente um telegrama ao professor Clemente Mariani, titular da Pasta da Educação e Saúde, comunicando que a Junta

Executiva do Conselho Nacional de Estatística tomou conhecimento da efetivação da campanha de alfabetização de adultos, deliberando assegurar a integral colaboração do I.B.G.E. à louvável iniciativa, em que se acham empenhados o governo e os educadores do Brasil.

☆

Conselho Nacional de Geografia

Diretório Central

VISITA DO EMBAIXADOR DA ARGENTINA — FRONTEIRAS NA AMAZÔNIA — PEQUENO MAPA DO DISTRITO FEDERAL — ANUÁRIO GEOGRÁFICO BRASILEIRO — PROFESSOR A. J. SAMPAIO — Sob a presidência do major-brigadeiro Antônio Appel Neto, representante do Ministério da Aeronáutica, realizou-se, no dia 26 de março, uma reunião extraordinária do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, estando presente a maioria dos seus membros.

Inicialmente foi aprovada a ata da reunião anterior; em seguida, foi lido o expediente de maior importância e procedeu-se à leitura do "Diário do Conselho", o que ensejou a aprovação de vários votos, por proposta do Eng.º Christovam Leite de Castro, secretário-geral do Conselho: de pesar pelo falecimento do general Alfredo Vidal, do Dr. José Carlos de Arruda Botelho e de D.ª Noêmia de Macedo Soares Guimarães; de congratulações ao comandante Brás Dias de Aguiar, consultor-técnico do Conselho, pela concessão da "Medalha de Guerra"; e ao Eng.º Francisco Behrendsdorf, membro do Diretório, pelas recentes nomeações do governo; de aplauso à Divisão de Fronteiras do Ministério das Relações Exteriores e à sua 1.ª Divisão de Demarcação de Fronteiras pelo aparecimento da publicação *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira*, da autoria do historiador Artur César Ferreira Reis; de regozijo à Prefeitura do Distrito Federal pelo aparecimento do pequeno mapa de relevo e hidrografia do Distrito Federal, destinado às escolas.

A seguir, o secretário-geral comentou a recente mensagem apresentada ao Poder Legislativo pelo Sr. Presidente da República, salientando os assuntos de interesse geográfico, e fez uma comunicação a respeito das comemorações do 10.º aniversário da criação do Conselho, ocorrido em 24 do corrente.

Nessa altura dos trabalhos, deu entrada no recinto o Sr. general Nicolás Accame, embaixador da Argentina, tendo sido suspensa a sessão para recebê-lo.

Depois de apresentado o ilustre visitante, o presidente deu a palavra ao secretário-geral que fez a saudação de boas vindas, salientando através de considerações de ordem científica e geopolítica, o agrado da honrosa visita e o seu superior significado espiritual.

O embaixador Nicolás Accame agradeceu a saudação, dizendo que havia despertado sua atenção o interesse do Brasil pelos problemas da Geografia e da Estatística; daí o seu desejo de conhecer a organização encarregada de solucioná-los, e fez considerações sobre a importância da missão da Geografia na vida moderna.

Em seguida, o embaixador Accame manteve cordial palestra com os membros do Diretório, tendo-lhe sido explicada a organização e também o funcionamento do Conselho.

Tendo-se retirado o embaixador da Argentina, o presidente reabriu a sessão, sendo aprovadas, na ordem do dia, as seguintes Resoluções: de n.º 266, adiando o aparecimento do *Anuário Geográfico Brasileiro*, em consequência da medida geral de economia; de n.º

267, encaminhando ao prefeito do Distrito Federal um memorial no sentido de ser dado o nome de "Professor A. J. Sampaio" a uma escola do Distrito Federal.

☆

ASSISTENCIA MEDICA — LEVANTAMENTO DA REGIAO CENTRAL DA BAHIA — Sob a presidência do ministro Adriano de Sousa Quartim, representante do Ministério das Relações Exteriores, realizou-se no dia 2 de abril próximo passado a reunião ordinária do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, relativa à primeira quinzena do mês, estando presente a maioria dos seus membros.

Inicialmente aprovou-se a ata da reunião anterior, e, em seguida, foram lidos o expediente e o "Diário do Conselho", relativos à quinzena, o que ensejou a aprovação dos seguintes votos, por proposta do Eng.º Christovam Leite de Castro, secretário-geral do Conselho: de congratulações ao Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas, pelo 30.º aniversário de sua instalação; ao Departamento Geográfico de Minas Gerais e ao Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo, por motivo da passagem de datas anuais; de felicitações ao Dr. Jorge Latour pela sua investidura como presidente do Conselho de Imigração e Colonização, o que deu margem a um comentário elogioso do presidente; de regozijo ao Dr. Carlos Lindenberg, que representou o Estado do Espírito Santo no Conselho, pela sua investidura como governador eleito do Estado.

Por proposta do Tte. Cel. Frederico Augusto Rondon, representante do Conselho Nacional de Estatística, foi aprovado um voto de felicitações a Dom Aquino Correia, arcebispo de Cuiabá, pela passagem do seu 62.º aniversário natalício.

Na ordem do dia, foram discutidos os seguintes assuntos: a instituição do serviço médico do Conselho, para assistência aos seus funcionários, a campanha de levantamentos no Estado da Bahia, em 1947, em cooperação com o governo estadual, tendo esclarecido o programa de trabalhos, além do secretário-geral, o Prof. Alirio de Matos, coordenador dos serviços cartográficos do Conselho e o Eng.º Gilvandro Simas Pereira, chefe da expedição.

☆

CENTENARIO DE FRANCISCO BICALHO — HISTORIA DA LEPRO NO BRASIL — ASPECTOS GEOGRAFICOS DA BOMBA ATOMICA — O SITIO E O CRESCIMENTO DE PARIS — LEVANTAMENTO DE REGIAO BAIANA — CONSULTORES-TECNICOS NO MARANHÃO — Sob a presidência do Tte. Cel. Frederico Augusto Rondon, representante do Conselho Nacional de Estatística, realizou-se no dia 18 de abril próximo passado, a reunião quinzenal do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, estando presente a maioria dos seus membros.

Inicialmente, aprovou-se a ata da reunião anterior e foram lidos o expediente e o "Diário do Conselho" relativos à quinzena.

O Dr. Eugênio Vilhena de Moraes, representante do Ministério da Justiça e Negócios Interiores fez uma comunicação sobre a iniciativa do Arquivo Nacional, que dirige, da próxima comemoração do centenário do nascimento do engenheiro Francisco Bicalho, tendo o Diretório aprovado a solidariedade do Conselho nas homenagens, e também propôs, o que foi aceito, a consagração de um aplauso pelo aparecimento da obra *História da Lepre no Brasil* de autoria do Prof. Heráclides de Sousa Araújo.

Por proposta do Eng.^o Christovam Leite de Castro, secretário-geral do Conselho, ficou deliberado que o Conselho patrocinaria duas conferências: uma, do Dr. Andrew W. Mc Reynolds sobre a energia atômica e a bomba atômica, sobretudo quanto à transformação da paisagem, a realizar-se em maio vindouro; outra, a realizar-se no próximo dia 22 de abril, do Prof. Roger Dion, da Sorbonne (Instituto de Geografia da Universidade de Paris), sobre o sítio e o crescimento de Paris, antes pois da sua ida para São Paulo, por cuja Universidade foi contratado para prelecionar o Curso de Geografia.

Na ordem do dia, foi examinada a organização do serviço médico do Conselho, que continuará a ser estudada, e foram aprovadas as seguintes Resoluções: de n.^o 268, dispondo sobre a campanha de levantamento em 1947 de cerca de 60 000 quilômetros quadrados da região central do Estado da Bahia, em cooperação com o governo estadual; de n.^o 269, autorizando a alienação de material disponível; de n.^o 270, elegendo os consultores-técnicos, do Diretório Regional do Conselho no Estado do Maranhão.

☆

UM TÉCNICO DO C.N.G. FALA SOBRE A SITUAÇÃO E OS PROBLEMAS DO SÃO FRANCISCO — O engenheiro Gilvandro Simas Pereira, técnico do Conselho Nacional de Geografia e grande conhecedor da região e dos problemas da bacia sanfranciscana, onde estivera, ainda há pouco, a convite da Comissão Parlamentar do Plano do São Francisco, concedeu recentemente importante entrevista à imprensa desta capital sobre o palpitante assunto.

As declarações do Eng.^o Simas Pereira foram iniciadas com as seguintes palavras: "Não há dúvida que a extensa caudal corre, a partir do norte de Minas Gerais, dentro de uma região em evolução desértica, em perda gradual de águas e, a não serem tomadas providências de correção ao sentido da oscilação climática e do regime hidrográfico, misérias terríficas veremos em breve. Daí a oportunidade do plano parlamentar, de cuja estrutura todavia discordo.

Sistema de pequenos lagos — E falando como abalizado conhecedor da região: Trata-se de problema nacional de tamanho vulto, que não sei se deva falar em meu plano, mas acho que antes de mais nada, deve ser defendido o regime das cabeceiras dos afluentes que levam maior descarga ao rio principal, e que são sabidamente os mineiros, pois a secção do grande planalto brasileiro, em Minas Gerais, é nitidamente melhor, mais regularmente regada pelas chuvas que a secção baiana. No curso alto dos tributários, inclusive os que rolam na Bahia, como o rio Grande, urge criar depósitos de reserva, um sistema de lagos para maior aproveitamento da pluviosidade, e dosagem do líquido correndo para a calha mestra. A não se fazer isso a evolução desértica breve reduzirá os afluentes mais consideráveis a ribeirões, que logo estarão transformados em *uidian*, como se diz no Saara, transformados em rios temporários. São unânimes, por exemplo, os depoimentos sobre a alarmante perda de água do rio das Velhas, um dos mais notáveis contribuintes do São Francisco, em Minas Gerais. O adelgaçamento gradativo da toalha líquida do curso tronco vem também fornecendo impressionante relato.

O problema da navegação — Entendo que a navegação só atingirá atividade realmente útil à economia sertaneja se se puder dispor já de forte verba, que permita a

montagem em cada grave obstáculo pedregoso da calha de verdadeira escala hidráulica, aplicação bem mais modesta, é verdade, do grandioso sistema criado pelos técnicos estadunidenses para comunicar o Oceano Atlântico com o Oceano Pacífico, no Canal do Panamá. Semelhante emprêgo de comportas e eclusas, com lagos adjacentes, permitirá a regularização, por todo o ano, de vapores com aproveitável capacidade de carga e de passageiros, ao mesmo tempo que estabelecerá preciosas reservas para a lavoura de irrigação, primeiro recurso técnico para aquelas populações condenadas ao nomadismo, ao êxodo, livrando-as do terrível estigma da indigência. O próprio vale, simultaneamente saneado, transformar-se-á em território de atração de imigrantes capacitados.

Rêde de usinas — Desenvolvendo considerações ditadas por longa prática no terreno:

— A devastação das margens, por um regime torrencial que só tende a agravar-se caso não intervenha a técnica de combate à perda de água impõe, por outro lado, o estabelecimento de uma rêde de diques, como a que levantou o Eng.^o Hildebrando de Góis na Baixada Fluminense, lá porém com o propósito de evitar nos espraiados o desperdício de um elemento precioso a uma população soffredora. Julgo, por outro lado, preferível a construção de um sistema de pequenas e médias usinas hidro-elétricas, anexo às escadas hidráulicas de que já falei, sem embargo das obras grandiosas que se projetam para a cachoeira de Paulo Afonso. Estabelecido tal conjunto de fornecimento de energia, vai ser possível, com a lavoura de irrigação e a melhoria dos rebanhos, uma tarefa de industrialização realmente revolucionária para a economia brasileira.

Ajustos areais — Concluiu o engenheiro Gilvandro Simas Pereira: — Minha campanha no ano passado localizou-se na Bahia, na zona da confluência com o rio Grande, de modo que pude estudar bem a faixa de dunas de areia da margem esquerda, mormente na região de Pilão Arcado. Trata-se de uma faixa de muitos quilômetros de profundidade, alcançando as raíais da Bahia com o Piauí. Nessa fronteira, pisando fatigante terreno fôfo, onde a perna se enterra até acima do tornozelo, pude constatar que não existe nenhuma das serras assinaladas pelos compêndios e pelos mapas laboriosamente desenhados no conforto de gabinetes, pois se algum dia houve as "mesas" de arenito de que falam geógrafos do asfalto, elas já foram carregadas pela erosão. Está tudo peneplanado! Sofri o tormento da sede naqueles abrasadores areais, emocionando-me com o camarada que se prestou a escavar com as unhas a rocha em decomposição, para encontrar um fiozinho de água de infiltração.

☆

ESTAGIO DO SECRETÁRIO-ASSISTENTE DO DIRETORIO REGIONAL DE SÃO PAULO — Recentemente esteve estagiando no Conselho Nacional de Geografia, o professor Bueno de Azevedo Filho, secretário-assistente do Diretório Regional de Geografia do Estado de São Paulo. Durante sua permanência neste órgão especializado do I.B.G.E., o professor Azevedo Filho frequentou um dos cursos da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

★

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Comissão de Estudo e Aproveitamento da
Energia Hidro-Elétrica de Salto Grande

**DESIGNAÇÃO DE TÉCNICO PARA INTEGRA-
LA** — Atendendo ao que consta do processo SC 6262-47, do Departamento de Administração, o Sr. Daniel de Carvalho, ministro da Agricultura, assinou portaria a 18 de março designando o técnico Valdemar José de Carvalho, diretor da Divisão de Águas para, juntamente com os representantes dos Ministérios da Viação e Obras Públicas, Guerra e Marinha, e do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, integrar a Comissão destinada a proceder a estudos sobre o aproveitamento da energia hidro-elétrica da cachoeira de Salto Grande, no Rio Grande, visando fixar o ponto de vista do governo brasileiro em relação aos problemas de ordem técnica e política, em face do Convênio, sobre o assunto, firmado entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai e da Argentina, problemas esses a serem examinados em futura conferência para a qual fôra já o nosso país convidado a participar.

☆

Conselho Nacional de Proteção aos Índios

RECENSEAMENTO DOS ÍNDIOS BRASILEIROS — A fim, de que melhor sejam distribuídas as dotações orçamentárias com que conta o Serviço de Proteção aos Índios para atender às despesas de suas Inspetorias Regionais disseminadas por vários pontos do país, em uma de suas últimas reuniões, o Conselho Nacional de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura, foi objeto de estudos a realização de um recenseamento dos índios, suas técnicas e seu aproveitamento prático pelo S.P.I., tendo sido nomeada uma comissão para resolver o problema.

☆

Serviço de Proteção aos Índios

FILMES SOBRE A VIDA DOS NOSSOS ABORÍGENES — Recentemente o Serviço Nacional de Proteção aos Índios promoveu uma reunião durante a qual fez exhibir alguns filmes relativos à vida dos nossos aborígenes e à situação do S.P.I. através de suas Inspetorias espalhadas pelos Estados da União.

Os índios, em sua faina cotidiana, usos e costumes de várias tribos, suas danças e cânticos, assim como as atividades de alguns postos indígenas, foram focalizados numa filmagem que durou cerca de duas horas, sendo operador o cinematografista Nilo Veloso.

Após a exibição dos interessantes filmes, através dos quais se pôde acompanhar as realizações do S.P.I. em favor dos nossos silvícolas, aos quais ministra instrução primária, técnica e agrícola, foram projetadas como complemento, fotografias fixas coloridas, de aspectos do Brasil Central e flagrantes dos vários tipos indígenas, com seus indumentes característicos.

★

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Museu Nacional

FRANQUEADAS AO PÚBLICO VARIAS EXPOSIÇÕES CIENTÍFICAS — Associando-se às comemorações da "Semana do Índio", o Museu Nacional reabriu no dia 13 de abril próximo passado, franqueando ao público as suas exposições de Antropologia Física, de Antropologia Cultural, de Arqueologia Cultural, de Arqueologia Indígena Americana, e de Arqueologia Clássica, as quais ocupam dezesseis salas recentemente reformadas e organizadas de acordo com as modalidades exigidas pela museologia moderna.

As referidas exposições estão abertas todos os dias, com exceção das segundas feiras, das 12 às 16,45 horas.

★

MINISTÉRIO DA GUERRA

DESIGNADO UM GEÓGRAFO DO EXÉRCITO PARA ACOMPANHAR OS TRABALHOS DO LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAFÉTRICO DO RIO DE JANEIRO — O ministro de Estado da Guerra baixou portaria a 9 de abril próximo passado, designando o Major Augusto Sérgio Ferreira da Silva, do Serviço Geográfico do Exército, para acompanhar as operações do levantamento aerofotogramétrico das áreas da cidade do Rio de Janeiro, que será executado pela Empresa Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Limitada, de conformidade com uma solicitação do Ministério da Aeronáutica.

☆

Departamento Técnico e de Produção
do Exército

Conselho Administrativo

INSTRUÇÕES PARA O SEU FUNCIONAMENTO — No dia 9 de abril próximo passado o ministro de Estado da Guerra assinou portaria aprovando as instruções que com a mesma baixou, para o funcionamento do Conselho Administrativo do Departamento Técnico e de Produção do Exército.

★

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

CELEBRAÇÕES DO ANIVERSÁRIO DE NASCIMENTO DO BARÃO DO RIO BRANCO — Transcorreu a 19 de abril passado mais um aniversário de nascimento do eminente diplomata e geógrafo brasileiro José Maria da Silva Paranhos, barão do Rio Branco. Como não podia deixar de o ser a efeméride foi solene e condignamente comemorada, destacando-se entre as homenagens tributadas à memória do insigne brasileiro as seguintes: romaria ao seu túmulo; inauguração, na sala de aulas do Instituto Rio Branco, de dois bustos em bronze — um seu e outro do visconde do Rio Branco — oferecidos pelo general Mendes de Moraes, e o lançamento do sétimo volume das suas obras, volume este em que se reúnem as biografias de Luís Barroso Pereira, general José de Abreu, barão de São Largo, almirante James Norton e do visconde do Rio Branco, trabalhos anteriormente publicados em várias revistas e jornais do país, especialmente na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, *Jornal do Comércio* e *Revista Americana*.

Instituições particulares

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO NACIONAL

Grêmio Geográfico

A INFLUÊNCIA DO TEMPO NA COLONIZAÇÃO DO LITORAL BRASILEIRO — A 27 de março reuniu-se na sede do Clube Militar, o Grêmio Geográfico do Instituto de Colonização Nacional.

Foi objeto da reunião a conferência, anunciada para aquêle dia, do professor Aristogiton de Carvalho, que versou tema de assinalado interesse geográfico como seja "A influência do tempo na colonização do litoral brasileiro".

★

O ESTUDO DA GEOGRAFIA REGIONAL: O MODERNO MÉTODO DE TRABALHO DO PROF. FRANCIS RUELLAN COMUNICADO EM CONFERÊNCIA PÚBLICA NO CLUBE MILITAR — Promovido pelo Grêmio Geográfico do Instituto de Colonização Nacional, realizou-se a 29 do mês passado na sede do Clube Militar, mais uma reunião daquele Grêmio, durante a qual o cientista francês Prof. Francis Ruellan fez uma comunicação acerca de "um método de estudo de Geografia Regional, com fim científico e utilitário".

Este método de trabalho introduzido no Brasil pelo Prof. Francis Ruellan, foi aperfeiçoado após uma série de excursões sobre o terreno, com seus alunos da Faculdade Nacional de Filosofia e técnicos do Conselho Nacional de Geografia. A última destas excursões, na região de Diamantina, deu oportunidade de novas adaptações deste método com os problemas difíceis das regiões interiores do Brasil.

Os trabalhos de Geografia Regional que daí resultam, têm um interesse não só para o conhecimento científico do Brasil, mas para os estudos de planificação que são indispensáveis ante todo empreendimento de colonização ou de criação de novas cidades.

★

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FALECIMENTO DO ANTIGO SECRETÁRIO DA MISSÃO ESPECIAL DE LIMITES COM A GUIANA INGLESA — Perdeu o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com o desaparecimento, verificado a 9 do mês de abril, um dos seus ilustres membros, o ministro plenipotenciário aposentado Sr. Aníbal Veloso Rebêlo, em quem também a diplomacia brasileira perde um dos seus antigos e mais eminentes servidores.

Entre os encargos e funções que exerceu como diplomata o ministro Aníbal Veloso, cumpre ser mencionados os de árbitro dirimente nas questões pendentes do Tribunal Equatorial-Colombiano e de secretário da Missão Especial de Limites com a Guiana Inglesa, que teve como advogado Joaquim Nabuco.

★

SECÇÃO REGIONAL DO RIO DE JANEIRO DA ASSOCIAÇÃO DOS GEOGRAFOS BRASILEIROS

A COLONIZAÇÃO EM GOIÁS — Durante uma reunião promovida a 29 de março, na sede do Conselho Nacional de Geografia, pela Secção do Rio de Janeiro da Associação dos Geógrafos Brasileiros, o Dr. Bernardo Salão, realizou interessante conferência em que abordou o tema: "A colonização em Goiás".

O conferencista que é diretor da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, pôs em evidência vários aspectos da questão focalizada, de sorte a possibilitar aos estudiosos dos problemas da colonização novos e oportunos esclarecimentos.

Após a palestra do Dr. Bernardo Salão foi franqueada a palavra aos presentes sendo então travado animado debate em torno do assunto.

★

SOCIEDADE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

CENTENARIO DO GEÓGRAFO GENERAL DIONÍSIO CERQUEIRA — Na sua reunião de 27 do mês de março, a Sociedade Brasileira de Geografia prestou significativa homenagem à memória do seu saudoso sócio, antigo chefe da Comissão Demarcadora de Limites com a Argentina e ministro do Exterior, general Dionísio Cerqueira.

O motivo desta homenagem foi a passagem do primeiro centenário de nascimento do insigne geógrafo e estadista patricio, cujo transcurso ocorreu a 22 de abril próximo passado.

Sobre a personalidade do general Dionísio Cerqueira falou o sócio Mário Batista Magalhães em cuja oração pôs em evidência vários aspectos da vida e da obra do homenageado, bem como a destacada e eficiente atuação que teve ao lado do barão de Capanema no levantamento do território litigioso de Palmas; do barão de Aguiar e depois do barão do Rio Branco na defesa dos direitos do Brasil, junto aos Estados Unidos em antiga e memorável questão de limites com a República Platina.

★

COMEMORAÇÃO DA "SEMANA DO ÍNDIO" — HOMENAGEM A MEMÓRIA DE TIRADENTES — Inicialmente sob a presidência do ministro Fonseca Hermes e, depois, do almirante Raul Tavares, a Sociedade Brasileira de Geografia realizou no dia 22 de abril uma sessão extraordinária destinada a comemorar a "Semana do Índio" e render culto à memória do proto-mártir da Independência, José Joaquim da Silva Xavier.

Tomaram assento à mesa os Srs. coronel Jaguaribe de Matos, representante do presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios; almirante Washington Peri de Almeida, do Conselho Fiscal da S.B.G.; major William Hoemtpal, do Exército norte-americano e Modesto Donatini, do Serviço de Proteção aos Índios.

Durante a solenidade usaram da palavra o professor Herbert Serpa, chefe da Secção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios, que se ocupou das atividades daquele órgão e das necessidades dos nossos selvícolas, e o comandante Luis Alves de Oliveira Belo pronunciando uma conferência subordinada ao tema: "Caminhos percorridos por Tiradentes nas Capitâneas de Minas, Bahia e Rio de Janeiro".

★

SOCIEDADE BRASILEIRA DAS NAÇÕES UNIDAS

SUA RECENTE FUNDAÇÃO — Sob a presidência do titular da pasta das Relações Exteriores e com o comparecimento de personalidades oficiais e inúmeras pessoas dos nossos círculos culturais e educacionais, teve lugar no salão de Audiências do Itamarati, a 7 de março, expressiva solenidade destinada à fundação da Sociedade Brasileira das Nações Unidas.

Para 1.º secretário da novel instituição foi eleito o Prof. Francisco Sousa Brasil, da Sociedade Brasileira de Geografia e que, nessa qualidade, tem tomado parte nas assembléias gerais do C.N.G.

★

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

PRÊMIO "BULHÕES DE CARVALHO" PARA 1947 — A diretoria da Sociedade Brasileira de Estatística, nos termos do parágrafo único do artigo 29, dos seus Estatutos, e tendo em vista a especial doação de dez mil cruzeiros, feita pelo seu presidente Sr. Valentim Bouças, resolveu aprovar as seguintes instruções para concessão, no corrente ano, do prêmio "Bulhões de Carvalho":

1 — O prêmio "Bulhões Carvalho", na importância de cinco mil cruzeiros para cada uma das três secções do concurso, a ser realizado pela Sociedade Brasileira de Estatística será concedido ao trabalho que na respectiva secção for classificado em primeiro lugar.

2 — o concurso destina-se ao julgamento de trabalhos originais, inéditos, que possam ser classificados em uma das seguintes secções.

Secção A — Organização de serviços de estatística ou de levantamentos estatísticos, bem assim compêndios de nível elementar e a aplicação da técnica estatística, em nível não elevado, a problemas de interesse nacional.

Secção B — Desenvolvimento de temas sobre a metodologia estatística, em geral, ou um de seus aspectos, em particular (aplicação da estatística e análise de problemas nacionais; utilização de novos métodos e processos, ampliação dos métodos clássicos e estudo crítico dos métodos vulgarmente utilizados; análise estatística de resultados apresentados pelas repartições oficiais ou obtidos pelo autor; etc.).

Secção C — Desenvolvimento de temas sobre a estatística matemática, seja com cará-

ter crítico-filosófico, seja tendo em vista novas aplicações da análise matemática à solução ou generalização de problemas relacionados com a pesquisa científica dos fenômenos coletivos.

3 — Qualquer pessoa residente no país poderá concorrer ao concurso.

4 — Os trabalhos deverão ser entregues à Secretaria da Sociedade, em três vias, dactilografadas em espaço duplo, de 1 de outubro de 1946 a 31 de março de 1947.

5 — Os originais serão assinados com pseudônimo, colocando-se o nome e o endereço do concorrente e identificado externamente pelo próprio pseudônimo.

6 — Será indicada a secção à qual o trabalho concorre, não podendo haver inscrição de um mesmo trabalho em mais de uma secção.

7 — Os concorrentes não perderão os direitos autorais, mas poderá a Sociedade publicar os trabalhos premiados na *Revista Brasileira de Estatística*, e em igualdade de condições, terá preferência para editá-los.

8 — No julgamento será levado em conta:

a) — o valor do trabalho, a contribuição pessoal do autor e a sua utilidade prática, avaliados dentro de cada secção;

b) — a clareza, a simplicidade e a precisão da exposição, bem como a correção da linguagem;

c) — a objetividade do trabalho.

9 — O julgamento dos trabalhos será feito por uma comissão de três membros para cada secção, nomeados pelo presidente da Sociedade;

10 — As comissões poderão, dentro dos respectivos setores, deixar de atribuir qualquer dos prêmios.

11 — Os pontos omissos das presentes instruções serão esclarecidos pelo secretário-geral da Sociedade. (Av. Franklin Roosevelt n.º 166).

★

Certames

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE METEOROLOGIA

SUA PRÓXIMA REALIZAÇÃO EM WASHINGTON — Projetada para o período de 22 de setembro a 7 de outubro do corrente ano, terá lugar em Washington a Conferência Internacional de Meteorologia, devendo com essa finalidade reunir-se em agosto, em Toronto, no Canadá, a fim de realizar trabalhos preliminares, a Comissão Técnica da Organização Internacional de Meteorologia. Concomitantemente reunir-se-ão também as III e IV Comissões Regionais cujas atribuições abrangem as Américas do Sul, do Norte e Central.

São membros desse importante certame os diretores das repartições, serviços ou instituições meteorológicas oficiais e particulares nos vários países filiados à Organização Internacional de Meteorologia, sendo objetivo primordial da Conferência adotar através acordos internacionais, métodos idênticos de observação, divulgação, registro e previsão do tempo, para todos os fins, cumprindo então tomarem os seus membros decisões finais sobre as recomendações aprovadas nas reuniões preparativas de Toronto.

Segundo informações fornecidas pelo Departamento de Estado e Comércio dos Estados

Unidos, 35 nações, inclusive todas as repúblicas americanas, foram convidadas a se fazer representar na Conferência Internacional de Meteorologia, a qual pelo fato de ser a primeira a realizar-se fora da Europa, constituirá acontecimento de grande e assinalada importância para o nosso hemisfério.

A última dessas reuniões teve lugar entre fevereiro e março do ano passado, em Londres.

★

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE FLORESTAS E PRODUTOS FLORESTAIS

SUA RECENTE REALIZAÇÃO NA CHECOSLOVÁQUIA — Com participação de representantes de vários países, realizou-se a 28 do mês passado em Mariansk-Lazne, na Checoslováquia, a Conferência Internacional sobre Florestas e Produtos Florestais, da qual participou o nosso país, representado pelos Srs. ministro Décio Martins Coimbra e Lincoln Néri da Fonseca, na qualidade respectivamente de delegado e assessor, conforme designação constante de decreto presidencial, assinado na pasta das Relações Exteriores, a 17 de abril.

★

CONGRESSO SUL-AMERICANO DO PETRÓLEO

SUA PRÓXIMA REALIZAÇÃO NA CIDADE DE LIMA — Vem despertando o mais vivo interesse nos países do hemisfério, a realização, durante o corrente mês, do Primeiro Congresso Sul-Americano do Petróleo.

O importante certame terá por sede a capital do Peru e obedecerá ao seguinte programa:

Dia 12 — Assembléia Preparatória da Câmara de Deputados. Visita ao Sr. presidente da Câmara dos Deputados e ao Sr. ministro do Fomento pelos presidentes das delegações. Assembléia Inaugural — discurso de ordem pelo presidente do Conselho Internacional Permanente do I.S.A.P. Banquete em honra das delegações estrangeiras, oferecido pela Sociedade Peruana do I.S.A.P.

Dia 13 — Reunião de Comissões — Almôço aos geólogos e exploradores de petróleo, oferecido pelo Instituto Geológico do Peru. Reunião de Comissões. Conferência do Sr. R. P. Runell, presidente da Standar Oil Development, sobre o tema: "Razões sobre a investigação científica na indústria petrolífera". Jantar oferecido pelos Estabelecimentos Petrolíferos Fiscais — (E.P.F.).

Dia 14 — Reunião de Comissões. Homenagem a Bolívar. Almôço aos produtores e vendedores de petróleo, oferecido pelas companhias distribuidoras de lubrificantes. Saudação dos congressistas ao presidente da República e ministros de Estado. Conferência do engenheiro Roberto L. Valverde, sobre o tema: "O Petróleo na América Latina". Jantar em honra das delegações assistentes, oferecido pelo presidente da Câmara dos Deputados.

Dia 15 — Primeira Assembléia Plenária. Homenagem — San-Martín. Almôço aos refinadores e químicos do petróleo, oferecido pela Internacional Petroleum Company. Reunião de Comissões. Conferência do Sr. Eugénio G. Hondry, sobre o tema: "Cracking Catalítico". *Cock-tail* oferecido pelas instituições profissionais de Lima.

Dia 16 — Segunda Assembléia Plenária. Inauguração do local obsequiado pelas companhias petrolíferas do país à Escola de Engenheiros; descobrimento da placa comemorativa a Milne e brinde de honra oferecido pelo diretor da Escola de Engenheiros do Peru. Reunião de Comissões. Conferência do Sr. Gustavo Egloff, presidente do American Institut of Chemical Engineers, sobre o tema: "Novas perspectivas dos produtos petrolíferos". *Cock-tail* dançante em Los Angeles, oferecido pela Sociedade Nacional de Minérios e Banco Mineiro.

Dia 17 — Terceira Assembléia Plenária. Almôço campestre e bailes regionais, oferecidos pelas Comissões do Petróleo das Câmaras dos Senadores e dos Deputados em Utargia. Banquete oficial em honra das delegações estrangeiras.

Dia 18 — Reunião de gala no Hipódromo de São Filipe.

Excursão à cidade de Cuzco — Dentro dos atos complementares do Congresso, figura a excursão à cidade de Cuzco, centro arqueológico e artístico dos mais importantes da América do Sul.

Os congressistas permanecerão três dias em Cuzco, visitando, ao mesmo tempo, as ruínas dos incas.

★

VI CONGRESSO PAN-AMERICANO DE ARQUITETOS

SUA REALIZAÇÃO EM OUTUBRO, NO PERU — CONCLUSÃO DOS TRABALHOS PRELIMINARES — Em outubro do corrente ano deverá realizar-se, no Peru, o VI Congresso Pan-Americano de Arquitetos. Para esse fim o Comitê Organizador do importante certame sediado na capital daquele país vem trabalhando ativamente, envidando esforços no sentido de que o mesmo alcance o maior êxito.

Considerando que os delegados estrangeiros ao Congresso terão especial interesse em conhecer de perto a arquitetura incaica e colonial peruana, é desejo do Comitê Organizador que os trabalhos se inaugurem em algum centro tradicional do país, onde melhor possa ser satisfeita essa curiosidade. Para encerramento do Congresso, a histórica e lendária cidade de Cuzco é o local indicado.

Entre as iniciativas já efetivadas, consta a organização das seguintes exposições:

Pan-Americana de Arquitetura e Urbanismo; Desenvolvimento da Arquitetura Peruana; Arte Colonial; Indústrias de Construção; Projetos dos Alunos da Escola de Engenharia. Na secção peruana da Exposição Pan-Americana figurará uma exibição de arquitetura pré-incaica (Mochica), gentilmente oferecida pelo Sr. Rafael Larco Hoyle.

Como trabalhos culturais o Comitê está organizando os seguintes: exibição de um filme em cores, especialmente feito para o Congresso pela Corporação Nacional de Turismo, sobre a arquitetura incaica e colonial no Peru; concerto coral de música espanhola dos séculos XVI e XVII e de música vernacular no antigo convento de Santo Tomás; representação de um "Ato Sacramental" na igreja de São Francisco, tal como se realizava em Lima no século XVII.

Projetam-se ainda excursões e visitas: visitas na cidade de Lima: museus, igrejas coloniais; conventos coloniais; casas coloniais; edifícios modernos; excursão às ruínas de Pachamac; visitas à cidade de Cuzco: igrejas coloniais; conventos coloniais; casas coloniais; coleções particulares de obras coloniais; ruínas incaicas; excursões a lugares vizinhos de Cuzco, Machu-Picchu, Sacsahuamán, Ollantaytambo.

Está sendo estudada, pelas autoridades competentes, a confecção de um programa de viagens a preços reduzidos para todos os assistentes ao Congresso, aos lugares de maior valor arquitetônico, viagens que se realizariam uma vez terminado o Congresso. Prepara-se também um *Guia Arquitetônico do Peru* que constituirá uma publicação, não só de interesse turístico como também cultural.

★

Unidades Federadas

ALAGOAS

Instituto Histórico e Geográfico

ELEIÇÃO DE NOVA DIRETORIA — Em recente reunião o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas elegeu a diretoria que lhe regerá os destinos no triênio de 1946-1949, a qual ficou assim constituída: presidente: Sr. Orlando Valeriano de Araújo; 1.º vice-presidente: Sr. Ezequias J. da Rocha; 2.º vice-presidente: Sr. Osório Calheiros Gato; secretário perpétuo: Sr. Abelardo Duarte; 2.º secretário: Sr. Alfredo Gaspar de Mendonça; 3.º secretário: cônego Luis Barbosa; tesoureiro: Sr. Paulino Santiago; vice-tesoureiro: Sr. Júlio Auto da Cruz Oliveira. *Comissão de História*: monsenhor Antônio J. de Cerqueira Valente, professor Luis Lavenère e cônego Luis Barbosa. *Comissão de Finanças*: Sr. Herman Byron de Araújo Soares, Sr. José Guedes R. Lins, Sr. Osório Calheiros Gato. *Comissão de Admissão de Sócios*: Sr. Carlos Cavalcante de Gusmão, cônego Luis Medeiros Neto, Sr. Alfredo de Barros Lima Júnior.

★

MINAS GERAIS

Sociedade Excursionista e Espeleológica

ELEITA A NOVA DIRETORIA — A Sociedade Excursionista e Espeleológica, entidade dos alunos da Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil, que tem por finalidade precípua o estudo da geografia e geologia do Brasil, especialmente no que diz respeito a grutas, rios subterrâneos, flora e fauna, em recente assembléia vem de eleger sua nova diretoria, que ficou assim constituída:

Presidente: Antônio Uchoa Bittencourt; vice-presidente: Heitor Façanha da Costa; 1.º secretário: José Raimundo de Andrade Ramos; 2.º secretário: Otávio Reis Filho; Tesoureiro: Luis de Oliveira Castro; encarregado do material: Isidoro Dequech; encarregado de estudos: Jofre Mozart Parada.

★

RIO DE JANEIRO

Secretaria de Viação e Obras Públicas

POSSE DO NOVO SECRETÁRIO — No dia 3 de março assumiu as funções de secretário da Viação e Obras Públicas, o engenheiro Bento de Almeida, antigo técnico do Departamento Nacional de Saneamento, e, nesta qualidade, um dos pioneiros das obras de aproveitamento e saneamento da Baixada Fluminense.

★

SÃO PAULO

Secretaria de Agricultura

Instituto Geográfico e Geológico

61.º ANIVERSÁRIO DE SUA CRIAÇÃO — O dia 27 de março assinalou a passagem do 61.º aniversário de criação da antiga Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, organizada em 1886, por Orville Adalbert Der-

by, seu primeiro dirigente, por determinação do conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, então presidente da província.

Para comemorar a data, o Instituto Geográfico e Geológico da Secretaria de Agricultura conjuntamente com o Diretório Regional de Geografia do Estado realizou expressiva solenidade, a qual foi presidida pelo Eng.º Valdemar Lefèvre que, abrindo a sessão, fez sucinto relato dos trabalhos executados pela Comissão desde a sua criação até os nossos dias, depois do que fizeram uso da palavra os Srs. Gastão Bierenbach de Lima e João Pedro Cardoso.

Finalizando os trabalhos da sessão, os chefes de serviços técnicos do Instituto Geográfico e Geológico apresentaram resumo dos trabalhos realizados durante o ano de 1946 e que são os seguintes: Geodésia, do Sr. Gastão Bierenbach de Lima; Topografia, do Sr. Aristides Bueno; Hidrografia, do Sr. Nestor Aratangí; Geologia Geral, do Sr. Plínio de Lima; Geologia Econômica, do Sr. Teodoro Knecht, e Laboratório de Química e Tratamento de Minérios, do Sr. Benedito Alves Ferreira.

★

Diretório Regional de Geografia

NOMEAÇÃO DE INFORMANTES MUNICIPAIS — Pela Resolução n.º 68, recentemente aprovada pelo Diretório Regional de Geografia de São Paulo, acabam de ser nomeados os informantes municipais de Geografia das seguintes localidades do Estado: Aguas da Prata, Ibirá, Pedreira, Pilar do Sul, Promissão, Salto, Tupã e Urupês.

★

FALECIMENTO DE UM PIONEIRO DO APROVEITAMENTO DO VALE DO PARAÍBA — Faleceu a 20 de março na capital de São Paulo, o Dr. Carlos Botelho, cujo desaparecimento é mais uma lacuna que se abre na galeria dos melhores servidores do Brasil.

O Dr. Carlos Botelho desapareceu na avançada idade de 94 anos, pois que nasceu em 1853, a 14 de março, em Piracicaba. Fez os primeiros estudos na sua cidade natal, indo muito jovem ainda para a capital francesa, formando-se ali em medicina.

Em 1904, convidado pelo então governador de São Paulo Jorge Tibiriçá, assumiu o cargo de secretário da Agricultura, Comércio, Obras Públicas, Viação, Navegação e Iluminação. Nesse cargo, realizou numerosas iniciativas de vulto cuja repercussão se fez sentir no desenvolvimento econômico do Estado, como sejam o incentivo à agricultura e à pecuária e o aproveitamento do vale do Paraíba. A ele é ainda devida a remodelação dos serviços de água e esgoto da capital bandeirante nos quais introduziu muitos melhoramentos e vultosas obras de saneamento realizadas na cidade de Santos.

Entre outros relevantes feitos da sua administração, naquela Secretaria de Estado, cumpre destacar o levantamento da carta geográfica de São Paulo.

★

Instituto de Oceanografia e Limnologia

REVOGADO O DECRETO-LEI DE SUA CRIAÇÃO — No dia 7 de abril o governador constitucional de São Paulo baixou decreto revogando o Decreto-lei n.º 16 685, de 31 de dezembro de 1946, assinado pelo interventor Macedo Soares e pelo qual foi criado o Instituto de Oceanografia e Limnologia, subordinado à Divisão de Proteção e Produção de Peixes e Animais Silvestres, do Departamento de Produção Animal, da Secretaria de Agricultura naquele Estado.

★

Instituto Histórico e Geográfico

CENTENARIO DE NASCIMENTO DO SEU FUNDADOR — Transcorreu a 5 de março o 1.º centenário de nascimento do professor Cesário Mota Júnior, um dos propugnadores pela criação do Museu Ipiranga, fundador da Escola Politécnica de São Paulo e do Instituto Histórico e Geográfico daquele Estado.

Comemorando a data o I.H.G.S.P. promoveu expressiva sessão solene durante a qual foram tributadas ao insigne brasileiro as homenagens a que fizera jus pela sua dedicação à causa da ciência e da cultura.

★

Exterior

ESTADOS UNIDOS

PROVOCAÇÃO DE CHUVAS POR MEIO DA ENERGIA ATÔMICA — Segundo declarações do Sr. Ivan Ray Tannehill, chefe da Divisão de Informações e Previsões Sinóticas do Bureau do Tempo dos Estados Unidos, a energia atômica será possivelmente utilizada para provocar chuvas e fazer cessar as consequências da seca que se prevê prevalecente nos próximos anos.

Tais declarações foram fundamentadas no resultado de observações relativas às secas no ciclo de 11 anos das manchas solares que atualmente atingem o seu máximo, as quais estão contidas no livro *A seca, suas causas e efeitos*, editado pela Universidade de Princeton.

Não acredita o ilustre astrônomo sejam as secas a ocorrerem nos próximos anos tão desastrosas quanto as dos princípios de 1930, que grandes danos infligiram às plantações dos Estados médio-ocidentais.

Referindo-se à energia atômica esclareceu que no início ou no fim de um período de seca, uma soma relativamente pequena, de energia atômica aplicada no local e no tempo oportuno poderá provocar o desenvolvimento de um sistema de produção de chuvas, adiantando que a solução do problema está no controle do tempo, o que vem preocupando os cientistas. "A possibilidade de que esse controle seja possível no futuro é questão insignificante" — acentuou. E pondo de lado o uso da energia atômica, disse: "No futuro — os agricultores não terão de desesperar-se para o céu límpido, conjecturando se alguns dias límpidos ainda virão para se verificar uma seca desastrosa. Mesmo que jamais tenhamos capacidade para controlar o tempo, muito se terá conseguido pelo conhecimento do que se espera." "As secas não são meras ocorrências de oportunidade; fazem parte de um processo físico que pode ser medido, estudado e previsto com crescente precisão em proporção ao prosseguimento de nossas observações do sol e da atmosfera superior", afirma ainda o Sr. Tannehill. Os cientistas, nos últimos meses, predisseram que outros estudos do comportamento do sol, especialmente sobre suas manchas, possibilitarão aos observadores fazer previsões de tempo com grande antecipação.

★

MÉXICO

Instituto Pan-Americano de Geografia e História

ESTATUTOS APROVADOS NA IV ASSEMBLEIA GERAL REALIZADA EM AGOSTO DE 1946 NA CIDADE DE CARACAS*

Considerando:

Que na VI Conferência Internacional dos Estados Americanos, celebrada em Havana, em janeiro de 1928, se aprovou a Resolução que criou o Instituto Panamericano de Geografia e História, nas seguintes

Bases:

I — Fica criado o Instituto Panamericano de Geografia e História, que servirá à coordenação, distribuição e divulgação dos estudos geográficos e históricos nos Estados Americanos.

II — O Instituto Panamericano de Geografia e História servirá como órgão de cooperação entre os Institutos Geográficos e Históricos da América, para facilitar o estudo dos problemas concernentes à geografia e à história.

III — Iniciará e coordenará as investigações que exigem a cooperação de vários países, controlando as discussões científicas.

IV — Terá a seu cargo a publicação de todos os trabalhos enviados pelos Estados Americanos.

V — Fará estudos tendentes ao esclarecimento das questões de fronteiras, sempre que forem solicitados por países diretamente interessados nas referidas questões.

VI — Será incumbido da organização de um grande arquivo do planos e documentos históricos relativos à América, assim como de uma biblioteca especializada.

VII — O Instituto Panamericano de Geografia e História será constituído por todos os Estados Americanos, representados por uma delegação nomeada pelos respectivos Governos. A cada Delegação corresponderá um voto.

VIII — A sede do Instituto será a capital de qualquer Estado Americano, escolhida pela União Panamericana. O Governo do Estado Americano, em cuja capital for sediado o

*. Republicado por ter saído com incorreções no número 47, referente ao mês de fevereiro de 1947.

Instituto, deverá destinar um edifício adequado aos trabalhos que tem a desempenhar e que acima foram enumerados.

IX — A manutenção econômica do Instituto será assegurada por quotas anuais, fixadas pela Assembléa do próprio Instituto e aprovadas pelos respectivos Governos.

X — Os idiomas usados nas publicações e nas sessões do Instituto serão os da União Panamericana, a saber: espanhol, inglês, francês e português.

XI — Será criado um comitê nacional em cada um dos Estados Americanos que integram o Instituto. De preferência, caberá ao Governo de cada Estado formar seu comitê, mas, se o não fizer, será ele nomeado pela Assembléa Geral; e

Considerando:

Que a Junta Diretora da União Panamericana, devidamente autorizada pela mesma Conferência, designou a capital dos Estados Unidos do México como sede do Instituto;

Que o Instituto Panamericano de Geografia e História foi inaugurado na Cidade do México em 1929 e vem funcionando de acordo com os estatutos aprovados nessa cidade naquele ano, os quais foram modificados pela I Assembléa Geral reunida no Rio de Janeiro em 1932;

Que, presentemente, todas as Repúblicas Americanas são membros do Instituto;

Que, em virtude do incremento das atividades do Instituto, alguns Governos-Membros acharam conveniente reformar seus estatutos;

Que o Comitê Executivo do Instituto, em sua reunião na Cidade do México, em abril de 1946, designou um Comitê com a finalidade de elaborar um anteprojeto de novos estatutos para serem considerados pela IV Assembléa Geral;

Que a Comissão de Organização da IV Assembléa Geral estudou o referido anteprojeto, não introduzindo as reformas que lhe pareceram mais oportunas;

Resolve:

Sanctionar os seguintes Estatutos do Instituto Panamericano de Geografia e História:

DOS FINS DO INSTITUTO

Artigo 1.º — O Instituto Panamericano de Geografia e História é um órgão que tem por objeto fomentar, coordenar e difundir os estudos geográficos e históricos e os relativos às ciências afins, iniciar e executar os estudos e trabalhos dessa natureza que solicitem os Estados-Membros. Promoverá também a cooperação entre os institutos geográficos e históricos dos Estados-Membros e com outras organizações americanas que se ocupem destas atividades. Não empreenderá nem aceitará nenhum trabalho de caráter político ou sectário.

DOS MEMBROS

Artigo 2.º — Só podem ser membros do Instituto os Estados Americanos.

Artigo 3.º — Os Estados-Membros do Instituto podem desligar-se d'este em qualquer tempo, mas deverão em tal caso pagar as quotas devidas, inclusive a do ano em curso e, quando o desejarem, poderão ser readmitidos. Para a admissão de novos membros, se requererá o voto afirmativo de duas terças partes dos Estados-Membros.

DA ORGANIZAÇÃO

Artigo 4.º — O Instituto se comporá dos seguintes órgãos:

- a) Assembléa Geral;
- b) Junta Diretora;
- c) Comitê Executivo;
- d) Comissões e seus Comitês;
- e) Secções Nacionais; e
- f) Secretaria-Geral.

DA VOTAÇÃO

Artigo 5.º — Nas reuniões de qualquer órgão do Instituto, em que se exija voto formal para as decisões, estas serão aprovadas por maioria de votos dos membros presentes, sem levar em conta as abstenções, a menos que se especifique o contrário nos Estatutos. Em caso de empate, o Presidente decidirá com seu voto. Durante os intervalos entre as reuniões dos órgãos do Instituto, se poderá consultar aos membros d'este, pelos meios de comunicação adequados, a fim de que os referidos órgãos possam tomar as suas deliberações.

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 6.º — A Assembléa Geral, como órgão supremo das deliberações do Instituto, fixará as suas diretrizes científicas, administrativas e econômicas.

Conhecerá também das atividades dos demais órgãos do Instituto realizadas desde a última Assembléa e formulará os planos que tenham de ser executados até a seguinte.

Artigo 7.º — A Assembléa Geral compõe-se das Delegações designadas pelos Estados-Membros, na qual cada Delegação terá direito a um voto. Os Estados-Membros solicitarão das instituições científicas existentes em suas respectivas jurisdições que enviem representantes que, com direito de palavra, assistam às reuniões e apresentem trabalhos.

Artigo 8.º — Nos assuntos científicos as decisões da Assembléa Geral serão tomadas com a maioria dos votos das delegações presentes à respectiva sessão, sem levar em conta as abstenções. Nos assuntos econômicos e administrativos, as decisões da Assembléa Geral serão tomadas com a maioria dos votos de todos os Estados-Membros. Qualquer delegação pode abster-se de votar e pedir que se o faça constar da ata respectiva.

Artigo 9.º — Cada Assembléa Geral decidirá sobre a sede da seguinte e a data da sua celebração. As Assembléas reunir-se-ão normalmente com intervalos de quatro anos. As Assembléas Extraordinárias poderão ser convocadas pelo Presidente do Instituto, em virtude de solicitação do Comitê Executivo, feita com a aprovação da Junta Diretora. Poderão também ser convocadas quando assim o pedir uma terça parte dos Estados-Membros.

Artigo 10 — No ano seguinte ao da eleição da sede para a próxima Assembléa Geral, o Governo do país onde se celebrará a reunião, nomeará uma Comissão Preparatória que se encarregará da organização da aludida Assembléa, com a cooperação do Comitê Executivo do Instituto.

Artigo 11 — O programa preliminar de cada Assembléa Geral deverá ser preparado pela respectiva Comissão Preparatória, com prévia consulta ao Comitê Executivo do Instituto. Seis meses antes da reunião, o Governo que a convocar submeterá esse programa à consideração dos demais Estados-Membros.

Os Estados-Membros terão conhecimento do programa definitivo para cada Assembléa, pelo menos, dois meses antes da reunião.

Artigo 12 — Não se levará em consideração qualquer assunto que não figure no programa dos trabalhos da Assembléa Geral, senão com a aprovação de dois terços das delegações à Assembléa.

Artigo 13 — Cada Assembléa Geral elegerá seus próprios dirigentes e elaborará seu regulamento interno em conformidade com os presentes estatutos.

DO PRESIDENTE E DOS VICE-PRESIDENTES DO INSTITUTO

Artigo 14 — A Assembléa Geral elegerá um Presidente, um 1.º Vice-Presidente e um 2.º Vice-Presidente do Instituto, os quais exercerão seus cargos até a reunião da seguinte Assembléa. Estes serão escolhidos entre os nacionais de diferentes Estados e poderão assistir às reuniões de todos os órgãos do Instituto.

Artigo 15 — No caso de falta temporária ou permanente do Presidente, desempenhará a presidência o 1.º Vice-Presidente e, na falta deste, o 2.º Vice-Presidente, na ausência deste último, farão suas vezes os Presidentes das Comissões, de acordo com a ordem de antiguidade de sua eleição.

DA JUNTA DIRETORA

Artigo 16 — As funções da Assembléa Geral, vinculadas à direção científica, administrativa e econômica do Instituto, serão exercidas no intervalo das Assembléas, por uma Junta Diretora, composta pelo Presidente e os Vice-Presidentes do Instituto, os Presidentes das Secções Nacionais do mesmo e o Secretário-Geral do Instituto.

Artigo 17 — O Presidente e os Vice-Presidentes do Instituto serão presidente e Vice-Presidentes *ex-officio* da Junta Diretora, e o Secretário-Geral do Instituto atuará como Secretário. Estes membros só terão direito de palavra, a menos que, como Presidente das Secções Nacionais, tenham também direito de voto.

Artigo 18 — A Junta Diretora reunir-se-á na ocasião em que se celebrar a Assembléa Geral, por decisão do Presidente do Instituto ou a pedido de uma terça parte de seus membros.

Artigo 19 — O programa para as reuniões da Junta Diretora será elaborado pelo Presidente do Instituto, mediante consulta prévia ao Comité Executivo e às Secções Nacionais.

Artigo 20 — Para o *quorum* da Junta Diretora se exigirá a maioria de seus membros. Cada Secção Nacional terá direito de ser representada por um suplente no caso de ausência inevitável de seu Presidente.

Artigo 21 — As decisões da Junta Diretora sobre assuntos científicos serão adotadas pela maioria de votos dos membros presentes, sem levar em conta as abstenções. Em matéria econômica e administrativa, as decisões serão adotadas pela maioria absoluta de votos dos membros.

Artigo 22 — A Junta Diretora deverá:

1.º — Conhecer das atividades realizadas pelo Instituto a partir da última reunião da própria Junta;

2.º — Receber e verificar os informes anuais do Comité Executivo e enviá-los à Assembléa Geral, aos Governos e às Secções Nacionais;

3.º — Apresentar recomendações à consideração da Assembléa Geral, em matéria de sua competência;

4.º — Estudar os projetos de despesas submetidos ao Comité Executivo pelas Comissões e a Secretaria-Geral e apresentar à Assembléa Geral um orçamento que cubra as despesas dos anos seguintes até a celebração da próxima Assembléa; e

5.º — Elaborar seu regulamento interno em conformidade com as disposições dos presentes Estatutos.

DO COMITÉ EXECUTIVO

Artigo 23 — O Comité Executivo, dependente da Junta Diretora, atuará como órgão central coordenador e administrativo das atividades do Instituto.

Artigo 24 — O Comité Executivo se comporá de um Presidente Honorário que será o próprio Presidente do Instituto, de um Presidente efetivo, que será o 1.º Vice-Presidente do Instituto, de um Vice-Presidente que será o 2.º Vice-Presidente do Instituto e que presidirá na ausência do 1.º Vice-Presidente; dos Presidentes das Comissões ou seus suplentes e, *ex-officio*, com direito de palavra mas não de voto, do Secretário-Geral do Instituto. O Secretário-Geral desempenhará as funções de Secretário do Comité Executivo.

Artigo 25 — O Comité executivo reunir-se-á, mediante prévia convocação de seu Presidente efetivo, no mínimo uma vez por ano, e nas demais ocasiões que sejam determinadas pelo referido Presidente, pela Junta Diretora ou pelo Presidente do Instituto. O *quorum* será constituído pela maioria dos membros do Comité, que tenham direito de voto. Todas as decisões do Comité serão adotadas pela maioria de votos dos membros presentes, sem se computar as abstenções. O Comité Executivo redigirá seu regulamento interno, o qual ficará sujeito às estipulações destes Estatutos.

Artigo 26 — São atribuições do Comité Executivo:

1.º — Zelar por que os diversos órgãos do Instituto cumpram as Resoluções da Assembléa Geral e da Junta Diretora.

2.º — Providenciar a execução das decisões da Assembléa Geral e da Junta Diretora por parte dos Países-Membros;

3.º — Considerar o informe semestral da Secretaria-Geral e quaisquer outros solicitados pelo Comité àquela Secretaria;

4.º — Considerar os informes anuais e outras comunicações emanadas dos Presidentes das Comissões, sobre as atividades destas e as de seus Comités;

5.º — Informar à Junta Diretora, em cada reunião, acerca das atividades do Instituto, a partir da última reunião da Junta;

6.º — Prestar à Junta Diretora um informe anual, acerca das atividades que o Instituto tenha levado a efeito e das que estão em projeto, da receita e da despesa do Instituto durante o ano anterior e dos orçamentos do mesmo para o ano seguinte;

7.º — Preparar o programa da Assembléa Geral em cooperação com a Comissão Preparatória do Governo que a promove e, juntamente com a dita Comissão, organizar os trabalhos de instalação da Assembléa Geral;

8.º — Apresentar à Junta Diretora orçamentos de receita e despesas para cobrir os trabalhos de todos os órgãos do Instituto durante o período compreendido entre uma Assembléa Geral e a seguinte;

9.º — Designar Comités especiais, que o caso requerer, para o estudo ou execução de atividades da competência do Instituto;

10.º — Nomear o Secretário-Geral do Instituto e designar o pessoal necessário para o funcionamento da Secretaria-Geral; quanto

a estas últimas nomeações deverão recair de preferência em cidadãos dos diferentes Estados-Membros;

11.º — Organizar a Secretaria-Geral e elaborar o seu regulamento interno;

12.º — Adotar, com a devida aprovação da Junta Diretora, qualquer medida de emergência que fôr necessária até que se convoque o órgão competente do Instituto.

Artigo 27 — O Comité Executivo poderá convidar cientistas dos Estados Americanos para que tomem parte nos trabalhos do Instituto.

DA SECRETARIA-GERAL

Artigo 28 — Funcionará uma Secretaria-Geral na cidade sede do Instituto para auxiliar a coordenação das atividades dos órgãos deste, o cumprimento dos acordos adotados e o melhor funcionamento dos referidos órgãos.

Artigo 29 — A Secretaria-Geral estará a cargo de um Secretário-Geral, sob inspeção suprema do Comité Executivo do Instituto. O Secretário-Geral deverá residir no país onde esteja localizada a sede do Instituto.

Artigo 30 — O Secretário-Geral será designado pelo Comité Executivo, por um período de quatro anos. Poderá ser reeleito.

Artigo 31 — Compete à Secretaria-Geral:

1.º — Servir como meio de comunicação entre os órgãos do Instituto e os Estados-Membros;

2.º — Submeter semestralmente um informe ao Comité Executivo e prestar quantos forem solicitados por este. O informe semestral incluirá uma relação da receita e da despesa da Secretaria-Geral, durante o semestre correspondente, e o orçamento para o período seguinte;

3.º — Providenciar a revisão das contas e a situação dos fundos do Instituto, a ser feita por um perito, ao menos uma vez por ano;

4.º — Levar a efeito e estimular o cumprimento, pelos Estados-Membros, das Resoluções da Assembléa Geral e das Comissões.

5.º — Publicar os trabalhos remetidos para tal propósito pela Assembléa Geral, Junta Diretora, Comité Executivo ou Comissões;

6.º — Compilar e transmitir aos Governos e às Secções Nacionais as atas das Assembléas Gerais, da Junta Diretora, do Comité Executivo e das diferentes Comissões que assim o reclamem.

7.º — Auxiliar o Governo promotor e a Comissão Preparatória na organização das reuniões das Assembléas Gerais e das diferentes Comissões.

8.º — Auxiliar as Secretarias das Assembléas e das Comissões no cumprimento de suas tarefas.

9.º — Zelar pela organização e os trabalhos da Biblioteca e pela conservação deste e de outros setores técnicos que se reúnam na sede do Instituto.

10.º — Desempenhar todas as demais funções que lhe sejam confiadas pela Assembléa Geral, Junta Diretora ou Comité Executivo.

DAS COMISSÕES E SEUS COMITÊS

Artigo 32 — O Instituto realizará seus trabalhos científicos por meio de Comissões de Cartografia, Geografia, História, e de outras Comissões que forem criadas pelo voto de dois terços da Assembléa Geral.

Artigo 33 — Cada Comissão será composta pelo conjunto dos representantes designados pelos Governos dos Estados-Membros, a cada um dos quais competirá nomear um represen-

tante. Estes representantes deverão ser de reconhecida competência nas especialidades próprias das Comissões para que forem designados e, sempre que fôr possível, serão escolhidos dentre as pessoas que em seu país desempenhem cargos relacionados com a matéria.

Artigo 34 — Cada Comissão elegerá seu Presidente e seu Vice-Presidente para um período de três anos. Caso seja criada alguma nova Comissão, a Assembléa Geral designar-lhe-á um Presidente interino, até que esta nova Comissão se reúna e eleja seus próprios membros.

Artigo 35 — Cada Presidente de Comissão designará seu Secretário. Os Secretários de Comissões trabalharão em estreita colaboração com a Secretaria-Geral e informarão ao Secretário-Geral dos trabalhos de suas respectivas Comissões.

Artigo 36 — Cada Comissão estabelecerá tantos Comitês quantos forem necessários para o bom êxito de suas atividades e se encarregará, por proposta de seu próprio Presidente e prévia consulta às Secções Nacionais, da designação dos membros dos ditos Comitês, para um período nunca superior a quatro anos. Os regulamentos internos das diversas Comissões do Instituto devem prever a criação de Comitês especiais recomendados pela Assembléa.

Artigo 37 — Cada Comissão convocará uma reunião de Consulta com intervalo de um a dois anos. Antes de reunir-se, as Comissões consultarão o Comité Executivo, o qual procurará coordenar as reuniões das diversas Comissões, se lhe convier, de maneira que se efetuem ao mesmo tempo e no mesmo lugar. Quando a Assembléa Geral se reunir, serão celebradas, simultaneamente, reuniões de Consulta de todas as Comissões, as quais farão parte daquela.

Artigo 38 — Cada Comissão apresentará, anualmente, ao Comité Executivo um informe a respeito de suas atividades no último ano e de seus projetos para o próximo período. Além disto, este informe indicará o estado da receita e da despesa e o orçamento para o ano seguinte.

Artigo 39 — Cada Comissão elaborará seu próprio regulamento interno, de acordo com estes Estatutos.

DAS SECÇÕES NACIONAIS

Artigo 40 — Caberá às Secções Nacionais do Instituto facilitar, coordenar e difundir em seus respectivos países os estudos de Geografia, História e ciências afins, assim como submeter à consideração dos demais órgãos do Instituto, qualquer assunto compreendido na jurisdição destes últimos.

Artigo 41 — Integrarão as Secções Nacionais as pessoas nomeadas pelos Governos dos Estados-Membros, como seus representantes perante as respectivas Comissões.

Artigo 42 — Cada Secção Nacional elegerá seu próprio Presidente e, em conformidade com estes Estatutos, formulará seu regulamento interno. Designará também o membro que tenha de suprir as faltas temporárias do Presidente.

Artigo 43 — Compete também às Secções Nacionais:

1.º — Obter de seus respectivos Governos a execução das resoluções e recomendações das Assembléas Gerais, Junta Diretora e Comité Executivo;

2.º — Assistir os respectivos Governos nos assuntos geográficos e históricos relacionados com o Instituto.

3.º — Prestar contas, anualmente, de suas atividades ao Comité Executivo do Instituto.

DAS FINANÇAS

Artigo 44 — A manutenção econômica do Instituto será feita pela arrecadação das quotas anuais dos Estados-Membros, fixadas pela Assembléa do próprio Instituto, e aprovadas pelos respectivos Governos.

O Instituto poderá receber doações e legados de pessoas ou de Instituições, bem como contribuições suplementares dos Estados-Membros.

Artigo 45 — Os fundos do Instituto deverão ser depositados em seu nome na cidade sede do Instituto, à disposição da Secretaria-Geral e submetidos a um exame anual por peritos.

Artigo 46 — Seis meses antes de cada Assembléa Geral Ordinária, o Secretário-Geral e os Presidentes das Comissões submeterão ao Comitê Executivo uma relação das despesas previstas para o período que decorrerá entre as duas próximas Assembléas. O Comitê Executivo verificará a relação dessas despesas e a submeterá à consideração da Junta Diretora.

Artigo 47 — A Junta Diretora submeterá à Assembléa Geral uma recomendação relativa às despesas de todos os órgãos do Instituto para o período a que se refere o artigo anterior e outra relativa às quotas indispensáveis para cobrir aquelas despesas. A Assembléa Geral, pela maioria de dois terços, recomendará aos Governos o pagamento das quotas que considerar indispensáveis.

Artigo 48 — Quando um ou vários Governos solicitarem do Instituto a realização de um estudo ou projeto especial, tal estudo ou projeto será custeado pelo Governo ou Governos interessados.

DA REFORMA DOS ESTATUTOS

Artigo 49 — Estes Estatutos poderão ser modificados ou reformados pela Assembléa Geral, com a aprovação de dois terços dos Estados-Membros. O projeto de reforma correspondente deverá ser comunicado pelo Instituto aos Governos dos Estados-Membros, ao menos quatro meses antes da data fixada para a realização da Assembléa.

DO TEXTO OFICIAL

Artigo 50 — Os presentes Estatutos serão redigidos nos quatro idiomas oficiais do Instituto: espanhol, inglês, português e francês.

Em caso de dúvida prevalecerá o texto em espanhol.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 51 — O Diretor atual do Instituto atuará como Conselheiro, tanto da Junta Diretora como do Comitê Executivo com direito de palavra mas não de voto. Atuará também como Conselheiro do Secretário-Geral nos assuntos próprios da Secretaria-Geral. Juntamente com o Secretário-Geral representará o Instituto em suas relações com a Secretaria das Relações Exteriores do país sede do Instituto, com as Missões Diplomáticas das demais Repúblicas Americanas acreditadas neste e com as organizações culturais e científicas do mesmo.

Artigo 52 — Até que se reúna a IX Conferência Internacional Americana, que se celebrará em Bogotá, na qual será estabelecido um sistema de quotas para a manutenção eco-

nômica dos diversos órgãos panamericanos, inclusive o Instituto Panamericano de Geografia e História, vigorará o sistema de quotas estabelecido na I Assembléa Geral do Instituto, realizada no Rio de Janeiro em 1932, o qual é o seguinte:

“Artigo 19 — Os Estados fazem parte do Instituto Panamericano de Geografia e História, contribuirão para a manutenção deste, com uma quota anual fixada da seguinte maneira:

Países com menos de 2 milhões de habitantes	U.S.\$	200
Países com 2 a 4 milhões de habitantes	U.S.\$	500
Países com 4 a 10 milhões de habitantes	U.S.\$	1 000
Países com 10 a 20 milhões de habitantes	U.S.\$	2 500
Países com 20 a 50 milhões de habitantes	U.S.\$	5 000
Países com 50 milhões ou mais de habitantes	U.S.\$	10 000

“Como cômputo de população se estimará o do censo oficial que cada Governo declarar ao comunicar a ratificação das resoluções tomadas pelo Congresso. As mencionadas quotas aumentarão ou diminuirão de acordo com o aumento ou diminuição da população”.

Continua, também, em vigor o acordo adotado na II Reunião Panamericana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, celebrada na mesma cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1944, referente à faculdade dos Governos dos Estados-Membros do Instituto, de sufragar as despesas da Comissão de Cartografia por meio de uma contribuição especial de montante igual ao da quota normal.

Proceder-se-á da mesma maneira com respeito às demais Comissões criadas nesta Assembléa.

O Instituto dará conhecimento aos Estados-Membros e aos Presidentes das respectivas Secções Nacionais, do montante das contribuições especiais, que se fizerem necessárias para os fins da presente disposição.

★

PORTUGAL

RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO — O Instituto Nacional de Estatística de Portugal, vem de publicar, em grosso volume, o relatório relativo aos elementos apurados no VIII recenseamento geral da população do país, operado em 1940. Segundo o documento em apêço, nos últimos 50 anos o índice demográfico de Portugal acusa um acréscimo de 2 672 423 almas, verificando-se ainda, neste mesmo espaço de tempo, que a emigração atingiu o número de 1 450 843, contrabalançada por uma imigração de mais de 50 milhares de pessoas. No que diz respeito à imigração e às possibilidades de investimento humano, o relatório esclarece: “Este último fato é o fenômeno que domina e caracteriza a atualidade da vida demográfica portuguesa. As suas consequências devem influenciar todos os aspectos da vida do país, mas por mais visíveis que elas sejam, nem por isso deixa de ser altamente notável que, em época tão cheia de dificuldade, Portugal tivesse podido, sem uma tremenda calamidade pública, albergar dentro das suas fronteiras tão grande número de novos habitantes”.

Há ainda no referido documento considerações em torno da emigração para a América do Norte e, de modo especial, para o Brasil.

Se lhe interessa adquirir as publicações do Conselho Nacional de Geografia, escreva à sua Secretaria (Praça Getúlio Vargas, 14 — Edifício Francisco Serrador - 5.º andar — Rio de Janeiro) que o atenderá pronta e satisfatoriamente.

Relatórios de instituições de Geografia e ciências afins

Relatório do Presidente do I. B. G. E., Apresentado ao Sr. Presidente da República

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

— 1944 —

Orientando suas atividades no sentido do estudo sistemático das questões geográficas brasileiras, a fim de lhes possibilitar as soluções mais adequadas, o Conselho Nacional de Geografia, não obstante as dificuldades de ordem geral que caracterizaram esta fase de guerra, teve a sua atuação assinalada em 1944 por um conjunto de realizações que evidenciam o elevado espírito de dedicação e a competência dos seus servidores.

O fato central do período a que se refere o presente relatório foi a realização no Brasil da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, organizada pelo Conselho sob os auspícios do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, sediado na cidade do México. Congregando entre nós ilustres e representativas personalidades das Américas, a II Reunião, além dos excelentes resultados culturais e técnicos que proporcionou aos vinte países que dela participaram, valeu como reafirmação dos sentimentos pan-americanistas que constituem o cerne da política exterior brasileira.

O segundo acontecimento geográfico do ano, na ordem de importância, foi o X Congresso Brasileiro de Geografia, que, previsto para realizar-se na cidade de Belém, em 1943, teve lugar finalmente nesta capital, em setembro de 1944.

Outras ocorrências atestam a operosidade e a eficiência do Conselho nos vários setores em que se desdobra a sua atividade, dentre as quais cumpre assinalar como as mais significativas: o início da vigência do novo quadro territorial do país — administrativo e judiciário —; a assinatura dos Convênios que fixam em definitivo os limites entre Minas Gerais e Rio de Janeiro e entre Minas e Goiás; a adesão ao I Congresso Econômico do Oeste; a viagem do secretário-geral do Conselho aos Estados Unidos, a convite do governo daquele país; a cooperação com a Library of Congress, de Washington, compreendendo a permuta de publicações e a especialização dos técnicos do Conselho em biblioteconomia; o intercâmbio permanente com o Instituto Nacional de Investigações Geográficas de Montevideu.

Prosseguindo no seu propósito de reunir professores, técnicos e estudiosos em geral para o estudo e a discussão dos problemas geográficos, o Conselho levou a efeito uma nova série de tertúlias geográficas semanais, que obtiveram grande êxito.

Dentro do plano que já vinha sendo executado, o Conselho patrocinou ainda, em

1944, várias expedições e excursões científicas ao interior, algumas em colaboração com a Faculdade Nacional de Filosofia.

Acontecimento digno de registro especial foi a criação, pelo Decreto-lei federal n.º 6 828, de 25 de agosto de 1944, do Serviço de Geografia e Cartografia, com funções executivas. Permitindo ao Conselho o planejamento e a execução de mais largos programas de trabalho, a nova lei abre grandes perspectivas às atividades geográficas no país.

ASSEMBLÉIA GERAL

Em face do Decreto-lei n.º 6 558, de 14 de junho de 1944, deixou de realizar-se, em julho de 1944, a sessão de Assembléia Geral do Conselho.

Coube, por isso, ao respectivo Diretório Central, de acordo com as disposições regulamentares, tomar as decisões necessárias à vida da instituição e à marcha regular de suas múltiplas atividades.

DIRETÓRIO CENTRAL

No decorrer de 1944, o Diretório Central do Conselho realizou vinte e uma reuniões, nas quais aprovou vinte e sete Resoluções, numeradas de 150 a 176 (anexo II-a, tratando de questões de natureza técnica, administrativa e cultural, além de deliberar sobre assuntos em relação aos quais não houve necessidade de resoluções expressas.

Principais Resoluções — Merecem referência, no setor cultural, pela importância de que se revestem, as Resoluções n.º 154, que dispôs sobre a organização da Reunião Pan-Americana de Consulta, e n.º 156, relativa ao ensino superior da Geografia.

Sob o ponto de vista técnico, cumpre ressaltar as Resoluções n.º 151, adotando providências para a atualização do quadro da distribuição regional das Unidades Federadas, e n.º 168, que dispôs sobre a entrega dos novos mapas municipais.

No plano administrativo, destacam-se as Resoluções n.º 150, dispondo sobre a fixação do orçamento para 1944, e ns. 152 e 166, que regularam o quadro do pessoal.

Novos representantes — Durante o ano de 1944, verificaram-se alterações na constituição do Diretório Central, que passou a contar com o concurso do engenheiro Alberto Ildefonso Ericksen, empossado a 3 de julho, como suplente do delegado do Ministério da Agricultura; do conselheiro Murilo Otacema Pessoa, empossado a 3 de outubro, como suplente do representante especial do Ministério das Relações Exteriores, e do engenheiro Flávio Vieira que

a 18 de outubro se empossou como delegado técnico do Ministério da Viação e Obras Públicas, na vaga do professor Joaquim Licínio de Sousa Almeida, cujo falecimento privou o Conselho de uma cooperação das mais valiosas.

SECRETARIA-GERAL

Órgão coordenador das diferentes atividades do Conselho, a sua Secretaria-Geral vem tendo desenvolvidas e ampliadas as tarefas que lhe incumbem à medida que mais se intensifica a atuação do C.N.G. Cabe-lhe o preparo de todo o expediente e bem assim tomar, *ad referendum* ou por determinação do Diretório e da Presidência, as medidas de caráter administrativo necessárias à perfeita regularidade da vida da instituição.

O movimento de correspondência a seu cargo acusou, em 1944, a entrada de 1 240 telegramas e 4 381 ofícios e a expedição de 2 211 telegramas e 8 267 ofícios.

Tanto nos preparativos, como, durante a realização da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia e do X Congresso Brasileiro de Geografia, desenvolveu a Secretaria-Geral eficiente atividade, prestando valioso concurso às respectivas Comissões Organizadoras.

SERVIÇO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA FISIOGRAFICA

Transferida que foi para local mais adequado, ainda no exercício de 1943, a sede do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, pôde este órgão melhor atender, no decurso de 1944, às absorventes tarefas a seu cargo, como repartição central do Conselho.

Estrutura atual — De acordo com a estrutura que lhe atribuiu a Resolução n.º 131, do Diretório Central, compõe-se o Serviço, atualmente, de uma Secretaria; quatro Seções técnicas; duas Carteiras de Serviços; dois Cursos de Especialização e cinco Órgãos Especiais.

A Secretaria compreende os seguintes setores: a) Expediente e Arquivo; b) Mecanografia; c) Gabinete de Cópias; d) Pessoal e Contabilidade; e) Almoxarifado; f) Portaria.

A 1.ª Seção — "Documentação Geográfica" — apresenta o seguinte quadro de setores: a) Biblioteca; b) Filme-Fototeca; c) Arquivo Corográfico; d) Dicionário Geográfico Brasileiro.

A 2.ª Seção — "Carta Geral do Brasil" — abrange as seguintes partes: a) Coleta de Elementos; b) Mapoteca; c) Cartografia.

A 3.ª Seção — "Cartas Regionais" — assim se subdivide: a) Estereografia; b) Cartografia.

A 4.ª Seção — "Estudos Geográficos e Estatísticas Territoriais" — compreende os setores: a) Estudos Geográficos; b) Estatísticas Territoriais; c) Ilustrações.

As duas Carteiras de Serviços foram criadas para atender a encargos que se avolumavam, não se enquadrando devidamente nas atribuições das quatro Seções técnicas e necessitando da necessária autonomia, para a maior rapidez e eficiência de ação.

A Carteira de Intercâmbio e Publicidade cabem os encargos de intercâmbio cultural e de publicidade do Conselho, salientando-se, entre as suas tarefas, a elaboração do *Boletim Geográfico*.

A Carteira da Divisão Territorial realiza os importantes trabalhos relativos à execução do Decreto-lei n.º 311 e da legislação subsequente, que trata da divisão territorial do país.

Os dois Cursos de Especialização, destinados ao aprimoramento do preparo técnico do pessoal, articulam-se diretamente com as Seções neles interessadas: o Curso de Cartografia, com as 2.ª e 3.ª Seções, e o Curso de Geografia, com a 4.ª Seção.

Os cinco órgãos especiais, subordinados diretamente ao diretor do Serviço, são os seguintes: a) Museu de Geografia do Brasil; b) Campanha das Expedições Científicas; c) Campanha de Coordenadas; d) Corpo de Assistentes Técnicos; e) Setor de Publicações.

Graças a essa nova estruturação, distribuíram-se os trabalhos, durante a maior parte do ano de 1944, com melhor definição das responsabilidades dos chefes e encarregados e com visível acréscimo de rendimento.

Principais realizações — Numerosos foram os trabalhos de interpretação geográfica executados pela repartição central do Conselho no decurso de 1944, quer de gabinete, através principalmente de sua Seção de Estudos, quer de campo, mediante observações feitas pelos geógrafos que participaram das expedições e excursões organizadas ou patrocinadas pelo C.N.G. Esses trabalhos marcham para um desenvolvimento cada vez maior, sabido que, em sua tendência moderna, a Geografia está colocada a serviço da Administração, a fim de fornecer a esta última os dados e informações de interesse e atualidade para as suas iniciativas.

Os trabalhos de maior significação levados a efeito compreenderam estudos relativos à atualização do quadro de distribuição regional, os quais serviram de base à Resolução n.º 151, fixando a nova divisão regional adotada na administração pública em virtude da determinação do presidente da República; ao clima do Brasil, de acordo com a classificação de Köppen, universalmente adotada; à distribuição da população do Brasil, segundo os recenseamentos de 1920 e 1940, compreendendo o preparo de cartogramas demográficos, de acordo com o moderno método das Isarritmas; à organização de tabelas das áreas dos quadriláteros da superfície terrestre, necessárias ao cálculo cuidadoso das áreas do Brasil e dos seus desmembramentos em Unidades Federais, Municípios e Distritos; aos limites dos novos Territórios Federais, adotados pelo Decreto-lei n.º 6 550, de 31 de maio de 1944; às sínteses geográficas dos cinco novos Territórios Federais.

Acham-se ainda compreendidos nesses trabalhos a pesquisa à bibliografia e síntese geográfico-histórica das ilhas oceânicas brasileiras; o estudo geográfico da região do projetado Território do Tocantins; o preparo de material e de comunicações destinadas às tertúlias e às reuniões culturais organizadas pelo Conselho; o início do *Prontuário Geográfico Brasileiro*, destinado a oferecer a Corografia do Brasil em fichas, segundo os dados mais atualizados e as interpretações mais modernas; o início do preparo do *Glossário de Termos Geográficos*, como contribuição à terminologia geográfica, trabalho que já foi inaugurado com a coleta, apuração e interpretação dos termos técnicos divulgados na seção "Tipos e Aspectos" da *Revista Brasileira de Geografia*.

Merecem ainda ressaltados o preparo das contribuições que constituem a Seção Didática do *Boletim Geográfico*; a colaboração de estudos e desenhos que formam a seção "Tipos e Aspectos do Brasil" da *Revista Brasileira de Geografia*, bem como o preparo de outras contribuições para a mesma revista; a organização da exposição anexa à II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia; a participação ativa nos trabalhos técnicos e científicos da II Reunião e do X Congresso Brasileiro de Geografia, sobretudo

dêste último certame, onde se fez sentir a influência dos técnicos do Conselho no sentido de ser adotada a moderna orientação no julgamento das teses; a realização de estudos geográficos no campo, mediante a participação de técnicos do Conselho em expedições e excursões; a elaboração do *Dicionário Geográfico Brasileiro*, segundo o plano preestabelecido, preparando-se já os vocabulários referentes aos Estados da Bahia, Mato Grosso e Sergipe; a colaboração, quanto ao fornecimento de dados, ao técnico norte-americano John H. Bernhard, encarregado pela Coordenação da Mobilização Econômica de estudar o problema dos transportes no Brasil.

Em 1944, o Setor de Cartografia, cuja atividade foi bastante intensa, levou ao seu ativo a execução de 349 cópias de mapas existentes nas repartições do Distrito Federal e dos Estados.

Dispõe também o Serviço de um Gabinete de Foto-Cartografia, destinado aos trabalhos de reprodução, ampliação e redução, necessários à Cartografia. O movimento em 1944 foi considerável, sendo tiradas 6 132 cópias de mapas pelo processo heliográfico, trabalho que exigiu o consumo de 5 083 m² de papel ozalide; 2 169 cópias de mapas (239 em negativo e 1 940 em positivo) pelo processo fotostático, esmalitando-se as cópias no próprio Gabinete; 2 672 reproduções, 9 952 ampliações e 4 537 impressões de filmes; e 69 fotografias coloridas aquarela.

Citadas aqui apenas parcialmente e de maneira breve, as diversas atividades do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica serão, a seguir, devidamente analisadas, uma a uma, nos capítulos a elas especialmente destinados.

Visitas recebidas — A repartição central do Conselho foi distinguida, em 1944, com honrosas visitas de ilustres técnicos e personalidades, merecendo especial destaque as que foram feitas coletivamente pelos delegados à II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, em 19 de agosto, e pelos delegados ao X Congresso Brasileiro de Geografia, em 9 de setembro.

Além dessas, numerosas outras visitas recebeu a sede do Conselho, quer em caráter de cordialidade, quer para tratar de assuntos geográficos. Dentre essas, foram registradas as seguintes: general Firmo Freire do Nascimento, secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, acompanhado de auxiliares; ministro João Alberto, presidente da Fundação Brasil-Central, na companhia de auxiliares; generais Maurício José Cardoso e José Agostinho dos Santos, chefe e sub-chefe, respectivamente, do Estado Maior do Exército; Dr. Alvaro Maia, interventor no Estado do Amazonas; coronel Magalhães Barata, interventor no Estado do Pará; coronel Aloísio Ferreira, governador do Território do Guaporé; capitão Janari Gentil Nunes, governador do Território do Amapá; capitão Ene Garcês dos Reis, governador do Território do Rio Branco; coronel Augusto Maynard Gomes, interventor no Estado de Sergipe; senhor Manuel Ribas, interventor no Estado do Paraná; Dr. João Ponce Arruda, secretário-geral do Estado de Mato Grosso.

CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA

Numa demonstração excepcional de aprêgo aos magníficos resultados da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, o governo brasileiro, ao encerrar-se aquela assembléia, baixou o decreto-lei que criou no Conselho o Serviço de Geografia e Cartografia, atribuindo a esse organismo funções executivas.

Constitui a iniciativa uma garantia de que os empreendimentos geográficos sob a responsabilidade do C.N.G. serão, doravante, integralmente executados, uma vez que, dotado de poderes executivos, estará ele em condições de suprir quaisquer deficiências porventura manifestadas no terreno da cooperação interadministrativa, em que se fundamenta o regime de trabalho do Instituto.

Ampliando as atribuições do Conselho, que de órgão exclusivamente supervisor adquire assim a faculdade de executar, em caráter supletivo, aqueles trabalhos necessários à realização integral e conveniente dos planos e campanhas de ordem nacional, a lei em causa assegura novos e largos horizontes às nossas atividades geográficas.

CONSULTORIAS E COMISSÕES TÉCNICAS

O Conselho continua a contar, no seu quadro de consultores-técnicos, com o eficiente concurso de ilustres geógrafos brasileiros, que lhe vêm prestando, nos setores das respectivas especializações, uma colaboração das mais úteis e apreciáveis.

Na próxima sessão da Assembléia Geral será devidamente examinada a constituição do quadro de consultores, cujo mandato, fixado em dois anos, foi prorrogado em virtude de não se haver reunido aquele órgão de direção superior do C.N.G.

O mesmo ocorreu, aliás, com as Comissões Técnicas, que ainda agora apresentam a mesma organização que lhes foi dada pela Resolução n.º 66, baixada pela Assembléia Geral em sua reunião de 1941.

LIMITES INTERESTADUAIS E DOS TERRITÓRIOS

Dentro da relatividade de suas atribuições e recursos, o Conselho, atendendo às solicitações que lhe foram dirigidas pelos interessados, colaborou no estudo e no encaminhamento dos diferentes casos de limites interestaduais.

O registro do que foi realizado nesse particular, durante 1944, é francamente animador, traduzindo-se principalmente no fato de que antigas questões lograram solução satisfatória.

Pendências resolvidas — Solucionando em definitivo a pendência entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, foram expedidos os Decretos-leis n.º 1 201, de 27 de outubro de 1944, do governo de Minas Gerais, e n.º 1 260, de 10 de novembro de 1944, do governo do Estado do Rio de Janeiro, com os quais ficou aprovado o Convênio de Limites assinado na cidade mineira de São Lourenço, em 28 de fevereiro de 1944.

Do mesmo passo, os limites entre Minas Gerais e Goiás foram definitivamente fixados mediante decretos-leis de ambos os governos, aprovando o Acordo de Limites de 22 de dezembro de 1939, homologado pelo Decreto-lei federal n.º 3 320, de 29 de maio de 1941. Tanto num como noutro ato, houve participação do Conselho, através dos seus órgãos locais e regionais, cumprindo ressaltar a circunstância bastante expressiva de a assinatura do último daqueles diplomas se ter verificado na data do quinto aniversário da instalação do Instituto.

Outros fatos evidenciam ainda a participação do Conselho, como, por exemplo, a assinatura, na sede do Diretório Municipal do Conselho na cidade de São Lourenço, do Convênio de Limites entre Minas e o Estado do Rio, e a particularidade de terem chefiado as delegações mineira e fluminense na Comissão Mista de Limites os secretários dos Diretórios Regionais do C.N.G. nos respectivos Estados.

Câos em andamento — Ainda por solicitação dos governos interessados, ocupou-se o Conselho, em 1944, da questão de limites entre Pernambuco e Alagoas, mantendo um técnico na Comissão Mista de Limites, além de contribuir com a importância de Cr\$ 3 000,00 mensais para as despesas da referida Comissão. Na questão de limites entre o Rio Grande do Norte e o Ceará, a ação do Conselho se fez sentir através do esclarecimento de aspectos geográficos regionais. Nas questões da Bahia com Goiás e Piauí com Maranhão, o Conselho colaborou eficientemente, mediante expedições científicas que estudaram a região fronteira.

Doutrina firmada — Na apreciação dos casos concernentes a limites interestaduais, cumpre ressaltar, pela oportunidade que reveste, a doutrina firmada pela União, segundo a qual aos governos estaduais está sempre aberta a possibilidade de solucionar as questões relativas às suas lindes por meio de acordo.

Esse, aliás, é o verdadeiro sentido da exposição de motivos do Ministério da Justiça, aprovada pelo presidente da República, na qual solicitava aprovação aos projetos de decretos-leis apresentados aos governos dos Estados de Minas e do Rio de Janeiro, ratificando o Acordo de Limites.

Os novos Territórios — Atendendo à solicitação que lhe foi dirigida pelo secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, general Firmo Freire do Nascimento, a Seção de Estudos da repartição central do Conselho realizou minucioso estudo sobre os limites dos novos Territórios Federais criados com o Decreto-lei n.º 5 812, de 13 de setembro de 1943.

Abstraindo o mérito da questão relacionada com o estabelecimento dos novos Territórios, o Conselho elaborou um trabalho no qual foram feitas considerações geográficas sobre aquelas unidades, resultando daí o Decreto-lei n.º 6 550, de 31 de maio de 1944, que alterou os respectivos limites, tal como indicara o estudo apresentado.

Caso do Acre — Na campanha de coordenadas levada a efeito pelo Conselho, foram determinadas astronômicamente as posições geográficas das cidades acreanas próximas à linha Cunha Gomes, na divisa do Acre com o Amazonas, verificando-se com surpresa que aquelas localidades se encontram de fato ao norte, acima da linha teoricamente estabelecida.

Em face de tal constatação, a linha geodésica Cunha Gomes não podia manter-se única, representada nas cartas por uma linha reta longa. Depois de considerado devidamente o assunto, julgou o Conselho que a melhor solução estaria em conservar acreanas aquelas localidades e adaptar a linha Cunha Gomes, quebrando-a, de maneira a envolver as referidas localidades dentro do âmbito do Território do Acre. Essa a razão por que no mapa esquemático do Brasil, editado recentemente pelo Conselho, figura uma linha quebrada separando o Território do Acre do Estado do Amazonas, ao contrário do que se verificava nos trabalhos anteriores.

REVISÃO DO QUADRO TERRITORIAL E DA NOMENCLATURA DAS ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS

Circunstâncias especiais concorreram para que o novo quadro territorial inaugurado em 1.º de janeiro de 1944 se apresentasse incompleto, não figurando ali as novas divisões dos cinco Territórios Federais. Atendendo à sua condição de Territórios recém-criados, não lhes foi determinado prazo para fixarem os respectivos quadros administrativos e judiciários. Por sua vez, os novos quadros dos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Bahia

deixaram de ser a tempo aprovados pelo presidente da República, concedendo-se a esses Estados o prazo de um ano para procederem à fixação, de acordo com o Decreto-lei n.º 6 549, de 31 de maio de 1944.

Se, por um lado, esse contratempo retardou de algum modo a aprovação definitiva dos novos quadros dos três Estados, permitiu ao Conselho, por outro lado, até que fossem baixados os diplomas estaduais, dedicar maior atenção ao estudo dos processos de divisão territorial.

Posteriormente, os Decretos-leis n.º 12 978, de 1.º de junho; n.º 14 334, de 30 de novembro e n.º 720, de 29 de dezembro de 1944, fixaram, respectivamente, os novos quadros dos Estados da Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Conquanto as divisões dos Territórios Federais constituíssem objeto de estudos, não chegou a ser estabelecido em definitivo o seu quadro administrativo e judiciário.

Nomenclatura das estações — Ao mesmo tempo, o Conselho iniciou a revisão da nomenclatura das estações ferroviárias, ajustando-a às designações das cidades e vilas, e assim conseguiu, em 1944, fixar os nomes de numerosas estações, de acordo com as respectivas localidades.

Todavia, em virtude do adiamento havido na fixação dos quadros dos Estados da Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul, motivando a prorrogação do prazo até 31 de dezembro de 1945, tal revisão não pôde ser ultimada em 1944, conforme determinara o Decreto-lei n.º 5 901, de 21 de outubro de 1943. Só depois de estabelecida a nomenclatura definitiva das cidades e vilas do país, poderia o Conselho, evidentemente, concluir os estudos relacionados com a nomenclatura das estações, na conformidade do critério estabelecido para o caso: a), a estação localizada dentro do perímetro suburbano duma cidade e vila ser-lhe-á homônima; b) a estação situada na zona rural dum distrito deverá ter nome distinto das cidades, vilas e demais estações existentes no país, tomando, quanto possível, o nome do povoado em que se acha localizada.

DIA DO MUNICÍPIO

Instituído oficialmente para solenizar a inauguração, de cinco em cinco anos, do novo quadro administrativo e judiciário do país, o "Dia do Município" foi comemorado pela primeira vez em 1 de janeiro de 1939.

Ao iniciar-se a vigência, em igual data de 1944, da nova divisão territorial da República, correspondente ao quinquênio 1944-1948 (anexo II-b), verificou-se a segunda comemoração, realizando-se expressivas solenidades em todas as cidades brasileiras.

II REUNIAO PAN-AMERICANA DE CONSULTA SOBRE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA

O acontecimento máximo da Geografia no Brasil, em 1944, foi, sem dúvida, a II Reunião Pan-Americana, realizada nesta capital e na cidade de São Paulo, entre os dias 14 de agosto e 2 de setembro, sob o patrocínio do Instituto Pan-Americano de Geografia e História. Organizou-a o Conselho Nacional de Geografia, com o patrocínio do governo brasileiro, que, oficializando essa iniciativa cultural, dirigiu convites, por via diplomática, aos governos dos países americanos.

Delegações — A importante assembléia compareceram ilustres personalidades, representando os seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, Estados Unidos da

América, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela, além de observadores e delegados do Instituto Pan-Americano de Geografia e História.

Objetivos — A II Reunião teve por objetivo tomar conhecimento da organização e da atividade de cada um dos países da América no domínio da Geografia e da Cartografia, assim como examinar uma série de problemas especializados visando a encaminhar as soluções mais adequadas.

O estudo e o debate das questões técnicas estiveram a cargo de cinco comissões: Comissão de Geodésia e Astronomia de Campo; Comissão de Topografia e Fotogrametria; Comissão de Cartas Aeronáuticas; Comissão de Cartas Hidrográficas; Comissão de Geografia e Cartografia e Assuntos Gerais.

Deliberações — A importância da II Reunião pode ser evidenciada pela extensão e natureza dos assuntos ali tratados, os quais foram objeto de cinquenta e duas Resoluções do maior interesse e atualidade, como sejam, para mencionar algumas, as que dizem respeito à uniformização dos símbolos e especificações técnicas e a ligação das redes dos trabalhos nacionais de geodésia, astronomia, nivelamento e gravimetria; à adoção preferencial e intensiva do método aerofotogramétrico; ao estudo da plataforma continental; ao intercâmbio cultural, em assuntos de Geografia, entre as nações que integram o hemisfério ocidental.

Com o propósito de realizar obra duradoura, a II Reunião determinou ao Instituto Pan-Americano de Geografia e História a criação dos seguintes órgãos executivos técnicos de caráter permanente: a) uma nova Comissão de Geografia Aplicada; b) novos Comitês Permanentes na Comissão de Cartografia: 1) de Aerofotogrametria, anexo ao de Mapas Topográficos; 2) de Hidrografia; 3) de Cartografia e Geografia; 4) de Mapa Oficial das Américas.

Tomando em consideração as deliberações do Conselho, a proposta da II Reunião, o presidente da República, pelo Decreto-lei n.º 2 828, de 25 de agosto, criou o Serviço de Geografia e Cartografia, destinado a funcionar como órgão executivo central do C. N. G. O Serviço recém-criado terá como principal finalidade a execução de trabalhos geográficos, cartográficos e fotogramétricos que lhe forem determinados pelo Conselho Nacional de Geografia.

Exposição Pan-Americana de Geografia e Cartografia — A realização da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia deu ensejo a que fosse levada a efeito, por parte do Conselho, a Exposição Pan-Americana de Geografia e Cartografia e de Aspectos Geográficos do Brasil, que ocupou todo o 21.º andar do Edifício Serrador. O certame alcançou grande êxito, obtendo larga repercussão nos meios técnicos e culturais, dado o valioso material cartográfico e paisagístico exibido, constante de trabalhos especializados relativos a todos os países que se fizeram representar na II Reunião.

Nos painéis-mostruários, foram exibidas 726 peças, inclusive cartas, planos e esquemas tendo o Brasil comparecido com 276 contribuições selecionadas, devidas aos seus serviços especializados. O Conselho expôs um painel cartográfico e cinco outros de foto-montagem, apresentando sínteses fotográficas da Geografia Regional do Brasil.

Uma oferta do Instituto Geográfico Militar da Argentina — A oferta ao I. B. G. E., por parte do Instituto Geográfico Militar da Argentina, de um bronze em miniatura, represen-

tando a estátua equestre do general San Martín, deu ensejo à realização, na sala de reuniões do Conselho, de significativa cerimônia, que refletiu claramente o êxito e a projeção continental da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia.

Com a presença do presidente do I. B. G. E., do Sr. Rolando Aguirre, 1.º secretário da Embaixada e encarregado de negócios da República Argentina, do general Moisés Rodrigo, adido militar à mesma representação diplomática de membros dos colégios dirigentes das três alas do Instituto, de destacadas figuras da colônia argentina e altos funcionários do sistema estatístico-geográfico brasileiro, foi lida, pelo sr. Eugênio Iglésias, professor da nossa Faculdade Nacional de Filosofia e adido cultural à Embaixada da Argentina, calorosa mensagem firmada pelo general Baldomero I. de Biedma, diretor-geral do Instituto Geográfico Militar da Argentina, com a qual o Instituto fazia a oferta ao I. B. G. E., como lembrança da II Reunião Pan-Americana.

Fazendo entrega do bronze, falou, a seguir, o adido à representação militar da Argentina, general Moisés Rodrigo.

Em nome do I. B. G. E. discursou o coronel-aviador Lúcia Rodrigues, salientando o significado da oferta e fazendo do representante argentino intérprete junto à entidade ofertante dos agradecimentos da instituição brasileira.

X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA

Previsto para realizar-se na cidade de Belém, em setembro de 1948, o X Congresso Brasileiro de Geografia deixou de reunir-se no mês e na sede que lhe foram designados em virtude de circunstâncias emergentes do estado de guerra. Adiado para 1944 e transferida sua sede para o Rio de Janeiro, teve lugar entre os dias 7 e 16 de setembro. Militava ainda a favor do adiamento e da transferência da sede do Congresso a realização, nesta capital, da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, o que possibilitou a presença no Congresso de expoentes da Geografia e da Cartografia interamericana, dando-lhe excepcional relevo.

As diretrizes dos trabalhos programados para o segundo Congresso da nova série patrocinada pelo Conselho obedeceram a um critério que, atendendo às verdadeiras finalidades da ciência geográfica, encarou todos os problemas geográficos do país.

O X Congresso adotou as conclusões de várias teses, consideradas de alta significação cultural, assim como numerosas indicações e votos relacionados com os assuntos debatidos.

Exposições científicas e culturais — Por ocasião do Congresso, realizaram-se três exposições científicas e culturais, que lograram o maior êxito. O primeiro desses certames foi a exposição de Cartografia brasileira, a qual teve o concurso de todas as entidades geográficas dos Estados, dos Territórios Federais e das instituições públicas e particulares. Além de copioso material cartográfico, relativo a todas as regiões, figuraram, em foto montagem, painéis com aspectos típicos das grandes regiões brasileiras, assim como amostras de produtos econômicos e outros elementos de natureza geográfica. O segundo desses certames foi a exposição de Didática da Geografia, que constituiu uma contribuição da Secretaria Geral de Educação e Cultura, da Prefeitura do Distrito Federal, e teve como objetivo apresentar aos professores de Geografia os elementos necessários à realização dos diversos cur-

sos da referida matéria. O terceiro grande êxito foi constituído pela exposição de Oceanografia, a primeira a realizar-se na América do Sul, na qual se reuniu parte do material oceanográfico, da fauna e da flora aquática, bem como aparelhos e instrumentos de meteorologia de pesca e trabalhos de estudos de biologia e bacteriologia das águas, pertencentes ao Instituto Osvaldo Cruz. Foi também exposta uma coleção de cartas batimétricas e hidrográficas levantadas pela Marinha de Guerra do Brasil e outro conjunto de cartas oceanográficas completas, organizadas e levadas a efeito pelo governo francês para o serviço de pesca local.

Em todos os trabalhos do Congresso predominou a moderna orientação metodológica da Geografia, o que representa, inegavelmente, uma apreciável conquista da atuação desenvolvida pelo Conselho, a serviço de nossa cultura geográfica.

INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA

Durante dez anos, foi o Brasil um dos membros efetivos do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, figurando mesmo no quadro de seus fundadores. Considerando, entretanto, que a nossa contribuição àquele Instituto não fôra até ali suficientemente expressiva, resolveu o governo brasileiro, em 1940, suspender temporariamente nossa adesão, até que nos aparelhássemos devidamente para reaparecer ao lado dos demais países que integram o Instituto Pan-Americano em condições mais satisfatórias.

Tendo ampliado e consolidado sua organização geográfica, através do Conselho Nacional de Geografia, na qualidade de organismo coordenador e supervisor das atividades geográficas do país, julgou oportuno o governo reexaminar o assunto, decidindo finalmente quanto ao retorno do nosso país ao selo daquela entidade. A iniciativa impunha-se como uma recorrência da notável evolução operada entre nós, no domínio da Geografia, e ainda em face de uma circunstância do maior significado, qual seja a realização no Brasil da II Reunião Pan-Americana, sob os auspícios daquele Instituto.

TERTÚLIAS GEOGRÁFICAS SEMANAIS

Como no ano anterior, alcançaram grande êxito as tertúlias semanais instituídas pelo Conselho com o fim de promover o estudo e o debate crítico das questões geográficas. Nada menos de quarenta e três tertúlias foram realizadas, em 1944, num clima de elevada compreensão científica, sendo examinados temas de interesse e atualidade.

Inaugurando o novo ciclo anual de tertúlias, o professor Pedro Geiger, que participou da expedição ao Jalapão organizada pelo Conselho, discorreu sobre alguns aspectos da geomorfologia e da geografia da região.

Despertou vivo interesse a palestra realizada pelo engenheiro Dalmi Rodrigues de Sousa sobre a região das nascentes dos rios São Mateus do Sul e São Mateus do Norte, em Minas Gerais, onde estêve em missão de levantamento das coordenadas geográficas.

O problema da dispersão da esquistossomose no Brasil foi objeto de uma palestra do Dr. Eustáquio Duarte, que tratou da inexistência dessa moléstia em Goiás, localizando a sua área de maior infestação entre as populações do Nordeste e das margens do São Francisco.

O professor Vasconcelos Tôrres abordou o tema "A alimentação e outros aspectos da Geografia Humana nas zonas açucareiras",

estudando o problema alimentar dos habitantes pobres dessas zonas nas suas relações com os salários e a educação. Utilizando informações colhidas em inquéritos realizados em seis Estados produtores de açúcar, o professor Vasconcelos Tôrres chegou à conclusão de que quase todas as famílias dos grupos inquiridos apresentam índices de deficiência calórica alimentar.

Tratando da zootecnia no Nordeste, o professor Otávio Domingues, especialista em zootecnia e genética, desenvolveu considerações em torno do gado no litoral e no sertão e das plantas forrageiras, especialmente a "palma".

O professor Décio Cretton, autor de uma tese sobre "O Modelado de Campos", apresentada ao Conselho Nacional de Geografia, palestrou sobre "Campos e seus arredores", focalizando aspectos relacionados com a topografia e geologia fitogeográfica, a penetração humana, a cana de açúcar e outras culturas.

O fenômeno das secas serviu de assunto a uma interessante comunicação do professor Colombo de Sousa, na qual tratou de sua incidência, suas causas e medidas para minorar seus efeitos. Durante a palestra, foi feita a projeção de cartas e aspectos do Nordeste, mostrando os melhoramentos já realizados em matéria de acudagem e transporte.

Apresentando os resultados dos estudos que realizou em território baiano, o professor Pedro Geiger descreveu a bacia do rio Prêto, estudando também aspectos da ocupação humana. Nessa palestra, o professor Geiger expôs suas conclusões gerais sobre a região percorrida pela expedição organizada pelo Conselho.

Numa das tertúlias semanais realizadas no Conselho, o Dr. André Simonpietri, secretário da comissão de cartografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, vindo ao Rio de Janeiro para tratar da organização da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, teve oportunidade de exibir uma película em que se documenta a atividade cartográfica nos Estados Unidos. A exibição desse filme permitiu aos presentes verificarem a importância concedida à Geografia naquele país.

Tratando da orientação do curso de História da Cartografia instituído sob o patrocínio do Itamarati, o Sr. Jaime Cortesão, depois de ressaltar o grande significado desse curso para os interesses brasileiros, expôs as linhas gerais do mesmo, que abrange também a Geografia das Fronteiras do Brasil e a Mapotecnologia.

O Sr. Miguel Alves de Lima expôs ao Conselho as observações que fez em excursão, a pé, de Belo Horizonte a Nova Lima.

A excursão ao vale do rio Doce deu margem a uma animada palestra, a cargo do Dr. Carlos Junqueira Schmidt, que fez a descrição do trajeto de Belo Horizonte à Lagoa Santa e Lapinha. Nos debates suscitados pela comunicação do Dr. Schmidt, o professor Ruellan salientou a importância de Belo Horizonte como ponto de contacto entre duas zonas de caracteres físicos diferentes, dando à capital mineira o caráter de uma verdadeira capital regional, cuja influência se estende muito longe.

Em continuação à série do rio Doce, a senhorinha Lísia Maria Cavalcanti e o professor José Veríssimo da Costa Pereira apresentaram o relatório geral sobre o trecho Belo Horizonte-Sabará-Monlevade.

Constituiu assunto de interessante palestra a comunicação do engenheiro José Setzer, do Instituto Agrônomo de Campinas, sobre "A terra roxa do Estado de São Paulo", na qual demonstrou que a fertilidade da terra

roxa decaí rapidamente depois de explorada, tornando-se difícil a sua restauração, motivo por que se deve impedir o empobrecimento das terras roxas ainda boas.

A senhorinha Maria Ieda Leite, que participou da excursão ao vale do rio Doce, discorreu sobre a usina e a cidade de Monlevade, salientando os principais traços da paisagem humana de Belo Horizonte até Monlevade.

Transmitindo as impressões de sua viagem ao interior, em visita à Fundação Brasil-Central, o Sr. Sílvio da Fonseca abordou aspectos da Geografia Humana das zonas percorridas.

Em prosseguimento à série do rio Doce, o professor Alfredo Domingues fez uma comunicação sobre as excursões ao pico do Andrade e à serra do Seara. Nas conclusões apresentadas, o professor Domingues referiu-se ao diafetismo huroniano como causador da complexidade do atual relevo algonquiano em Minas, assim como ao período estacionário que permitiu forte erosão fluvial e a formação das pleneplanícies, provavelmente do cretáceo.

O "Reconhecimento geográfico da zona litorânea do norte catarinense" foi o tema de uma comunicação do professor Beneval de Oliveira. Dividindo a região percorrida em duas paisagens — o vale do Itapocu e o sistema da baía de Babitonga com os municípios correspondentes — o professor Beneval descreveu-a sob os vários aspectos da paisagem física, da climatologia, da vegetação, dos elementos da população, dos solos agrícolas, da habitação, da alimentação e da saúde.

O coronel Lísias Rodrigues tomou para assunto de uma palestra a excursão aérea que realizou ao Brasil-Central, tendo oportunidade de frisar o interesse dessa região do ponto de vista econômico.

A excursão ao vale do rio Doce voltou a constituir assunto de uma palestra realizada pela professora Mariam Tiomno, que fez apresentação ao Conselho do relatório geral sobre o trecho de Monlevade a São Domingos do Prata.

Apresentando o relatório geral da excursão ao vale do rio Doce, trecho Monlevade a Nova Era, a professora Fanny Koiffman produziu interessante palestra em que descreveu aspectos da paisagem observada no trajeto.

A professora Luci G. de Abreu, na apresentação do relatório geral de mais um trecho da excursão ao vale do rio Doce-Itabira-Fazenda do Jirau, prendeu a atenção dos presentes discorrendo sobre aspectos da paisagem humana.

O geólogo da Divisão de Fomento da Produção Mineral, Dr. Henrique Capper de Sousa, tomou para tema de uma palestra a viagem que realizou ao Araguaia a fim de estudar as possibilidades da região em diamantes e principalmente em cristal de rocha, este último de grande exportação para os Estados Unidos.

Em comunicação ao Conselho, o Dr. Alirio de Matos discorreu sobre o emprego e o funcionamento de um aparelho de fotogrametria usado nos Estados Unidos — o "trimetrogon" — explicando a utilidade do mesmo, destinado ao levantamento de cartas aeronáuticas de regiões que ainda não possuem mapas. Na opinião do Dr. Alirio de Matos, o referido aparelho é aplicável ao Brasil com seus 80% de terrenos ainda por levantar.

Mais um relatório geral sobre a série do vale do rio Doce — a excursão ao pico do Cauê — foi comunicado ao Conselho pela professora L. Lerner, que mostrou a importância econômica, nacional e internacional, do rico minério de ferro do Cauê. Debatedo a comunicação, o professor Orlando Valverde indicou alguns problemas suscitados pela mesma, tais como o teor do itabirito em relação à varie-

dade do minério, e a questão das direções, que parecem indicar uma zona de intenso metamorfismo. Ressaltou ainda o contraste, do ponto de vista da Geografia Humana, entre a antiga zona da mineração do ouro e a moderna Itabira do ferro, e a transição da siderurgia do carvão vegetal para a do carvão mineral, lembrando então a utilidade do aproveitamento das quedas d'água a fim de se trabalhar com energia elétrica.

De volta dos Estados Unidos, o engenheiro Leite de Castro transmitiu suas impressões sobre aquele país. Na grande nação do norte, o engenheiro Leite de Castro, em companhia do professor Jorge Zarur, que já se encontrava ali, realizou uma série de visitas e excursões, entrando em contacto com várias repartições federais que fazem geografia e mapas, entre elas a "Army Maps Service", sob a direção da Divisão de Engenharia do Exército Norte-Americano, destinada a abrigar material secreto. Teve o engenheiro Leite de Castro oportunidade de travar conhecimento com eminentes professores, como Robert Platt e Colby, este último introdutor da análise regional, o qual demonstrou grande entusiasmo pelo trabalho do professor Jorge Zarur sobre o São Francisco. Um dos resultados positivos dessa viagem foi a assinatura de um convênio entre a organização técnica norte-americana e a nossa, com a finalidade de promover um intercâmbio de técnicos.

Em continuação à série do vale do rio Doce — excursão ao pico da Conceição e à fazenda de Betânia — a senhorinha Lísia Maria Cavalcanti prendeu a atenção dos presentes descrevendo o itinerário percorrido.

Pelo Sr. Hélio Lenz César foi apresentado o relatório geral de mais uma etapa da excursão ao vale do rio Doce, o trecho compreendido entre Itabira e Governador Valadares.

O clima do Estado de São Paulo foi o tema de uma palestra realizada pelo professor José Setzer, que demonstrou a necessidade de se aliar o estudo dos solos daquele Estado ao conhecimento do regime climático.

Em nova comunicação ao Conselho, o professor Beneval de Oliveira versou sobre a outra parte da excursão aos Estados do Paraná e Santa Catarina — trecho entre o Alto Iguaçu e o rio Negro —, focalizando aspectos relativos à geologia e à geomorfologia da região, solos e ocupação humana.

Apresentando o relatório geral da excursão ao vale do rio Doce — trecho Governador Valadares a Vitória — a senhorinha Maria Terezinha de Segadas Viana referiu-se, entre outros aspectos observados, aos grandes latifúndios que se sucedem entre Aymorés e Colatina, concluindo por apontar a ocupação mais recente e progressista na zona norte entre Governador Valadares e Aymorés.

Ainda em prosseguimento à série do rio Doce, o professor José Veríssimo da Costa Pereira fez uma comunicação sobre Vitória, explicando a existência do porto dessa cidade em função dos traços essenciais da paisagem espiritosantense. Foi trazida a debate a questão dos pequenos rios ao sul de Colatina, os quais contribuíram para a colonização iniciada desde a monarquia, tendo o Dr. Fábio Macedo Soares Guimarães alvitrado uma excursão às colônias alemãs que se mantêm isoladas, em completa decadência física e intelectual. Em duas palestras subsequentes, subordinadas ao mesmo tema, o professor Veríssimo desenvolveu considerações sobre o progresso de Vitória, acentuando a sua posição geográfica no Atlântico Sul como intermediária entre regiões naturais diferentes, a adaptação do homem à paisagem e o conjunto de condições históricas favoráveis que permitiram aquele progresso.

Continuando a série do vale do rio Doce, a senhorinha Regina Pinheiro Guimarães Espíndola apresentou o relatório geral sobre o trecho Vitória-Linhares-Lagoa de Juparanã-Volta a Vitória.

Coube ao Sr. Miguel Alves de Lima fazer a apresentação do relatório geral final da excursão ao vale do rio Doce — trecho Vitória-Cachoeiro do Itapemirim —, salientando, no final da palestra, a excelência do método seguido na divisão do trabalho.

A professora Mariam Tlomno apresentou o relatório geral sobre a excursão a Angra dos Reis.

"A fisiografia do Paraná e os rochedos de Vila-Velha" constituiu o tema de uma palestra do Dr. Silvio Fróis Abreu, que ilustrou sua exposição com exemplares de solos fósseis trazidos por ele do Paraná, fotografias e esquemas da região percorrida.

Despertou viva curiosidade a palestra do sertanista Sr. Luis Pini Neto sobre a sua excursão ao rio das Mortes e a expedição que está organizando ao Araguaia e ao Madeira.

O engenheiro Alfeu Diniz Gonçalves dissertou sobre os recursos naturais do Brasil e sua distribuição geográfica, exibindo, durante a palestra, filmes com panoramas do Brasil e aspectos da Siderúrgica de Sabará. Mostrou o Dr. Diniz Gonçalves os grandes centros brasileiros possuidores de recursos naturais, frisando nossas possibilidades no que se refere à ocorrência de minerais, como o berilo, o enxofre, o carvão mineral, o cobre, o chumbo, os depósitos inesgotáveis de bauxita, a magnetita, a diatomita, o titânio, o rutílio e a ilmenita.

O coronel Adir Guimarães fez uma comunicação sobre "Curiosidades geográficas do Brasil", chamando a atenção para os problemas ligados à orografia e hidrografia.

Encerrando as tertúlias realizadas em 1944, o Dr. José M. B. Castelo Branco, dissertou sobre os rios do Acre, estudando em minúcias todos os cursos d'água daquele Território.

INTERCÂMBIO CULTURAL

Revestiu-se de grande expressão, em 1944, o intercâmbio mantido pelo Conselho com entidades nacionais e estrangeiras, cumprindo assinalar, como acontecimentos mais importantes, a viagem do secretário-geral a vários países americanos, e a realização entre nós da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, que possibilitou o contacto de eminentes figuras com a nossa organização geográfica.

Fatos significativos — Outros fatos revelam ainda a intensificação do intercâmbio cultural, como por exemplo, a participação do Conselho no X Congresso Científico Chileno; a sua adesão ao 1.º Congresso Econômico do Oeste; a solidariedade assegurada às comemorações do cinquentenário do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, ocorrido em 3 de maio de 1944; a adesão ao Instituto Internacional de Estudos Afro-Americanos, com sede no México; a visita do secretário-geral às repartições geográficas da Bolívia, Peru, Equador, Panamá, Guatemala, México e Estados Unidos da América; a cooperação com a Library of Congress, de Washington, compreendendo permuta de publicações e especialização de técnicos do Conselho em biblioteconomia.

Durante o ano de 1944, o Conselho manteve permanente intercâmbio com o Instituto Nacional de Investigações Geográficas da Universidade de Montevideú, Uruguai, estabelecendo, ao mesmo tempo, ligação direta com numerosas instituições oficiais e privadas de países estrangeiros.

O intercâmbio geral mantido pelo C.N.G. vem-lhe permitindo enriquecer cada vez mais sua biblioteca especializada, através de intensa permuta de publicações. No decurso de 1944 recebeu o Conselho valiosas coleções de revistas da American Geographical Society, de New York; da Sociedade de Geografia de Lisboa e da American Geographers Association, de Washington.

Viagem do secretário-geral aos Estados Unidos — A convite do governo norte-americano, o engenheiro Christovam Leite de Castro, secretário-geral do Conselho, seguiu para os Estados Unidos, a 9 de maio, em missão cultural e técnica, regressando ao Brasil a 28 de julho. Ampliando os objetivos de sua viagem ao grande país do norte, o engenheiro Leite de Castro escalou, na ida, em La Paz, Lima, Quito, Panamá, São José da Costa Rica, Guatemala e México.

A viagem do secretário-geral visou os seguintes objetivos: a) efetivar o reingresso do Brasil no seio do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, sediado na cidade do México; b) entrar em entendimentos com autoridades e técnicos a respeito da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, realizada no Brasil em agosto de 1944; c) atuar como consultor da Library of Congress, a famosa biblioteca de Washington, em assuntos de Geografia do Brasil; d) estudar, nos meios técnicos norte-americanos, os métodos e processos usados nos trabalhos de Geografia e Cartografia, de interesse para os serviços geográficos brasileiros.

Em sua visita aos Estados Unidos, o engenheiro Leite de Castro teve ensejo de examinar a organização americana de estudos dos problemas de post-guerra, a fim de adaptar os seus métodos, no setor geográfico, ao nosso país. Dentro, ainda, do largo programa de trabalhos que levou, o secretário-geral do Conselho estudou ali a possibilidade da viagem de brasileiros aos Estados Unidos para se especializarem em cursos de Geografia.

CURSOS ESPECIALIZADOS

Em prosseguimento do programa instituído pelo Conselho, realizaram-se, em 1944, os seguintes cursos especializados: a) Curso de Cartografia, a cargo do professor Rudolf Langer, para os funcionários do Conselho; b) Curso de Geomorfologia, a cargo do professor Francis Ruellan, para os funcionários da Seção de Estudos do Conselho e alguns ouvintes; c) Curso de Solos, a cargo do professor José Setzer, compreendendo um ciclo de conferências; d) Curso de Português, a cargo do professor José de Sá Nunes, para os funcionários do Conselho e elementos indicados pelos membros do Diretório Central; e) Curso de Inglês, a cargo da professora Margarida Rondilleau, para os funcionários que devam realizar cursos de Geografia nos Estados Unidos.

Em virtude das dificuldades provenientes do estado de guerra, deixou de verificar-se o Curso de Cartografia destinado aos funcionários das repartições regionais integrantes do sistema de serviços centralizados pelo Conselho.

EXPEDIÇÕES CIENTÍFICAS E EXCURSÕES DE ESTUDOS

Em cumprimento do que dispôs a Resolução n.º 124, de sua Assembléia Geral, o Conselho continuou a promover em 1944 a realização de expedições científicas ao interior do país, com a finalidade primordial de obter elementos cartográficos para atualização da Carta Geral e recolher material que enriqueça a documentação geográfica disponível. Igual

interesse foi dispensado, no período sob exame, às excursões de estudos geográficos destinadas, também, ao recolhimento daquele material e, bem assim, a desenvolver, tanto quanto possível, o espírito de pesquisa dos estudantes e funcionários empenhados em aperfeiçoar-se nos trabalhos de campo.

Expedição ao oeste do Estado da Bahia — Com a valiosa cooperação do governo da Bahia, tiveram prosseguimento os trabalhos levados a efeito pelo Conselho nas expedições de 1942 e 1943, sob a direção do chefe das excursões anteriores, engenheiro Gilvandro Simas Pereira.

Como resultados positivos da nova expedição, há a registrar o levantamento de 4 900 quilômetros de caminhamentos; a determinação das coordenadas geográficas de dezoito pontos, feita a declinação magnética de dez décias; o estudo de uma área de 56 000 quilômetros quadrados, aproximadamente, representada em um mapa na escala de 1:250 000 com curvas de nível espaçadas de 50 metros.

Foram, além disso, determinadas pelo processo barométrico as altitudes de 537 pontos do trajeto, realizando-se, finalmente, estudos geológicos, geomorfológicos e de interpretação geográfica. Conquanto esse tipo de levantamento não ofereça grande precisão, é muito recomendável para numerosas regiões do país, pela rapidez e pequeno custo do trabalho.

Excursão de estudos ao sul do país — Em cooperação com a Faculdade Nacional de Filosofia e sob a direção do professor Francis Ruellan, realizou-se, em 1944, uma excursão às regiões dos Estados de Santa Catarina e Paraná, e do Território do Iguaçu, da qual participaram alunos da Faculdade e técnicos do Conselho.

Os assuntos que os excursionistas tiveram oportunidade de estudar foram objeto de numerosas palestras no Conselho, posteriormente divulgadas no *Boletim Geográfico*.

Excursão a Minas e São Paulo — Ainda em cooperação com a Faculdade Nacional de Filosofia, realizou-se em 1944 uma excursão aos Estados de Minas e São Paulo, dela participando técnicos do Conselho e alunos da Faculdade.

Os excursionistas visitaram Volta Redonda, Campos de Jordão, Juiz de Fora e outras localidades.

Excursão de professores ao Nordeste — Proporcionou o Conselho uma excursão ao Nordeste do país aos ilustres professores de Geografia da Universidade de São Paulo, Pierre Monbeig, Aroldo Azevedo, João Dias da Silveira, Ari Franco e Conceição Vicente de Carvalho. A estes reuniu-se o professor Otton Leonardos, autor de valiosos trabalhos sobre geologia.

Em colaboração com a Inspeção Federal de Obras Contra as Secas e com os Diretórios Regionais de Geografia, aqueles professores realizaram interessantes e originais estudos de interpretação geográfica nos diferentes estados do Nordeste.

Excursão no Distrito Federal — Para a realização de um estudo monográfico de microgeografia, os geógrafos do Conselho fizeram uma excursão à bacia do rio Cachoelra, no Distrito Federal.

Dirigida pelo engenheiro Fábio de Macedo Soares Guimarães, chefe da Seção de Estudos da repartição central do Conselho, a excursão constituiu proveitosa iniciativa, servindo de modelo para estudos análogos a serem feitos posteriormente.

Promovendo tais iniciativas ou concorrendo para sua consecução, o C.N.G. tem em vista proporcionar aos estudantes o ensejo de verificarem a utilidade e a importância dos estudos geográficos na formação cultural, ao tempo em que possibilita aos seus técnicos o melhor conhecimento do território nacional, para a mais ampla difusão do método geográfico. Tais excursões, além de concorrerem para o congraçamento dos operadores da Geografia nacional, oferecem material para interessantes e substanciosos estudos, que tanto animam as reuniões culturais do Conselho.

ATUALIZAÇÃO DA CARTA GERAL DO BRASIL

No decorrer do exercício sob exame, prosseguiram com a intensidade possível os trabalhos de atualização da Carta Geral do Brasil ao milionésimo, de acordo com a orientação previamente estabelecida e que já estava sendo adotada nos anos anteriores. Para a consecução desse importante empreendimento, vem o Conselho realizando atividades de campo e de gabinete, salientando-se, dentre as primeiras, a campanha de coordenadas geográficas, astronômicamente determinadas, e as expedições científicas às regiões do país ainda insuficientemente conhecidas.

Em colaboração com o Serviço Geográfico do Exército, foram estudadas as convenções cartográficas a serem usadas nas folhas da Carta de 1:500 000, que se resolveu desenhar como trabalho preparatório da Carta ao milionésimo, organizadas, com pequenas adaptações que a execução do trabalho indica, segundo as convenções internacionais da Carta do Mundo. Dasquelas convenções publicou-se pequeno manual.

Outros trabalhos preparatórios foram realizados, como o registro, seleção e revisão de coordenadas geográficas coletadas, das quais já possui o Conselho valioso arquivo; o arrolamento, a apuração e o registro de elementos cartográficos, operação indispensável ao conhecimento dos elementos com que se poderá contar em cada região do país, e finalmente, o preparo de mapas-progresso, verdadeiros guias-prontuários dos trabalhos em curso.

Em 1944, decidiu o Conselho organizar uma equipe de cartógrafos, sob a direção do professor Rudolf Langer, que se dedicará exclusivamente ao desenho das folhas definitivas da Carta Geral do Brasil.

Os trabalhos da atualização da Carta, executados em 1944, consistiram no desenho das folhas preparatórias n.º 152 — Uruguaiana NE — n.º 155 — Uruguaiana SO — na escala de 1:500 000, e no desenho definitivo da folha Goiânia NE, na mesma escala.

Trabalhos de Astronomia — Prosseguindo em sua campanha para a determinação das coordenadas (latitudes e longitudes), o Conselho realizou, em 1944, dezesseis levantamentos no Estado da Bahia, sete no Estado do Rio Grande do Sul e nove no Estado de Santa Catarina.

O ritmo desses trabalhos foi comparativamente inferior ao do ano precedente, dada a circunstância de que aos mesmos se dedicaram apenas três operadores.

Trabalhos de Geodésia — Levando em consideração os entendimentos havidos na I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, realizada em Washington em outubro de 1943, resolveu o Conselho efetuar trabalhos de triangulação geodésica de acordo com as normas norte-americanas, que se generalizaram nas Américas.

Na conformidade do plano elaborado a esse respeito pelo professor Alirio de Matos, deu-se início, em março de 1944, à triangulação de um quadrado geodésico (lado de 1 grau) na região circunvizinha de Goiânia, capital de Goiás. Fêz-se a medição de uma base geodésica de mais de 10 000 metros e de dezesseis vértices, realizando-se a exploração de dezoito vértices, tudo com a precisão compatível com a triangulação de primeira ordem. Fêz-se ainda uma pequena triangulação de segunda ordem, com três vértices, para amarração da cidade de Goiânia à nossa rede geodésica.

Em outubro de 1944, em virtude das chuvas próprias da época, suspenderam-se as atividades, que serão oportunamente retomadas em 1945.

Em face do impedimento surgido, a turma encarregada dos trabalhos deslocou-se para Santa Catarina, a fim de fazer a triangulação da região carbonífera, dedicando-se, até o fim do ano, à exploração da base geodésica e dos vértices de saída da base.

Os resultados da campanha geodésica, apresentados na Exposição anexa à II Reunião Pan-Americana, serviram para demonstrar que no Brasil já se realizavam trabalhos de triangulação segundo as normas aceitas pelos países americanos na I Reunião de Washington.

Trabalhos de Topografia — Os novos trabalhos de Topografia executados pelas expedições sistematicamente organizadas pelo Conselho vieram enriquecer consideravelmente as cartas de várias regiões. Serviram de base aos citados trabalhos os elementos recolhidos na expedição ao oeste baiano, na demarcação dos limites entre Pernambuco e Alagoas, na triangulação de Goiânia e na excursão ao sul do país.

Aplicada nos seus diferentes graus de precisão, a Topografia é hoje corrente em todas as iniciativas geográficas e se impõe no Brasil para o aperfeiçoamento de sua Cartografia, ainda tão falha de elementos.

Cartas Regionais — Também constituíram valiosas contribuições para o preparo da Carta Geral do Brasil as cartas parciais realizadas, em 1944, no Setor de Cartografia do Conselho.

Dentre esses trabalhos, destacam-se, como mais importantes, o mapa geral do Estado do Maranhão, na escala de 1:1 000 000; o rascunho da carta geográfica do Estado de Minas Gerais, na escala de 1:500 000, em colaboração com o Departamento Geográfico Estadual; a conclusão do mapa geral do Território do Guaporé, na escala de 1:1 000 000; o preparo do mapa geral do Território do Iguaçu, na escala de 1:500 000; o preparo dos mapas gerais de Ponta Porã, da região norte de Goiás e adjacências, na escala de 1:1 000 000; o início dos mapas gerais do Território do Amapá e do Território do Rio Branco, na escala de 1:1 000 000; o início do cartograma da divisão municipal e distrital do Estado de Minas Gerais, na escala de 1:1 000 000; o início do cartograma análogo da Bahia; o início do cartograma análogo compreendendo o conjunto Goiás-Mato Grosso-Ponta Porã, na escala de 1:3 000 000; o início do cartograma análogo do conjunto Ceará-Rio Grande do Norte-Paraíba, na escala de 1:1 000 000; o início do cartograma análogo do conjunto Pernambuco-Alagoas-Sergipe, na escala de 1:1 000 000; o início do cartograma análogo do conjunto Espírito Santo-Rio de Janeiro e Distrito Federal, na escala de 1:1 000 000; o início do cartograma análogo do conjunto Acre-Amazônia-Guaporé-Rio Branco, na escala de 1:1 000 000; o início do cartograma análogo do conjunto Amapá-Pará-Maranhão, na escala de 1:3 000 000.

Além desses, foram executados o mapa do Território do Acre na escala de 1:1 000 000; o cartograma da divisão administrativa do Estado de São Paulo, na escala de 1:2 000 000; o mapa de Fernando de Noronha, publicado no *Boletim Geográfico*; o mapa da bacia do Paraguai, publicado na *Revista Brasileira de Geografia*, e numerosos mapas parciais.

Comissão da Carta — Prosseguindo normalmente nos trabalhos que lhe estão afetos, a Comissão da Carta ao milionésimo realizou, em 1944, nada menos de trinta e seis reuniões.

DOCUMENTAÇÃO GEOGRÁFICA

Continuaram a acusar apreciável movimento, em 1944, os serviços centrais de documentação geográfica do Conselho, o que mais uma vez comprova o seu alto interesse para o estudo da Geografia brasileira. Aquela documentação foi grandemente enriquecida no decorrer de 1944.

A Biblioteca Central que no ano anterior já apresentava um efetivo de cerca de 17 000 volumes, teve o seguinte aumento: livros, 209; folhetos, 191; periódicos, 1 851.

O interesse que desperta a Biblioteca do Conselho evidencia-se pelo apreciável número de consulentes registrado durante o ano. Assim, em 1944, verificaram-se 2 993 consultas de livros, 412 de folhetos e 1 637 de periódicos, num total de 5 042.

A Fototeca, em 1944, arquivou mais 700 fotografias e atendeu a 1 137 consultas.

A utilíssima organização que é o Arquivo Corográfico recolheu 14 361 documentos, dos quais reviu e classificou 13 358.

A Mapoteca foi sobremaneira enriquecida, graças à coleta de elementos cartográficos realizada pelos desenhistas do Conselho, nos arquivos de repartições públicas. Foram copiados 203 mapas no Distrito Federal e 146 nos estados.

Contribuição apreciável foi também a oferta ao Conselho de numerosos mapas, num total de 1 766 unidades, pelas delegações estrangeiras à II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia e pelas instituições geográficas dos Estados Unidos, na viagem do secretário-geral àquele país. A Mapoteca registrou, em 1944, um movimento de 3 506 consultas aos seus mapas.

Embora se trate de um setor novo, o Museu Paisagístico experimentou em 1944 apreciável desenvolvimento, recolhendo 564 objetos a mais. Foi expressiva a sua contribuição para as exposições anexas à II Reunião Pan-Americana e ao X Congresso Brasileiro de Geografia.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

A *Revista Brasileira de Geografia* continuou a merecer, no decorrer do período sob exame, a mesma lisonjeira acolhida que vinha tendo, desde seu aparecimento, nos meios técnicos especializados, tanto do Brasil como do estrangeiro.

Como órgão votado à difusão da cultura geográfica no país, a *Revista* divulga, além de trabalhos de Geografia Metodológica, valiosos estudos sobre aspectos particularizados de nosso território e ensaios sobre a terra e o homem. Além do que, reconstitui em seus traços principais a vida e a obra daqueles que ligaram o nome ao progresso da Geografia no Brasil e insere minucioso noticiário sobre as atividades geográficas de maior relevância, desenvolvidas no país.

No decurso de 1944, foram lançados três números da *Revista*, compreendendo matéria do maior interesse geográfico.

BOLETIM GEOGRAFICO

Tendo iniciado sua publicação em abril de 1943, o *Boletim Geográfico*, editado pelo Conselho, encontrou a melhor acolhida, tanto da parte de geógrafos, professores e profissionais da Geografia, como da imprensa e do público em geral.

Durante o ano de 1944, o *Boletim* manteve-se fiel às diretrizes que lhe foram traçadas, apresentando, em cada número, copiosa matéria sobre as atividades dos órgãos centrais, regionais e municipais do Conselho, bem como valiosas contribuições científicas e interessantes resenhas sobre os fatos relacionados com a Geografia brasileira.

Pronunciamentos das mais diversas origens acentuam o mérito da contribuição que o *Boletim* oferece, tanto ao progresso de nossa cultura geográfica como à formação de um ambiente social de maior interesse pela obra que o Conselho vem realizando, no setor das suas atividades específicas.

OUTRAS PUBLICAÇÕES

Em virtude da realização, entre nós, de duas grandes assembleias técnicas e culturais — a II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia e o X Congresso Brasileiro de Geografia — cuja organização exigiu consideráveis esforços dos serviços do Conselho, verificou-se certa irregularidade no lançamento de suas publicações, durante o período abrangido por este relatório.

Na parte referente ao plano da "Biblioteca Geográfica Brasileira", restringiram-se as atividades ao encaminhamento de providências para que sejam lançados, em 1945, vários trabalhos já devidamente aprovados. A Comissão Diretora da Biblioteca, que também o é da *Revista Brasileira de Geografia*, realizou, durante o ano, quarenta e seis reuniões, nas quais foram tomadas várias providências.

Verificou-se, ainda, no decorrer do exercício, o lançamento dos seguintes trabalhos avulsos: *Tipos e Aspectos do Brasil*, edição comemorativa do X Congresso Brasileiro de Geografia; *Convenções Cartográficas*, caderno das convenções aprovadas pelo Conselho para as folhas da carta preparatória da Carta Geral do Brasil, na escala de 1:500 000; volumes III, IV e V dos *Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia*; separatas dos seguintes trabalhos, divulgados na *Revista: Águas de São Pedro, Comércio ambulante e ocupações de rua no Rio de Janeiro, Expedição ao divisor de águas Tocantins e São Francisco, Paquetá, O trabalho de campo nas pesquisas originais de Geografia Regional e a erosão e a energia do relevo*.

Também como contribuição ao X Congresso Brasileiro de Geografia, foi lançado, ainda,

em edição de luxo, o volume *Amazônia Brasileira*, contendo trabalhos já divulgados na *Revista Brasileira de Geografia*.

Em comemoração às duas importantes assembleias geográficas realizadas nesta capital, em 1944, editou o Conselho um mapa esquemático do Brasil, a cores, na escala de 1:600 000, apresentando a nova divisão política das unidades federadas, e um mapa mudo, na escala de 1:10 000 000.

ÓRGÃOS REGIONAIS E MUNICIPAIS

Embora o funcionamento dos Diretórios Regionais, em conjunto, não apresente certa regularidade de ritmo, as suas realizações, no decurso de 1944, podem ser consideradas satisfatórias.

Na próxima sessão da Assembleia Geral do Conselho, a realizar-se em julho de 1945, serão devidamente examinados os respectivos relatórios, adotando-se, para cada caso, as medidas necessárias à boa marcha dos trabalhos.

Colaboração prestada — Cumpre ressaltar, de modo geral, a colaboração dos Diretórios, em 1944, nas campanhas do Conselho que comportam desdobramentos regionais, como sejam: a comemoração nacional do "Dia do Município"; a conclusão das remanescentes questões relativas à fixação dos novos quadros administrativos e judiciários do país; a revisão da nomenclatura das estações ferroviárias; o julgamento do concurso de monografias de aspectos municipais relativos a 1943; a participação ativa nos preparativos da II Reunião Pan-Americana e no X Congresso Brasileiro de Geografia; e a cooperação na campanha dos novos mapas municipais, em conexão com a nova divisão territorial da República, relativa ao quinquênio 1944-1948.

Diretórios Municipais — Não obstante o seu caráter de organismos locais, de informações, despidos de função específica no mecanismo do Conselho, os Diretórios Municipais vêm colaborando eficientemente numa série de empreendimentos do maior interesse para o progresso das nossas atividades geográficas. No decorrer de 1944, essa colaboração se fez sentir na comemoração local do "Dia do Município", a 1 de janeiro; no julgamento, em primeiro escrutínio, das monografias apresentadas em cada município para o concurso instituído pelo Conselho e no preparo dos mapas municipais, a serem apresentados até 31 de dezembro de 1945.

Conquanto a atuação dos Diretórios Municipais não se venha desenvolvendo de maneira uniforme, como seria para desejar, cumpre reconhecer que têm eles prestado apreciável concurso à execução do programa de trabalho a cargo do Conselho.

 A fotografia é um excelente documento geográfico, desde que se saiba exatamente o local fotografado. Envie ao Conselho Nacional de Geografia as fotografias panorâmicas que possuir, devidamente legendadas.

Relatórios dos Representantes Estaduais Apresentados à VII Reunião Ordinária da Assembléia Geral do C. N. G.

RIO DE JANEIRO

Pelo Eng.^o Luís de Sousa, delegado do Estado do Rio de Janeiro à VII Assembléia Geral do C.N.G., realizada nesta capital em julho de 1946, foi apresentado o seguinte relatório, referente às atividades geográficas do Diretório Regional naquele estado durante o ano de 1945:

"Durante o ano de 1945 as atividades do Diretório Regional de Geografia do Estado do Rio de Janeiro prosseguiram na sua marcha normal, não obstante as ocorrências políticas que, em outubro, alteraram a administração geral do país.

O Diretório Regional, composto como é de elementos da alta administração estadual, forçosamente teve de sofrer a influência de mudanças no corpo governamental mas felizmente de tal modo estão dispostos os programas de trabalho que, mesmo em face das alterações havidas, os problemas não tiveram solução de continuidade e os encargos recaídos sobre o Diretório foram conduzidos serenamente quase como em épocas normais.

Verdade é que tem havido um espírito de transigência por parte dos membros do Diretório quanto à aplicação de medidas proteláveis para ocasiões mais propícias, sem prejuízo dos serviços, levando-se em conta as dificuldades que se apresentam e o modo mais prático de resolvê-las. Um dos maiores tropeços que se antevêm ao ritmo pré-estabelecido dos trabalhos geográficos provém da mudança dos presidentes dos Diretórios Municipais, provocando, de cada vez que tal fato se verifica, um congestionamento naquele núcleo de atividades. Esta falta de continuidade, de fixidez ou de firmeza na estruturação do órgão regional, de muito, preocupa constantemente a Secretaria do Diretório.

Os prefeitos municipais, ao lhes serem entregues os encargos administrativos do município, não tomam, nesse ato, conhecimento das atribuições geográficas que lhes estarão afetas, vindo só mais tarde e por força da ação intermitente do Diretório Regional a enfiarem-se do assunto. Os problemas municipais, de ordem financeira, costumam absorver quase todas as atenções dos senhores prefeitos, numa justa e compreensível decisão de dar boa conta das suas relevantes funções administrativas, independentemente de outras solicitações, que não venham interferir na oscilação do pêndulo da balança, nas reações produzidas pela receita e despesa.

Diante desse fato o Diretório sente a necessidade de manter um serviço que tenha por fim aumentar o intercâmbio entre os Diretórios Municipais e dêstes para com o Diretório Regional. Para atingir-se tal objetivo torna-se indispensável fazer-se a designação de inspetores geográficos que, percorrendo com regularidade todas as sedes dos municípios e distritos, promovam reuniões dos Diretórios Municipais, entrem em contacto com os informantes distritais e, numa atuação quase doutrinária, realcem todas as operações geográficas que devam ser concretizadas, estimuladas e aparelhadas para a produção de iniciativas.

O Diretório cogita dos meios de que deverá dispor, morais e materiais, para converter em práticas essa medida de utilidade reconhecida, não obstante as dificuldades que se antepõem. Dia por dia, no entanto, o sentido geográfico vai alargando os seus horizontes na terra fluminense, e dessa expansão resulta que numerosos intelectuais têm voltado as suas atenções para a Geografia, acolhendo com simpatia todas as manifestações oriundas das atividades do Diretório. Desfruta-se em nosso rincão desse conforto moral de ver a ciência geográfica conquistando terreno no campo vasto da sua especialidade, graças à compreensão que se vem notando nos espíritos bem formados, da utilidade da sua aplicação, nos processos evolutivos e correntes da civilização.

Os membros do Diretório Regional utilizam assim as suas energias, promovendo um bom entendimento entre os seus coestaduanos, quanto à maneira mais eficiente e profícua de despertar em meio próprio e adequado, o encantamento pelas coisas geográficas, que tão de perto e ao vivo falam à alma, na linguagem simples de um patriótico sentimento inspirado de civismo.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

A 5 de junho de 1945 o Diretório realizou uma sessão extraordinária para assinalar alguns fatos que reputou de importância especial. Assim é que, nesse dia, foram distribuídos os três prêmios oferecidos pelo Diretório, por iniciativa do chefe do Governo, aos melhores trabalhos apresentados ao Conselho, por ocasião do concurso de monografias de aspectos municipais para 1943. Colocou-se em primeiro lugar o Dr. Décio Ferreira Creton apresentando a monografia *O Modelado de Campos*; em segundo lugar classificou-se o Dr. Luís Palmier, com o seu trabalho *A Lagoa de Araruama e suas Riquezas*, e, em terceiro lugar, o Sr. Pedro Guedes Alcoforado, autor da *Monografia da Lagoa de Araruama*. Os prêmios foram em dinheiro e das importâncias de mil e quinhentos, de mil, e de quinhentos cruzeiros, respectivamente.

Ainda nessa sessão foi investido como membro do Diretório o Dr. Mirtaristides de Toledo Pisa, na vaga deixada, por falecimento, pelo ministro José Matoso Maia Forte. O Dr. Toledo Pisa é uma das fulgurantes culturas da nova geração do Estado do Rio; foi presidente da Academia Niteroiense de Letras, desempenhou cargo equivalente ao de secretário de Segurança Pública, e presentemente exerce as funções de juiz, no próspero município de São Gonçalo; devotado às letras geográficas, muito espera o Diretório da sua colaboração.

MAPAS MUNICIPAIS

A oportuna prorrogação do prazo para 31 de dezembro de 1945, de entrega dos mapas municipais, veio resolver um grande problema que se apresentava, qual o de completarmos os serviços cartográficos referentes às alterações havidas nos mapas de 48, dos 52 municípios fluminenses. As ocorrências de outubro de-

ram, como consequência, a substituição de quase todos os prefeitos, justamente na fase em que a confecção dos mapas estava exigindo uma continuidade de orientação. Felizmente, senão com raras exceções, a tregua no ritmo não chegou a comprometer os resultados esperados. Ao dia 31 de dezembro o protocolo do Diretório acusava uma entrada de mapas que se avizinhava do número total, sendo que os poucos que faltaram estavam na dependência de retoques finais, de fácil acabamento. Tendo em conta os motivos imprevisíveis e alheios à vontade dos presidentes dos Diretórios Municipais, que deram início e prosseguimento à árdua tarefa de preparar novos mapas, para os seus municípios, justo é que se consigne, neste relatório, um voto de congratulações pelo esforço gasto e ao mesmo tempo pelo êxito alcançado na confecção desses mapas, para o quinquênio 1944-1948. Centenas de operadores de campo e de escritório puseram o melhor dos seus recursos técnicos com boa vontade e dedicação ao serviço dessa causa geográfica, que se consumou realmente com brilho.

COMISSÃO DA CARTA

A Comissão da Carta, empenhada nos seus trabalhos de topografia e cartografia, vem se desincumbindo a contento da sua missão. Numerosas retificações foram feitas pelos levantamentos de campo na carta corográfica do Estado, e uma ajuda muito expressiva foi dada pela Seção de Cartografia, na atualização de alguns dos mapas municipais. Ficaram concluídos os trabalhos da turma mista incumbida da cravação dos marcos ao longo de um trecho da linha de divisa com o Estado de Minas Gerais, e terminada a ereção de um obelisco de pedra, no eixo dessa mesma linha, a meia distância das cidades de Palma e Miracema, com que se perpetuará um acôrdo de limites que atendeu aos interesses dos dois estados nos termos da Lei Federal n.º 3 471, de 26 de julho de 1941.

Os trabalhos geográficos da Comissão reclamam maior desenvolvimento e dessa necessidade tem conhecimento o próprio governo que apenas aguarda a melhor oportunidade, para satisfazer esse reclamo. O objetivo será o de transformar a Comissão em um Departamento, não só para se ampliar os trabalhos já existentes, como para se poder criar outros, de caráter permanente, como sejam os de geodésia e de geologia. Nesse novo órgão, já esboçado, figuram os serviços de terras devolutas e marginais. Para as terras devolutas será dada atenção especial, em que se tem em vista a planificação de um sistema de colonização, baseado em moderno conceito de evolução social. Assim é que iremos procurar adotar um processo de radicalização, o mais eficiente possível, de modo que os resultados possam ser aqueles que realmente se desejam. Para isso é preciso dar ao colono as garantias, a segurança, e o conforto relativos aos das cidades; deverá dispor das terras aráveis que puder cultivar, sem restrições nem excessos, para um maior e melhor aproveitamento. Deverá ter assistência médica, escolar, hospitalar, recreativa, cultural e técnica, com o fim de se poder eliminar, o quanto possível, a insuficiência do meio. Pela orientação higiênica ou sanitária, terá habitação condigna; o serviço de agronomia superintenderá a produção agrícola; o cooperativismo será instituído para que o agricultor obtenha o máximo rendimento econômico do seu trabalho; por fim, o plano prevê meios suaves de se tornarem proprietários de suas glebas. O órgão geográfico fará os levantamentos das terras, a divisão em lotes, a construção das estradas, das moradias e dos

edifícios da administração e assistência; adquirirá as sementes e a maquinaria agrícola; disporá de caminhões para o transporte das safras, e dos cuidados da embalagem e da venda dos produtos. O lavrador não terá outra preocupação que não seja aquela inerente ao amanho da terra e munido das garantias sociais e comerciais que lhe são oferecidas, não sentirá necessidade de abandonar o solo que lhe deu prosperidade e saúde, para se aventurar, desprotegido, às incertezas da vida citadina. Desenvolver o gosto pela agricultura e formar uma sólida mentalidade agrícola será um dos objetivos do programa da colonização, com a dupla finalidade de aumentar a produção vegetal no Estado e o número de seus lavradores, e evitar o êxodo, que se vem verificando, do homem do campo para as cidades.

Os serviços de urbanização irão ficar subordinados ao órgão geográfico, de vez que é intenção do governo prestar auxílio efetivo a todas as unidades municipais, no sentido de regular o crescimento das respectivas sedes, sob a orientação técnica de planos de urbanização. Esta providência de se cogitar seriamente do desenvolvimento sistematizado das cidades fluminenses, por meio de programas racionalizados, foi instaurada há cerca de seis anos quando se tomou como ponto de partida a urbanização da cidade de Araruama.

Hoje, Araruama já é um centro de turismo, graças a essas providências iniciais transformadas em realizações, e paralelamente estendem-se os planos de urbanização pelos municípios vizinhos, abrangendo Saquarema, São Pedro d'Aldeia, Cabo Frio e São João da Barra, na região lacustre do Estado; na zona oeste os trabalhos de urbanização realizados em Barra Mansa, Pinheiro e Volta Redonda foram de uma previsão notável, pois só a Usina Metalúrgica de Volta Redonda atraíu, para a sua instalação, cerca de trinta mil pessoas, que tiveram de se alojar em bairros criados sob a supervisão de planos de urbanismo. Assim, o Departamento Geográfico planejado, além de criar uma série de serviços novos, de grande utilidade pública, de dar expansão a outros não menos importantes, reúne sob uma só direção um grupo de atividades geográficas, por enquanto dispersas por vários órgãos.

EXPEDIENTE

Durante o ano foi o seguinte o movimento da Secretaria:

Ofícios remetidos	316
Ofícios recebidos	242
Telegramas remetidos	58
Telegramas recebidos	25

Pesados os imprevistos que ocorreram durante o ano de 1946, houve ainda assim um saldo apreciável na balança das realizações. O Diretório, pode-se afirmar, foi até onde chegaram as suas possibilidades. O lema continua sendo o de manterem-se os seus membros em franca operosidade na composição científica do panorama geográfico. Reconhecemos que o terreno é, às vezes, um pouco árido, mas isso não significa entrave intransponível, nem esmorecimento para os que se dedicam no I.B.G.E. a esta causa comum. O propósito de alcançar todos os objetivos indicados pela legislação geográfica é o melhor possível. Houve sempre boa vontade e espírito de colaboração e daí esperarmos seja a atuação do Diretório Regional de Geografia do Estado do Rio de Janeiro, considerada útil aos intentos focalizados nas assembleias gerais deste Conselho.

Luís de Sousa, Secretário do Diretório Regional de Geografia.

Bibliografia

Registos e

comentários bibliográficos

Livros

L. C. WILLET — *Descriptive Meteorology* — Academic Press Inc. New York, U. S. A., 1944.

A Meteorologia, ciência nova, ainda em formação, e cujas aplicações são as mais úteis para as atividades humanas, recebeu enérgico impulso após a primeira Grande Guerra, traduzido sobretudo por um maior desenvolvimento de recursos científicos para a previsão do tempo, liderado pela escola norueguesa de Bergeron. Um dos mais conspícuos representantes dessa escola focalizou a questão fundamental das massas de ar com certa homogeneidade horizontal, adquirida nas regiões de origem após a estabilização necessária. Por exemplo, no Brasil, os aliseos gerais do Atlântico Sul, quando atingem o país, constituem respeitável massa de ar de origem oceânica tropical, com características próprias.

A teoria da frente polar, ou "frontologia", nasceu igualmente de sugestões norueguesas. Essa teoria, assentando em grande parte sobre o conceito fundamental de massas de ar de características diferentes, veio incrementar extraordinariamente o seu exame mais profundo. Defluíram então, e rapidamente, dessa evolução entre as duas Grandes Guerras, os métodos de sua análise termodinâmica, especialmente a chamada análise isentrópica, desenvolvida brilhantemente pelos americanos.

Neste período, numerosas foram as obras publicadas sobre a Meteorologia, muito especialmente sobre a dinâmica da atmosfera, mais ligada à previsão do tempo. Com o segundo conflito mundial, foi naturalmente chamada a prestar grande auxílio aos combatentes, e o prestou com garbo e eficiência. Du-

rante o prélio gigantesco dos homens, a Meteorologia, mais apurada nos anos anteriores, teve magnífica oportunidade de pôr a prova seu progresso, ganhando ainda maior experiência com a aplicação intensa de seus métodos. Maior aplicação, porém, nem por isso maior expansão, como sucedera após a guerra anterior.

Por outro lado, houve agora muito maior desenvolvimento de recursos instrumentais, como o radar e outros dispositivos e equipamentos de muito maior alcance observacional, os quais, aliados à experiência intensa nos anos de luta, poderão conduzir a Meteorologia, em dias próximos, a importantes descobertas e novas teorias.

Julgamos indispensável êsse ligeiro intróito, porque Willet, o autor do livro aqui apresentado, foi justamente o pioneiro dos estudos das massas de ar sobre o continente norte-americano, determinando-lhes as características e classificando-as com grande habilidade. Com essa preparação fundamental passou a colaborar com colegas na ampliação da frontologia, e nesse afã, assenhoreou-se da ciência meteorológica ao ponto de poder escrever, não um tratado de previsão do tempo, mas uma esplêndida introdução geral daquela disciplina, uma das melhores publicadas nos últimos anos, e compreendendo o que há de mais pacífico e assentado em seus domínios.

A apresentação da *Descriptive Meteorology* segue a ordem habitual, em que se sucedem os capítulos, claros e vigorosos, sobre: as definições dos elementos meteorológicos; a composição e a extensão vertical da atmosfera; os processos adiabáticos e a estabilidade vertical da atmosfera; a balança térmica da atmosfera e a explicação da

distribuição de temperaturas observadas na mesma; evaporação e condensação na atmosfera; velocidade do vento na atmosfera; a circulação geral da atmosfera terrestre; a circulação secundária de tipo térmico; características das massas de ar; circulação secundária de tipo dinâmico; a circulação terciária; e, finalmente, a representação sinótica do tempo atual e a previsão do tempo futuro.

A circulação geral da atmosfera é descrita com maestria, calcada nas mais recentes observações, e amparada, ou antes, jungida, aos parâmetros habituais da balança térmica, intercâmbio meridional, rotação da Terra, equilíbrio compensador das grandes correntes aéreas, leste e oeste, de superfície, e a influência relevante da distribuição de terra e água, criadora das estruturas celulares. O autor introduziu em seu belo debuxo da circulação primária da atmosfera os resultados obtidos com outros colaboradores e sob a inspiração de Rossby, em numerosas secções transversais de grande setor da atmosfera no hemisfério norte, aliás, um dos bons caminhos para firmar, fora das hipóteses, os delineamentos principais das massas sobre a Terra e sob as camadas superiores do oceano aéreo.

É livro elementar, porém tão bem coordenado, tão seguro no registro do que se conhece atualmente da matéria, tão bem escrito, que nenhum profissional dos mais competentes lhe desprezará a leitura.

S. F.

*

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — *Inquéritos Econômicos* — I. B. G. E. — 1946.

Divulgando os resultados dos inquéritos econômicos que realiza periodicamente, no Distrito Federal e capitais dos estados e territórios, o Secretária Geral do I. B. G. E. apresenta as cifras relativas à situação e movimento dos estabelecimentos comerciais e industriais da capital do país, no mês de dezembro e no conjunto do ano findo.

O número dos estabelecimentos observados, que são os de valor anual de vendas não inferior a 100 000 cruzeiros, ascendia a 4 721, em dezembro, sendo

2 029 os comerciais e 2 692 os industriais. O número médio anual dos estabelecimentos subiu de 4 135, em 1945, para 4 348, em 1946.

O valor das vendas, em dezembro, acusou sensível aumento em relação ao mês anterior: 2 947 700 000 cruzeiros, contra 2 736,5 milhões. Em parte, porém, o acréscimo de vendas no fim do ano tem caráter periódico; contudo, o valor correspondente, em dezembro de 1945, foi bem menor (2 299 100 000 cruzeiros). No conjunto de 1946, o valor das vendas subiu a 30 846 800 000 cruzeiros, contra 24 918 800 000 em 1945. A maior parte deste aumento resulta da elevação dos preços; não desprezível, porém, embora menor, é a influência da extensão dos inquéritos a um número de estabelecimentos progressivamente crescente. Em 1946, o valor das vendas dos estabelecimentos comerciais atingiu 19 158 700 000 cruzeiros (62,1 %) e o dos industriais, 11 688 100 000 (37,9 %).

O valor das vendas à administração pública, no conjunto de 1946, ascendeu a 1 539 700 000 cruzeiros, contra 1 287 000 000 em 1945, e 1 112 100 000 em 1944. Contribuíram, em 1946, para esse valor, os estabelecimentos comerciais com 57,2 %, e os industriais com 42,8 %.

Os pagamentos ao pessoal, que haviam sido de 277 300 000 cruzeiros, em novembro, subiram a 378 300 000, em dezembro. Cumpre advertir, no entanto, que a importância desses pagamentos, no último mês do ano, é sempre excepcionalmente elevada, por motivo da distribuição de gratificações, comissões, etc. Contudo, em dezembro de 1945, tais despesas atingiram uma quantia bem menor: 325 200 000 cruzeiros. No conjunto de 1946, os pagamentos ao pessoal orçaram em 3 233 900 000 cruzeiros, contra 2 417 100 000 no ano anterior. A proporção entre o valor das vendas e o dos pagamentos ao pessoal, que em 1945 fôra expressa em 9,7 %, passou a ser de 10,5 %, em 1946.

A discriminação dos pagamentos foi a seguinte, em 1946: folha de pagamento aos empregados, 74,70 %; gratificações e comissões aos empregados, 7,78 %; comissões a intermediários, 7,40 %; retiradas de sócios e proprietários, 10,12 %. Considerando somente o mês de dezembro, os pagamentos ficaram assim discriminados: folha de pagamento aos empregados, 60,53 %; gratificações e comissões aos empregados,

21,19%; comissões a intermediários, 9,59%; retiradas de sócios e proprietários, 8,69%.

Cumpra lembrar que o incremento relativo da remuneração média individual do empregado não encontra expressão real nos aumentos mencionados, uma vez que o número de estabelecimentos observados e dos assalariados respectivos foi maior em 1946 do que em 1945, contribuindo essa circunstância para os acréscimos em apêço.

Os lucros e dividendos distribuídos em 1946 somaram 453 300 000 cruzeiros, cabendo 199 400 000 aos estabelecimentos comerciais, e 253 900 000 aos industriais. Corresponderam êles a 1,4 % do valor das vendas, em 1945, e a 1,5 %, em 1946.

Os pagamentos de impostos, no conjunto do ano passado, atingiram 2 273 300 000 cruzeiros, representando 7,4 % do valor das vendas. Os estabelecimentos comerciais contribuíram com 1 071 300 000 cruzeiros (47,13 % do total, e 5,6 % do valor das vendas comerciais), e os industriais com 1 202 000 000 (52,87 % do total, e 10,2 % do valor das vendas industriais).

Segundo as classes de tributos, a discriminação dos aludidos pagamentos foi a seguinte: imposto da importação, 29,23 %; de consumo, 36,33 %; sobre as vendas mercantis, 19,07 %; sobre a renda (pessoas jurídicas), 11,50 %; sobre indústrias e profissões, 0,54 %; e sobre lucros extraordinários, 3,33 %.

No mês de dezembro, os estabelecimentos industriais despenderam 405 200 000 cruzeiros, com a aquisição de matérias primas, combustíveis e energia elétrica. No conjunto do ano as referidas despesas totalizaram 4 026 000 000 cruzeiros, correspondentes a 34,4 % do valor das vendas dos citados estabelecimentos, sendo 3 905,7 milhões referentes a matérias primas, 82 700 000 a combustíveis; e 37 600 000, a energia elétrica.

O valor dos estoques de produtos controlados passou de 1 667 500 000 cruzeiros, em 30 de novembro, a 1 782 100 000, em 31 de dezembro. Após um período, registrado no curso do ano de 1944, durante o qual o valor em questão tendeu a aumentar, sobretudo em consequência da subida dos preços (1 540 100 000 cruzeiros no fim de 1944), seguiu-se uma fase em que o ulterior aumento dos preços foi insuficiente para compensar as reduções quantitativas dos estoques. Assim é que o seu valor desceu até o mínimo de 1 301 300 000 cruzeiros, em 31 de março de 1946. Voltou a prevalecer, depois dessa data, a tendência ascendente, determinada pela continuação da alta dos preços, aumento quantitativo dos estoques e, também, extensão da pesquisa a maior número de estabelecimentos.

★

RELATÓRIO DE 1945 — Conselho Nacional do Petróleo — Rio de Janeiro, 1947.

As realizações desenvolvidas no país no setor da exploração do petróleo no decorrer do ano de 1945, nos seus aspectos técnico, econômico e administrativo e as atividades do órgão nacional afeto aos problemas petrolíferos, são balanceadas de modo circunstanciado no presente relatório do C. N. P. Trata-se de um documentário sumamente importante, pois que põe em relêvo, com exposição de dados e quadros demonstrativos, altamente elucidativos, os diversos fatos relacionados com a produção, pesquisa e indústria do petróleo e derivados, compreendendo a descrição das operações e estudos realizados ou em desenvolvimento, bem como os projetos de ação para o futuro. Os resultados são apreciados criticamente, à luz dos fatores que influíram ou condicionaram os índices de rendimento daqueles produtos.

J. M. C. L.

Periódicos

BOLETIN DEL INSTITUTO INDIGENISTA NACIONAL — Instituto Indigenista Nacional — Volumen I — Marzo — Junio de 1946 — Ns. 2-3 — Guatemala, C. A., 1946.

Órgão do Instituto Indigenista Nacional de Guatemala, que tem a seu cargo o estudo sistemático das culturas indígenas do país, sua economia, costumes, crenças e aspirações da população indígena, divulga o presente volume interessantes artigos especializados, como se pode depreender do sumário que se segue: *Traectoria del Instituto*; *El Grupo Étnico Indígena: Criterios para su Definición*, por el Lic. Antonio Goubaud Carrera, director del Instituto; *Estudio de la Alimentación de Guatemala*, por el Lic. Antonio Goubaud Carrera, director del Instituto Indigenista Nacional; *Los Pocomames Orientales*, por el profesor Alberto Arreaga, secretario del Instituto; *La Nueva Escuela Rural*, por Antonio Goubaud Carrera y Alberto Arreaga; *Estudio del Metabolismo del Indígena Maya Quiche*, por los directores Georges W. Crile y Daniel P. Quiring; *Distribución de las Lenguas Indígenas en Guatemala*, por el Lic. Antonio Goubaud Carrera; *La Enseñanza en Lengua Indígena: Una experiencia feliz*; *Observaciones al Estudio del Lic. Goubaud Carrera*, por la Dra. Laura Thompson.

M. B. G.

★

REVISTA METEOROLÓGICA — Año VI — N.º 21 — Enero de 1947 — Junta Nacional de Meteorología — Montevideo, 1947.

Insere êsse número os artigos intitulados "A Teoria do eletro-câmbio orgânico" e "Influência oceânica no

nosso clima", aquê de autoria de L. Vassiliev e A. L. Tchijevsky, membros da Academia Colombiana de Letras, constituindo êste último minucioso estudo das condições climáticas daquela república, iniciado no número anterior, da lavra do Eng.º Juan Jagsich.

Publica ainda o volume em aprêço a lista das 61 resoluções adotadas pelo Comitê Meteorológico Internacional na sessão realizada em julho de 1946, em Paris.

M. B. G.

★

MEMORIA DE LA SOCIEDAD DE CIENCIAS NATURALES LA SALLE — Año VI — Mayo-Junio-Julio-Agosto de 1946 — N.º 16 — Caracas, 1946.

Abrange o número em aprêço: duas secções: Etnologia e Zoologia. Na primeira delas são publicadas as seguintes teses apresentadas à IV Assembléia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, realizada em Caracas: *Reconocimiento arqueológico de El Topo de Tacagua, Distrito Federal, Venezuela*, por Walter Duppouy y José M. Cruzent; *Excursión al Golfo de Cariaco*, por Bienve; *Manicuaré*, por Hermano Ginés, Revdo. P. Fray Cayetano de Carrocera, Prof. J. M. Cruzent y Dr. Jesús M. Rísquez.

Contribui, dest'arte, a prestigiosa instituição científica venezuelana para mais ampla divulgação dos trabalhos realizados no importante certame do continente.

M. B. G.

Contribuição

bibliográfica especializada

Annals of the Association of American Geographers

[Anais da Associação dos Geógrafos Americanos]

Índice, por autor, dos trabalhos publicados nos vols. I a XXXVI-[1911 a 1946]

(Letras A a F)

- ACKERMAN, EDWARD A** — *Geographic Training, Wartime Research, and Immediate Professional Objectives* (Ensino Geográfico, Pesquisa do Período de Guerra e Imediatos Objetivos Profissionais) — (com um desenho) — Págs. 121 a 143 — vol. XXXV — n.º 4 — 1945.
- ADAMS, CHARLES C. e FULLER, GEORGE D.** — *Henry Chandler Cowles, Physiographic Plant Ecologist* — (Henry Chandler Cowles. Ecologista-Fisiográfico das Plantas) — (com uma fotografia) — págs. 39 a 43 — vol. XXX — n.º 1 — 1940.
- ADAMS, CYRUS C.** — *Memoir of William Churchill* (Memória de William Churchill) — pág. 117 — vol. XI — 1921.
- ADIE, ALEXANDER MC** — *Special Maps for Charting Storm Movements* — (Mapas Especiais para Representar Movimentos de Tempestades) — (com 2 mapas) — págs. 101 a 105 — vol. XV — n.º 3 — 1925.
- New data on Weather Maps* (Novos Dados sobre Mapas Meteorológicos) — págs. 41 a 43 — vol. XVIII — n.º 1 — 1928.
- The Commercial Importance of Fog Central* — (A Importância Comercial do Controle da Névoa) — págs. 91 a 100 — vol. XXI — n.º 2 — 1931.
- ATWOOD, WALLACE W.** — *A Geographic Study of the Mesa Verde* — (Um Estudo Geográfico da Mesa Verde) — (com uma planta) — págs. 95 a 100 — vol. I — 1911.
- The Increasing Significance of Geographic Conditions in the Growth of Nation States* — (A Crescente Importância das Condições Geográficas no Desenvolvimento da Nação — Estados) — págs. 1 a 16 — vol. XXV — n.º 1 — 1935.
- BASKER, O. E.** — *The Increasing Importance of the Physical Conditions in Determining the Utilization of Land for Agricultural and Forest Production in the United States* — (A Crescente Importância das Condições Físicas para Determinar a Utilização da Terra para Produção Agrícola e Florestal nos Estados Unidos) — (com vários quadros, gráficos e mapas) — págs. 17 a 46 — vol. XI — 1921.
- The Agriculture of the Great Plains Region* — (A Agricultura da Região das Grandes Planícies) — (com vários mapas e quadros) — págs. 109 a 167 — vol. XIII — n.º 3 — 1923.
- Memoir of Albert Perry Brigham* — (Memória de Alberto Perry Brigham) — págs. 27 a 32 — vol. XXIII — n.º 1 — 1933.
- Rural Urban Migration and the National Welfare* (Migração Rural — Urbana e o Bem Comum Nacional) — (com vários mapas e gráficos) — págs. 59 a 126 — vol. XXIII — n.º 2 — 1933.
- BALDWIN, MARK AND THORP JANES** — *Laterite in Relation to Soils the Tropics* — A Laterite em Relação com os Solos dos Trópicos — (com

- várias ilustrações fotográficas e quadros) — págs. 163 a 194 — vol. XXX — n.º 3 — 1940.
- BENGTSON, NELS A.** — *Some Essential Features of the Geography of the Santa Elena Peninsula* — (As Formas essenciais da Geografia da Península de Santa Elena, no Equador) — com um mapa e várias ilustrações fotográficas) — págs. 150 a 158 — vol. XIV — n.º 3 — 1924.
- BENNETT, HUGH H.** — *Some Geographic Aspects of Western Ecuador* — (Alguns Aspectos Geográficos do Oeste do Equador) — (com vários mapas) — págs. 126 a 147 — vol. XV — n.º 3 — 1925.
- Agriculture in Central America* — (Agricultura na América Central) — (com vários mapas e quadros) — págs. 63 a 84 — vol. XVI — n.º 2 — 1926.
- The Problem of Soil Erosion in the United States* — (O Problema da Erosão do Solo nos Estados Unidos) — (com várias ilustrações fotográficas) — págs. 147 a 170 — vol. XXI — n.º 3 — 1931.
- Adjustment of Agriculture to Its Environment* — (Adaptação da Agricultura ao seu Quadro Natural) — (com várias ilustrações fotográficas) — págs. 163 a 198 — vol. XXXIII — n.º 4 — 1943.
- BIRDSEYE, CLAUDE H.** — *Stereoseopic Phototopographic Mapping* — (Cartografia Estereoscópica Fototopográfica) — págs. 1 a 24 — vol. XXX — n.º 1 — 1940.
- BLACKWELDER, ELIOT** — *The Kern River Scarp* — (A Escarpa do Rio Kern) — (com um mapa, várias ilustrações fotográficas) — págs. 9 a 13 — vol. XIX — n.º 1 — 1929.
- BLANCHARD, W. O.** — *The Status of Sericulture in Italy* — (O Estado da Sericultura na Itália) — (com dois gráficos e várias ilustrações fotográficas) — págs. 14 a 20 — vol. XIX — n.º 1 — 1929.
- BOGGS, S. WHITTEMORE** — *Library Classification and Cataloging of Geographic Material* — (Classificação e catalogação de material geográfico em biblioteca) — págs. 49 a 93 — vol. XXVII — n.º 2 — 1937.
- Mapping the Changing World: Suggested Developments in Maps* — (Cartografando o Mundo Transiente: aperfeiçoamentos previstos nos mapas) — (com vários mapas) — págs. 119 a 128 — vol. XXXI — n.º 2 — 1941.
- BOLLINGER, CLYDE G.** — *Memorial to Samuel Weidman* — (Memória de Samuel Weidman) — págs. 148 e 149 — vol. XXXVI — n.º 2 — 1946.
- BORRWS, HARLAN H.** — *Geography as Human Ecology* — (Geografia como Ecologia Humana) — págs. 1 a 24 — vol. XIII — n.º 1 — 1923.
- BOWMAN, ISALAH** — *Planning in Pioneer Settlement* — (Planificação para o Estabelecimento Pioneiro) — (com um mapa) — págs. 93 a 107 — vol. XXII — n.º 2 — 1932.
- BRIGHAM, ALBERT PERRY** — *Memoir of Ralph Stockman Tarr* — (Memória de Ralph Stockman Tarr) — págs. 93 a 98 — vol. III — 1913.
- Problems of Geographic Influence* — (Problemas da Influência Geográfica) — págs. 3 a 25 — vol. V — 1915.
- Memoir of Frederick Valentine Emerson* — (Memória de Frederick Valentine Emerson) — págs. 149 a 152 — vol. X — 1920.
- The Association of American Geographers* — (Associação de Geógrafos Americanos) — págs. 109 a 116 — vol. XIV — n.º 3 — 1924.
- Glacial Problems in Central New York* — (Problemas Glaciais em Nova York Central) — págs. 179 a 206 — vol. XXI — n.º 4 — 1931.
- BROOKS, ALFRED H.** — *Geography in the Development of the Alaska Coal Deposits* — (A Geografia no Desenvolvimento dos Depósitos de Carvão do Alasca) — (com mapas) — págs. 85 a 94 — vol. 1 — 1911.
- The future of Alaska* — (O futuro do Alasca) — (com vários mapas) — págs. 163 a 179 — vol. XV — n.º 4 — 1925.
- BROOKS, CHARLES F.** — *Robert De Courcy Ward, Climatologist* — (Robert De Courcy Ward, Climatologista) — págs. 33 a 43 — vol. XXII — n.º 1 — 1932.

- BROWN, RALPH H. — *Belle Fourche Valleys and Uplands* — (Vales e Elevações de Belle Fourche — (com vários mapas e ilustrações fotográficas) — págs. 127 a 156 — vol. XXIII — n.º 3 — 1933.
- On the Merits of Regional Diagrams in Field Reports* — (Acêrca do Mérito dos Diagramas Regionais em Registos de Campo) — (com vários mapas) — págs. 75 a 83 — vol. XXV — n.º 2 — 1935.
- Materials Bearing upon the Geography of the Atlantic Seaboard, 1790 to 1810* — (Elementos que Interessam à Geografia do Litoral Atlântico) — (com várias fotografias e mapas) — págs. 201 a 231 — vol. XXVIII — n.º 3 — 1938.
- The American Geographies of Jedidiah Morse* — (As Geografias Americanas de Jedidiah Morse) — (com várias ilustrações fotográficas) — págs. 145 a 217 — vol. XXXI — n.º 3 — 1941.
- BROWN, ROBERT M. — *The Final Report of National Waterways Commission* — (O Relatório Final da Comissão de Vias Aquáticas) — págs. 88 a 92 — vol. III — 1913.
- Educator* — (Educador) — págs. 91 a 98 — vol. XX — n.º 2 — 1930.
- BRYAN, G. S. — *Geography and the Defense of the Caribbean and the Panama Canal* — (A Geografia e a Defesa das Caraíbas e do Canal do Panamá) — (com vários mapas) — págs. 83 a 94 — vol. XXXI — n.º 2 — 1941.
- BRYAN, KIRK — *Physiographer* — (O Fisiógrafo) — págs. 71 a 72 — vol. XX — n.º 2 — 1930.
- William Morris Davis — Leader in Geomorphology and Geography* — (William Morris Davis — Mestre em Geomorfologia e Geografia) — (com uma fotografia) — págs. 23 a 31 — vol. XXV — n.º 1 — 1935.
- Pre-Columbian Agriculture in the Southwest, as Conditioned by Periods of Alluviation* — (Agricultura Pré-Colombiana no Sudoeste enquanto Condicionada por Períodos de Aluviação) — (com vários mapas) — págs. 219 a 242 — vol. XXXI — n.º 4 — 1941.
- Physical Geography in the Training of the Geographer* — (Geografia Física no Ensino da Geografia) — págs. 183 a 189 — vol. XXXIV — n.º 4 — 1944.
- CAMPBELL, MARIUS R. — *Geographic Terminology* — (Terminologia Geográfica) — págs. 25 a 40 — vol. XVIII — n.º 1 — 1928.
- CHANG, CHI-YUN — *Geographic Research in China* — (Pesquisa Geográfica na China) — (com vários mapas e ilustrações fotográficas) — págs. 47 a 62 — vol. XXXIV — n.º 1 — 1944.
- Climate and Man in China* — (O Clima e o Homem na China) — (com vários mapas, ilustrações fotográficas) — págs. 44 a 73 — vol. XXXVI — n.º 1 — 1946.
- CHURCHILL, WILLIAM — *Memoir of William W. Rockhill* — (Memória de William W. Rockhill) — págs. 131 a 133 — vol. V — 1915.
- CLARK, AUSTIN H. — *Geography and Zoology* — (Geografia e Zoologia) — págs. 101 a 145 — vol. XVII — n.º 3 — 1927.
- CLEEF, EUGENE VAN — *The Urban Profile* — (O Perfil Urbano) — págs. 237 a 239 — vol. XXII — n.º 4 — 1932.
- The Finns of the Pacific Coast of the United States, and Consideration of the Problem of Scientific Land Settlement* — (Os finlandeses da costa pacífica dos Estados Unidos e considerações do problema do estabelecimento terrestre) — (com vários mapas) — págs. 25 a 38 — vol. XXX — n.º 1 — 1940.
- Training for Geographic Research — A Symposium* — (Ensino para a Pesquisa Geográfica) — págs. 181 e 182 — vol. XXXIV — n.º 4 — 1944.
- COLBY, CHARLES C. — *The California Raisin Industry, a Study in Geographic Interpretation* — (A Indústria de Passas na Califórnia — Ensaio de Interpretação Geográfica) — (com vários mapas, ilustrações fotográficas e gráficos) — págs. 49 a 108 — vol. XIV — n.º 2 — 1924.
- Centrifugal and Centripetal Forces in Urban Geography* — (Forças Centrífugas e Centrípedas na Geografia Urbana) — págs. 1 a 20 — vol. XXIII — n.º 1 — 1933.

- The Railway Traverse as an Aid in Reconnaissance* — (A Travessia Ferroviária como Subsídio de Reconhecimento) — (com vários desenhos) — págs. 157 a 164 — vol. XXIII — n.º 3 — 1933.
- Ellen Churchill Semple* — (Ellen Churchill Semple) — págs. 229 a 240 — vol. XXIII — n.º 4 — 1933.
- Changing Currents of Geographic Thought in America* — (Correntes Variáveis do Pensamento Geográfico na América) — págs. 1 a 37 — vol. XXIV — n.º 1 — 1936.
- CONDRA G. E. — *Development of the Platte River Bottomland in South Central Nebraska* — (Desenvolvimento do Leito do Platte River ao Sul de Nebraska Central) — págs. 101 a 105 — vol. XXI — n.º 2 — 1931.
- COWLES HENRY C. — *The Causes of Vegetational Cycles* — (As Causas dos Ciclos Vegetativos) — págs. 3 a 20 — vol. I — 1911.
- COX HENRY J. — *Weather Condition and Thermal Belts in the North Carolina Mountain Region and Their Relation to Fruit Growing* — (Condições climáticas e “zonas quentes” na Região Montanhosa, ao Norte de Carolina e sua Relação com o Cultivo de Frutas) — (com vários mapas) — págs. 57 a 68 — vol. X — 1920.
- CRESSEY, GEORGE B. — *The Land Forms of Chekiang, China* — (As formas terrestres de Chekiang, China) — (com vários mapas e ilustrações fotográficas) — págs. 259 a 276 — vol. XXVIII — n.º 4 — 1938.
- CUSHING, SUMNER W. — *Coastal Plains and Block Mountains in Japan* — (Planícies Litorâneas e Cadeias de Montanha no Japão) — (com vários mapas e diagramas) — págs. 43 a 61 — vol. III — 1913.
- Sriharikota and the Yānādis* — (Sriharikota e o Yānādis) — págs. 17 a 23 — vol. VII — 1917.
- The Boundaries of the New England States* — (As Fronteiras dos Novos Estados Ingleses) — com um mapa — págs. 17 a 40 — vol. X — 1920.
- DARTON, N. H. — *Memoir of W. J. Mac Gee* — (Memória de W. J. Mac Gee) págs. 103 e 110 — vol. III — 1913.
- Memoir of Henry Gannett* — (Memória de Henry Gannett) — págs. 68 a 70 — vol. VII — 1917.
- DAVIS, DARRELL HAUG — *Urban Development in the Kentucky Mountains* — (Desenvolvimento Urbano nas Montanhas de Kentucky) — (com várias ilustrações fotográficas e tabelas) — págs. 92 a 99 — vol. XV — n.º 2 — 1925.
- Objectives in a Geographic Field Study of a Community* — (Objetivo num Estudo de Campo Geográfico de uma Comunidade) — págs. 102 a 109 — vol. XVI — n.º 2 — 1926.
- Type Occupance Patterns in Hokkaido* — (Formas de Ocupação Típica em Hokkaido) — (com vários mapas e ilustr. fotogr.) — págs. 901 a 223 — vol. XXIV — n.º 4 — 1934.
- DAVIS, WILLIAM MORRIS — *The Colorado Front Range — A Study in Physiographie Presentation* — (A Cadeia Frontal do Colorado: Estudo sobre Representação Fisiográfica) — (com mapas, diagramas e cartogramas) — vol. I — 1911.
- A Geographical Pilgrimage From Ireland to Italy* — (Peregrinação Geográfica da Irlanda à Itália) — (com vários esquemas) — págs. 73 a 100 — vol. II — 1912.
- Meandering Valleys and Underfit Rivers* — (Vales em Meandros e a Relação destes com os seus Vales) — (com vários esquemas) — págs. 3 a 28 — vol. III — 1913.
- The Principles of Geographic Description* — (Os Princípios da Descrição Geográfica) — (com vários esquemas) — págs. 61 a 105 — vol. V — 1915.
- Features of Glacial Origin in Montana and Idaho — A Shaler Memorial Study* — (Configuração da Origem Glacial em Montana e Idaho) — (com vários diagramas e mapas) — págs. 75 a 147 — vol. X — 1920.
- Memoir of Frederic Putnam Gulliver* — (Memória de Frederico Putnam Gulliver) — págs. 112 a 116 — vol. XI — 1921.

The Barrier Reef of Tagula, New Guinea — (O Barrier Reef de Tagula, Nova Guiné) — (com várias fotografias, mapas e tabelas) — págs. 97 a 151 — vol. XII — 1922.

The Progress of Geography in the United States — (O Progresso da Geografia nos Estados Unidos) — págs. 159 a 215 — vol. XIV — n.º 4 — 1924.

The College Life of Robert De Courcy Ward — (A vida colegial de Robert De Courcy Ward) — págs. 29 a 32 —

A Retrospect of Geography — (Um retrospecto da Geografia) — págs. 211 a 230 — vol. XXII — n.º 4 — 1932.

DICKEN, SAMUEL N. — *The Basin Settlements of the Middle Sierra — Madre Oriental Mexico* — (O Estabelecimento de Bacia da Serra Madre Oriental Média no México) — (com vários mapas e ilustrações fotográficas) — págs. 157 a 178 — vol. XXVI — n.º 3 — 1936.

Monterrey and Northeastern Mexico — (Monterrey e México Norte Oriental) — (com 14 esquemas e fotografias) — págs. 127 a 158 — vol. XXIX — n.º 2 — 1939.

e HARTSHORNE, RICHARD — *A Classification of the Agricultural Regions of Europe and North America on Uniform Statistical Basis* — (Classificação das Regiões Agrícolas da Europa e América do Norte sobre uma Base Estatística Uniforme) — (com vários mapas e desenhos) — págs. 99 a 120 — vol. XXV — n.º 2 — 1935.

DODGE, RICHARD ELWOOD — *Some Problems in Geographic Education with Special Reference to Secondary School* — (Alguns problemas sobre Educação Geográfica com Referência Especial às Escolas Secundárias) — págs. 3 a 18 — vol. VI — 1916.

Memorial: Edward Van Dyke Robinson — (Memória de Edward van Dyke Robinson) — pág. 120 — vol. VI — 1916.

Albert Perry Brigham — (Alberto Perry Brigham) — págs. 55 a 62 — vol. XX — n.º 2 — 1930.

The Interpretation of Sequent Occupation — (A interpretação de Ocupação Seqüente) — págs. 233 a 237 — vol. XXVIII — n.º 4 — 1938.

DODGE, STANLEY D. — *Bureau and the Princeton Community* — (Bureau e a Comunidade de Princeton) — (com vários mapas e ilustrações fotográficas) — págs. 159 a 209 — vol. XXII — n.º 3 — 1932.

A Study of Population Regions in New England on a New Basis — (com vários mapas) — págs. 197 a 210 — vol. XXV — n.º 4 — 1935.

DRYER, CHARLES REDWAY — *Natural Economic Regions* — (Regiões Econômicas Naturais) — págs. 121 a 125 — vol. V — 1915.

The Maumee — Wabash Waterway — (O Canal de Águas Maumee Wabash) — (com vários mapas) — págs. 41 a 51 — vol. IX — 1919.

Genetic Geography — (Geografia Genética) — págs. 3 a 16 — vol. X — 1920.

A Century of Geographic Education in the United States — (Um Século de Educação Geográfica nos Estados Unidos) — (com vários quadros) — págs. 117 a 149 — vol. XIV — n.º 3 — 1924.

DURANT JR., ROYAL — *The Glaciated Sand Region of Central Wisconsin* — (A "Glaciated Sand Region" de Wisconsin Central) — (com vários mapas e ilustrações fotográficas) — págs. 289 a 309 — vol. XXXI — n.º 4 — 1941.

The West Shawano Upland of Wisconsin — A Study of Regional Development — (A Região Montanhosa do Shawano de Wisconsin) — (com vários mapas e ilustrações fotográficas) — págs. 135 a 163 — vol. XXXIV — n.º 3 — 1944.

EKBLAW, W. ELMER — *The Material Response of the Polar Eskimo to their for Arctic Environment* (I) — (A Reação Material do Esquimó Polar ao seu Ambiente Natural do Extremo Ártico) (I) — (com um mapa e várias ilustrações fotográficas) — págs. 147 a 198 — vol. XVII — n.º 4 — 1927.

The Material Response of the Polar Eskimo to their for Arctic Environment (II) — (A Reação Material do Esquimó Polar ao seu Ambiente Natural do Extremo Ártico) (II) — págs. 1 a 24 — vol. XVIII — n.º 1 — 1928.

The Role of Soils in Geographic Interpretation — (O Papel dos Solos na Interpretação Geográfica) — págs. 149 a 154 — vol. XXVII — n.º 3 — 1937.

ENGELN, O. D. VON — *The Geography of the Ithaca N. Y. — Region* — (A Geografia da Região de Itaca, N. Y.) — (com vários diagramas) — págs. 124 a 150 — vol. XVI — n.º 3 — 1926.

Symposium: Walther Penck's Contribution to Geomorphology — (A Contribuição à Geomorfologia de Walther Penck) — págs. 219 a 236 — vol. XXX — n.º 4 — 1940. *Glacial Diversion of Drainage* — (Desvio Glacial de Drenagem) — (com vários mapas e ilustrações fotográficas) — págs. 79 a 119 — XXXV — n.º 3 — 1945.

FAIRCHILD, JOHNSON E. — *Alaska in Relation to National Defense* — (O Alasca em Relação com a Defesa Nacional) — (com um mapa) — págs. 105 a 112 — vol. XXXI — n.º 2 — 1941.

FENNEMAN, NEVIN M. — *Physiographic Boundaries within the United States* — (Limites Fisioográficos no Interior dos Estados Unidos) — (com vários quadros e esquemas) — págs. 84 a 134 — vol. IV — 1914.

Physiographic Divisions of the United States — (Divisões Fisioográficas dos Estados Unidos) — págs. 19 a 98 — vol. VI — 1916.

The Circunference of Geography — (A circunferência da Geografia) — (com um diagrama) — págs. 3 a 11 — vol. IX — 1919.

Physiographic Divisions of the United States — (Divisões Fisioográficas dos Estados Unidos) — págs. 216 a 353 — vol. XVIII — n.º 4 — 1928.

FINCH, V. C. — *Written Structures for Presenting the Geography of Regions* — (Disposições Escritas para

Apresentar a Geografia das Regiões) — págs. 113 a 122 — vol. XXIV — n.º 2 — 1934.

Geographical Science and Social Philosophy — (Ciência Geográfica e Filosofia Social) — págs. 1 a 28 — vol. XXIX — n.º 1 — 1939.

Training for Research in Economic Geography — (Ensino para a Pesquisa na Geografia Econômica) — págs. 207 a 215 — vol. XXXIV — n.º 4 — 1944.

— e JONE, WELLINGTON D. — *Detailed Field Mapping in The Study of the Economic Geography of an Agricultural Area* — (Cartografia de Campo Detalhada no Estudo da Geografia Econômica de uma Área Agrícola) — págs. 148 a 157 — vol. XV — n.º 3 — 1925.

FORRESTER, J. D., FREEMAN, OTIS W. and LUPHER, R. L. — *Physiographic Divisions of the Columbia Intermontans Province* — (Divisões Fisioográficas da Província de Columbia Intermontana) — (com um mapa) — págs. 53 a 75 — vol. XXXV — n.º 2 — 1945.

FOSCUE, EDWIN J. — *Influence of Contrasted Soil Types Upon Changing Land Values Near Grapevine, Texas* — (Influências de Tipos de Solos Contrastantes sobre o Valor Variável das Terras Próximas a Grapavine, Texas) — (com várias ilustrações fotográficas e mapas) — págs. 137 a 144 — vol. XXVIII — n.º 2 — 1938.

FOSTER, ALICE — *Geography in Off-Duty Educational Opportunities for Armed Forces* — (A Geografia em Oportunidades Educacionais) — (Para as Forças Armadas) — págs. 167 a 180 — vol. XXXV — n.º 4 — 1945.

FREY, JOHN W. — *Petroleum Utilization in Peacetime and in Wartime* — (Utilização do Petróleo em tempo de Paz e de Guerra) — págs. 113 a 118 — vol. XXXI — n.º 2 — 1941.

FULLER GEORGE D. and ADAMS, CHARLES C., — *Henry Chandler Cowles — Physiographic Plant Ecologist* — (Ecologista Fisioográfico de Plantas) — (com uma fotografia) — págs. 39 a 43 — vol. XXX — n.º 1 — 1940.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Índice, por autor, dos trabalhos publicados nos volumes 90 a 185*

(LETRA A)

Aarão Reis — Ver — Reis (Aarão).

A. B. Leguia — Ver Leguia (A. B.).

Abranches (Dunshee de) — O Sr... oferece ao Instituto uma pasta contendo uma coleção de cartas do almirante Saldanha da Gama ao conselheiro Gaspar Silveira Martins, acompanhadas de documentos concernentes à revolta da Armada, e à revolução riograndense de 1893 — 1933 — vol. 168 — pág. 727.

Abreu (Capistrano de) — Fases do Segundo Império por... — 1925 — vol. 152 — t. 98 — págs. 432-445.

Abreu Sodré (Joaquim Baltasar) — Ver — Sodré (Joaquim Baltasar de Abreu).

Adalberto Rechsteiner — Ver — Rechsteiner (Adalberto).

Adelaide do Amaral — Ver — Amaral (Adelaide do).

Afonso Celso (Conde de) — Alocução do Sr... sobre a glorificação de Tiradentes — 1922 — vol. 146 — t. 92 — pág. 393.

Palavras do Sr..., sobre o intrépido empreendimento dos Srs. Gago Coutinho e Sacadura Cabral — 1922 — vol. 146 — t. 92 — pág. 403.

Palavras do Sr... sobre o restabelecimento da ordem pública — 1922 — vol. 146 — t. 92 — pág. 453.

Palavras congratulatórias do Sr... ao sócio efetivo Ramiz Galvão — 1922 — vol. 146 — t. 92 — pág. 491.

Palavras do Sr... em comemoração do segundo centenário do nascimento de frei José de Santa Rita Durão, realizada em 25 de outubro de 1922 — 1922 — vol. 146 — t. 92 — pág. 527.

Discurso do Sr... sobre Tiradentes — 1923 — vol. 148 — t. 94 — págs. 469-479.

Palavras do Sr... sobre a batalha de Tuiuti — 1923 — vol. 148 — t. 94 — pág. 502.

Palavras de louvor à Embaixada Brasileira, na sua missão em Santiago do Chile — 1923 — vol. 148 — t. 94 — pág. 502.

Comunicação do Sr... sobre as ofertas de livros e documentos da Sr^a. baronesa de Loreto — 1923 — vol. 148 — t. 94 — pág. 519.

Comunicação do Sr... sobre a valiosa oferta do Sr. Alfredo Laje. (Enciclopédia Ilustrada, de J. Espasa) — 1923 — vol. 148 — t. 94 — pág. 519.

Palavras do Sr... sobre Osório e Mitre — 1923 — vol. 148 — t. 94 — pág. 519.

* Divulga o Boletim a partir deste número o índice, por autores, dos trabalhos publicados nos volumes 90 a 185 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cuja publicação, por assunto, foi iniciada no n.º 86, referente ao mês de março de 1946.

Palavras do Sr... sobre a luta da Independência no Maranhão — 1923 — vol. 148 — t. 94 — pág. 611.

Palavras do Sr... referindo-se ao Pará, por motivo da sua adesão à Independência — 1923 — vol. 148 — t. 94 — págs. 665-666.

Palavras do Sr... em homenagem ao centenário militar do duque de Caxias — 1923 — vol. 148 — t. 94 — págs. 699-700.

Palavras do Sr... sobre o centenário natalício de Henrique Fleiuss — 1923 — vol. 148 — t. 94 — pág. 768.

Alocução do Sr... na sessão magna de 21 de outubro de 1923 — 1923 — vol. 148 — t. 94 — págs. 855-856.

Palavras do Sr... sobre a pacificação do Rio Grande do Sul — 1923 — vol. 148 — t. 94 — pág. 893.

Palavras do Sr... sobre o centenário da Constituição do Império — 1924 — vol. 150 — t. 96 — págs. 307-308.

Palavras do Sr... sobre o centenário do reconhecimento da Independência Nacional pelos Estados Unidos da América do Norte — 1924 — vol. 150 — t. 96 — pág. 334.

Palavras do Sr... sobre os trabalhos da elaboração, relativos à biografia de Dom Pedro II — 1924 — vol. 150 — t. 96 — págs. 370-371.

Palavras do Sr... sobre o centenário natalício do barão de Macaúbas — 1924 — vol. 150 — t. 96 — pág. 419.

Alocução do Sr... sobre o centenário da batalha de Ayacucho — 1924 — vol. 150 — t. 96 — págs. 498-501.

Palavras do Sr... no início dos trabalhos do Instituto no 87.º ano — 1925 — vol. 151 — t. 97 — pág. 337.

Palavras do Sr... aos representantes do Clube de Engenharia que manifestou o seu apolo às comemorações do centenário natalício de Dom Pedro II — 1925 — vol. 151 — t. 97 — pág. 340.

Comunica o Sr... haver nomeado o Sr. Raul Tavares e Moreira Guimarães para tomarem parte no júri, que terá de julgar os projetos para a estátua do presidente Rodrigues Alves — 1925 — vol. 151 — t. 97 — pág. 342.

Palavras do Sr... sobre o centenário da ocupação da cidade da Bahia pelo exército e esquadra de Dom Fradique de Toledo — 1925 — vol. 151 — t. 97 — pág. 343.

Palavras do Sr... de congratulações ao Sr. Rodrigo Otávio pelo desempenho que deu à sua missão nos Estados Unidos e no México — 1925 — vol. 151 — t. 97 — pág. 343.

Palavras do Sr... de congratulações ao Sr. Manuel Cícero pelo modo por que representou o Instituto no Peru, durante as festas de Ayacucho — 1925 — vol. 151 — t. 97 — pág. 343.

Palavras do Sr... à comissão do Instituto da Ordem dos Advogados, que veio trazer a adesão do mesmo Instituto às homenagens à memória de Dom Pedro II — 1925 — vol. 151 — t. 97 — pág. 343.

Palavras do Sr... sobre o programa das comemorações que deverão ser feitas por ocasião do centenário natalício de Dom Pedro II — 1925 — vol. 151 — t. 97 — pág. 346.

Discurso do Sr... ao inaugurar-se, no cemitério de São Francisco Xavier, a 13 de junho de 1925, o monumento funerário do barão do Rio Branco — 1925 — vol. 151 — t. 97 — págs. 354-356.

Palavras do Sr... sobre o Tratado de 29 de agosto de 1825 — 1925 — vol. 151 — t. 97 — pág. 359.

Discurso do Sr... — A Mocidade e a Liga das Nações — 1925 — vol. 151 — t. 97 — págs. 379-380.

Artigo do Sr... — Dom Pedro II e os Lusíadas — 1925 — vol. 151 — t. 97 — págs. 457-460.

Discurso do Sr... na sessão magna de 21 de outubro de 1925 — 1925 — vol. 151 — t. 97 — págs. 461-462.

Discurso do Sr... sobre o centenário de Dom Pedro II — 1925 — vol. 151 — t. 97 — págs. 505-517.

Discurso do Sr... por ocasião da inauguração da estátua de Dom Pedro II na Quinta da Boa Vista — 1925 — vol. 151 — t. 97 — págs. 540-542.

Discurso na trasladação dos despojos imperiais para Petrópolis — 1925 — vol. 151 — t. 97 — págs. 547-550.

Isabel, a Redentora por ... — 1925 — vol. 152 — t. 98 — págs. 212-216.
Glória ao Magnânimo por... — 1925 — vol. 152 — t. 98 — págs. 786-789.

Discurso do Sr... na inauguração da estátua de Pedro II — 1925 — vol. 152 — t. 98 — págs. 1923-1927.

Trasladação dos despojos imperiais para Petrópolis. Discurso por ocasião da... — 1925 — vol. 152 — t. 98 — págs. 1030-1035.

Palavras do Sr... sobre a conferência do Sr. Augusto Tavares de Lira, relativa ao centenário do Senado brasileiro — 1926 — vol. 153 — t. 99 — pág. 229.

Palavras do Sr... sobre a conferência do Sr. Agenor de Roure relativa ao centenário da Câmara dos Deputados — 1926 — vol. 153 — t. 99 — pág. 282.

Palavras do Sr... sobre as ofertas da Sra. viscondessa de Cavalcante, ao Instituto — 1926 — vol. 153 — t. 99 — pág. 319.

Palavras do Sr... sobre a oferta do príncipe Dom Pedro de Orleans e Bragança do exemplar dos Lusíadas, que pertenceu a Dom Pedro II — 1926 — vol. 153 — t. 99 — pág. 319.

Palavras do Sr... de congratulações ao Sr. Rodrigo Otávio, recentemente chegado dos Estados Unidos, Cuba e México — 1926 — vol. 153 — t. 99 — pág. 342.

Palavras do Sr... sobre a conferência do Sr. Brás Hermenegildo do Amaral — 1926 — vol. 153 — t. 99 — pág. 344.

Palavras do Sr... relativas às ofertas dos Srs. Eugênio Vilhena de Moraes e Maurício Nabuco — 1926 — vol. 153 — t. 99 — pág. 429.

Saudação do Sr... ao Sr. Arturo Scarone, diretor da Biblioteca do Uruguai — 1926 — vol. 153 — t. 99 — pág. 436.

Palavras do Sr. sobre a Conferência de Geografia. Atas e conclusões — 1926 — vol. 153 — t. 99 — págs. 442-473.

Alocução do Sr... por ocasião da sessão magna comemorativa do 88.º aniversário da fundação do Instituto — 1926 — vol. 153 — t. 99 — págs. 474-475.

Alocução do Sr... em sessão comemorativa do centenário do falecimento da imperatriz Dona Maria Leopoldina — 1926 — vol. 153 — t. 99 — págs. 505-506.

Conferência realizada no Instituto Histórico de Minas Gerais, sobre o visconde de Ouro Preto por... — 1927 — vol. 155 — t. 101 — págs. 207-212.

Artigo do... sobre o Instituto Hispano-Brasileiro — 1927 — vol. 155 — t. 101 — págs. 233-236.

Palavras do Sr... pedindo licença para afastar-se do cargo de presidente por dois meses — 1927 — vol. 155 — t. 101 — págs. 260-261.

Palavras sobre a viagem do cruzador Rio Grande do Sul a Buenos Aires sob o comando do capitão de fragata Raul Tavares — 1927 — vol. 155 — t. 101 — pág. 272.

Saudação ao Sr. Epitácio Pessoa — 1927 — vol. 155 — t. 101 — pág. 481.

Excertos biográficos do visconde de Ouro Preto pelo Sr... — 1928 — vol. 157 — t. 103 — págs. 9-579.

Idéias e planos do ministro da Fazenda de 1879 (visconde de Ouro Preto) pelo Sr... — 1928 — vol. 157 — t. 103 — págs. 24-26.

O imposto do vintém — 1928 — vol. 157 — t. 103 — págs. 37-42.

Os distúrbios do 1.º de janeiro de 1880 — 1928 — vol. 157 — t. 103 — págs. 42-45.

O Congresso Liberal de 1889 — 1928 — vol. 157 — t. 103 — págs. 46-55.

Como se organizou o Ministério Ouro Preto pelo Sr... — 1928 — vol. 157 — t. 103 — págs. 55-59.

Como trabalhou o Ministério Ouro Preto pelo Sr... — 1928 — vol. 157 — t. 103 — págs. 59-62.

O visconde de Ouro Preto e a propaganda republicana pelo Sr... — 1928 — vol. 157 — t. 103 — págs. 73-77.

O 15 de novembro — 1928 — vol. 157 — t. 103 — págs. 81-83.

Silveira Martins — 1928 — vol. 157 — t. 103 — págs. 86-89.

No exílio — 1928 — vol. 157 — t. 103 — págs. 89-93.

Canudos — 1928 — vol. 157 — t. 103 — págs. 107-110.

O assassinato de Gentil de Castro pelo Sr... — 1928 — vol. 157 — t. 103 — págs. 135-227.

O Sr... propõe um voto de pesar pelo falecimento do professor Esmeraldino Bandeira — 1928 — vol. 158 — t. 104 — pág. 818.

O Sr... anuncia as conferências que terão a denominação de "Tardes do Instituto" e serão feitas por ilustres cultores das nossas letras — 1928 — vol. 158 — t. 104 — pág. 842.

Iniciativas do Instituto — 1928 — vol. 158 — t. 104 — págs. 867-870.

"Prima de Marília" (artigo do Sr...) — 1928 — vol. 158 — t. 104 — págs. 870-873.

"Tardes do Instituto" — 1928 — vol. 158 — t. 104 — pág. 874.

Alocução do presidente, Sr..., na sessão magna comemorativa do 90.º aniversário do Instituto — 1928 — vol. 158 — t. 104 — pág. 1109.

Palavras do Sr... sobre o centenário da criação do Supremo Tribunal de Justiça — 1928 — vol. 158 — t. 104 — pág. 1035.

Palavras do Sr... sobre o barão do Rio Branco — 1929 — vol. 160 — t. 106 — pág. 243.

Alocução do Sr... sobre José de Alencar — 1929 — vol. 160 — t. 106 — pág. 249.

Palavras do Sr... sobre frei Francisco de São Carlos — 1929 — vol. 160 — t. 106 — pág. 266.

O Sr... indica os Srs. Eugênio de Castro e Rodolfo Garcia para estudarem a proposta sobre as viagens de Pinzon — 1929 — vol. 160 — t. 106 — pág. 322.

Palavras do Sr... sobre a sessão solene comemorativa do acôrdo sobre Tacna e Arica — 1929 — vol. 160 — t. 106 — págs. 363-364.

Palavras do Sr... saudando o sócio Ramón Cárcano — 1929 — vol. 160 — t. 106 — pág. 376.

O Sr... agradece ao professor Rodolfo Bernardelli a oferta do busto do visconde de Cairu — 1929 — vol. 160 — t. 106 — pág. 389.

Palavras do Sr... sobre Pasteur e Dom Pedro II — 1929 — vol. 160 — t. 106 — pág. 397.

Palavras do Sr... sobre o 50.º aniversário da morte do general Osório — 1929 — vol. 160 — t. 106 — pág. 412.

Alocução do Sr... sobre a sessão magna comemorativa do 91.º aniversário da fundação do Instituto — 1929 — vol. 160 — t. 106 — págs. 442-443.

Alocução do Sr... sobre a beatificação de Dom Bosco — 1929 — vol. 160 — t. 106 — pág. 468.

Cousas de antanho pelo... — 1930 — vol. 161 — t. 107 — págs. 616-631.

Palavras do Sr... sobre o centenário do padre José Maurício Nunes Garcia — 1930 — vol. 161 — t. 107 — págs. 687-688.

Palavras do Sr... propondo um voto de congratulações com o novo cardeal brasileiro Dom Sebastião Leme — 1930 — vol. 161 — t. 107 — pág. 715.

Palavras do Sr... sobre Dom Antônio de Macedo Costa — 1930 — vol. 161 — t. 107 — págs. 726-727.

Palavras do Sr... sobre o marco encontrado em Itacuruçá pelo barão de Capanema — 1930 — vol. 161 — t. 107 — págs. 727-728.

Palavras do Sr... sobre frei Francisco de São Carlos — 1930 — vol. 161 — t. 107 — pág. 754.

Palavras do Sr... sobre o general Teixeira de Freitas, representante do presidente da República — 1930 — vol. 161 — t. 107 — pág. 791.

Alocução do Sr... na sessão magna comemorativa do 92.º aniversário da fundação do Instituto — 1930 — vol. 161 — t. 107 — págs. 790-791.

Palavras do Sr... referindo-se ao Segundo Congresso de História Nacional, realizado pelo Instituto — 1931 — vol. 164 — pág. 404.

Saudação à diretoria e aos membros do Segundo Congresso Internacional Feminista por... — 1931 — vol. 164 — págs. 408-410.

Alocução do Sr... sobre a comemoração do 93.º aniversário do Instituto — 1931 — vol. 164 — págs. 511-513.

Comunica o Sr... que o Instituto fôra incumbido de promover e organizar a reunião inaugural do Instituto Pan-Americano de Geografia e História — 1931 — vol. 164 — pág. 551.

O Sr... propõe que o Instituto promova a construção de um monumento aos pioneiros da Aviação, semelhantemente a outras iniciativas que tomou com êxito — 1931 — vol. 164 — pág. 553.

Agradecimento do Sr... ao professor Henrique Bernardelli (2.º) — 1932 — vol. 166 — pág. 616.

Palavras do Sr... sobre o conselheiro Antônio Ferrelira Viana — (2.º) — 1932 — vol. 166 — págs. 624-625.

Palavras do Sr... sobre Anita Garibaldi — (2.º) — 1932 — vol. 166 — pág. 668.

Agradecimento a Mário de Sousa Ferreira pelo oferecimento de um busto de Dom Pedro II — (2.º) — 1932 — vol. 166 — pág. 669.

Um voto de pesar pelo falecimento de Dom Manuel II — (2.º) — 1932 — vol. 166 — pág. 670.

Palavras sobre o centenário do falecimento de Goethe — (2.º) — 1932 — vol. 166 — págs. 842-846.

Palavras do Sr... sobre os projetos para comemoração do 1.º centenário do Instituto Histórico — 1933 — vol. 168 — pág. 731.

Palavras do Sr... sobre José de Anchieta — 1933 — vol. 168 — pág. 734.

Palavras sobre a comemoração do 95.º aniversário do Instituto Histórico — 1933 — vol. 168 — págs. 757-759.

Trechos do discurso pronunciado na Câmara dos Deputados há 52 anos — 1934 — vol. 169 — págs. 309-310.

Palavras do Sr... referindo-se ao 96.º aniversário do Instituto — 1934 — vol. 169 — págs. 411-413.

Homenagem prestada ao cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira — 1934 — vol. 169 — págs. 449-451.

Palavras sobre o centenário do nascimento de João Severiano da Fonseca — 1935 — vol. 170 — pág. 238.

Palavras sobre a eficiente atuação do Sr. José Carlos de Macedo Soares quanto à pacificação do Paraguai com a Bolívia — 1935 — vol. 170 — págs. 242-272.

Palavras do Sr... acêrca do centenário do nascimento do conselheiro Gaspar Silveira Martins — 1935 — vol. 170 — págs. 287-289.

Palavras do Sr... sobre o congresso promovido pela Academia Carioca de Letras — 1936 — vol. 171 — pág. 277.

Homenagem prestada ao Dr. Benjamim Franklin Ramiz Galvão pela passagem do seu 90.º aniversário natalício — 1936 — vol. 171 — págs. 306-309.

Palavras do Sr... sobre Raul Régis de Oliveira e sobre as leis emancipadoras — 1936 — vol. 171 — pág. 379.

Discurso de agradecimento às homenagens pela passagem do 25.º aniversário da sua presidência — 1937 — vol. 172 — págs. 409-411.

Palavras sobre Francisco Adolfo Varnhagen — 1937 — vol. 172 — pág. 419.

Alocução do Sr... por ocasião da posse do sócio honorário Júlio Roca — 1937 — vol. 172 — págs. 583-585.

Afonso Celso de Assis Figueiredo (Visconde de Ouro Preto) — Ver — Figueiredo (Afonso Celso de Assis).

Afonso de Albuquerque Maranhão — Ver — Maranhão (Afonso de Albuquerque).

Afonso d'Escragnolle Taunay — Ver — Taunay (Afonso d'Escragnolle).

Afonso Mac-Dowell — Ver — Mac-Dowell (Afonso).

Afrânio Melo Franco — Ver — Franco (Afrânio Melo).

Afrânio Peixoto — Ver — Peixoto (Afrânio).

Agenor de Roure — Ver — Roure (Agenor de).

Aguero (Cito Napanga) — Alocução do Sr... da Sociedade Geográfica de Lima — 1939 — vol. 174 — págs. 991-992.

- Aguero (José de la Riva)* — Discurso de agradecimento — 1940 — vol. 175 — págs. 419-436.
- Agustín P. Justo (General)* — Ver — Justo (Agustín P.).
- A. Hamilton Rice* — Ver — Rice (A. Hamilton).
- Alaor Prata* — Ver — Prata (Alaor).
- Alberto Lamego* — Ver — Lamego (Alberto).
- Alberto Rangel* — Ver — Rangel (Alberto).
- Albino José Barbosa de Oliveira* — Ver — Oliveira (Albino José Barbosa de).
- Alcides Bezerra* — Ver — Bezerra (Alcides).
- Alcindo Sodré* — Ver — Sodré (Alcindo).
- Alencar (Mário de)* — Dom Pedro II por... — 1925 — vol. 152 — t. 98 — págs. 169-173.
- Alencastre (Alvaro Otávio)* — Conferência sobre "Caxias e os generais de 1835" — 1934 — vol. 169 — págs. 325-361.
- Alexandre Eugênio Andrade Camisão* — Ver Camisão (Alexandre Eugênio Andrade).
- Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho* — Ver — Lima Sobrinho (Alexandre José Barbosa).
- Alfredo Baltasar da Silveira* — Ver — Silveira (Alfredo Baltasar da).
- Alfredo d'Escragnolle Taunay (Visconde de Taunay)* — Ver — Taunay (Alfredo d'Escragnolle).
- Alfredo Ferreira Laje* — Ver — Laje (Alfredo Ferreira).
- Alfredo Nascimento Silva* — Ver — Silva (Alfredo Nascimento).
- Alfredo Valadão* — Ver — Valadão (Alfredo).
- Almeida (Joaquim Antunes de)* — João Maurício Faivre por... — 1934 — vol. 169 — págs. 209-217.
- Almeida (Aloísio)* — A Revolução Liberal de 1842. Apreciações de Hélio Viana — 1944 (4.º tri.) — vol. 185 — pág. 253.
- Almeida (Tito Franco de)* — Autobiografia ao conselheiro... com um prefácio do ministro Augusto Ta-
vares de Lira — 1942 — vol. 177 — págs. 317-507.
- Aloísio de Almeida* — Ver — Almeida (Aloísio).
- Alvaro Alberto da Mota e Silva* — Ver — Silva (Álvaro Alberto da Mota e).
- Alvaro Otávio Alencastre* — Ver — Alencastre (Alvaro Otávio).
- Alvaro Rodrigues de Vasconcelos* — Ver — Vasconcelos (Álvaro Rodrigues de).
- Alvaro Sales de Oliveira* — Ver — Oliveira (Alvaro Sales de).
- Alviano (Frei Fidélis de)* — Notas etnográficas sobre os Ticunas do Alto Solimões — 1943 — vol. 180 — págs. 5-34.
- Gramática dos índios Ticunas — 1944 — (2.º tri.) — vol. 183 — págs. 3-194.
- Amaral (Brás do)* — O Imperador e a Proclamação da República por... — 1925 — vol. 152 — t. 98 — págs. 455-480.
- Amaral (Brás Hermenegildo do)* — Esclarecimentos sobre o modo pelo qual se preparou a Independência — 1927 — vol. 155 — t. 101 — págs. 357-418.
- Relatório como representante do Instituto no congresso realizado em Montevidéu — 1928 — vol. 158 — t. 104 — págs. 1065-1107.
- Conferência sobre José da Silva Lisboa — 1935 — vol. 170 — págs. 297-311.
- Palestra do Sr... sobre "O Brasil no Congresso de Viena em 1815" — 1940 — vol. 175 — págs. 517-540.
- Fatos da nossa Independência — 1940 — vol. 175 — págs. 657-663.
- Maria C. Max Fleiuss* — 1944 — vol. 182 — págs. 186-188.
- Amaral (José Ribeiro do)* — Justo Jansen Ferreira — 1930 — vol. 161 — t. 107 — págs. 349-358.

Amaral (Adelaide do) — Lafaete Silva — 1934 — vol. 169 — págs. 122-127.

Amélia Vieira — Ver — Vieira (Amélia).

Américo Jacobina Lacombe — Ver — Lacombe (Américo Jacobina).

Amorim (Antônio Brandão de) — Len-
das em nheengatu e em português
— 1926 — vol. 154 — t. 100 —
págs. 9-475.

*Ana Amélia de Queirós Carneiro de
Mendonça* — Ver — Mendonça
(Ana Amélia de Queirós Carneiro
de).

Andrada (Martim Francisco Ribeiro de)
— Pedro II — Partidos — Ministros
por... — 1925 — vol. 152 — t. 98
— págs. 250-255.

Andrada (Antônio Carlos Ribeiro de)
— Discurso sobre o 25.º aniversário
da presidência do conde de Afonso
Celso — 1937 — vol. 172 — págs.
402-409.

Andrade (Rodrigo Melo Franco de) —
Araújo Pôrto Alegre, precursor dos
estudos de história da arte brasilei-
ra — 1944 (3.º tri.) — vol. 184 —
págs. 119-133.

André Gustavo Paulo de Frontin —
Ver — Frontin (André Gustavo
Paulo de).

André Peixoto de Lacerda Werneck —
Ver — Werneck (André Peixoto de
Lacerda).

Andrés Lamas — Ver — Lamas (An-
drés).

*Angelo Moniz da Silva Ferraz (Barão
de Uruguaiana)* — Ver — Ferraz
(Angelo Moniz da Silva).

Aníbal Veloso Rebêlo — Ver — Rebêlo
(Aníbal Veloso).

Anita Garibaldi — Ver — Garibaldi
(Anita).

Antônio Augusto Mendes Correia —
Ver — Correia (Antônio Augusto
Mendes).

Antônio Azeredo — Ver — Azeredo
(Antônio).

Antônio Borges Leal Castelo Branco —
Ver — Branco (Antônio Borges Leal
Castelo).

Antônio Brandão de Amorim — Ver —
Amorim (Antônio Brandão de).

Antônio Cândido Rodrigues — Ver —
Rodrigues (Antônio Cândido).

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada —
Ver — Andrada (Antônio Carlos
Ribeiro de).

Antônio Coutinho Gomes Pereira —
Ver — Pereira (Antônio Coutinho
Gomes).

Antônio da Silva Jardim — Ver — Jar-
dim (Antônio da Silva).

Antônio de Alcântara Machado — Ver
— Machado (Antônio de Alcân-
tara).

Antônio de Barros Ramalho Ortigão —
Ver — Ortigão (Antônio de Barros
Ramalho).

Antônio Fernandes Figueira — Ver —
Figueira (Antônio Fernandes).

Antônio Ferreira Viana — Ver — Viana
(Antônio Ferreira).

Antônio Gonçalves Dias — Ver — Dias
(Antônio Gonçalves).

Antônio Gonçalves Gomide — Ver —
Gomide (Antônio Gonçalves).

Antônio Joaquim de Macedo Soares —
Ver — Soares (Antônio Joaquim
de Macedo).

Antônio Joaquim de Matos — Ver —
Matos (Antônio Joaquim de).

*Antônio José Duarte de Araújo Gon-
dim* — Ver — Gondim (Antônio
José Duarte de Araújo).

Antônio Leôncio Pereira Ferraz — Ver
— Ferraz (Antônio Leôncio Pereira).

Antônio Luís Pereira da Cunha — Ver
— Cunha (Antônio Luís Pereira
da).

*Antônio Luís von Hoonholtz Tefé (Ba-
rão de Tefé)* — Ver — Tefé (Antô-
nio Luís von Hoonholtz).

Antônio de Macedo Costa (Dom) — Ver
— Costa (Antônio de Macedo).

Antônio Martins de Azevedo Pimentel
— Ver — Pimentel (Antônio Mar-
tins de Azevedo).

- Antônio Olinto dos Santos Pires* — Ver — Pires (Antônio Olinto dos Santos).
- Antônio Paulino Limpo de Abreu* — Ver — Abreu (Antônio Paulino Limpo de).
- Antônio Pereira de Sousa Caldas* — Ver — Caldas (Antônio Pereira de Sousa).
- Antônio Ribeiro de Macedo* — Ver — Macedo (Antônio Ribeiro de).
- Apolônia Pinto* — Ver — Pinto (Apolônia).
- Aquino (Francisco Radler de)* — Homenagem prestada à memória do conde de Afonso Celso, em sessão de 11 de agosto de 1938 — 1939 — vol. 173 — págs. 758-759.
Palavras de saudação a Philip Guedala — 1939 — vol. 174 — pág. 845.
Maria Carolina Max Fleiuss — 1944 — vol. 182 — págs. 188-199.
- Aranha (Oswaldo)* — Discurso do Sr... entregando ao padre Serafim Leite as insignias da Ordem do Cruzeiro — 1939 — vol. 174 — págs. 879-899.
Discurso de posse em sessão de 7 de agosto de 1940 — 1940 — vol. 175 — págs. 509-512.
Palestra sobre "O Dia Pan-Americano" — 1942 — vol. 177 — págs. 516-524.
- Aristides Briand* — Ver — Briand (Aristides).
- Armando de Matos* — Ver — Matos (Armando de).
- Arrojado Lisboa* — Ver — Lisboa (Miguel Ribeiro Arrojado).
- Artur César Ferreira Reis* — Ver — Reis (Artur César Ferreira).
- Artur da Silva Bernardes* — Ver — Bernardes (Artur da Silva).
- Artur da Silva Rêgo* — Ver — Rêgo (Artur da Silva).
- Artur Ferreira Machado Guimarães* — Ver — Guimarães (Artur Ferreira Machado).
- Artur Índio do Brasil e Silva* — Ver — Silva (Artur Índio do Brasil e).
- Artur Pinto da Rocha* — Ver — Rocha (Artur Pinto da).
- Artur Quadro Colares Moreira* — Ver — Moreira (Artur Quadro Colares).
- Arturo Scarone* — Ver — Scarone (Arturo).
- Assis Chateaubriand* — Ver — Chateaubriand (Assis).
- Ataúlfo de Paiva* — Ver — Paiva (Ataúlfo de).
- Augusto de Lima* — Ver — Lima (Augusto de).
- Augusto Limpo Teixeira de Freitas (General)* — Ver — Freitas (Augusto Limpo Teixeira de).
- Augusto Morize* — Ver — Morize (Augusto).
- Augusto Pinto Lima* — Ver — Lima (Augusto Pinto).
- Augusto Rosa* — Ver — Rosa (Augusto).
- Augusto Olímpio Viveiros de Castro* — Ver — Castro (Augusto Olímpio Viveiros de).
- Augusto Tasso Fragoso (General)* — Ver — Fragoso (Augusto Tasso).
- Augusto Tavares de Lira* — Ver — Lira (Augusto Tavares de).
- Aurélia Delorme* — Ver — Delorme (Aurélia).
- Aureliano Cândido Tavares Bastos* — Ver — Bastos (Aureliano Cândido Tavares).
- Aureliano de Sousa Oliveira Coutinho (Visconde de Sepetiba)* — Ver — Coutinho (Aureliano de Sousa Oliveira).
- Aureliano Leite* — Ver — Leite (Aureliano).
- Aureliano Leal* — Ver — Leal (Aureliano).
- Aurélio Lopes* — Ver — Lopes (Aurélio).
- Azeredo (Antônio)* — O Imperador e a República — 1925 — vol. 152 — t. 98 — págs. 850-858.
- Azevedo (João Lúcio de)* — Notas sobre o Judaísmo e a Inquisição no Brasil — 1922 — vol. 145 — t. 91 — págs. 679-697.
- Azevedo (João de Sousa)* — Parecer de... — 1943 — vol. 179 — págs. 185-205.

Leis e Resoluções

Legislação federal

Ementário das leis e decretos publicados no período de 25 de janeiro a 10 de fevereiro de 1947

Leis

Lei n.º 13, de 2 de janeiro de 1947 — “Dispõe sobre a Verba 4 — Obras, Equipamento e Aquisição de Imóveis, do Orçamento para 1947, e dá outras providências”.

“Diário Oficial” de 15-1-947.

Lei n.º 14, de 7 de fevereiro de 1947 — “Concede abatimento dos preços ou tarifas das empresas de transporte aos membros do Congresso Nacional, e dá outras providências”.

“Diário Oficial” de 8-2-947.

Lei n.º 15, de 7 de fevereiro de 1947 — “Dispõe sobre a realização de exames em 2.ª época do art. 91 do Decreto-lei n.º 8 531, de 2 de janeiro de 1946”.

“Diário Oficial” de 8-2-947.

Lei n.º 16, de 7 de fevereiro de 1947 — “Transfere para o Tesouro Nacional parte das emissões feitas para atender às operações da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil, mediante resgate de débitos do Tesouro Nacional ao Banco do Brasil S. A.”.

“Diário Oficial” de 8-2-947.

★

Decretos

Decreto n.º 22 178, de 25 de novembro de 1946 — “Concede reconhecimento ao curso ginasial do Ginásio Fidelense, de São Fidélis”.

“Diário Oficial” de 10-2-947.

Decreto n.º 22 298, de 17 de dezembro de 1946 — “Concede à Cruzeiro do Sul Empresa da Navegação Fluvial Limitada autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acordo com o que prescreve o Decreto-lei n.º 2 784, de 20 de novembro de 1940”.

“Diário Oficial” de 8-2-947.

Decreto n.º 22 293, de 17 de dezembro de 1946 — “Concede à Sociedade Machado Mallmann autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acordo com o que prescreve o Decreto-lei n.º 2 784, de 26 de novembro de 1940”.

“Diário Oficial” de 27-1-947.

Decreto n.º 22 299, de 17 de dezembro de 1946 — “Concede autorização à Rádio Borborema Limitada, para estabelecer, na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba, uma estação radiodifusora”.

“Diário Oficial” de 31-1-947.

Decreto n.º 22 302, de 17 de dezembro de 1946 — “Outorga concessão à Rádio Araripe Limitada, para estabelecer, na cidade de Crato, Estado do Ceará, uma estação radiodifusora”.

“Diário Oficial” de 31-1-947.

Decreto n.º 22 398, de 31 de dezembro de 1946 — “Concede reconhecimento ao curso ginasial do Ginásio Sant’Ana, de Ponta Grossa”.

“Diário Oficial” de 4-2-947.

Decreto n.º 22 423, de 10 de janeiro de 1947 — “Autoriza o cidadão brasileiro Domingos Fernandes de Sousa a comprar pedras preciosas”.

“Diário Oficial” de 30-1-947.

Decreto n.º 22 456, de 16 de janeiro de 1947 — “Concede à sociedade anônima Internacional Advertising Service autorização para funcionar na República”.

“Diário Oficial” de 8-2-946.

Decreto n.º 22 460, de 17 de janeiro de 1947 — “Autoriza o funcionamento de cursos da Faculdade de Ciências Econômicas Martin Afonso, de Niterói”.

“Diário Oficial” de 25-1-947.

NOTA — As leis e decretos que por sua acima ainda não foram publicados.

numeração deveriam constar do “Ementário”

Decreto n.º 22 464, de 17 de janeiro de 1947 —
"Autoriza estrangeiros a adquirir terreno acrescido de marinha que menciona, situa-do nesta capital".

"Diário Oficial" de 25-1-947.

Decreto n.º 22 480, de 20 de janeiro de 1947 —
"Concede à Agro-Mercantil Ceres de S. Barreto & Filhos Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração".

"Diário Oficial" de 25-1-947.

Decreto n.º 22 481, de 20 de janeiro de 1947 —
"Autoriza o cidadão brasileiro João Ribeiro de Sousa a pesquisar cassiterita e asso-ciados no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais".

"Diário Oficial" de 30-1-947.

Decreto n.º 22 494, de 21 de janeiro de 1947 —
"Outorga concessão à Rádio Difusora de Teresina Limitada, para estabelecer, na cidade de Teresina, Estado do Piauí, uma estação radiodifusora".

"Diário Oficial" de 5-2-947.

Decreto n.º 22 495, de 21 de janeiro de 1947 —
"Outorga concessão à Rádio Clube de Patos S. A., para estabelecer, na cidade de Pa-tos, Estado de Minas Gerais, uma estação radiodifusora".

"Diário Oficial" de 5-2-947.

Decreto n.º 22 496, de 22 de janeiro de 1947 —
"Autoriza o prefeito do Distrito Federal a realizar a permuta dos terrenos que men-ciona".

"Diário Oficial" de 25-1-947.

Decreto n.º 22 497, de 22 de janeiro de 1947 —
"Isenta dos tributos que menciona a Vene-rável Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula e dá outras provi-dências".

"Diário Oficial" de 25-1-947.

Decreto n.º 22 498, de 22 de janeiro de 1947 —
"Autoriza a instituição de uma fundação pela Prefeitura do Distrito Federal".

"Diário Oficial" de 25-1-947.

Decreto n.º 22 499, de 22 de janeiro de 1947 —
"Altera, sem aumento de despesas, a Ta-bela Numérica Ordinária de Extranume-rário-Mensalista da Procuradoria da Repú-blica no Distrito Federal do Ministério da Justiça e Negócios Interiores".

"Diário Oficial" de 25-1-947.

Decreto n.º 22 500, de 22 de janeiro de 1947 —
"Autoriza, a título precário, sem prejuízo das disposições legais que vierem a ser promulgadas, o cidadão brasileiro José Novito Filho a pesquisar jazida de rochas betuminosas e pirobetuminosas — classe IX — em terras de domínio privado, situadas no município de Tremembé, comarca de Taubaté, Estado de São Paulo".

"Diário Oficial" de 25-1-947.

Decreto n.º 22 501, de 22 de janeiro de 1947 —
"Retifica o art. 1.º do Decreto n.º 17 273, de 29 de novembro de 1947".

"Diário Oficial" de 25-1-947.

Decreto n.º 22 502, de 10 de janeiro de 1947 —
"Renova o Decreto n.º 15 522, de 10 de maio de 1944".

"Diário Oficial" de 25-1-947.

Decreto n.º 22 503, de 22 de janeiro de 1947 —
"Autoriza o cidadão brasileiro Ernesto Dinai a pesquisar calcário no município de Lavras, Estado de Minas Gerais".

"Diário Oficial" de 25-1-947.

Decreto n.º 22 504, de 22 de janeiro de 1947 —
"Autoriza a Empresa de Águas Minerais Ltda. a lavar águas minerais no Estado do Ceará".

"Diário Oficial" de 25-1-947.

Decreto n.º 22 505, de 22 de janeiro de 1947 —
"Autoriza o cidadão brasileiro Francisco José da Silva Medeiros a pesquisar caulim e água mineral no município de Garanhuns, Estado de Pernambuco.

"Diário Oficial" de 25-1-947.

Decreto n.º 22 506, de 22 de janeiro de 1947 —
"Altera a denominação de estabelecimentos de ensino agrícola, subordinados ao Minis-tério da Agricultura".

"Diário Oficial" de 25-1-947.

Decreto n.º 22 507, de 22 de janeiro de 1947 —
"Regula as atribuições dos almirantes de Esquadra".

"Diário Oficial" de 25-1-947.

Decreto n.º 22 508, de 22 de janeiro de 1947 —
"Regula a comissão de vice-presidente do Conselho do Almirantado".

"Diário Oficial" de 25-1-947.

Decreto n.º 22 509, de 22 de janeiro de 1947 —
"Altera, com redução de despesa, as Ta-belas Numéricas Ordinárias de Extranume-rário-Mensalista do Arsenal de Marinha da Ilha das Cobras e da Diretoria de Comu-nicações, ambas do Ministério da Marinha".

"Diário Oficial" de 25-1-947.

Decreto n.º 22 510, de 24 de janeiro de 1947 —
"Aprova a tabela de gratificação, a título de representação, de que trata o Decreto-lei n.º 9 202, de 26 de abril de 1946".

"Diário Oficial" de 27-1-947.

Decreto n.º 22 511, de 24 de janeiro de 1947 —
"Autoriza o cidadão brasileiro José Soares a comprar pedras preciosas".

"Diário Oficial" de 1-2-947.

Decreto n.º 22 514, de 24 de janeiro de 1947 —
"Concede à Sociedade Navegação Fluvial Béttega Ltda., autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acordo com o que prescreve o Decreto-lei n.º 2 784, de 20 de novembro de 1940".

"Diário Oficial" de 4-2-947.

Decreto n.º 22 515, de 24 de janeiro de 1947 —
 "Aprova alterações introduzidas nos estatutos da Industrial Minas Gerais Companhia de Seguros".

"Diário Oficial" de 30-1-947.

Decreto n.º 22 516, de 24 de janeiro de 1947 —
 "Autoriza o cidadão brasileiro Telésforo Matos a pesquisar turmalinas e associados no município de Araçuaí do Estado de Minas Gerais".

"Diário Oficial" de 30-1-947.

Decreto n.º 22 617, de 24 de janeiro de 1947 —
 "Autoriza o cidadão brasileiro George Augusto Nascimento Oettern a pesquisar calcário, calcita e associados no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo".

"Diário Oficial" de 30-1-947.

Decreto n.º 22 518, de 24 de janeiro de 1947 —
 "Autoriza o cidadão brasileiro Ernani Bittencourt Cotrim a pesquisar calcário, dolomita e associados no município de Vasouras, Estado do Rio de Janeiro".

"Diário Oficial" de 30-1-947.

Decreto n.º 22 520, de 24 de janeiro de 1947 —
 "Autoriza o cidadão brasileiro Albino Gonçalves de Oliveira Filho a pesquisar argilas, no município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro".

"Diário Oficial" de 30-1-947.

Decreto n.º 22 521, de 24 de janeiro de 1947 —
 "Autoriza o cidadão brasileiro Júlio Bierrenbach Lima a pesquisar areia no município de Itapetininga, Estado de São Paulo".

"Diário Oficial" de 30-1-947.

Decreto n.º 22 522, de 24 de janeiro de 1947 —
 "Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Lopes Sobrinho a pesquisar diamantes e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais".

"Diário Oficial" de 30-1-947.

Decreto n.º 22 524, de 27 de janeiro de 1947 —
 "Autoriza o Ginásio do Ateneu São Luís, com sede no Distrito Federal, a funcionar como colégio".

"Diário Oficial" de 6-2-947.

Decreto n.º 22 527, de 31 de janeiro de 1947 —
 "Declara de utilidade pública o Instituto de Colonização Nacional, com sede no Distrito Federal".

"Diário Oficial" de 3-2-947.

Decreto n.º 22 528, de 31 de janeiro de 1947 —
 "Aprova o aumento de capital e a alteração estatutária da Seguradora Industrial Companhia Nacional de Seguros".

"Diário Oficial" de 7-2-947.

Decreto n.º 22 531, de 1 de fevereiro de 1947 —
 "Autoriza o cidadão brasileiro Valdemar Pezzini a pesquisar calcário e associados no município de Matosinhos, Estado de Minas Gerais".

"Diário Oficial" de 5-2-947.

Decreto n.º 22 532, de 1 de fevereiro de 1947 —
 "Autoriza o cidadão brasileiro José Gomes de Matos a pesquisar calcário dolomítico e associados no município de Marquês de Valença, Estado do Rio de Janeiro".

"Diário Oficial" de 5-2-947.

Decreto n.º 22 533, de 1 de fevereiro de 1947 —
 "Altera a Tabela Numérica Suplementar de Extranumerário-Mensalista, da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura".

"Diário Oficial" de 5-2-947.

Decreto n.º 22 534, de 1 de fevereiro de 1947 —
 "Dispõe sobre Tabelas Numéricas Suplementares de Extranumerário-Mensalista do Conselho de Imigração e Colonização e Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica".

"Diário Oficial" de 5-2-947.

Decreto n.º 22 538, de 1 de fevereiro de 1947 —
 "Revoga o Decreto n.º 17 006, de 26 de outubro de 1944".

"Diário Oficial" de 5-2-947.

Decreto n.º 22 539, de 1 de fevereiro de 1947 —
 "Autoriza o cidadão brasileiro Kurt Wilhelm Adalbert Vogel a pesquisar argila, caulim, ocre e associados no município de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro".

"Diário Oficial" de 5-2-947.

Decreto n.º 22 540, de 1 de fevereiro de 1947 —
 "Autoriza o cidadão brasileiro José Pereira de Araújo a pesquisar mica e associados no município de Peçanha, Estado de Minas Gerais".

"Diário Oficial" de 5-2-947.

Decreto n.º 22 541, de 1 de fevereiro de 1947 —
 "Autoriza o cidadão brasileiro Osvaldo Garofalo a pesquisar caulim e associados no município de São Paulo, Estado de São Paulo".

"Diário Oficial" de 5-2-947.

Decreto n.º 22 542, de 1 de fevereiro de 1947 —
 "Autoriza o cidadão brasileiro Edmundo Cássio Horta a pesquisar minério de ouro, diamantes, tungstênio, manganês e associados, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais".

"Diário Oficial" de 5-2-947.

Decreto n.º 22 543, de 6 de fevereiro de 1947 —
 "Suprime cargo vago".

"Diário Oficial" de 8-2-947.

Decreto n.º 22 544, de 7 de fevereiro de 1947 —
 "Altera, com redução de despesa, a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-Mensalista da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil".

"Diário Oficial" de 10-2-947.

Decreto n.º 22 547, de 7 de fevereiro de 1947 —
 "Suprime cargo provisório".

"Diário Oficial" de 10-2-947.

- Decreto n.º 22 548, de 7 de fevereiro de 1947 —
"Suprime cargos provisórios".
"Diário Oficial" de 10-2-947.
- Decreto n.º 22 549, de 7 de fevereiro de 1947 —
"Extingue cargos excedentes".
"Diário Oficial" de 5-2-947.
- Decreto n.º 22 550, de 31 de janeiro de 1947 —
"Concede à Sociedade Sampayo & Nickhorn
autorização para funcionar como empresa
de navegação de cabotagem, de acordo com
o que prescreve o Decreto-lei n.º 2 784, de
20 de novembro de 1940".
"Diário Oficial" de 8-2-947.
- Decreto n.º 22 550, de 7 de fevereiro de 1947 —
"Suprime cargo provisório".
"Diário Oficial" de 10-2-947.
- Decreto n.º 22 551, de 7 de fevereiro de 1947 —
"Suprime cargos provisórios".
"Diário Oficial" de 10-2-947.
- Decreto n.º 22 552, de 7 de fevereiro de 1947 —
"Suprime cargos provisórios".
"Diário Oficial" de 10-2-947.
- Decreto n.º 22 553, de 7 de fevereiro de 1947 —
"Suprime cargo provisório".
"Diário Oficial" de 10-2-947.
- Decreto n.º 22 554, de 7 de fevereiro de 1947 —
"Suprime cargo provisório".
"Diário Oficial" de 10-2-947.
- Decreto n.º 22 555, de 7 de fevereiro de 1947 —
"Suprime cargo excedente".
"Diário Oficial" de 10-2-947.
- Decreto n.º 22 556, de 7 de fevereiro de 1947 —
"Extingue cargo excedente".
"Diário Oficial" de 10-2-947.
- Decreto n.º 22 557, de 7 de fevereiro de 1947 —
"Extingue cargo excedente".
"Diário Oficial" de 10-2-947.
- Decreto n.º 22 558, de 7 de fevereiro de 1947 —
"Extingue cargo excedente".
"Diário Oficial" de 10-2-947.
- Decreto n.º 22 559, de 7 de fevereiro de 1947 —
"Extingue cargo excedente".
"Diário Oficial" de 10-2-947.
- Decreto n.º 22 560, de 7 de fevereiro de 1947 —
"Extingue cargos excedentes".
"Diário Oficial" de 10-2-947.
- Decreto n.º 22 561, de 7 de fevereiro de 1947 —
"Concede favores fiscais aos estabeleci-
mentos hospitalares que se construírem no
Distrito Federal e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 10-2-947.
- Decreto n.º 22 563, de 8 de fevereiro de 1947 —
"Suprime cargo vago".
"Diário Oficial" de 8-2-947.

Íntegra da legislação de interêsse geográfico

Leis

Lei n.º 30, de 27 de fevereiro de 1947

Restaura a vigência da Lei Orgânica do Distrito Federal, sob n.º 196, de 18 de janeiro de 1936.

O Congresso Nacional decreta e eu, Nereu Ramos, presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º — Diplomados, os vereadores à Câmara Municipal do Distrito Federal reunir-

se-ão dentro de dez dias, sob a presidência do presidente do Tribunal Regional Eleitoral, por convocação deste, que promoverá a eleição da Mesa.

Art. 2.º — Fica revigorada a Lei n.º 196, de 18 de janeiro de 1936, no que não contrariar a Constituição e tornar exequível a existência do legislativo municipal.

Senado Federal, em 27 de fevereiro de 1947.
— *Nereu Ramos*, Presidente.

(D.O. — 11-3-47).

★

Decretos

* Decreto n.º 22 697, de 28 de fevereiro de 1947

Dispõe sobre as comemorações do centenário do nascimento de Antônio de Castro Alves.

O Presidente da República, considerando que se comemora no dia 14 de março do corrente ano o centenário do nascimento de Antônio de Castro Alves; e

Considerando que cumpre ao governo incentivar o culto dos grandes brasileiros e das tradições nacionais,

Decreta:

Art. 1.º — As autoridades federais, civis e militares, que servem na capital do Estado da Bahia, participarão e contribuirão para as comemorações do centenário de Castro Alves que, no dia 14 de março deste ano, se realizarem na cidade de Salvador.

Parágrafo único — Nessa data, o ponto será facultativo nas repartições federais sediadas em Salvador.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1947, 126.º da Independência e 59.º da República.

EURICO G. DUTRA.
Benedito Costa Neto.

(D.O. — 3-3-47).

Decreto n.º 22 810, de 25 de março de 1947

Autoriza o funcionamento de cursos da Faculdade de Filosofia do Pará.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição, e nos termos do art. 23 do Decreto-lei n.º 421, de 11 de maio de 1938,

Decreta:

Artigo único — E' concedida autorização para funcionamento dos cursos de filosofia, matemática, geografia e história, ciências sociais, letras clássicas, pedagogia e didática, da Faculdade de Filosofia do Pará, mantida pelo governo do Estado do Pará, com sede em Belém, no Estado do Pará.

Rio de Janeiro, 25 de março de 1947, 126.º da Independência e 59.º da República.

EURICO G. DUTRA.
Clemente Mariani.

(D.O. — 1-4-47).

* Reproduzido por ter saído com incorreção no D.O. de 1-3-47.

 Concorra para que o Brasil seja geograficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, que o Conselho está elaborando.

Íntegra dos decretos, leis e demais atos de interesse geográfico

PARANÁ

Decreto de 29 de março de 1947

Restabelece a Bandeira, o Escudo e o Hino do Estado do Paraná.

O governador do Estado do Paraná, usando da atribuição que lhe confere o art. 7.º, n.º 1, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, e

Considerando que a Constituição Federal faculta aos Estados o uso de símbolos próprios;

Considerando que o Estado do Paraná, pelo Decreto n.º 8, de 9 de janeiro de 1892, baixado pela Junta do Governo Provisório, adotou como símbolo da sua autonomia a bandeira apresentada pelo cidadão Manuel Correia de Freitas na sessão da Assembléia Legislativa de 3 de julho de 1891;

Considerando que a referida bandeira foi modificada por aprovação popular nos comícios pró-integridade territorial do Estado, em 1904, e, assim, adotada oficialmente por decreto legislativo do referido ano;

Considerando que a instituição desses símbolos em nada concorre para o enfraquecimento da coesão pela emulação que desperta entre as unidades federadas;

Considerando que o sentimento de Pátria não é uma criação abstrata, senão uma soma de regiões, com suas peculiaridades, usos, episódios históricos, lutas e sacrifícios isolados;

Considerando que do espírito de um sadio regionalismo é que emerge, mais forte e mais puro, o ideal cívico dessa grande alma que é a nação;

Considerando que o uso de insígnias próprias pelas antigas Províncias, pelos Estados e até pelos municípios é uma tradição política em toda a existência do Brasil,

Decreta:

Art. 1.º — Ficam restabelecidos a bandeira, o escudo e o hino do Estado do Paraná, conforme vigoraram à época de sua extinção, com os seguintes característicos:

a) A bandeira compõe-se de um quadrilátero verde atravessado no ângulo superior direito para o inferior esquerdo por uma larga faixa branca contendo a representação da esfera celeste em azul e as cinco estrelas da constelação do Cruzeiro do Sul em branco. A esfera é atravessada, abaixo da estrela superior do cruzeiro, por uma faixa branca com a inscrição Paraná em verde. Circundam a esfera um ramo de pinho à direita e outro de mate à esquerda.

b) O escudo tem ao centro um lavrador, que é a representação expressiva de nossas condições mesológicas historicamente demonstradas na destinação de nossa atividade agrícola. Como timbre, tem o escudo o falcão

Nhapecani, *Thrasacius harpya*, L. que von Ihering diz ser "a maior águia da América, que seria bem digna de figurar nas armas do Brasil". Era o totem dos guaranis. Sua presença nas aldeias propiciava a sorte das tribos. Voando sobre as grandes águas que correm para o ocidente, planando à altura das calaratas, era a bússola orientadora dos bandeirantes nos rumos do sertão. Sobre as asas abertas do falcão tem o escudo as montanhas agrupadas em três picos significando os três terraços do planalto paranaense, — o oriental de Curitiba, o central de Campos Gerais e o ocidental de Guarapuava, — e ao mesmo tempo lembrando e simbolizando as três raças de nossa formação étnica. Ao fundo, o sol, que é o símbolo americano. Nêle, e desde a mais remota antiguidade ameríndia, os povos do Novo Mundo vêm homenageando a fonte da vida, e representando para os nossos ideais a grandeza e a cultura e para as nossas conquistas o incitamento e o brilho.

De um lado e doutro do escudo dois ramos de mate e pinho, representativos das nossas riquezas naturais. O campo do escudo é vermelho, tendo em chefe de azul os três picos em prata e o sol em ouro.

c) O hino será de acordo com a letra e música em anexo ao presente decreto e de autoria, respectivamente, de Domingos Nascimento e Bento Mossurunga.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

(O Dia — Curitiba, 29-3-47).

★

SANTA CATARINA

Decreto-lei n.º 414

Modifica artigos do Decreto-lei n.º 109-A, de 31 de janeiro de 1946.

O Interventor federal no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, e tendo em vista a Resolução n.º 166, de 11 de fevereiro de 1947, da Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística,

Decreta:

Art. 1.º — O art. 9.º e seus §§ 1.º, 2.º e 12, do Decreto-lei n.º 109-A, de 31 de janeiro de 1946, passam a ter a seguinte redação:

"§ 1.º — A 1.ª DT (Publicidade e Informações) compete:

a) — efetuar todos os trabalhos de publicidade do Departamento;

b) — dirigir a biblioteca "Bulhões Carvalho";

c) — organizar e dirigir a exposição permanente de produtos catarinenses, bem como o mostruário de Santa Catarina em exposições congêneres, realizadas no país ou noutros países;

d) — centralizar o serviço de informações estatísticas excetuadas as de natureza militar, ou secreta, ou reservada, exigidas pelos altos comandos militares;

e) — dirigir os trabalhos cartográficos, fotográficos e cinematográficos do DEE".

"§ 2.º — A 1.ª DT terá a seguinte composição: 1) — Chefia; 2) — Secção de Publicidade; 3) — Secção de Informações; 4) — Secção de Exposições; 5) — Secção Foto-Cinematográfica; 6) — Secção de Cartografia e Desenho; 7) — Biblioteca "Bulhões Carvalho".

"§ 12 — A Assistência Técnica, dirigida pelo estatístico assistente, constituir-se-á de: 1) — Chefia; 2) — Secção de Análises; 3) — Secção de Pesquisas; 4) — Secção de Documentação, e terá as seguintes atribuições:

a) — efetuar todos os trabalhos de análise do material definitivamente apurado pelas Divisões Técnicas e Secções;

b) — elaborar, em cooperação com as Divisões Técnicas e Secções, todos os planos de levantamentos ou pesquisas;

c) — centralizar os resultados das apurações efetivas pelo DEE, organizando e desenvolvendo a documentação geral do Departamento;

d) — organizar e desenvolver as atividades do barômetro econômico regional".

Art. 2.º — O § 1.º, do art. 11, do mesmo Decreto-lei terá a seguinte redação:

"§ 1.º — O pessoal efetivo, com exceção dos cargos isolados de cinegrafista e porteiro, será nomeado em virtude do concurso de provas, ou de títulos, de acôrdo com a regulamentação feita pela Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística e aprovada pelo governo do Estado".

Art. 3.º — Ficam revogados o art. 14 e seus §§ 1.º e 2.º.

Art. 4.º — Este Decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 13 de março de 1947. — *Udo Deeke*. — *Gustavo Neves*. — *Jodo David Ferreira Lima*. — *Edison Valente*.

(D.O. — Santa Catarina, 17-3-47).

Resoluções do Instituto Brasileiro
de Geografia e Estatística

Conselho Nacional de Geografia
Diretório Central

Íntegra das Resoluções n.ºs 264 a 267

Resolução n.º 264, de 3 de fevereiro de 1947

Encarece ao Ministério da Aeronáutica a simplificação da fiscalização dos vôos aerofotogramétricos.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições,

Considerando que é ainda enorme a área do Brasil a ser levantada para ser apresentada em cartas precisas;

Considerando que a aerofotogrametria, pelas suas apreciáveis vantagens de ordem técnica e econômica, merece ter no país o maior desenvolvimento possível;

Considerando que cumpre ser facilitada ao máximo a iniciativa particular em relação aos trabalhos aerofotogramétricos no país;

Considerando que presentemente a fiscalização dos vôos aerofotogramétricos se reveste de exigências que cumpre serem revistas pelos inconvenientes e retardamentos que trazem à execução dos trabalhos;

Considerando a apresentação oferecida pela Comissão de Cartografia, adjunta ao Serviço de Geografia e Cartografia do Conselho,

Resolve:

Art. 1.º — É encarecido ao Ministério da Aeronáutica que reveja as normas instituídas no Decreto n.º 1 687, de 17 de outubro de 1930, as quais ainda regulam a fiscalização dos vôos aerofotogramétricos no país.

Art. 2.º — O Conselho tem em vista que haja nesta revisão atualização das referidas normas, tornando-as simples e prontas de forma a se harmonizarem os legítimos interesses da defesa nacional e das empresas particulares aplicadas nesse setor de atividade, tão necessária ao Brasil.

Rio de Janeiro, em 3 de fevereiro de 1947, ano XI do Instituto. — Conferido e numerado. *Virgílio Correia Filho*, secretário assistente do Conselho. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, secretário-geral do Conselho. — Publique-se. *Heitor Bracet*, presidente do Instituto em exercício.

★

Resolução n.º 265, de 3 de fevereiro de 1947

Promove a criação da Secção Brasileira do Instituto Pan-Americano de Geografia e História.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições,

Considerando que os novos Estatutos do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, aprovados pela sua IV Assembléia Geral realizada em Caracas em 1945, prevêem a constituição em cada Estado-membro de uma secção nacional do Instituto.

Considerando que o Brasil faz parte do aludido Instituto Pan-Americano, cabendo a este Conselho tomar as providências relacionadas com essa participação,

Resolve:

Art. 1.º — O presidente do Instituto representará ao governo no sentido de ser criada

a Secção Brasileira do Instituto Pan-Americano de Geografia e História e promoverá a constituição da Secção, de preferência com elementos familiarizados com as atividades do Instituto Pan-Americano.

Art. 2.º — A Secção Brasileira terá instalação e funcionamento na sede do Conselho, que custeará as respectivas despesas.

Rio de Janeiro, em 3 de fevereiro de 1947, ano XI do Instituto. — Conferido e numerado. *Virgílio Correia Filho*, secretário assistente do Conselho. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, secretário-geral do Conselho. — Publique-se. *Heitor Bracet*, presidente do Instituto em exercício.

★

Resolução n.º 266, de 26 de março de 1947

Adia o aparecimento do primeiro número do "Anuário Geográfico do Brasil".

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições,

Considerando as dificuldades surgidas para o lançamento do Anuário previsto na Resolução n.º 149, de 17 de julho de 1945, da Assembléa Geral, ora agravadas com a redução do orçamento do Conselho, na política geral de compressão dos gastos públicos,

Resolve:

Art. 1.º — O Diretório Central reconhece, como justificáveis, os motivos que impediram a Secretaria de lançar o Anuário em 1946.

Art. 2.º — Durante o corrente ano, procederá a Secretaria ao preparo do primeiro nú-

mero do Anuário, se fôr possível a sua publicação em 1948, mediante a inclusão no orçamento do Conselho de verba própria.

Art. 3.º — Caberá à Comissão de Publicações, em colaboração com a "Comissão de Documentação e Cultura", planificar o Anuário e baixar as instruções relativas ao seu preparo.

Rio de Janeiro, em 26 de março de 1947, ano XI do Instituto. — Conferido e numerado. *Virgílio Correia Filho*, secretário assistente do Conselho. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, secretário-geral do Conselho. — Publique-se. *Heitor Bracet*, presidente do Instituto em exercício.

★

Resolução n.º 267, de 26 de março de 1947

Dispõe sobre uma homenagem à memória do Prof. Alberto José de Sampaio.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições,

Considerando que o Prof. Alberto José de Sampaio, recentemente falecido, se salientou como cientista eminente, sobretudo no setor da Biogeografia, e que, ao mesmo tempo, se dedicou, como educador, à divulgação dos conhecimentos científicos nas escolas primárias brasileiras;

Considerando a solicitação dirigida ao prefeito do Distrito Federal pela "União dos Educadores", no sentido de ser dada a denominação "Professor Alberto José de Sampaio" a uma escola primária do Distrito Federal;

Considerando que, na sessão solene em homenagem à memória do Prof. A. J. de Sampaio, realizada na sede do Conselho Nacional de Geografia, por determinação do Diretório Central, foi feito pelo representante da "União dos Educadores" um apelo ao Conselho para que, apoiando a referida solicitação, a encaminhasse ao prefeito do Distrito Federal;

Considerando ainda os pronunciamentos das instituições que se fizeram representar na referida sessão solene, de inteira solidariedade e aplauso àquela iniciativa,

Resolve:

Art. 1.º — O Conselho dá seu inteiro apoio ao memorial oferecido pela "União dos Educa-

dores", no sentido de ser dado o nome de "Professor Alberto José de Sampaio" a uma das escolas primárias do Distrito Federal.

Art. 2.º — Atendendo à solicitação da referida União, o Conselho aceita o encargo do encaminhamento do aludido memorial ao excellentíssimo senhor prefeito do Distrito Federal, mediante representação do presidente do Instituto.

Art. 3.º — Consigna o Conselho, prazeiramente, os nomes das instituições culturais que, na memorável sessão conjunta de 10 de fevereiro de 1947, deram solidariedade à iniciativa em apêço: Academia Brasileira de História das Ciências, Conselho Florestal Federal, Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, Conselho Nacional de Proteção aos Índios, Serviço de Proteção aos Índios, Academia Brasileira de Ciências, Museu Nacional, Sociedade Brasileira de Geografia, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Sociedade de Amigos de Alberto Torres, Academia Fluminense de Medicina e Cirurgia, de Campos.

Rio de Janeiro, em 26 de março de 1947, ano XI do Instituto. — Conferido e numerado. *Virgílio Correia Filho*, secretário assistente do Conselho. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, secretário-geral do Conselho. — Publique-se. *Heitor Bracet*, presidente do Instituto em exercício.

Diretórios Regionais

SÃO PAULO

Íntegra das Resoluções n.ºs 55, 59, 63, 64 e 65

Resolução n.º 55, de 24 de setembro de 1945

Propõe a renovação do quadro de consultores técnicos regionais.

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado de São Paulo, usando das suas atribuições,

Considerando o disposto no art. 15 do Regulamento do Conselho;

Considerando que na conformidade da Resolução n.º 12, de 17 de julho de 1937 da Assembléia Geral do Conselho, em seu art. 5.º, acha-se vencido o mandato dos consultores-técnicos deste Diretório;

Considerando que este mandato de dois anos pode ser renovado;

Considerando os bons trabalhos prestados e o interesse demonstrado pela maioria dos consultores indicados em Resolução n.º 24, de março de 1943;

Considerando ainda as propostas apresentadas em sessão ordinária de 16 de agosto próximo passado, devidamente justificadas, para indicação de novos consultores-técnicos;

Resolve:

Artigo único — Propor ao Diretório Central do Conselho a renovação do quadro de consultores-técnicos regionais deste Diretório, nas seguintes secções:

I — Documentação Geográfica: Dr. João Lélis Vieira;

II — Fisiografia: Eng.º Teodoreto de Camargo;

III — Regiões Naturais: Dr. Antônio Paulino de Almeida;

IV — Biogeografia: Dr. Olivério Mário de Oliveira Pinto;

V — Levantamentos e Cartografia: Eng.º Francisco de Sales Vicente de Azevedo;

VI — Geografia Histórica: Drs. Nuto Santana e José Bueno de Oliveira Azevedo Filho;

VII — Geografia Política: Prof. Sud Menucci;

VIII — Geografia da Produção: Engs. Augusto Lima Pontes e Vitor da Silva Freire;

IX — Geografia dos Transportes: Engs. Benedito de Azevedo Marques e Clodomiro Pereira da Silva;

X — Geografia das Comunicações: Eng.º Alvaro de Sousa Lima;

XI — Geografia Social: Eng.º Milcíades Pereira da Silva;

XII — Turismo e Excursionismo: Drs. Américo R. Neto e Eugênio Almeida Sales.

São Paulo, 24 de setembro de 1945. — Visto e rubricado. *Valdemar Lefèvre*, secretário. — Publique-se. *José de Melo Morais*, presidente.

★

Resolução n.º 59, de 30 de janeiro de 1946

Manifesta pesar pela morte do Dr. Fernando Costa.

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado de São Paulo, usando das suas atribuições,

Considerando que o Brasil e, particularmente, o Estado de São Paulo sofreram uma perda irreparável com o desastroso desaparecimento do Dr. Fernando Costa;

Considerando que o Dr. Fernando Costa como prefeito municipal, deputado, secretário da Agricultura em São Paulo, ministro da Agricultura e finalmente interventor federal em São Paulo foi sempre eminente homem público e inatacável patriota;

Considerando que no último e elevado cargo público que exerceu, com tanta nobreza e dedicação, foi um dos beneméritos deste Diretório, pelo cuidado que este sempre lhe mereceu, bem como a divulgação e os estudos geográficos,

Resolve:

Artigo único — Deixar consignado o seu profundo pesar pelo falecimento do Dr. Fernando Costa.

São Paulo, 30 de janeiro de 1946. — Visto e rubricado. *Valdemar Lefèvre*, secretário. — Publique-se. *Francisco Malta Cardoso*, presidente.

★

Resolução n.º 63, de 5 de junho de 1946

Congratula-se com o Conselho Nacional de Geografia pela criação da Comissão Pan-Americana de Geografia.

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado de São Paulo, usando de suas atribuições,

Considerando que são bem apreciáveis as atividades de pesquisa geográfica nos diferentes países americanos, o que torna necessária e urgente a articulação de tais iniciativas na forma devida;

* N.R. — As Resoluções ns. 56, 57, 58, 60, 61, 62 e 64 serão oportunamente publicadas.

Considerando a necessidade de apoiar e incentivar a pesquisa geográfica nos países americanos;

Considerando as reais vantagens de intensificar o intercâmbio de técnicos e informações científicas entre as instituições geográficas, oficiais ou particulares, dos vários países americanos;

Considerando o interesse de promover reuniões de consulta e de participar de conferências internacionais,

Resolve:

Artigo único — Congratular-se com o Conselho Nacional de Geografia pela criação da Comissão Pan-Americana de Geografia.

São Paulo, 5 de junho de 1946. — Visto e rubricado. *Valdemar Lefèvre*, secretário. — Publique-se. *Francisco Malta Cardoso*, presidente.

★

Resolução n.º 64, de 6 de agosto de 1946

Dispõe sobre a adesão do Diretório Regional de Geografia ao Segundo Congresso de História da Revolução de 1894.

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado de São Paulo, usando das suas atribuições,

Considerando que se realizam periodicamente os Congressos de História da Revolução de 1894;

Considerando que o Segundo Congresso se reunirá em novembro do ano em curso, na cidade de Belo Horizonte;

Considerando o grande impulso que os congressos culturais e científicos dão às matérias de que tratam;

Considerando que isso é de real interesse para a coletividade;

Considerando que, assim pensando, o Conselho Nacional de Geografia já aderiu ao Segundo Congresso de História da Revolução de 1894, pela Resolução n.º 177, da VII Assembléia Geral, em 10 de julho próximo passado.

Considerando que o colendo Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, organizador do Congresso, está filiado ao Conselho;

Considerando mais a solidariedade que merecem as iniciativas culturais em torno das nossas tradições,

Resolve:

Art. 1.º — Aderir ao Segundo Congresso de História da Revolução de 1894.

Art. 2.º — Consignar aplausos ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais pela realização do Congresso, formulando-se os melhores votos de êxito ao interessante e oportuno empreendimento.

Art. 3.º — A Secretaria do Diretório tomará as medidas necessárias para que se efetive esta adesão, e, se possível, far-se-á representar no importante certame.

São Paulo, 6 de agosto de 1946. — Visto e rubricado. *Valdemar Lefèvre*, secretário. — Publique-se. *Teodureto de Camargo*, presidente.

★

Resolução n.º 65, de 2 de outubro de 1946

Aprova o parecer da comissão que examinou a monografia municipal do concurso de 1946.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia no Estado de São Paulo, usando das suas atribuições,

Considerando que essa monografia sobre o município de Moji-Mirim, obteve parecer da comissão designada para examiná-la, embora fuja ao campo estritamente geográfico;

Considerando que tal parecer conclui por determinar que seja o trabalho encaminhado ao Conselho Nacional de Geografia,

Resolve:

Art. 1.º — Remeter ao Conselho Nacional de Geografia o original intitulado *Monografia Estatística e Elementos para a História das Igrejas de Moji-Mirim*, de autoria de "Monógrafo Filemon", de acordo com o parecer da comissão constituída pelos senhores engenheiros Gastão César Bierrenbach Lima, Eduardo Rebêlo e Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho.

Art. 2.º — Fará parte integrante desta Resolução o parecer supra-mencionado.

São Paulo, 2 de outubro de 1946. — Visto e rubricado. *Valdemar Lefèvre*, secretário. — Publique-se. *Francisco Malta Cardoso*, presidente.

☆

ANEXO DA RESOLUÇÃO N.º 65, DE 2 DE OUTUBRO DE 1946

Apreciação sobre o trabalho "Monografia Estatística e Elementos para a História das Igrejas de Moji-Mirim".

O autor procura na primeira parte fazer um útil apanhado geral sobre a estatística de Moji-Mirim, confundindo-a às vezes com a estatística do Estado. Os dados citados, segundo nos parece, deviam ser somente aqueles que diretamente tivessem alguma ligação com Moji-Mirim.

Na segunda parte, relativa ao histórico das igrejas de Moji-Mirim, o autor entra em pequeninas minúcias que deviam ser postas à margem para não tornar cansativa a leitura da sua monografia.

Somos de opinião que esse trabalho pode ser enviado ao Conselho Nacional de Geografia.

São Paulo, 6 de setembro de 1946. — *Gastão César Bierrenbach*. — *José Bueno de Oliveira Azevedo Filho*. — *Eduardo Rebêlo*.

➡ Anualmente o Conselho Nacional de Geografia realiza um concurso de monografias de aspectos geográficos municipais, com direito a prêmios. Concorra com os seus estudos geográficos, seus levantamentos, sua documentação.